



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXI - Nº 035 - SÁBADO, 11 DE MARÇO DE 2006 - BRASÍLIA-DF**

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente**  
Renan Calheiros – PMDB-AL

**1º Vice-Presidente**  
Tião Viana – PT-AC

**2º Vice-Presidente**  
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

**1º Secretário**  
Efraim Morais – PFL-PB

**2º Secretário**  
João Alberto Souza – PMDB-MA

**3º Secretário**  
Paulo Octávio – PFL-DF

**4º Secretário**  
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

**Suplentes de Secretário**  
**1º** - Serys Slhessarenko – PT-MT  
**2º** - Papaléo Paes – PSDB-AP  
**3º** - Alvaro Dias – PSDB-PR  
**4º** - Aelton Freitas – PL-MG

### LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
<b>LÍDER</b> Ney Suassuna  <b>VICE-LÍDERES</b> Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) <sup>(5)</sup>  .....  <b>LÍDER DO PMDB – 21</b> Ney Suassuna  <b>VICE-LÍDERES DO PMDB</b> Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) <sup>(6)</sup> Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	<b>LÍDER</b> Delcídio Amaral – PT  <b>VICE-LÍDERES</b> Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB  .....  <b>LÍDER DO PT – 12</b> Delcídio Amaral  <b>VICE-LÍDERES DO PT</b> Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide  <b>LÍDER DO PL – 3</b> João Ribeiro  <b>VICE-LÍDER DO PL</b> Aelton Freitas  <b>LÍDER DO PSB – 2</b> Antônio Carlos Valadares  <b>VICE-LÍDER DO PSB</b> (vago)	<b>LÍDER</b> José Jorge – PFL  <b>VICE-LÍDERES</b> Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL  .....  <b>LÍDER DO PFL – 16</b> José Agripino  <b>VICE-LÍDERES DO PFL</b> Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>  <b>LÍDER DO PSDB – 15</b> Arthur Virgílio  <b>VICE-LÍDERES DO PSDB</b> Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
<b>LÍDER DO PDT – 4</b> Osmar Dias  <b>VICE-LÍDER DO PDT</b> (vago)  <b>LÍDER DO PMR – 1</b> Marcelo Crivella	<b>LÍDER DO PTB – 4</b> Mozarildo Cavalcanti  <b>VICE-LÍDER DO PTB</b> Sérgio Zambiasi  <b>LÍDER DO P-SOL – 1</b> Heloísa Helena	<b>LÍDER DO GOVERNO</b> Aloizio Mercadante – PT  <b>VICE-LÍDERES DO GOVERNO</b> Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB <sup>(1)</sup>
EXPEDIENTE		
Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

**Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005**

<sup>(1)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

<sup>(5)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(6)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 14ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 10 DE MARÇO DE 2006

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 99, de 2006 (nº 127/2006, na origem), de 2 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora Renate Stille, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Armênia..... 07512

Nº 100, de 2006 (nº 150/2006, na origem), de 9 do corrente, comunicando que o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva se ausentará do País no dia 11 de março próximo, para participar da posse da Presidente Michelle Bachelet, em Valparaíso, no Chile..... 07517

#### 1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 258, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2003, de sua autoria..... 07517

Nº 259, de 2006, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2003, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos, além da constante do despacho inicial..... 07517

Nº 260, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona..... 07518

#### 1.2.3 – Comunicação da Presidência

Confecção de novos autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2003 (nº 4.732/1998, na Casa de origem), aprovado pelo Senado Federal em 21 de fevereiro último, e envio à Presidência da República, tendo em vista a constatação de inexistência material, nos termos do Ofício nº 149, de 2006, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados.... 07518

#### 1.2.4 – Leitura de pareceres

Nº 190, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do

segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento..... 07521

Nº 191, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua e dá outras providências..... 07523

Nº 192, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo... 07531

Nº 193, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2005, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros, que dispõe sobre incentivos fiscais às doações para Partidos Políticos e candidatos..... 07536

#### 1.2.5 – Ofícios do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 113/2005, de 10 de novembro de 2005, comunicando a aprovação, com emenda, do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2004..... 07541

Nº 119/2005, de 1º de dezembro de 2005, comunicando a aprovação, com emendas, do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004..... 07541

Nº 121/2005, de 15 de dezembro de 2005, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005..... 07541

#### 1.2.6 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 8/2006, de 14 de fevereiro último, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2005, em reunião realizada naquela data. 07541

#### 1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 270 e 299, de 2004; 227 e 392, de 2005, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário..... 07541

**1.2.8 – Discursos do Expediente**

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – A operação do Exército Brasileiro no Rio de Janeiro.... 07541

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Aprovação de projeto, ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, que estabelece a inclusão previdenciária das donas-de-casa. Justificativas à apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2006, que regulamenta as atividades dos agentes comunitários de saúde. .... 07543

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Manifestação de apoio à matéria aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, ontem, que estabelece a inclusão previdenciária das donas-de-casa e extingue o fator previdenciário. .... 07545

SENADOR MÃO SANTA – Inauguração do edifício-sede da Justiça Federal no Piauí. Defesa da candidatura própria do PMDB à Presidência da República. .... 07549

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Presença no Senado Federal do Presidente eleito do Haiti, o Sr. René Préval. .... 07552

SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Considerações sobre a privatização no setor ferroviário. ... 07553

SENADOR PEDRO SIMON – Histórico das últimas eleições presidenciais. Defesa do lançamento de candidato à Presidência da República pelo PMDB. .... 07559

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Consequências da queda da produção industrial do Brasil. Defesa da imediata implantação da TV digital. .... 07560

SENADORA HELOISA HELENA – Referências ao pronunciamento feito hoje pelo Senador Pedro Simon. Considerações a respeito da dívida dos pequenos e médios produtores rurais. .... 07569

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Críticas às desigualdades regionais no Brasil. .... 07573

SENADOR ALVARO DIAS – Escalada da violência, sobretudo no Estado do Paraná, conforme estatística divulgada pelo Ministério da Justiça. .... 07577

SENADOR EFRAIM MORAIS – Equívoco da política de juros praticada pelo governo federal. Necessidade de derrubada do veto presidencial à renegociação das dívidas dos pequenos e médios produtores rurais. .... 07577

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Análise de dados divulgados pela revista Forbes, acerca do aumento de bilionários brasileiros. Defesa da aplicação de recursos em programas sociais para erradicar a pobreza. .... 07580

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Apoio ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque. Paralisação administrativa do Governo Lula. .... 07582

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Solidariedade à manifestação realizada em Brasília por aposentados e pensionistas que lutam pelo reajuste de benefícios. .... 07584

SENADOR PAULO PAIM – Preocupação com a taxa de juros no Brasil. Desqualificação dos ataques dirigidos ao Ministro Miguel Rossetto e ao Presidente do Incra, por ocasião da invasão da Aracruz por integrantes de movimentos dos Sem Terra. .... 07586

**1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação**

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da matéria intitulada “Pesquisa fraudou tradução”, publicada no jornal **Correio Brasileiro**, edição de 9 de março do corrente. .... 07591

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Considerações a respeito do artigo intitulado “Os dilemas do crescimento econômico”, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **Correio Brasileiro**, edição de 5 de março do corrente. .... 07592

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários sobre a matéria intitulada “Laudo da PF liga dinheiro público ao caixa dois do PT”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 19 de fevereiro último. .... 07593

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Transcrição do artigo intitulado “Reeleição? Onde?”, de autoria do jornalista André Petry, publicado na revista **Veja**, edição de 22 de fevereiro último. .... 07594

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do editorial intitulado “O preço da leniência”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 7 de março do corrente. .... 07595

SENADOR LUIZ PONTES – Análise da matéria intitulada “TCU cobra Presidência por gasto com bebida no cartão”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 24 de fevereiro último. .... 07596

SENADOR PAPALÉO PAES – Considerações acerca do artigo intitulado “O custo da omissão”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 16 de fevereiro último. .... 07597

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentários sobre o editorial intitulado “O PT exorciza a sua culpa”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 15 de fevereiro último. .... 07598

SENADOR PEDRO SIMON – A questão do uso sustentável dos recursos florestais em terras públicas. .... 07599

**1.3 – ENCERRAMENTO****2 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Atas circunstanciadas das 10ª e 11ª Reuniões Ordinárias, realizadas em 7 de novembro e 5 de dezembro de 2005, respectivamente. .... 07602

**SENADO FEDERAL****3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****4 – SECRETARIA DE COMISSÕES****5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR-  
LAMENTAR

8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-  
CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CON-  
GRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO-  
CIAL

13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN-  
TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE  
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

15 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO  
EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

---

# Ata da 14ª Sessão não Deliberativa, em 10 de março de 2006

## 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Sérgio Zambiasi, Paulo Paim, Alvaro Dias e Mão Santa*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

### **MENSAGEM Nº 99, DE 2006**

(Nº 127, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, 1 e 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo 1 ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora Renate Stille, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Armênia.

Os méritos da Ministra Renate Stille que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada

função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 70 DP/DSE/SGEX/AFEPAIG-MRE/APES

Brasília, 22 de fevereiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto nos artigos 18, 1 e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo 1 ao Decreto nº 5.032, de 05 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação da Senhora Renate Stille, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Armênia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *currículo vitae* da Ministra Renate Stille que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

## **INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE**

### **MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE RENATE STILLE**

CPF.: 4552636715

ID.: 1371 MRE/DF

- 1944 Filha de Martin Gunther Stille e Wilhelmine Hermine Stille, nasce em 22 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ
- 1967 Letras pela FFCL-PUC, Petrópolis
- 1970 CPCD - IRBr

- 1971 Divisão da América Central, assistente
- 1971 Terceira Secretária em 12 de março
- 1972 Assessoria de Imprensa do Gabinete, assistente
- 1973 Economia pela UnB
- 1974 Departamento Geral de Administração, assistente
- 1975 Segunda Secretária, por merecimento, em 18 de dezembro
- 1976 Embaixada em Paris, Segunda e Primeira Secretária
- 1976 Semana Internacional do Couro, Paris, Diretor-Geral do pavilhão
- 1978 CAD - IRBr
- 1979 Primeira Secretária, por merecimento, em 21 de junho
- 1979 Missão junto à ALALC/ALADI, Montevidéu, Primeira Secretária
- 1979 XVI Reunião de Comissão Assessora de Nomenclatura da ALALC, Montevidéu, Chefe de delegação
- 1980 Légion d'Honneur, França, Cavaleiro
- 1982 Divisão da Associação Latino-Americana de Integração, assistente
- 1983 Divisão da Associação Latino-Americana de Integração, Chefe, substituto
- 1984 Comissão Nacional para Assuntos da ALADI, Secretário-Executivo
- 1984 Departamento Econômico, assessora
- 1986 Missão Permanente em Genebra, Primeira Secretária
- 1986 Comitê de Peritos sobre Harmonização de Leis de Proteção de Invenções, OMPI, 2a. e 3a. Sessões, 86/87, Chefe de delegação
- 1986 Reunião sobre Desenvolvimento de Tecnologia no Setor de Energia, com atenção especial para Fontes Novas e Renováveis de Energia, UNCTAD, Chefe de delegação
- 1987 Comitê Permanente de Cooperação para o Desenvolvimento do Direito Autoral e Direitos Correlacionados, OMPI, Chefe de delegação
- 1987 Comitê Permanente Encarregado da Informação em Matéria de Patentes (PCPI), 11a. Sessão (1a. Sessão Extraordinária), OMPI, 1987, Chefe de delegação
- 1987 Comitê do Orçamento, OMPI, Chefe de delegação



- 1989 Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Genebra, Departamento da América Latina, Senior Program Officer (Cedida do MRE)
- 1989 Conselheira em 30 de junho
- 1991 Embaixada em Argel, Conselheira
- 1993 CAE - IRBr, O Fundamentalismo Islâmico e Instabilidade Política na Argélia
- 1993 Sub-Secretaria Geral de Integração, Assuntos Econômicos e Comerciais, Coordenadora-Executiva
- 1994 Divisão de Ciência e Tecnologia, Chefe
- 1997 Ministra de Segunda Classe, por merecimento, em 17 de junho
- 1997 Comissão Mista de Ciência e Tecnologia com a Espanha, Chefe de delegação
- 2000 Embaixada em Oslo, Ministra-Conselheira

  
**CLAUDIA D'ANGELO**  
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

### **Relações Brasil-Armênia**

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Armênia em 1992. Em 25 de novembro de 2002, Decreto Presidencial criou a Embaixada do Brasil em Ierevan, mas a representação não foi instalada até esta data. Os armênios, por seu lado, abriram um Consulado-Geral em São Paulo, em 1998. Embora pequena numericamente, a comunidade de descendentes de armênios em São Paulo é empreendedora e influente, sendo estimada em cerca de 25 mil integrantes, do total de 40 mil que se calcula vivam no Brasil, entre imigrantes e seus descendentes.

Apesar do bom nível de diálogo entre Brasil e Armênia e da positiva resposta às solicitações de apoio a candidaturas brasileiras, falta aos dois países conferir novos estímulos ao relacionamento bilateral, ainda pouco denso. Visitas recíprocas de altas autoridades permitiriam examinar as possibilidades de um melhor conhecimento das potencialidades de cooperação bilateral. Constitui interesse brasileiro poder retribuir, nos próximos anos, as visitas bilaterais de alto nível, a fim de tornar possível um maior grau de conhecimento mútuo, além da identificação de áreas potencialmente promissoras para a cooperação bilateral.

Ao longo dos últimos anos, a Armênia adotou algumas iniciativas, com o objetivo de adensar as relações com o Brasil, como a abertura do Consulado-Geral em São Paulo e numerosas visitas de alto nível, como a do Chanceler Vartan Oksanian, em 2000, do Presidente Robert Kotcharian, em 2002, e de Sua Beatitude Nerses Bedros XIX, Patriarca dos Armênios Católicos, em outubro de 2005. O objetivo principal da diplomacia armênia em sua investida latino-americana é captar oportunidades de comércio e investimentos. Tolhida pelas dificuldades criadas no seu entorno devido à questão de Nagorno-Karabakh, a Armênia procura orientar sua política externa para aqueles países onde sua diáspora logrou consolidar comunidades bem-sucedidas e que, teoricamente, poderiam vir em seu auxílio.

A visita do Vice-Chanceler Baibourdian ao Brasil, em 1998, foi oportuna para identificar possibilidades de adensamento das relações bilaterais. O Vice-



Chanceler armênio demonstrou efetivo interesse de seu Governo em desenvolver iniciativas concretas em vários campos e, assim, expandir os laços existentes entre Brasil e Armênia.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Armênia, Vartan Oskanian, realizou visita ao Brasil no período de 14 a 16 de maio de 2000. A visita, iniciada pela cidade de São Paulo, incluiu também etapa em Brasília. Em São Paulo, além de encontros com representantes da comunidade armênia, o Chanceler Oskanian avistou-se com o então Vice-Governador do Estado, Geraldo Alckmin. Em Brasília, o Ministro armênio entrevistou-se com o então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, que lhe ofereceu almoço de trabalho. O Ministro foi ainda recebido em audiência pelo Vice-Presidente da República, Marco Maciel, e pelo então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. Durante o encontro mantido no Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, o Ministro armênio caracterizou sua visita como um contato de alto nível, visando à intensificação do conhecimento mútuo e ao estreitamento dos laços bilaterais.

Do lado brasileiro, a iniciativa mais importante de aproximação com a Armênia ocorreu em agosto de 2001. Em conformidade com instruções do Senhor Presidente da República, missão especial chefiada pelo Doutor Varujan Burmaian e integrada pelos Ministros Sarkis Karmirian, Chefe de Gabinete do Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos, e Regis Arslanian, Assessor do Secretário-Geral, bem como pelos empresários Joseph Tutundjian, Diretor da Escola de Comércio Exterior de São Paulo, e Pedro Grendene, proprietário das indústrias de calçados Grendene S.A., visitou a Armênia no período de 16 a 23 de agosto.

A missão cumpriu extenso programa, que incluiu audiências com as seguintes autoridades: o Presidente da República, Robert Kocharian; Sua Santidade, o "Catolicós" da Igreja Apostólica Armênia, Karekin II; o Presidente do Tribunal Constitucional, Gaguik Harutiunian; o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Vartan Oskanian, e o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hatoun Margarian; os Ministros da Defesa, Serge Sarkisian, das Atividades de Infraestruturas de Produção, David Zadoian, e Indústria e Comércio, Karen Chshmaritian; o Vice-Presidente da Assembléia Nacional, Gaguik Aslanian; e o Presidente do Banco Central, Dikran Sarkissian.

Foram organizadas visitas à União de Produtores e Empresários da Armênia, ao Fundo Nacional "Armênia" e a estabelecimentos industriais produtores de calçados, bebidas, produtos químicos, borracha sintética e couros, bem como ao Parque Tecnológico "Viaser".

O Presidente Robert Kocharian recebeu a missão brasileira na sede da Presidência da República. Expressou sua satisfação com o fato de o Presidente Fernando Henrique Cardoso ter designado como chefe da delegação do Brasil o Doutor Varujan Burmaian, personalidade tão benemérita para o mundo armênio, por seus gestos e atos de benfeitoria tanto na diáspora como em seu próprio território. Referiu-se à sua grande expectativa de que, com o peso político do Brasil no contexto latino-americano, as relações econômico-comerciais entre os dois países se desenvolvessem a ponto de projetar cada um dos países nas suas respectivas áreas de influência regional. Disse considerar a instalação da Embaixada do Brasil em Ierevan como marco fundamental para a ampliação e fortalecimento das relações bilaterais.

A visita que o Presidente Robert Kotcharian realizou ao Brasil, no período de 6 a 8 de maio de 2002, constituiu a iniciativa mais importante no processo de aproximação entre os dois países. Na oportunidade, foram assinados Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, em vigor desde 2003, e Acordo de Cooperação Cultural, em vigor desde 2004. Em Brasília, foi assinado documento pelo qual o Governo brasileiro doou, com base no princípio da reciprocidade, terreno no Setor de Embaixadas Norte destinado à construção da Embaixada da Armênia, cujo projeto seria de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer.

Mais recentemente, em janeiro de 2006, a Armênia declarou seu apoio à candidatura do Embaixador José Augusto Lindgren Alves ao Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) da ONU.

### Intercâmbio de Visitas

Em função da relativamente recente independência da Armênia e da distância geográfica entre os dois países, o Brasil, por força de abrigar significativa comunidade de origem armênia, tendeu a receber maior número de visitas de autoridades, registrando-se, nesse particular, déficit no intercâmbio bilateral. A seguir, alinham-se outras visitas bilaterais de relevância:

a) Em 1992, o primeiro presidente armênio, Levon Ter-Petrossian, esteve no Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

b) Em outubro de 1993, veio ao Brasil, em visita particular, a convite da comunidade armênia de São Paulo, delegação armênia chefiada pelo então Vice-Presidente da República, Gagik Aroutiounian, com o intuito de manter reuniões com representantes culturais e eclesiásticos da comunidade de descendentes.

c) Em junho de 1994, foi recebido pelo então Secretário-Geral das Relações Exteriores o Senhor Raffy Hovannissian, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Armênia e Diretor do Centro Armênio de Estudos Nacional e Internacional, entidade privada, sem fins lucrativos, dedicada à pesquisa, publicação e ensino sobre temas de política interna e externa.

d) Em maio de 1996, o então Secretário-Geral das Relações Exteriores recebeu delegação armênia chefiada pelo então "Presidente de Nagorno-Karabakh" e atual Presidente da Armênia, Robert Kocharian, e integrada pelo Embaixador da Armênia na Argentina, Vahan Ter-Guevondian, além do Presidente do Conselho de Administração da Igreja Apostólica Armênia no Brasil.

e) Em fins de julho e início de agosto de 1996, visitou o Brasil Sua Santidade Karekin I, "Patriarca Supremo e Católico de todos os Armênios".

f) O Vice-Ministro das Relações Exteriores da República da Armênia, Armen Baibourdian, visitou o Brasil no período de 31 de outubro a 5 de novembro de 1998.

g) Em outubro de 2005, Sua Beatitude Nerses Bedros XIX, Patriarca dos Armênios Católicos, realizou visita à cidade de São Paulo.

### Comércio Bilateral

No que se refere ao comércio Brasil-Armênia, o potencial de expansão parece reduzido, dadas as diferenças de escala das duas economias, a distância e as prioridades estabelecidas, de parte a parte, com países vizinhos e outros parceiros tradicionais, bem como a pouca disponibilidade de recursos para financiamento de *joint ventures* bilaterais. Contudo, as vinculações decorrentes da presença significativa e influente de descendentes de armênios no Brasil podem vir a abrir oportunidades para iniciativas específicas.

A seguir, dados principais do intercâmbio entre os dois países:

**Comércio Bilateral (em dólares FOB)**

	2001	2002	2003	2004	2005(*)
<b>Exportações Brasileiras</b>	2.298.125	2.430.295	8.365.157	10.432.858	8.497.479
<b>Importações Brasileiras</b>	40.422	--	--	2.749	6.141

(\*) Dados de janeiro a novembro de 2005  
Fonte: MDIC/SECEX/Sistema Alice

#### Principais produtos exportados:

Carne de suínos e aves congeladas, fumo não-manufaturado, café solúvel.

#### Principais produtos importados:

Barras de ferro, lâminas para equipamentos agrícolas, circuitos integrados.

De acordo com dados da missão especial brasileira que visitou Ierevan, em agosto de 2001, os dois países poderiam incrementar seu intercâmbio nas seguintes áreas: troca de informações nos campos comercial e fiscal; exame pelo Brasil do processo de privatizações em curso na Armênia e avaliação das condições de participação brasileira nos setores de turismo, serviços, gestão empresarial, *marketing* e de fomento à pequena e média empresa. Na área de investimentos, as autoridades armênias consideram a possibilidade de empresas brasileiras do setor de construção participarem de projetos de infra-estrutura. A Armênia também busca investimentos em setores fundamentais, como energia, transportes e comunicações.

Aviso nº 200 – C. Civil.

Em 2 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Moraes  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,  
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora Renate Stille, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Armênia.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)*

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

#### **MENSAGEM Nº 100, DE 2006**

(Nº 150/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,  
Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva se ausentará do País no dia 11 de março próximo, para participar da posse da Presidente Michelle Bachelet, em Valparaíso, no Chile.

Brasília, 9 de março de 2006.



Aviso nº 229 – C. Civil

Em 9 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Moraes  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,  
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, comunica que o

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva se ausentará do País no dia 11 de março próximo, para participar da posse da Presidente Michelle Bachelet, em Valparaíso, no Chile.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – A mensagem que acaba de ser lida será juntada ao processado da Mensagem nº 74, de 2006, e vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 258, DE 2006**

Nos termos do art. 256, do Regimento Interno, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2003, de minha autoria, que “*dá nova redação ao § 1º do artigo 43 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para reduzir de cinco para dois anos o prazo máximo para a manutenção de informações negativas em cadastros de consumidores*”.

Sala das Sessões, 10 de março de 2006. – Senador **Augusto Botelho**.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256 § 2º inciso II alínea b do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 259, DE 2006**

Requeiro, nos termos do número 12, alínea e, inciso II do art. 255 do Regimento Interno que, sobre o PLS nº 216/2003, que “dispõe sobre exigências de contrapartida ambiental pela colocação de pneus no mercado interno, sejam eles importados ou fabricados no Brasil”, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos, além da constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, 10 de março de 2005. – Senadora, **Ideli Salvatti**.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 260, DE 2006****Requer ao Ministro dos Transportes informações acerca de irregularidades em obras na BR-174(AM)**

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Ministro dos Transportes, informações sobre as conclusões de auditoria do TCU, detectando irregularidades na execução orçamentária nas obras de conservação e restauração da BR- 174, no Amazonas, no trecho do entroncamento da AM-010-Rio Urubu, vital para o escoamento da produção do Pólo Industrial de Manaus.

**Justificação**

Auditoria do Tribunal de Contas (nº TC-006.735/2005-2) detectou sérias irregularidades nas obras de conservação e restauração da BR- 174, no Amazonas. O Ministro Augusto Nardes é o relator da Auditoria, pela qual foi o DNIT notificado oficialmente sobre as irregularidades, exigindo a prévia verificação da regularidade do contrato junto ao sistema de seguridade social, a cada pagamento efetuado pela administração, nos contratos de execução continuada ou para execução de obras de conservação e recuperação de rodovias. Além disso, determinou que se adotem providências para a rescisão ou não prorrogação dos contratos de manutenção de rodovias quando as empresas não estiverem cumprindo satisfatoriamente seu papel.

Mais uma vez vem à tona a improvisação e a falta de exatidão do Governo Lula no cumprimento de seu dever. Os jornais noticiaram intensamente as apressadas ações da chamada Operação Tapa-buracos, com muitas obras contratadas sem concorrência. Agora, é a Corte de Contas que detecta irregularidades nas obras em curso na BR- 174, no meu Estado. Trata-se de via fundamental para o escoamento da produção do Pólo Industrial de Manaus, daí porque estou formulando este requerimento.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta.

Sala das Sessões, 10 de março de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

*(À Mesa para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– O requerimento que acaba de ser lido será despa-

chado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Ofício nº 149/06**, do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, acusando a existência de incorreções redacionais em relação às datas das Leis nºs 5.991, de 1973, 6.360, de 1976, 6.437, de 1977, e 8.080, de 1990, nos autógrafos do Projeto de Lei nº 4.732, de 1998, encaminhado por aquela Casa ao Senado Federal em 23 de abril de 2003, bem como solicitando a retificação dos referidos autógrafos.

O referido Projeto, que tramitou no Senado como Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2003, foi aprovado sem alterações por esta Casa no dia 21 de fevereiro último e encaminhado à sanção no dia 23 daquele mês.

Uma vez que se trata de inexistência material cuja correção não importa em alteração do sentido da matéria, a Presidência determina a confecção e o envio de novos autógrafos do Projeto à Presidência da República, nos termos do inciso III do art. 325 do Regimento Interno, e a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os novos autógrafos encaminhados:

Of. nº 149/06/PS-GSE

Brasília, 9 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Moraes  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
Nesta

Assunto: incorreções de impressão redacional no texto dos autógrafos do PL Nº 4.732/98.

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foram verificadas incorreções de impressão redacional em relação às datas das leis mencionadas nos arts. 3º, 4º 8º e 9º do Projeto de Lei nº 4.732, de 1998, que “Regulamenta a produção e comercialização de insumos, equipamento, material ou maquinaria destinados à fabricação, acondicionamento, embalagem, controle de qualidade ou emprego em qualquer outra fase da cadeia produtiva de medicamentos para uso humano ou veterinário e de qualquer material destinado à utilização em odontologia ou para fins diagnósticos”, cujos autógrafos foram encaminhados a essa Casa por meio do Ofício PS-GSE nº 297, de 23 de abril de 2003.

Solicito sejam tomadas as devidas providências a fim de que sejam retificados os autógrafos do citado projeto:

**Onde se lê:**



“Art. 3º O fabricante, fornecedor distribuidor, comercializador ou representante citados no art. 2º, bem como todos os estabelecimentos abrangidos pelas Leis de nºs 5.991, de 19 de dezembro de 1973, e 6.360, de 24 de setembro de 1976, excetuando-se os estabelecimentos de venda direta ao consumidor, somente poderão efetuar transações comerciais ou de prestação de serviços com pessoas jurídicas obrigatoriamente licenciadas na Secretaria Estadual de Saúde correspondente a sua área de atuação.”

**Leia-se:**

“Art. 3º O fabricante, fornecedor distribuidor, comercializador ou representante citados no art. 2º, bem como todos os estabelecimentos abrangidos pelas Leis de nºs 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, excetuando-se os estabelecimentos de venda direta ao consumidor, somente poderão efetuar transações comerciais ou de prestação de serviços com pessoas jurídicas obrigatoriamente licenciadas na Secretaria Estadual de Saúde correspondente a sua área de atuação.”

**Onde se lê:**

“Art. 4º O número das licenças estaduais de saúde constará obrigatoriamente em todos os documentos fiscais correspondentes às operações de prestação de serviços, compra, venda, locação mercantil, escambo ou troca mercantil, empréstimo a título oneroso ou comodato, de qualquer material ou produto referido no art. 1º desta Lei e todos os produtos e serviços abrangidos pelas Leis de nºs 5.991, de 19 de dezembro de 1973, e 6.360, de 24 de setembro de 1976, mesmo que para fins de teste ou treinamento, descarte, inutilização ou substituição.”

**Leia-se:**

“Art. 4º O número das licenças estaduais de saúde constará obrigatoriamente em todos os documentos fiscais correspondentes às operações de prestação de serviços, compra, venda, locação mercantil, escambo ou troca mercantil, empréstimo a título oneroso ou comodato, de qualquer material ou produto referido no art. 1º desta Lei e todos os produtos e serviços abrangidos pelas Leis de nºs 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, mesmo que para fins

de teste ou treinamento, descarte, inutilização ou substituição.”

**Onde se lê:**

“Art. 8º A infração desta Lei sujeitará o infrator:

I – à pena de suspensão da licença por trinta dias;

II – a cassação de licença e impedimento legal em todo Território Nacional, em caso de reincidência.

Parágrafo único. As sanções previstas nesta Lei não excluem as penalidades sanitárias previstas na Lei nº 6.437, de 24 de agosto de 1977, e outras de natureza cível ou criminal.”

**Leia-se:**

“Art. 8º A infração desta Lei sujeitará o infrator:

I – à pena de suspensão da licença por trinta dias;

II – a cassação de licença e impedimento legal em todo Território Nacional, em caso de reincidência.

Parágrafo único. As sanções previstas nesta Lei não excluem as penalidades sanitárias previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e outras de natureza cível ou criminal.”

**Onde se lê:**

“Art. 9º As instâncias estaduais do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei nº 8.080, de 20 de setembro de 1990, podem delegar às instâncias municipais habilitadas a responsabilidade de concessão de licenças, as quais estarão sujeitas ao disposto nesta Lei.”

**Leia-se:**

“Art. 9º As instâncias estaduais do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, podem delegar às instâncias municipais habilitadas a responsabilidade de concessão de licenças, as quais estarão sujeitas ao disposto nesta Lei.”

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, autógrafos corrigidos da referida proposição.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,  
Primeiro-Secretário.

Regulamenta a produção e comercialização de insumos, equipamento, material ou maquinaria destinados à fabricação, acondicionamento, embalagem, controle de qualidade ou emprego em qualquer outra fase da cadeia produtiva de medicamentos para uso humano ou veterinário e de qualquer material destinado à utilização em odontologia ou para fins diagnósticos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É obrigatório o licenciamento, com periodicidade anual, perante a Secretaria de Saúde Estadual correspondente a sua área de atuação:

I – dos hospitais, casas de saúde ou quaisquer outros tipos de estabelecimentos de saúde públicos, privados ou filantrópicos;

II – de toda e qualquer empresa ou estabelecimento que desenvolva atividades de produção, fornecimento, importação, exportação, distribuição, representação, dispensação ou venda direta ao consumidor de qualquer tipo ou espécie de insumos, equipamento, material ou maquinaria destinados à fabricação, acondicionamento, embalagem, controle de qualidade ou emprego em qualquer outra fase da produção de medicamentos para uso humano ou veterinário e de material destinado à utilização odontológica ou para fins diagnósticos.

Parágrafo único. Os estabelecimentos públicos ou filantrópicos enumerados no inciso I ficam isentos de quaisquer taxas referentes ao licenciamento a que se refere esta Lei.

Art. 2º Fica instituído cadastro nacional das licenças a que se refere esta Lei, controlado pelo órgão máximo do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, contemplando no mínimo a identificação completa do estabelecimento, sua área de atuação e período de licenciamento.

§ 1º Os estabelecimentos submetidos à exigência legal de licença estadual de saúde serão recadastrados, no exercício fiscal imediatamente seguinte ao do ano de promulgação desta Lei.

§ 2º Ficam as farmácias e drogarias, assim como todo e qualquer estabelecimento de venda de medicamentos diretamente ao consumidor, obrigados a indicar, no ato de cadastramento a que se refere o § 1º, o farmacêutico responsável técnico legal, seu horário de trabalho, como também o farmacêutico substituto e jornada de trabalho.

§ 3º Ficam as instâncias estaduais do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária autorizadas a conceder prazo para os estabelecimentos farmacêuticos já em funcionamento antes da promulgação desta Lei se adequarem aos seus dispositivos.

§ 4º Será adotado um modelo unificado e sistematizado de numeração das licenças estaduais, controlado pelo órgão máximo do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Art. 3º O fabricante, fornecedor distribuidor, comercializador ou representante citados no art. 2º, bem como todos os estabelecimentos abrangidos pelas Leis de nºs 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, excetuando-se os estabelecimentos de venda direta ao consumidor, somente poderão efetuar transações comerciais ou de prestação de serviços com pessoas jurídicas obrigatoriamente licenciadas na Secretaria Estadual de Saúde correspondente a sua área de atuação.

§ 1º As atividades de importar e exportar estão excluídas da obrigatoriedade prevista no caput deste artigo.

§ 2º As atividades de importação e exportação deverão levar em consideração as áreas específicas de atuação de cada empresa, não podendo, em hipótese alguma, extrapolar o âmbito de sua competência de atuação.

Art. 4º o número das licenças estaduais de saúde constará obrigatoriamente em todos os documentos fiscais correspondentes às operações de prestação de serviços, compra, venda, locação mercantil, escambo ou troca mercantil, empréstimo a título oneroso ou comodato, de qualquer material ou produto referido no art. 1º desta Lei e todos os produtos e serviços abrangidos pelas Leis de nºs 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e 6.360, de 23 de setembro de 1976, mesmo que para fins de teste ou treinamento, descarte, inutilização ou substituição.

Parágrafo único. Ressalvadas as operações de venda diretamente ao consumidor, o número de lote de produção ou, no caso de equipamentos, o número de série constará obrigatoriamente dos documentos fiscais a que se refere o caput.

Art. 5º A aquisição de medicamentos por órgãos públicos fica condicionada à prévia avaliação quanto à qualidade e segurança realizada, a expensas dos fornecedores, por laboratórios habilitados pelo órgão máximo do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Parágrafo único. Os testes de qualidade e segurança estabelecidos no caput deste artigo deverão ser realizados nos mesmos lotes que serão entregues ao órgão público que os tenha comprado ou adquirido.

Art. 6º As empresas que tiverem seus produtos reprovados nos testes de segurança e qualidade estabelecidos no **caput** do art. 5º terão seu processo de compra ou aquisição cancelado, sendo chamada a empresa imediatamente posterior classificada, e a empresa que tenha sido desclassificada por reprovação dos produtos por ela entregues, que sejam de sua

fabricação, ou mesmo de sua representação ou distribuição, estará impedida de participar de quaisquer outras modalidades de compras ou aquisições de órgãos públicos, por um período mínimo de um ano.

Art. 7º Os estabelecimentos de venda direta ao consumidor só poderão adquirir produtos farmacêuticos das entidades dispostas no art. 1º desta lei, obrigatoriamente licenciados na Secretaria Estadual de Saúde correspondente a sua área de atuação.

Art. 8º A infração desta lei sujeitará o infrator:

I – à pena de suspensão da licença por trinta dias;

II – a cassação de licença e impedimento legal em todo Território Nacional, em caso de reincidência.

Parágrafo único. As sanções previstas nesta Lei não excluem as penalidades sanitárias previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e outras de natureza cível ou criminal.

Art. 9º As instâncias estaduais do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, em consonância com os princípios estabelecidos pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, podem delegar às instâncias municipais habilitadas a responsabilidade de concessão de licenças, as quais estarão sujeitas ao disposto nesta Lei.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara dos Deputados, 9 de março de 2006.

– **Aldo Rebelo**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS)

– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 190, DE 2006**

**Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento.**

Relator: Senador **Pedro Simon**

Relatora **ad hoc**: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**

#### **I – Relatório**

O Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, altera a Lei nº 8.213, de 1991, estendendo o acréscimo de 25% no valor da aposentadoria para todo segurado que, por razões de-

correntes de doença ou deficiência física, necessitar de assistência permanente de outra pessoa.

Para tanto, em seu art. 1º propõe nova redação para o art. 45 da Lei nº 8.213, de 1991, incorporando como beneficiários do referido acréscimo de 25%, além dos aposentados por invalidez, já contemplados, também os aposentados por idade, por tempo de contribuição, ou ainda aqueles em regime de aposentadoria especial, desde que tenham sido acometidos de doença ou deficiência que lhes façam necessitar de auxílio permanente de outra pessoa.

#### **II – Análise**

A norma atual, inscrita no art. 45 da Lei nº 213, de 1991, confere a prerrogativa do recebimento de um adicional de 25% nos casos de aposentadoria por invalidez. Com o intuito de proporcionar, aos indivíduos naquela situação, a possibilidade de remunerar os serviços auxiliares de que tanto dependem, o dispositivo legal visa dar melhores condições de vida àqueles trabalhadores. Nesse sentido, trata-se de mecanismo meritório.

Entretanto, o projeto de lei em análise identifica, com justeza, uma distorção da legislação, proveniente do fato de que segurados nas mesmas condições de doença ou deficiência física, mas em outra situação que não a aposentadoria por invalidez, deveriam ser igualmente contemplados pela Lei, e não o são. Evoca, portanto, o referido projeto de lei, a necessidade da extensão da prerrogativa legal aos demais segurados, com base em dois argumentos. Primeiramente, por uma questão de respeito aos preceitos básicos da seguridade social, a saber, a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços. Em segundo lugar, pela injustiça da atual legislação em relação aos aposentados por idade e por tempo de contribuição, que participam de forma efetiva do custeio da Previdência Social, mas que não são contemplados com o adicional de 25%, em caso de doença e/ou invalidez.

A proposição em análise traz ainda, em sua justificção, a ressalva de que a extensão dos 25% supracitados não deverá contemplar os chamados segurados especiais – caso da chamada Previdência Rural. Isso, pelo fato de que este grupo, por suas especificidades, não contribui para o custeio do sistema previdenciário, não devendo, portanto, ser contemplado pelo adicional em questão. De todo modo, em termos do mérito, o Projeto de Lei nº 240/2004 é oportuno e vem reparar uma situação iníqua que ora se impõe em nosso sistema previdenciário.

No que diz respeito à regimentalidade, não há vícios que prejudiquem o projeto. O texto segue a boa técnica legislativa, sendo dotado de concisão, clareza e objetividade. No entanto, o mesmo não pode ser dito acerca da constitucionalidade da proposição. Com



efeito, no art. 195, § 5º da Carta Magna, que versa sobre o financiamento da seguridade social, lê-se, textualmente:

Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

No caso do PLS em análise, está-se propondo efetiva extensão de benefícios, sem que a fonte de custeio desta iniciativa tenha sido devidamente enunciada. Desse modo, entende-se que a proposição merece reparos quanto ao mérito na questão relativa ao preceito constitucional.

### III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2004, com a seguinte emenda aditiva:

#### EMENDA Nº 1/CAS

Inclua-se o seguinte art. 2º neste PLS, renumerando-se o atual art. 2º para art. 3º.

“Art. 2º As despesas decorrentes do acréscimo correrão à custa do Orçamento da Seguridade Social da União.”

Sala da Comissão.

#### SENADO FEDERAL COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 270, de 2004	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 29/03/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR: "ad hoc", Senadora Patrícia Saboya Gomes: Patrícia Saboya Gomes	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL – PFL	1- HERÁCLITO FORTES – PFL.
GILBERTO GOELLNER – PFL	2- JOSÉ JORGE – PFL.
MARIA DO CARMO ALVES – PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES – PFL.
RODOLPHO TOURINHO – PFL.	4- ROMEU TUMA – PFL.
FLEXA RIBEIRO – PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO – PSDB.
LEONEL PAVAN – PSDB.	6- LUIZ SOARES – (Sem Partido)
LUCIA VÂNIA – PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB.
REGINALDO DUARTE – PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA – PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- IRIS DE ARAÚJO
PAPALEO PAES - PSDB	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE – (Sem Partido)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
CELO CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO.	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

OF. nº 113/ 2005 – PRES/CAS

Brasília, 10 de novembro de 2005

Senhor Presidente

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2004, com uma Emenda aditiva, que “Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento”, de autoria do Senador Paulo Paim.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente

#### **PARECER Nº 191, DE 2006**

**Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua.**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**  
Relator “ad hoc”: Senador **Eduardo Azeredo**

#### **I – Relatório**

Vem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para exame em caráter de decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua e dá outras providências.

Composto de cinco artigos, o projeto em exame, de caráter autorizativo, tem por objetivo criar o Programa de maneira a proporcionar assistência, condições para inclusão social e oportunidades de qualificação profissional aos moradores de rua (art. 1º).

Para efeitos da lei, o projeto considera moradores de rua as pessoas cuja renda per capita seja inferior à linha de pobreza, que não possuem domicílio e pernoitam nos logradouros das cidades, nos albergues ou qualquer outro não destinado à habitação.

O Programa deverá ser implementado mediante convênios entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, podendo deles participar as entidades não-governamentais de assistência aos moradores de rua (art. 2º).

Os recursos para o financiamento do Programa virão do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (art. 3º).

Em sua justificação, o autor enfatiza que, sem que existam políticas efetivas e abrangentes de acolhimento

aos moradores de rua, estes ficam expostos a situações humilhantes, dificultando ainda mais o reencontro com a auto-estima e com a dignidade. Tudo isso, sem falar nos casos recentes de extermínio daqueles que tiveram a vida ceifada pelo simples motivo de não possuir um teto que os abrigue durante a noite.

Complementa, ainda, ser necessário “que iniciativas emergenciais sejam adotadas em escala compatível com a gravidade do problema”.

À proposição não foram apresentadas emendas.

#### **II – Análise**

Cabe a esta Comissão emitir parecer terminativo sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e também sobre o mérito da proposição em exame.

Da análise jurídica da proposta, não se vislumbra inconstitucionalidade material, mas cabe-nos analisar se o projeto encontra respaldo formal na Constituição Federal e não constitui afronta ao ordenamento jurídico interno.

Importa lembrar que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa já se pronunciou quanto à constitucionalidade e juridicidade dos projetos de lei ditos autorizativos, quando aprovou, em 1998, o Parecer nº 527, do eminente jurista Senador Josaphat Marinho.

De acordo com o referido documento, o apoio doutrinário, jurídico e legal de que gozam as leis autorizativas administrativas, orçamentárias e tributárias revela que a iniciativa do Legislativo, nesses casos, não configura ingerência em matérias de atribuição do Executivo, mas sim prova da colaboração real entre Poderes autônomos e harmônicos, que podem e devem alertar-se mutuamente sobre a necessidade da prática de certos atos.

O Projeto em tela tem por objetivo alterar a lógica perversa de exclusão social dos moradores de rua ao indicar a ação que se espera do governo. Propõe a criação de um programa destinado a proporcionar assistência, condições para inclusão social e oportunidades de qualificação profissional a esses cidadãos. Concorre, assim, para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, para a erradicação da pobreza e da marginalização, além da redução das desigualdades sociais. Dessa forma, é inegável que contribui efetivamente para a concretização da justiça social a que se referem os arts. 1º, 3º, 170 e 193 da Lei Maior brasileira.

Contudo, a redação dada ao art. 2º do projeto afasta-se do caráter autorizativo da proposição e ordena, de maneira indevida, a forma de implementação do programa e sua instância de coordenação, sendo pois merecedora de reparos.

Em primeiro lugar, o dispositivo deverá manter o caráter autorizativo e estabelecer que o Programa “poderá ser implantado mediante convênios”. Segundo, tendo em vista que o programa será financiado com recursos

do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, previsto na Constituição Federal, art. 79 (ADCT), inserido por meio da Emenda Constitucional nº 31, de 2000, a coordenação do programa deverá seguir as normas estabelecidas na Lei Complementar nº 111, de 2001, que regula o Fundo. Nesse sentido, a coordenação compete ao “órgão gestor do Fundo”, em conformidade com o art. 5º da referida lei complementar.

Por último, há reparos a fazer quanto à juridicidade e a técnica legislativa. Cabe registrar que, de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998, não cabe o estabelecimento de prazo para a regulamentação da lei pelo Executivo, devendo o art. 4º do projeto ser, assim, suprimido.

Ainda, para manter a unidade e a coerência do texto, há de se efetuar um pequeno ajuste, com relação ao nome do Programa. De acordo com a ementa, o nome seria “Programa Social da População de Rua”, no entanto, o nome constante dos vários dispositivos da proposição é outro: “Programa de Inclusão Social dos Moradores de Rua”. Dessa forma, a ementa também deverá ser alterada. Nessa alteração, aproveitamos a oportunidade para mudar a denominação do programa para “Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua” – mais coerente com a realidade. Afinal, a população não “é da rua”, mas está, por circunstâncias alheias a sua vontade, numa situação provisória, vivendo nas ruas.

Sobre o mérito da proposta, louve-se o seu enorme alcance social, uma vez que beneficia um segmento populacional extremamente vulnerável. Trata-se dos moradores de rua, pessoas que estão “fora do lugar discriminados socialmente por ocupar um espaço sujo e perigoso que, inevitavelmente, os transformam em cidadãos excluídos”.

### III – Voto

Em face do exposto, e não havendo qualquer óbice de natureza constitucional, jurídica, regimental e de técnica legislativa na proposição, que ademais é extremamente meritória, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº 1 – CAS

Dê-se à Ementa do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, a seguinte redação:

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua e dá outras providências.

#### EMENDA Nº 2 – CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua, com o objetivo de proporcionar assistência, condições para inclusão social e oportunidades de qualificação profissional à população em situação de rua.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, considera-se população em situação de rua as pessoas cuja renda **per capita** é inferior à linha de pobreza, que não possuem domicílio e pernoitam nos logradouros da cidade, nos albergues ou qualquer outro lugar não destinado à habitação.”

#### EMENDA Nº 3 – CAS

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, a seguinte redação:

“Art. 2º O Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua poderá ser implementado mediante convênios a serem celebrados entre a União, o Distrito Federal e os Municípios.

Parágrafo único. Entidades não-governamentais de assistência à população em situação de rua poderão participar do programa e sua atuação estará subordinada ao órgão responsável pela execução do Programa”.

#### EMENDA Nº 4 – CAS

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, a seguinte redação:

“Art. 3º Q Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua será financiado com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza”.

§ 1º O Programa será coordenado pelo órgão gestor do Fundo, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001

§ 2º Na implementação do Programa a que se refere o **caput**, os recursos do Fundo serão direcionados a ações que tenham como alvo as populações de municípios e localidades urbanas ou rurais, isoladas ou integrantes de regiões metropolitanas, que apresentem insuficiência de renda”.

#### EMENDA Nº 5 – CAS

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, renumerando-se o artigo subsequente.

Sala da Comissão, 1º de dezembro de 2005.

SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 01/12/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: SENADORA PATRÍCIA SABOYA GOMES

EDUARDO AZEREDO

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
GILBERTO GOELLNER - PFL	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL.	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.
LEONEL PAVAN - PSDB.	6- LUIZ SOARES - (Sem Partido)
LÚCIA VÂNIA - PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.
REGINALDO DUARTE - PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- IRIS DE ARAÚJO
PAPALEO PAES - PSDB	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELA (PMR)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO.	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.







TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI  
DO SENADO Nº 299, DE 2004, APROVADO  
NA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS  
NO DIA 1º DE DEZEMBRO DE 2005

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 299, DE 2004**

**Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua, com o objetivo de proporcionar assistência, condições para inclusão social e oportunidades de qualificação profissional à população em situação de rua.

Parágrafo único. Para efeitos desta lei, considera-se população em situação de rua as pessoas cuja renda per capita é inferior à linha de pobreza, que não possuem domicílio e pernoitam nos logradouros da cidade, nos albergues ou qualquer outro lugar não destinado à habitação.

Art. 2º O Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua poderá ser implementado mediante convênios a serem celebrados entre a União, o Distrito Federal e os Municípios.

Parágrafo único. Entidades não-governamentais de assistência à população em situação de rua poderão participar do programa e sua atuação estará subordinada ao órgão responsável pela execução do Programa.

Art. 3º O Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua será financiado com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

§ 1º O programa será coordenado pelo órgão gestor do Fundo, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001.

§ 2º Na implementação do Programa a que se refere o caput, os recursos do Fundo serão direcionados a ações que tenham como alvo as populações de municípios e localidades urbanas ou rurais, isoladas ou integrantes de regiões metropolitanas, que apresentem insuficiência de renda.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, de dezembro de 2005. – **Antonio Carlos Valadares**, Presidente – **Eduardo Azevedo**, Relator.

**LEGISLAÇÃO CITADA  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**TÍTULO I**

**Dos Princípios Fundamentais**

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – garantir o desenvolvimento nacional;
- III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

**TÍTULO VII**

**Da Ordem Econômica e Financeira**

**CAPÍTULO I**

**Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica**

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I – soberania nacional;
- II – propriedade privada;
- III – função social da propriedade;
- IV – livre concorrência;
- V – defesa do consumidor;



VI – defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19-12-2003)

VII – redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII – busca do pleno emprego;

IX – tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

## **TÍTULO VIII Da Ordem Social**

### **CAPÍTULO I Disposição Geral**

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

## **TÍTULO X**

### **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**

Art. 79. É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

Parágrafo único. O Fundo previsto neste artigo terá Conselho Consultivo e de Acompanhamento que conte com a participação de representantes da sociedade civil, nos termos da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 31, de 2000)

### **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 31, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2000**

**Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.**

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona**

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 111, DE 6 DE JULHO DE 2001**

**Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.**

### **DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARAGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO**

#### **Relatório**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**

#### **I – Relatório**

Vem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para exame em caráter de decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua e dá outras providências.

Composto de cinco artigos, o projeto em exame, de caráter autorizativo, tem por objetivo criar o Programa de maneira a proporcionar assistência, condições para inclusão social e oportunidades de qualificação profissional aos moradores de rua (art. 1º).

Para efeitos da lei, o projeto considera moradores de rua as pessoas cuja renda **per capita** seja inferior à linha de pobreza, que não possuem domicílio e pernoitam nos logradouros das cidades, nos albergues ou qualquer outro não destinado à habitação.

O Programa deverá ser implementado mediante convênios entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, podendo deles participar as entidades não-governamentais de assistência aos moradores de rua (art. 2º).

Os recursos para o financiamento do Programa virão do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (art.3º).

Em sua justificação, o autor enfatiza que, sem que existam políticas efetivas e abrangentes de acolhimento aos moradores de rua, estes ficam expostos a situações humilhantes, dificultando ainda mais o reencontro com a auto-estima e com a dignidade. Tudo isso, sem falar nos casos recentes de extermínio daqueles que tiveram a vida ceifada pelo simples motivo de não possuir um teto que os abrigue durante a noite.

Complementa, ainda, ser necessário “que iniciativas emergenciais sejam adotadas em escala compatível com a gravidade do problema”.

À proposição não foram apresentadas emendas.

## II – Análise

Cabe a esta Comissão emitir parecer terminativo sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e sobre o mérito, da proposição em exame.

Da análise jurídica da proposta, não se vislumbra inconstitucionalidade material, mas cabe-nos analisar se o projeto encontra respaldo formal na Constituição Federal e não constitui afronta ao ordenamento jurídico interno.

Importa lembrar que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa já se pronunciou quanto à constitucionalidade e juridicidade dos projetos de lei ditos autorizativos, quando aprovou, em 1998, o Parecer nº 527, do eminente jurista Senador Josaphat Marinho. De acordo com o referido documento, o apoio doutrinário, jurídico e legal de que gozam as leis autorizativas administrativas, orçamentárias e tributárias revela que a iniciativa do Legislativo, nesses casos, não configura ingerência em matérias de atribuição do Executivo, mas sim prova da colaboração real entre Poderes autônomos e harmônicos, que podem e devem alertar-se mutuamente sobre a necessidade da prática de certos atos.

O Projeto tem por objetivo alterar a lógica perversa de exclusão social dos moradores de rua ao indicar a ação que se espera do governo. Propõe a criação de um programa destinado a proporcionar assistência, condições para inclusão social e oportunidades de qualificação profissional a esses cidadãos. Concorre, assim, para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, para a erradicação da pobreza e da marginalização, além da redução das desigualdades sociais. Dessa forma, é inegável que contribui efetivamente para a concretização da justiça social a que se referem os arts. 1º, 3º, 170 e 193 da lei Maior brasileira.

Contudo, a redação dada ao art. 2º do projeto foge do caráter autorizativo da proposição e ordena de maneira indevida a forma de implementação do programa e sua instância de coordenação, sendo pois merecedora de reparos.

Em primeiro lugar, o dispositivo deverá manter o caráter autorizativo e estabelecer que o Programa “poderá ser implantado mediante convênios”. Segundo, tendo em vista que o programa será financiado com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, previsto na Constituição Federal, art. 79 (ADCT), inserido por meio da Emenda Constitucional nº 31, de 2000, a coordenação do programa deverá seguir as normas estabelecidas na Lei Complementar nº 111, de 2001, que regula o Fundo. E, nesse sentido, a coordenação compete ao “órgão gestor do Fundo”, em conformidade com o art. 5º da referida lei complementar.

Por último, quanto às questões de juridicidade e técnica legislativa, há reparos a fazer. Cabe registrar que, de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998, não cabe o estabelecimento de prazo para a regulamentação da Lei pelo Executivo, devendo o art. 4º do projeto ser, assim, suprimido.

Ainda, para manter a unidade e a coerência do texto, há de se efetuar um pequeno ajuste, com relação ao nome do Programa. De acordo com a ementa, o nome seria “Programa Social da População de Rua”, no entanto, o nome constante dos vários dispositivos da proposição é outro: Programa de Inclusão Social dos Moradores de Rua. Dessa forma, a ementa também deverá ser alterada.

Sobre o mérito da proposta, louve-se o seu enorme alcance social, uma vez que beneficia um segmento populacional extremamente vulnerável. Trata-se dos moradores de rua, pessoas que estão “fora do lugar”, discriminados socialmente por ocupar um espaço sujo e perigoso que, inevitavelmente, os transformam em cidadãos excluídos.

## III – Voto

Em face do exposto, não havendo qualquer óbice de natureza constitucional, jurídica, regimental e de técnica legislativa na proposição, que ademais é extremamente meritória, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, com as seguintes emendas:

### EMENDA Nº – CAS

Dê-se à Ementa do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, a seguinte redação:

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Inclusão Social dos Moradores de Rua e dá outras providências.

#### EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, a seguinte redação:

“Art. 2º O Programa de Inclusão Social dos Moradores de Rua poderá ser implementado mediante convênios a serem celebrados entre a União, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 1º O programa a que se refere o **caput** será coordenado pelo órgão gestor do Fundo, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001.

§ 2º Entidades não governamentais de assistência aos moradores de rua poderão participar do programa e sua atuação estará subordinada ao órgão responsável pela execução do Programa.

#### EMENDA Nº – CAS

Suprima-se o art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, renumerando-se o artigo subsequente.

Sala da Comissão, – **Patrícia Saboya**, Presidente  
– **Eduardo Azeredo**, Relator **ad hoc**.

OF. nº 119/ 2005 – PRES/CAS

Brasília, 1º de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, com cinco emendas que apresenta, que “Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua a dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

#### PARECER Nº 192, DE 2006

**Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conse-**

### **Ihos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo.**

Relator: Senador **Marco Maciel**

Relator **Ad Hoc**: Senador **Paulo Paim**

#### **I – Relatório**

Vem a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005 que tem por finalidade, ao acrescentar o art. 7º-A à Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, criar o piso salarial dos técnicos de nível médio inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Seu valor será correspondente a sessenta e seis por cento da menor remuneração atribuída em lei para os diplomados pelos cursos regulares superiores com registro profissional nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

A menor remuneração atribuída pela Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, aos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária, com curso universitário, é de cinco vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País. Em valores atuais, portanto, isso representaria um piso salarial de R\$990,00 para os técnicos de nível médio.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposição alega:

Não se trata da instituição de novos pisos salariais, mas apenas de harmonização e tratamento isonômico para abranger atividades técnicas abrangidas por um mesmo sistema de registro e fiscalização profissional.

Ao projeto, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

#### **II – Análise**

Há muitas opiniões contrárias à instituição de piso salarial para as categorias profissionais. Sua defesa, entretanto, baseia-se, fundamentalmente, no fato de que elas merecem um salário digno e que sua imposição, por meio de diploma legal, se faz necessária porque as relações de mercado ainda não permitem, em todo o Brasil, que os salários dos profissionais sejam por elas determinados.

Ademais, a Constituição Federal é clara, ao assegurar, em seu art. 7º V, como direito do trabalhador,

piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. Desse modo, o preceituado na Carta Magna, por si só, justifica a proposição, que concede aos técnicos de nível médio a remuneração mínima consentânea ao desempenho de suas atividades.

O Prof. Amauri Mascaro Nascimento, ao abordar a questão do piso salarial, ressalta que a manutenção dos pisos estabelecidos em valores fixos funciona como medida social relevante que vem contribuindo, de modo significativo, para a elevação dos salários de diversas categorias profissionais, ao mesmo tempo que transforma o mínimo, de oficial e imposto, em negociado pelos próprios interlocutores sociais (in **Direito do Trabalho na Constituição de 1988**, p. 120).

Todavia, não é demais enfatizar que, embora a Constituição assegure e leis federais já tenham estabelecido o piso salarial de várias categorias profissionais, o piso salarial nem sempre é sinônimo de proteção e garantia de empregos remunerados com dignidade. Não raras vezes, a contratação de profissionais, cujo piso salarial é assegurado por lei, é feita sem a observância desse piso, uma vez que eles são obrigados a exercer sua profissão ocupando cargos sob outra denominação.

De qualquer modo, a fixação de piso salarial para uma determinada categoria profissional, é ainda, em princípio, um instrumento efetivo de proteção da remuneração do trabalhador, pois impede que este sofra uma degradação salarial não-compatível com a sua condição. É isso que move muitos segmentos a reclamar salários específicos, a constituírem-se em pisos para suas categorias.

Com relação ao valor do piso salarial proposto para os técnicos de nível médio, de R\$990,00, entendemos que ele é adequado ao mercado de trabalho desses profissionais.

Entretanto, esse valor poderá, a qualquer momento, ser contestado, eis que, segundo o projeto, ele deverá representar 66% do menor piso salarial previsto na Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, que estabelece os pisos salariais da categoria de nível superior em quantidades de salários mínimos, **verbis**:

Art. 4º Para os efeitos desta lei os profissionais citados no art. 1º são classificados em:

a) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de 4 (quatro) anos ou mais;

b) diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de menos de 4 (quatro) anos.

Art. 5º Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea a do art. 3º, fica fixado o salário-base mínimo de 6 (seis) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea a do art. 4º, e de 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais da alínea b do art. 4º.

Como se sabe, as leis que fixaram piso salarial com base no valor do salário mínimo não foram recepcionadas pela Constituição de 1988, tendo em vista que o art. 7º, IV veda sua vinculação para qualquer fim.

Nesse sentido, tem-se manifestado o Supremo Tribunal Federal, do que é exemplo o julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 33, da qual foi relator o Ministro Gilmar Mendes, publicada no **Diário de Justiça**, de 6 de agosto de 2004, em cujo acórdão se lê: Remuneração de pessoal. Vinculação do quadro de salários ao salário mínimo. Norma não recepcionada pela Constituição de 1988. Afronta o princípio federativo e ao direito social fundamental ao salário mínimo digno.

Em consequência, temos que o art. 5º da Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, não tendo sido recepcionado pela Constituição Federal, deixa de ser uma referência para a fixação do piso salarial do técnico de nível médio.

Assim, com o intuito de aperfeiçoar a proposição sob exame, apresentamos, ao final deste, emenda propondo um piso salarial, expresso em reais, de R\$990,00 para os técnicos de nível médio.

### III – Voto

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, com a seguinte emenda:

#### EMENDA Nº 1 – CAS

Dê ao art. 7º-A, constante do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2005, a seguinte redação:

Art. 7º-A O piso salarial devido aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia corresponderá ao valor de R\$990,00 (novecentos e noventa reais).



SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/12/2005 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: SENADOR MARCO MACIEL *Relator "art. 101" Sen. PAULO PAIM*

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTES
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
(VAGO)	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL.	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.
LEONEL PAVAN - PSDB.	6- PAPALÉO PAES - PSDB.
LÚCIA VÂNIA - PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.
REGINALDO DUARTE - PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTES
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- IRIS DE ARAÚJO
(VAGO)	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- DELCÍDIO AMARAL (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELA (PMR)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)	6- (VAGO)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
AUGUSTO BOTELHO.	1- CRISTÓVAM BUARQUE

Atualizado em 10.11.2005

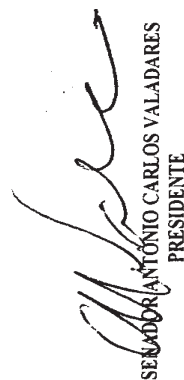
*Antônio Carlos Valadares*  
(PRESIDENTE)

# COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2005.

TITULARES - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL					1- HERACLITO FORTES - PFL.				
(VAGO)					2- JOSÉ JORGE - PFL.				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.					3 - DEMÓSTENES TORRES - PFL.				
RODOLPHO TOURINHO - PFL.					4- ROMEU TUMA - PFL.	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	X				5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.				
LEONEL PAVAN - PSDB.					6- PAPALÉO PAES - PSDB				
LÚCIA VÂNIA - PSDB.					7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.				
REGINALDO DUARTE	X				8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SUASSUNA					1- WELLINGTON SALGADO	X			
ROMERO JUCÁ					2- RAMEZ TEBET				
VALDIR RAUPP	X				3- JOSÉ MARANHÃO				
MÃO SANTA					4- PEDRO SIMON				
SÉRGIO CABRAL					5- IRIS DE ARAÚJO				
VAGO					6- GERSON CAMATA				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB.					1- DELCÍDIO AMARAL - PT				
FLÁVIO ARNS - PT.	X				2- MAGNO MALTA - PL.				
IDELI SALVATTI - PT.					3- EDUARDO SUPLICY - PT.	X			
MARCELO CRIVELLA - PMR.	X				4- FÁTIMA CLEIDE - PT.				
PAULO PAIM - PT. (Relator "ad hoc")	X				5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB.				
PATRÍCIA SABOYA GOMES - PSB					6- (VAGO)				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: \_\_\_\_\_ ABSTENÇÃO: \_\_\_\_\_ AUTOR: \_\_\_\_\_ SALA DAS REUNIÕES, EM 15/12/2005.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

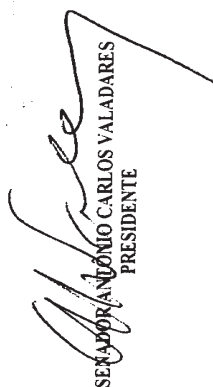
  
SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES  
PRESIDENTE

# COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO EMENDA Nº 01 - CAS DO PLS Nº 227, DE 2005.

TITULARES - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco da Minoria. (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCO MACIEL - PFL					1- HERÁCLITO FORTES - PFL.				
(VAGO)					2- JOSÉ JORGE - PFL.				
MARIA DO CARMO ALVES - PFL.					3 - DEMÓSTENES TORRES - PFL.				
RODOLPHO TOURINHO - PFL.					4- ROMEU TUMA - PFL.		X		
FLEXA RIBEIRO - PSDB.		X			5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.				
LEONEL PAVAN - PSDB.					6- PAPALEO PAES - PSDB				
LÚCIA VÂNIA - PSDB.					7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.				
REGINALDO DUARTE		X			8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SUASSUNA					1- WELLINGTON SALGADO		X		
ROMERO JUCÁ					2- RAMEZ TEBET				
VALDIR RAUPP		X			3- JOSÉ MARANHÃO				
MÃO SANTA					4- PEDRO SIMON				
SERGIO CABRAL					5- IRIS DE ARAÚJO				
(VAGO)					6- GERSON CAMATA				
TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo. (PT, PSB, PTB, PL E PPS).	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB.					1- DELCÍDIO AMARAL - PT				
FLÁVIO ARNS - PT.		X			2- MAGNO MALTA - PL.				
IDELI SALVATTI - PT.					3- EDUARDO SUPLICY - PT.		X		
MARCELO CRIVELLA - PMR.		X			4- FÁTIMA CLEIDE - PT.				
PAULO PAIM - PT.		X			5- MOZARILDO CAVALCANTI - PTB.				
PATRICIA SABOYA GOMES - PSB					6- (VAGO)				
TITULARES - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO		X			1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: \_\_\_\_ NÃO: 10 ABSTENÇÃO: \_\_\_\_ AUTOR: ----- SALA DAS REUNIÕES, EM 15/12/2005.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

  
SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES  
PRESIDENTE



## CONCLUSÃO DO PARECER AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2005

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada no dia 15 de dezembro de 2005, deliberou pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, que “Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1988, para estabelecer aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo”, e pela rejeição da emenda apresentada pelo Relator, Senador Marco Maciel, na conclusão de seu Relatório.

Sala da Comissão, 15 de dezembro de 2005.

- Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.
- Senador **Paulo Paim**, Relator *ad hoc*.

OF. nº 121/2005 – PRES/CAS

Brasília, 15 de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, que “Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo”, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:  
.....

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;  
.....

## PARECER Nº 193, DE 2006

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2005, Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores, que dispõe sobre incentivos fiscais às doações para Partidos Políticos e candidatos.**

Relator: Senador **José Jorge**

### I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 392, de 2005, apresentado pelo Senador Renan Calheiros e outros senhores senadores, ora em exame, tenciona estimular o financiamento lícito de campanhas eleitorais e de partidos políticos. Faz parte de um conjunto de sugestões enviadas pelo Tribunal Superior Eleitoral no final de 2005, para aperfeiçoar o sistema eleitoral em face dos graves fatos que vieram a público no ano passado.

A proposta contém quatro artigos. O art. 1º modifica a Lei nº 9.249, de 28 de dezembro de 1995, mediante a inserção de novo inciso IV no § 2º do art. 13, de forma a possibilitar a dedução, para pessoas jurídicas, de doações a candidatos e partidos políticos, limitada a 2% do lucro operacional, antes de computada a respectiva dedução.

Para dar transparência às operações, essas doações devem ser feitas mediante cheque nominativo, depositado em contas específicas abertas em conformidade com instruções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou transferidas aos beneficiários por meio eletrônico. Evidentemente, não são admitidos depósitos por entidade ou governo estrangeiro, órgão ou

entidade da Administração Pública, entidade sindical, concessionário ou permissionário de serviço público e outras pessoas jurídicas arroladas no art. 24 da Lei nº 9.504, de 1997.

Para adequar a proposta às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), que fixa restrições para concessão de benefícios fiscais, e para evitar o aumento da renúncia fiscal, a nova alínea **d** do art. 13, § 2º, IV, também da Lei nº 9.249, de 1995, estabelece que os benefícios fiscais propostos deverão estar contidos nos limites hoje fixados para dedutibilidade de doações a entidades de assistência social (art. 13, § 2º, III, da Lei nº 9.249, de 1995). Caso as doações e contribuições, realizadas nos termos do art. 81, § 1º, da Lei nº 9.504, de 1997, ultrapassem o valor dedutível, nos termos propostos, o excedente não poderá ser deduzido.

O art. 2º trata de possibilidade análoga para as pessoas físicas. Mediante o acréscimo de um inciso VII ao art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, as doações a partidos políticos e candidatos passam a ser admitidas como dedução para as pessoas físicas.

Nesse caso, o art. 3º ressalva a necessidade de que sejam observados os limites vigentes de incentivos fiscais aplicáveis aos contribuintes pessoas físicas (6% do valor do imposto devido), nos termos da nova redação dada ao art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

O art. 4º estabelece que a nova lei vigorará a partir de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2006.

Segundo a justificativa apresentada, a proposta decorre da necessidade de estimular o financiamento lícito de campanhas eleitorais e de partidos políticos, segundo modelo **sui generis** de financiamento público.

Não foram oferecidas emendas.

## II – Análise

Primeiramente, vale o registro de que a matéria faz parte das competências da União (art. 22, I, da Constituição Federal), sendo legitimados para a sua propositura os membros e comissões do Congresso

Nacional e de suas Casas, o Presidente da República (sob a forma de projeto de lei, somente) e os cidadãos, todos na forma do art. 61 da Constituição. Assim, é indiscutível a legitimidade da iniciativa parlamentar para a proposta.

No mérito, entendemos que a proposição atende ao princípio da generalidade, não ofendendo os princípios da igualdade e da isonomia (materializados pelo inciso II do art. 150 da Constituição Federal).

É evidente que a possibilidade de dedução do Imposto sobre a Renda de doações a partidos políticos e candidatos constituirá forte estímulo para que essas contribuições sejam feitas de forma oficial, transparente, o que favorecerá fortemente o aumento de doações lícitas às campanhas eleitorais.

Ainda em relação a outros princípios e legislação tributários, também não há no Projeto empecilho algum à sua adoção, visto que também foi contemplada a exigência de lei específica, insculpida no art. 150, § 6º, da Constituição Federal.

Quanto à forma, entende-se que o Projeto aplica adequadamente a técnica legislativa exigida pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Por fim, justificada a importância da proposição, merece menção especial o fato de que o art. 2º e o parágrafo único do art. 3º do Projeto suprem possíveis questionamentos acerca da legalidade relativa à responsabilidade fiscal, estando, pois, em conformidade com as exigências da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

## III – Voto

Ante os argumentos expostos, e nos termos da competência atribuída a esta Comissão pelo arts. 101, II, **d**, e 91, I, do Regimento Interno do Senado Federal, voto pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2005, e no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 14 de fevereiro de 2006.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 392 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/02/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[assinatura]</i> Sen. José Jorge	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEUE TUMA <i>[assinatura]</i>
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>[assinatura]</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE (Relator)	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA <i>[assinatura]</i>	6- TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS <i>[assinatura]</i>	7-EDUARDO AZEREDO <i>[assinatura]</i>
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[assinatura]</i>	8-LEONEL PAVAN <i>[assinatura]</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR <sup>(1)</sup>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, <sup>(2)</sup> , PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY <i>[assinatura]</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO <i>[assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI <i>[assinatura]</i>
SERYS SLHESSARENKO <i>[assinatura]</i>	7-MARCELO CRIVELLA <sup>(3)</sup> <i>[assinatura]</i>
PMDB	
RAMEZ TEBET	1-LUIZ OTÁVIO
MAGUITO VILELA	2-GERSON CAMATA
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4- ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA <sup>(4)</sup>
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
<i>(SEM VOTO)</i> JEFFERSON PÉRES <i>[assinatura]</i>	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 09/02/2006.

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

# PROPOSIÇÃO: PLS Nº 392, DE 2005

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES					1 - ROMEU TUMA	X			
CÉSAR BORGES					2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE	X				5 - RODOLPHO TOURINHO				
JOÃO BATISTA MOTTA	X				6 - TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS	X				7 - EDUARDO AZEREDO	X			
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				9 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR <sup>(1)</sup>				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, <sup>(3)</sup> PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, <sup>(3)</sup> PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE					1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY	X				2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
MAGNO MALTA					4 - PATRÍCIA SABOYA GOMES				
IDELI SALVATTI					5 - SIBA MACHADO	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES					6 - MOZARILDO CAVALCANTI				
SERYS SLHESARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLA (PMR)	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					1 - LUIZ OTÁVIO				
MAGUITO VILELA					2 - GERSON CAMATA				
JOSÉ MARANHÃO					3 - SÉRGIO CABRAL				
ROMERO JUCA					4 - ALMEIDA LIMA				
AMIR LANDO					5 - LEOMAR QUINTANILHA (PCdoB)				
PEDRO SIMON	X				6 - GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PÉRES					1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 14 SIM: 13 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 14 / 02 / 2006

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)

U:\CCJ\2005\Reunião\Voteação nominal.doc (atualizado em 09/02/2006)

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

**LEGISLAÇÃO CITADA**  
**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA**  
**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....  
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....  
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....  
Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

.....  
II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

.....  
§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....  
LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

**Estabelece normas para as eleições.**

.....  
Art. 24. É vedado, a partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

I – entidade ou governo estrangeiro;

II – órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público;

III – concessionário ou permissionário de serviço público;

IV – entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;

V – entidade de utilidade pública;

VI – entidade de classe ou sindical;

VII – pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior.

.....  
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

.....  
LEI COMPLEMENTAR Nº 101,  
DE 4 DE MAIO DE 2000

**Estabelece normas de finanças públicas votadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

.....  
Ofício nº 8/06-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 14 de fevereiro de 2006

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento interno desta Casa, comunico que, em Reunião Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2006, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2005, que “Dispõe sobre incentivos fiscais às doações para Partidos Políticos e candidatos”, de autoria de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:



Of. nº 113/2005 – PRES/CAS

Brasília, 10 de novembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2004, com uma Emenda aditiva, que “Altera a Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doenças ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento”, de autoria do Senador Paulo Paim.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.

Of. nº 119/2005 – PRES/CAS

Brasília, 1º de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2004, com cinco emendas que apresenta, que “Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão Social da População de Rua a dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Presidente.

Of. nº 121/2005 – PRES/CAS

Brasília, 15 de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, que “Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo”, de autoria do Senador Álvares Dias.

Atenciosamente, – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente.

Ofício nº 8/06-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 14 de fevereiro de 2006

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico que, em Reunião Extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2006, esta comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2005, que “Dispõe sobre incentivos fiscais às doações para Partidos Políticos e candidatos”, de autoria de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 270 e 299, de 2004, e 227 e 392, de 2005, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciadas pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Há oradores inscritos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Tem a palavra V. Exª, como Líder do PSDB, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

Logo após a manifestação do Senador Arthur Virgílio, terá a palavra o primeiro orador inscrito, Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA. e Srs. Senadores, os jornais continuam noticiando fato bastante grave sobre a operação do Exército brasileiro nas favelas do Rio de Janeiro.

Vejo, por exemplo, no jornal **O Globo**, sob o título “Uma Reação Inesperada”, notícia de que, pela primeira vez, após oito operações do Exército no Rio, o tráfico enfrenta militares.

Tem havido deboche dos deserdados da sociedade contra as figuras briosas que compõem os quadros do Exército brasileiro, mas a mim me causa enorme espanto o fato de que pareceu à sociedade brasileira flagrante que o Presidente Lula não autorizou coisa alguma. O Exército foi modo próprio resolver a questão.

E hoje o Presidente Lula diz que apóia o uso do Exército para reaver armas e, de maneira bastante primária, diz que “militares devem localizar autores do roubo ao quartel”, como se isso fosse papel do Exército brasileiro, como se isso não fosse dever da Polícia do Estado do Rio de Janeiro, como se isso não fosse dever da Polícia Federal, como se fosse algo trivial, do cotidiano, o Exército brasileiro estar envolvido em fato de tamanha gravidade.

A continuar o aumento da tensão e se, daqui a pouco, houver mesmo troca de tiros, Senador Paulo Paim, vai acabar morrendo alguém. Morrer alguém do Exército será considerado, por essa Força, muito grave, porque a sociedade brasileira infelizmente se embruteceu e já considera normal morrer gente da favela. Outro dia, morreu um adolescente assassinado. Mas estou-me referindo ao fato político, vai morrer alguém do Exército – estou batendo na madeira de novo –, se houver troca de tiros constante. E, então, se pelas armas roubadas fizeram isso, o que não farão quando acontecer – e se acontecer – esse fato, que alerta para que não ocorra?

Estou muito preocupado com tudo isso. O Presidente da República ontem foi flagrado telefonando para o técnico Carlos Alberto Parreira, opinando sobre Ronaldo ser ou não ser reaproveitado pela seleção brasileira. Essa era a sua preocupação maior, aquela coisa “marqueteira”, aquela coisa de voto, aquela coisa que denota mesmo o despreparo para essa alta função para a qual foi eleito em 2002. E o Presidente insiste em dizer coisas terríveis.

Continua a matéria: “O Ministro da Justiça afirma que não vê problema no cerco do Exército.” O Ministro da Justiça, para mim, é uma decepção muito grande. Outro dia, criticou duramente a CPI dos Bingos porque resolveu prorrogar os seus trabalhos. Como se o Ministro da Justiça tivesse alguma coisa a ver com isso!

Primeiro, Ministro, Dr. Thomaz Bastos, o senhor não se elegeu nada, nem vereador, muito menos Senador da República! O senhor não tem de opinar, de jeito algum, a respeito do que acontece no Congresso do ponto de vista das decisões que tomamos. O se-

nhor pode criticar o Congresso, como estou criticando o Ministro – é um direito seu, como é um direito meu. Agora, o senhor se arvorar a considerar ilegítima uma atitude legítima e soberana do Senado de prorrogar os trabalhos de uma comissão parlamentar de inquérito, como se estivéssemos vivendo sob o jugo de uma ditadura, de um sistema autoritário, é uma aberração! É uma aberração mesmo!

E na reportagem o Ministro está dizendo que acha natural, que haveria respaldo do Código de Processo Penal Militar, ou seja, buscas determinadas pela Justiça Militar.

Se esse Código é assim, tem de ser atualizado, porque tudo o que eu quero é preservar o Exército brasileiro, tudo o que eu quero é encontrar uma solução verdadeira, que inclusive reponha – e aí tem razão o Senador Cristovam Buarque – na rota da vida as pessoas que foram deserdadas pelas injustiças sociais gritantes do País.

O Senador Cristovam tem toda razão ao dizer que tem de haver invasão, mas por professores, por sociólogos, por assistentes sociais, por sistema de saúde, por apoio em matéria educacional, por ensino profissionalizante, por um conjunto de presenças do Estado brasileiro, para que possamos concorrer com esta figura que hoje é magistrada, é parlamentar, é executiva nas favelas brasileiras, que é o tráfico, a marginalidade, o sistema de poder marginal, aquilo que a sociedade estabelece como sendo o seu nível de compreensão civilizatória.

Portanto, estou extremamente preocupado com o fato de que uma operação que me pareceu completamente tomada no impulso, agora seja justificada pelo Ministro, seja justificada pelo Presidente **a posteriori**, quase tentando disfarçar o que me parece uma impotência de ambos. Não houve comando, não houve liderança, não houve decisão como a de dizer “olha, o Exército vai entrar, o Presidente está mandando”, ou então, “o Exército não vai entrar, o Presidente não está mandando”. O Exército entrou, e o Presidente agora está justificando essa ação, exatamente como fazem os presidentes fracos.

O Presidente Lula me lembra Arturo Frondizi, Presidente da Argentina que não era capaz de controlar o Exército, que não era capaz de controlar o funcionamento das instituições civis da Argentina e que, portanto, se afundava em uma fragilidade que terminou sendo funesta para ele e, naquela quadra histórica e infeliz daquele país vizinho, terminou sendo funesta para a democracia.

Mas não é o caso do Brasil, que resiste à incompetência, resiste à demagogia, resiste a tanta corrupção, resiste do ponto de vista da sua saúde democrática,



porque o Brasil é mesmo um grande País, o Brasil é mesmo uma democracia grande, o Brasil não é só uma grande democracia. Ele é uma democracia grande, porque é uma democracia populosa e é uma grande democracia porque é uma democracia de qualidade, já testada no *impeachment* do Presidente Collor em 1992, testada no que foi o maior escândalo republicano brasileiro, o mensalão, e as instituições brasileiras não sofreram nenhum abalo. Mas é hora de tomarmos muito cuidado, muita conta desse episódio das favelas brasileiras.

Voltarei à tribuna mais tarde, Sr. Presidente, para falar sobre televisão digital e sobre a ação de vandalismo que foi a invasão da Aracruz. São assuntos que merecem muita atenção e que estão ligados à incapacidade do Governo de globalizar a competência. O Governo é global, sim, mas ele globaliza incompetência. Ele é incompetente na questão da segurança e da genética, ele não é capaz de impor ordem a grupo, como essa tal Via Campesina, que fez o que fez, desrespeitando, no seu Estado, a produção científica brasileira, levando ao desespero uma senhora, como a cientista que revelou desespero mesmo diante desse fato.

Mas, Sr. Presidente, eu encerro, dizendo que estou preocupado e que não será por falta de aviso nosso, de aviso da Oposição brasileira que, porventura, se deixará de evitar algo de funesto que, a qualquer momento, pode acontecer. Por enquanto o tráfico dança *funk*, ridicularizando o Exército e a operação que se processa nas favelas do Rio de Janeiro.

Mais tarde, poderão ocorrer choques diretos, que poderão dar em morte. Se forem mortes do lado dos favelados, será algo lamentável, algo doloroso. Se forem mortes do lado do Exército, isso representará a eclosão de uma crise sem precedentes, que poderá revelar descontrole institucional.

Era, por hora, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA. s e Srs. Senadores, fico muito feliz quando vejo, na primeira página do **Jornal do Senado** de hoje, a manchete intitulada “Dona-de-casa pode ter direito à aposentadoria”. Tenho certeza, Senadora Heloísa Helena, de que também V. Ex<sup>a</sup> fica satisfeita por essa questão finalmente ter sido resolvida ontem aqui no Senado.

Essa matéria, afinal, nasceu da PEC paralela, luta do Senador Paulo Paim, da Senadora Heloísa Helena, do Senador Mão Santa, de todos nós, pois tivemos

interesse e dedicação para que se chegasse a esses termos, como consta desta manchete: “Dona-de-casa pode ter direito à aposentadoria”. Essa matéria foi aprovada, ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, em caráter terminativo, ou seja, irá direto para a Câmara dos Deputados. A votação foi por unanimidade, o que significa que a base e os membros do Governo participaram, e até mesmo aqueles que não são membros da Comissão contribuíram efetivamente, como o Senador Sibá Machado. Esse resultado, portanto, representa um acordo tácito e essa matéria não pode demorar na Câmara, que deverá ter vontade política para aprová-la imediatamente. E pode ser apreciada em até uma semana, se quiserem.

Então, a alegria de hoje vem justamente na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, e a aprovação desse projeto também atende aos objetivos da marcha de milhares de mulheres que estiveram aqui em Brasília durante esta semana pedindo exatamente isso no Palácio Planalto, e foram atendidas aqui, no Senado.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Rodolpho Tourinho, faço questão de lhe fazer um aparte porque entendo que a reunião de ontem da Comissão de Assuntos Sociais do Senado da República foi histórica. E foi feita justiça a V. Ex<sup>a</sup>, que foi o Relator da PEC paralela e sempre declina, digamos, do mérito de ter sido o Relator e um dos grandes articuladores e, normalmente, debita ao Senador Tião Viana e a mim, que fui o primeiro Relator da reforma da previdência. Ontem, fez-se justiça ao se aprovar por unanimidade o projeto de V. Ex<sup>a</sup>. Claro que existiam diversos projetos de Senadores e Deputados, mas, por justiça, foi aprovado exatamente aquele de um Senador que foi o Relator da PEC paralela. Eu disse ontem, na tribuna, e repito: foi um momento histórico. Como V. Ex<sup>a</sup> diz muito bem no seu pronunciamento, havia ontem aqui quase dez mil pessoas pedindo a aprovação do projeto de V. Ex<sup>a</sup>, que, inclusive, estabelece dois salários mínimos. Há outros projetos, inclusive o meu, que previam um salário mínimo. Então, rendo minhas homenagens a V. Ex<sup>a</sup>, que foi Relator do Estatuto da Igualdade Racial, uma grande articulação que V. Ex<sup>a</sup> fez, da qual eu pude participar como autor, e, hoje, ele já está no Senado. Ontem, também, V. Ex<sup>a</sup> colaborou – falei com V. Ex<sup>a</sup> antes, sabíamos que a maioria dos Senadores estava lá por causa do projeto da aposentadoria da mulher – para aprovar o fator previdenciário. Não quero retirar seu tempo de tribuna, mas fiz questão de fazer este pequeno aparte, ao tempo em que cumprimento o Senador Mão Santa, a Senadora Heloísa Helena e

o Senador Sérgio Zambiasi, pois todos colaboraram para a PEC paralela e o relatório final, que culminou com a aprovação do parecer de V. Ex<sup>a</sup> e, agora, com a regulamentação da aposentadoria para a dona-de-casa. Parabéns, Senador Rodolpho Tourinho!

**O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA)** – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Quero, em primeiro lugar, dizer que V. Ex<sup>a</sup> não retira meu tempo, nunca aconteceu isso, V. Ex<sup>a</sup> sempre acrescenta ao meu tempo todo o seu conhecimento, toda a sua sensibilidade social, toda a sua história, aqui, no Congresso, na Câmara e no Senado. De forma que é um prazer muito grande ter trabalhado com V. Ex<sup>a</sup> no Estatuto da Igualdade Racial, nas questões da mulher, e tenho certeza de que teremos ainda muita coisa para fazer juntos. Muito obrigado.

Hoje, gostaria de tratar, aqui, Sr. Presidente Sérgio Zambiasi, da questão dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias.

Há pouco menos de um mês, precisamente no dia 14 de fevereiro, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 51, de 2006, que dispõe sobre a contratação pela Administração Pública de agentes comunitários de saúde e de agentes de endemias pelo processo seletivo público, e não de concurso público.

A nova Emenda Constitucional, que tive a honra de relatar aqui no Senado, representou uma conquista fundamental não apenas dos agentes comunitários da saúde e dos agentes de combate às endemias, como de toda a cidadania – disso, tenho certeza.

O diploma legal permite solucionar o problema da admissão desses profissionais no serviço público em bases que preservam os princípios da Administração Pública e as peculiaridades das suas atividades.

Entretanto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apesar de ser a base para o equacionamento da questão envolvendo a admissão dos agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias, a Emenda não é suficiente para tal, uma vez que exige regulamentação, mediante lei da União, com normas gerais sobre a matéria.

Para suprir essa lacuna e permitir que essas questões sejam resolvidas no menor espaço de tempo possível, apresentei o Projeto de Lei nº 41, de 2006, esta semana, aqui no Senado, que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.

O projeto preserva o princípio da autonomia dos entes federados, prevendo que alcance os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias, submetendo-os ao regime jurídico aplicado

aos servidores da área da saúde do respectivo ente – no caso, Estado ou Município –, observadas as normas específicas da categoria.

Além disso, estabelece a proposição as atribuições das duas categorias e disciplina o respectivo processo seletivo.

Assim, os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias serão admitidos mediante processo seletivo público – e não concurso público –, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições, observados os princípios da impessoalidade e da publicidade, exigindo-se deles, sobretudo:

- 1) Residência na área da comunidade em que atuarem;
- 2) Conclusão com aproveitamento de curso de qualificação básica;
- 3) Conclusão do ensino fundamental.

O processo seletivo poderá incluir provas, entrevista e títulos, restritos esses a atividades de liderança comunitária na área em que irá atuar e a experiência profissional em funções similares, sendo assegurada a participação do conselho de saúde do respectivo ente em todas as suas fases. Essa regulamentação do processo seletivo, registre-se, tem inspiração na bem-sucedida experiência da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.

Cumprindo exigência da Constituição Federal, o projeto assegura que os profissionais que, na data da promulgação da Emenda Constitucional nº 51 – isso é importante –, estiverem desempenhando as atividades de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias, ficam dispensados de se submeterem ao processo seletivo público, mas desde que tenham sido admitidos a partir de anterior processo de seleção pública, efetuado por órgãos ou entes da administração direta ou indireta do Estado, Distrito Federal ou Município, ou por outras instituições com efetiva supervisão e autorização da administração direta dos entes da Federação.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tenho certeza de que, com essa regulamentação, estaremos garantindo definitivamente a formalização da relação desses profissionais com o serviço público, e estou, portanto, mais uma vez, cumprindo o compromisso que assumi com todos os agentes comunitários do meu Estado, o Estado da Bahia.

Atualmente, encontram-se em atuação em todo o Brasil mais de 200 mil agentes comunitários de saúde, distribuídos em cerca de 22 mil equipes. Cada uma delas atende, em média, 3.500 pessoas de uma comunidade. Só no Estado da Bahia são, segundo dados do

Ministério da Saúde, 23.550 agentes, distribuídos em cerca de 2.000 equipes. Esses agentes desempenham um papel fundamental, no qual se destaca o acompanhamento domiciliar das condições de saúde das famílias, em uma abordagem que considera o contexto comunitário e a realidade regional.

Nesse tipo de atividade se dá ênfase a práticas não convencionais de atenção à saúde, atribuindo-se grande peso à promoção da saúde, à prevenção de doenças como forma de reorganização e antecipação da demanda, à atenção não médica e à educação em saúde, e reafirmam-se os princípios do Sistema Único de Saúde.

São homens e mulheres que, apesar de receberem remuneração normalmente extremamente baixa, algumas vezes mesmo inferior a um salário mínimo, exercem, como verdadeiros idealistas, atividades imprescindíveis à população, especialmente àquelas de baixa renda e aos habitantes das comunidades mais pobres e distantes, nas quais a aceitação desses agentes é excepcional.

Os agentes comunitários têm um papel estratégico, por viverem na área em que atuam, terem identidade com a população e partilharem cultura, linguagem, problemas e interesses, o que favorece a integração da equipe e dos serviços de saúde com a comunidade e viabiliza as parcerias necessárias.

Escolhidos junto à comunidade em que vão atuar e conhecedores dos problemas específicos que a acometem, esses agentes atuam como elo de transmissão entre os profissionais de saúde e a população assistida, de modo a facilitar o rápido acesso ao atendimento e também à resolutividade das ações de saúde implementadas.

Fui favorável à adoção de um regime especial de contratação para essa atividade, em função das especificidades dos serviços por eles prestados, e já há alguns meses assumi com a Federação Baiana dos Agentes Comunitários de Saúde o compromisso de apoio irrestrito a essa matéria. Aliás, como disse anteriormente, a inspiração para essa proposição foi retirada do modelo baiano de seleção, que inegavelmente tem respondido com muito sucesso às demandas das populações mais carentes do Estado. Afinal, a Bahia vem realizando esse processo desde 1993, há mais de 10 anos, ano da implantação do Programa em nosso Estado, sendo a única Unidade do País que se responsabiliza diretamente pela seleção pública dos Agentes Comunitários de Saúde.

A experiência da Bahia inclusive tem levado a um excelente nível de atendimento, que, no governo do Governador Paulo Souto, tem dado prioridade total ao Programa Saúde da Família. Já aumentou a

cobertura desse programa para cerca de 50% da sua população, em que os agentes comunitários de saúde são peça fundamental.

E eu queria chamar a atenção neste ponto para o fato de que todo esse modelo e o que se pretende com essa ação dos agentes – daí a importância deles, daí o meu compromisso certo com eles, firme com eles – é no sentido de se dar uma grande atenção à prevenção das doenças, evitar que essas pessoas cheguem aos hospitais, mas evitar resolvendo o problema. Não se trata de evitar que elas cheguem aos hospitais, mas que os problemas simples de saúde sejam tratados antes que cheguem aos hospitais hoje superlotados e que prestam um serviço muito ruim à população.

Essa experiência da Bahia, que, tenho certeza, é uma das melhores do País, que já atende a quase metade da população, 49%, e que conta com a maior equipe de agentes comunitários de saúde, tenho certeza de que será melhorada, porque, desde o começo, foi feito um processo seletivo, público, de responsabilidade do Estado, sem nenhum tipo de interferência política nessas nomeações para que essas pessoas pudessem, como podem, prestar o melhor serviço à população.

Concluo, Sr. Presidente, saudando todos os Agentes Comunitários de Saúde, saudando todos os agentes de endemias, sobretudo aqueles do meu Estado, com quem tenho me encontrado freqüentemente. Ao saudar especialmente os baianos, pelo excelente trabalho que têm prestado ao País e à população mais necessitada da nossa sociedade, assumo aqui um novo compromisso junto a essa categoria profissional no tocante à agilização, para que, no menor prazo possível, esse projeto de lei que apresentei esta semana seja aprovado, a fim de que regulamente definitivamente a profissão do Agente Comunitário de Saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. Sérgio Zambiasi, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passamos a palavra ao nobre Senador do Rio Grande do Sul, do PTB, o companheiro Sérgio Zambiasi.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe da palavra por 15 minutos.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, conterrâneo, companheiro, amigo, Senador Paulo Paim.

Minhas primeiras palavras, dirijo-as exatamente ao Senador Paim e ao Senador Tourinho, cumprimentando-os por duas grandes vitórias na área so-

cial, alcançadas ontem, nesta Casa, na Comissão de Assuntos Sociais. Um projeto que dá à dona-de-casa a possibilidade de aposentar-se. Foi um avanço enorme o reconhecimento a essas mulheres, que, em sua grande maioria, fazem dupla jornada e que, até então, não tinham nenhum direito social.

Creio que essa decisão vem em grande hora, na melhor hora. Tenho absoluta convicção de que agora, na Câmara, o projeto ganhará a celeridade necessária.

Tenho também plena convicção de que o Presidente Lula, com sua sensibilidade e suas origens, haverá de sancionar o projeto e fazer com que ele entre em vigor imediatamente, para se corrigirem injustiças históricas, Senador Tourinho.

Com relação ao Senador Paim, também estou muito feliz, porque, por meio da sua experiência, da sua história, da sua luta na área social, também vem corrigir uma injustiça histórica, à medida que viu aprovada, na Comissão de Assuntos Sociais, de forma terminativa, portanto, com a expectativa de ir imediatamente à Câmara para apreciação, a matéria. Trata-se de um projeto que acaba com o fator previdenciário, uma das grandes injustiças que se faz ainda hoje com os aposentados. É inaceitável que um cidadão ou uma cidadã pague 30, 35, 40 anos a Previdência na expectativa de ter uma aposentadoria digna. Mas, ao aposentar-se, vem a primeira frustração: o cidadão paga a Previdência sobre dez salário mínimos, aposenta-se com oito salário mínimos e meio que incide sobre o famoso fator previdenciário. O cidadão só vai ter percepção do que o é o tal fator previdenciário quando recebe o salário do seu primeiro mês de aposentadoria. Aí vem um impacto: ele toma conhecimento do que é isso e do prejuízo na sua vida causado por esta “expressão-zinha” inserida na lei: fator previdenciário. Realmente, foi uma idéia muito inteligente, mas “uma faca nas costas” de quem trabalhou a vida inteira na expectativa de usufruir algum benefício à frente.

Quero cumprimentar ambos, o Senador Tourinho e o Senador Paim por essas duas grandes vitórias, que não são suas, não! São nossas, são do Parlamento, são da sociedade.

O Senador Mão Santa foi muito importante nesse processo, S. Ex<sup>a</sup> foi o Relator; a Senadora Heloísa Helena tem vínculos com essas lutas, tem se manifestado aqui constantemente e tem toda uma história voltada exatamente pelo resgate da inserção social.

Creio que o Parlamento se resgata em momentos de desgaste como estamos enfrentando, quando consegue oferecer à sociedade demonstrações como estas de preocupação realmente de inserção social.

A minha manifestação hoje continua caminhando em direção a um tema sobre o qual tenho falado

insistentemente nesta tribuna: o planejamento familiar, voltado também um pouquinho para esta semana, a semana da mulher, o Dia Internacional da Mulher.

Em tempos imemoráveis surgia no mundo a mais sofisticada das opressões: a do masculino sobre o feminino. Desde então, tudo que os homens pensam e escrevem sobre as mulheres deve ser suspeito, pois eles são, a um só tempo, juiz e parte.

Esse respeitável conceito não é meu. Foi-me oferecido pela Dr<sup>a</sup> Miriam, funcionária desta Casa que me assessora, a qual, com sua sensibilidade feminina, sugeriu-me que eu iniciasse a minha manifestação com essas expressões.

Quantos anos já se passaram e ainda se passarão, no mundo, para que se possa resgatar a plenitude do feminino, sem que seja necessária a criação de recursos legais para salvaguardar os direitos humanos das mulheres?

A celebração do 8 de março é sobre as conquistas femininas e sobre o caminho que ainda precisa ser trilhado. De nossa parte, queremos dizer que a data é uma excelente oportunidade para afirmar: a opressão da mulher já demorou demais! Demais para elas e demais para nós, homens, porque não há quem escravize sem escravizar-se a si próprio.

Somente na medida em que o feminino alcança sua liberdade e passa a ser uma expressão genuína de sua personalidade é que se opera no homem uma modificação significativa, no rumo de uma concretização mais humana dele próprio.

O 8 de março que comemoramos nesta semana é também referência trágica. Nesse dia, em 1857, trabalhadoras de uma fábrica de Nova Iorque mobilizavam-se por uma jornada menos extenuante e pelo direito à licença-maternidade de três dias. Três dias para estarem com seus rebentos e recuperarem as forças empreendidas no parto era o que pediam. E por isso foram queimadas vivas!

Felizmente, de lá para cá muita coisa mudou. O feminino derrubou preconceitos e inseriu-se na política, na arte, no trabalho, conquistando desde o direito ao voto até a plena autonomia civil; desde o direito à educação até o direito à contracepção.

Nesse sentido, retomo um assunto que reputo da maior relevância e que interessa a todos, sobretudo às mulheres. Refiro-me ao planejamento familiar, política defendida incisivamente pela ONU em seus relatórios como estratégia contra as desigualdades estruturais que atingem sobremaneira a população feminina.

O planejamento familiar é um direito fundamental no sentido de que as mulheres passem a ser donas dos seus destinos e afastem suas famílias da miséria. É, sem dúvida, um dos investimentos públicos mais sábios



e eficazes para qualquer país construir seu futuro com responsabilidade e solidariedade, garantindo vida digna para as futuras gerações. Todavia, para que esse sonho se converta em realidade, é indispensável contar com igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e serviços de saúde reprodutiva de qualidade.

Desde o ano 2000, quando foram estabelecidas pelas Nações Unidas as metas do milênio a serem cumpridas até 2015, a igualdade entre os gêneros é o principal desafio para que se cumpram tais objetivos, que são:

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome;
2. Atingir o ensino básico universal;
3. Promover a igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres (2/3 dos analfabetos do mundo são do sexo feminino e 80% dos refugiados são mulheres e crianças);
4. Reduzir a mortalidade infantil (todos os anos, 11 milhões de bebês morrem de causas diversas);
5. Melhorar a saúde materna (nos países em desenvolvimento, as carências em saúde reprodutiva fazem com que uma mãe morra a cada 48 partos);
6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, segundo o relatório da ONU, haverá um incremento populacional significativo nas próximas décadas. Passaremos dos atuais 6,5 bilhões de pessoas para 9,1 bilhões em 2050. A maior parte desse crescimento populacional ocorrerá nos 50 países mais pobres do Planeta.

Atenta a essa perspectiva, a ONU afirma que o planejamento familiar pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida. Permitiria, também, a queda da mortalidade materno-infantil e viabilizaria a prevenção contra o vírus HIV, em função do uso de preservativos. Também contribuiria para o desenvolvimento econômico e social e para o equilíbrio entre os recursos naturais e as necessidades da população por meio de um crescimento demográfico mais lento.

Em que pesem as considerações abalazadíssimas da ONU, é fácil constatar que há nos chamados países em desenvolvimento uma carência estrutural de políticas públicas competentes para promover o planejamento familiar. Esse é um problema de ordem estratégica e que os governantes, infelizmente, insistem em

manter fora de suas agendas. O nosso atual Governo prometeu providências urgentes e criou um grupo de trabalho para elaborar políticas de planejamento familiar, mas o movimento até agora foi muito tímido.

Há ausência – ou, quem sabe, ineficácia completa – de políticas públicas com medidas sócio-educativas de planejamento reprodutivo. No Brasil, cresce assustadoramente o número de adolescentes gestantes. De meninas que dão à luz, que abandonam os bancos escolares e, não raro, os próprios filhos. Por isso, penso ser importante, e de responsabilidade desta Casa, aproveitar o momento para solicitar à Presidência da República informações concretas sobre as políticas de planejamento familiar que estão sendo desenvolvidas.

Sr. Presidente Paulo Paim, nobres Senadoras e Senadores, penso que não chegaremos à plenitude da dignidade masculina, que não alcançaremos a plenitude da dignidade feminina somente por meio da lei. Ainda que a luta pela isonomia legal seja um dos mais importantes capítulos da sacrificada trajetória da mulher, a lei produz somente igualdades formais. É na concretude da vida, no agir comunitário, na implantação de políticas que a igualdade deve realizar-se. Somente dessa forma será possível eliminar barreiras estruturais que consolidam o perverso processo de construção da desigualdade social, em que à população mais pobre e carente resta apenas sofrer as consequências dos desvios criminosos dos recursos públicos.

Segundo as Nações Unidas, 99% dos problemas relacionados à maternidade envolvendo risco de vida para as mães e bebês ocorrem em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

A cada minuto, uma mulher morre devido a complicações de parto, comprometendo seriamente as possibilidades de sobrevivência do recém-nascido. E a cada minuto, outras 20 parturientes são vítimas de complicações que não são fatais, mas que deixam seqüelas, tantas vezes irreversíveis, tornando-as incapacitadas para uma vida saudável e produtiva, com custos sociais e financeiros gigantescos para o Estado.

A gravidade dessa situação, cujas seqüelas marcam profundamente a vida das crianças e das mulheres mais jovens e pobres, revela que não é possível separar, sob o prisma público, a saúde reprodutiva do objetivo mais amplo, que é a igualdade de oportunidades.

São milhares de vidas que podem ser salvas se lhes for dispensado atendimento semelhante ao das mulheres em boas condições socioeconômicas, que pagam pelos serviços privados de saúde. Estes, se disponibilizados de forma eficiente e democrática às populações de baixa renda, constituem-se, antes de tudo, numa política de caráter amplamente estratégi-



co, pois preventivo, oportunizando, assim, o progresso em distintas esferas do desenvolvimento social e econômico.

A saúde feminina é o instrumento que permeia todos os objetivos e influi diretamente na conquista das metas do milênio estabelecidas pela ONU em 2002. Por isso, podemos dizer, sem medo de exageros, que a saúde da mulher é um dos maiores tesouros de uma sociedade realmente democrática!

O grande desafio da igualdade entre os gêneros não se define como um conflito da mulher com o homem. Define-se como um processo social, histórico e cultural. Define-se como a formação de uma nova consciência, no homem, a respeito da mulher, e, na mulher, a respeito do homem. Porque não se produz verdadeira modificação em um dos gêneros sem que necessariamente aconteça a transformação no outro.

Sabemos que também para os homens faltam informações seguras sobre sexualidade, contracepção e, principalmente, paternidade responsável. Não são raros os casos em que, ao engravidarem suas parceiras, fogem, ignorando a importância crucial da figura paterna na construção do caráter e da personalidade da criança.

A família tem papel fundamental na formação de valores éticos e morais. Todavia, com a fragilidade atual dos vínculos familiares, a escola é mais do que nunca referência nesse processo. Uma escola que fundamentalmente tenha consciência crítica com relação aos valores que referencia, que endossa e reproduz para meninos e meninas.

Para que se atinjam os objetivos do milênio em 2015, é necessário uma escola que, sem olvidar a nobre missão de informar, cumpra a missão inadiável de formar indivíduos para o bem e para a paz, incentivando sempre e mais, na concretude do dia-a-dia das salas de aula, a prática de valores como honestidade, civismo, justiça e solidariedade entre ambos os sexos.

Igualmente revolucionários são os meios de comunicação. Segundo pesquisa recente da Unesco, o rádio e a televisão são os mais contundentes veículos formadores de cultura na nossa sociedade. Este estudo aponta que a banalização da violência, a coisificação do sexo e do corpo da mulher como instrumento de *marketing* levam à quebra de princípios de humanidade e respeito, pilares da sociedade solidária que desejamos construir.

Assim, o debate sobre a necessidade de um olhar crítico à produção dos meios de comunicação não é sinônimo de repressão à liberdade de expressão, como ainda argumentam alguns. A qualidade dos conteúdos tem reflexo direto na formação das nossas crianças e no comportamento dos nossos adolescentes. Com-

preender de uma vez por todas essa responsabilidade gigante faz parte do amadurecimento de nosso processo democrático. Buscar qualidade nos conteúdos exibidos pelos meios de comunicação é tão vital para a nossa democracia quanto a necessidade de preservar a liberdade de idéias.

E, neste ponto, quero colocar que entendo que o Governo deveria usar os seus espaços publicitários para informar, formar e não apenas para fazer proselitismo e propaganda de suas obras.

Infelizmente, esta semana não pudemos apreciar na Comissão de Educação projeto de autoria do Senador Marco Maciel, que prevê exatamente que os espaços publicitários do Governo deveriam ser utilizados para informar e orientar os cidadãos a respeito de seus direitos. Mas ainda haveremos de chegar lá.

Pela ação política e solidária de V. Ex<sup>as</sup> – mulheres que conquistaram seu espaço –, outras tantas, mais humildes, têm obtido apoio na luta por liberdade e igualdade. Faço, pois, um apelo respeitoso a cada Senadora com assento nesta Casa – e aqui faço referência à presença sempre constante, permanente, marcante da Senadora Heloísa Helena –, para que persevere em suas ações em prol dessa causa, em nome do setor mais expressivo da opressão feminina.

Assisti com atenção à manifestação de V. Ex<sup>a</sup> no espaço destinado ao P-SOL, ontem, em seus dois minutos. E observei, Senadora Heloísa Helena, o que significam dois minutos bem aproveitados: são melhores, muitas vezes, do que duas horas falando de temas que não têm relevância nem interesse para a sociedade. A emoção de V. Ex<sup>a</sup> e o tema abordado naqueles dois minutos me marcaram profundamente e foram uma grande lição para mim também, que gosto de observar como alguns segundos podem influir decisivamente nos rumos da vida de uma pessoa. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela sensibilidade daquele pronunciamento, ontem, na televisão, no espaço destinado ao seu Partido.

Para a trabalhadora anônima, mãe, chefe de família, dona de casa – absurdamente explorada –, para a mulher operária, para a mulher camponesa, para a empregada doméstica e para a comerciária a igualdade ainda é um sonho distante!

É chocante constatar que, nos países mais pobres, mulheres trabalhadoras ainda muito jovens tenham, em média, cinco filhos e milhões delas não tenham acesso a métodos contraceptivos eficazes. O relatório da ONU afirma que, se elas tivessem opção, adotariam o planejamento familiar e seriam mais felizes. Com o planejamento, teriam a liberdade de adiar

a maternidade até concluírem sua formação profissional, habilitando-se a participar da força de trabalho, gerando riqueza e contribuindo para o desenvolvimento, assumindo seus filhos em condições de educá-los com dignidade.

Que possamos fomentar cada vez mais esse sonho, a partir do sentimento patriótico, constitucional, de participação comunitária direta; com ações que pela força de sua legitimidade tenham um tal poder que possam deter todas as formas de opressão e desigualdades. É esse caminho que precisamos trilhar a cada novo dia.

Manifestamos o nosso desejo de que as mulheres permaneçam lançando o sábio olhar que lhes é característico por sobre as batalhas que ainda precisam ser travadas e vencidas no futuro, que não são poucas nem fáceis. Queira Deus sejamos nós, os homens, co-autores deste amanhã! Assim, juntos – homens e mulheres –, seremos livres. Livres para descobrir, livres para construir, Senador Paulo Paim! Livres para o amor fraternal e merecedores do amor de Deus!

Sem a dominação de um único sexo, nós teremos alcançado a hegemonia da espécie. Sonho com um dia em que as celebrações do 8 de março serão para comemorar a vitória da igualdade. A essência humana terá, então, finalmente, triunfado!

Senador Paulo Paim, agradeço a generosidade de V. Ex<sup>a</sup>, oferecendo-me tempo necessário e suficiente para que eu pudesse aqui registrar, com este pronunciamento, os meus conceitos a respeito deste tema que considero de alta relevância, que é exatamente essa discussão, ainda longa, grande, sobre a igualdade entre homens e mulheres.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É a Presidência que cumprimenta V. Ex<sup>a</sup> pelo tema.

Conforme entendimento feito pelo Plenário, passamos a palavra ao Senador Mão Santa.

O Senador Delcídio Amaral está inscrito, mas pediu para falar após o Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de quinze minutos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão de sexta-feira, 10 de março, Sras e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, é com grande satisfação que anunciamos que hoje, às 19 horas, o Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima e o Diretor do Fórum da Seção do Judiciário do Estado do Piauí, Juiz Federal Márcio Braga Magalhães, irão inaugurar o edifício sede da Justiça Federal do Estado do Piauí.

Senador Delcídio Amaral, concordo com Montaigne, que disse que a Justiça é o pão de que a humanidade mais necessita.

Senador Paulo Paim, Aristóteles, em muitas de suas assertivas, disse: “Que a coroa da Justiça brilhe mais que a coroa dos reis; que a coroa da Justiça esteja mais alta que as coroas dos santos!”. Foi o que disse Aristóteles, Senadora Heloísa Helena.

E a Justiça é divina. Cristo, que não tinha esse som, esta tribuna, esse sistema de comunicação, a Rádio Senado AM e FM e a televisão, disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Antes de Cristo, Moisés recebeu as tábuas das leis, numa demonstração de que no mundo deve haver leis e justiça.

Mas, Senadora Heloísa Helena, a Justiça é uma inspiração divina. Aqui, ela é feita por homens. **Errare humanum est**, mas temos de melhorá-la, de aprimorá-la, de aperfeiçoá-la. E foi assim pensando que, quando governei o Estado do Piauí, entreguei à Justiça Federal um dos melhores terrenos da nossa encantadora Capital, Teresina.

Nessa visão de futuro, Piauí, terra querida, filha do sol do Equador, entendo que a Justiça tem de ser mais do que esse sol do Equador. Senadora Heloísa Helena, o sol ilumina de dia; a Justiça tem de ser dia e noite. É como o seu P-SOL. V. Ex<sup>a</sup> é mais do que esse sol, porque, dia e noite, Heloísa Helena está tentando guiar e ser a luz do melhor destino para este País.

Congratulo-me com o Piauí e com a Justiça Federal, lembrando esses compromissos.

Tenho um entendimento muito importante. E estamos aqui para ensinar. No dia em que eu achar, Senador Pedro Simon, que não somos os pais da Pátria, simbolizados no passado por Rui Barbosa e no presente por V. Ex<sup>a</sup>, esta Casa deve fechar. Mas tenho um entendimento: para o Juiz Federal, nossos aplausos, mas, não entendo que um Juiz Federal tenha de ter mais virtudes do que um Juiz Estadual e do que um Juiz Municipal. Esse é o meu conceito. Todos têm de servir, têm de ser esse pão de que a humanidade necessita. Não pode ser um pão estragado, de menos trigo, Senador Pedro Simon! O juizinho municipal, o estadual e o federal, para mim, são iguais. Têm de ser três pessoas numa só, como no mistério da religião, o dogma Pai, Filho e Espírito Santo. Esse é o meu entendimento.

Senadora Heloísa Helena, fui médico municipal, fui Secretário de duas cidades piauienses, Luís Corrêa e Parnaíba. Fui médico do Estado. Como governante, não deixei de ser médico também. E sou aposentado como médico federal, do antigo INPS. Era o Ministério

do Trabalho, era o SUS. Servi com a mesma dignidade, com a mesma competência, com o mesmo altruísmo. Esse é o meu entendimento.

A justiça é o que o povo está a exigir. E virtudes são para todos eles. O fato de Lula ser Presidente da República não significa dizer, Senador Pedro Simon, que ele tenha mais responsabilidade, mais capacidade, mais estoicismo, mais espírito público, mais vergonha do que o governante municipal, o prefeitinho. Fui prefeitinho, fui Governador e, hoje, sou Senador da República. Esse é o meu entendimento.

E há mais, Senador Pedro Simon: quanto a esse negócio de Montesquieu, aproveitando ainda a vivência do poderio, do absolutismo, há o poder. Senadora Heloísa Helena, o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário são instrumentos da democracia. Poder, Senador Pedro Simon, é aquele do povo! Digo isso com convicção. Quando governei o Piauí, com as bênçãos de Deus, por seis anos, dez meses e seis dias, Senadora Heloísa Helena, eu cantava, como uma reza, com fé: o povo é o poder! O povo foi que nos colocou aqui, o povo é soberano, o povo é que decide. Nós somos instrumentos da democracia. O mais é como está no livro de Deus: tudo é vaidade. Somos instrumentos da democracia!

Mas, Senador Pedro Simon, quis Deus que V. Ex<sup>a</sup> estivesse aí. “O essencial é invisível aos olhos.” “Quem vê bem vê com o coração.”

Senador Pedro Simon, atentai bem! Senadora Heloísa Helena, Charles de Gaulle participou da Primeira Guerra Mundial, foi um dos vencedores da Segunda Guerra Mundial. Senador Pedro Simon, ele teve de deixar Paris. Senador Paulo Paim, quando a cidade foi tomada pelos alemães, ele foi ao aeroporto e fugiu. Ele combinou com um oficial da Aeronáutica bem baixinho, que passava. Ele, com um corpo grande, grandioso, correu e entrou no avião. Foi para Londres e lá disse: “Os maiores inimigos da França estão em Paris”. Atentai bem! E de lá ele foi um dos ícones da redemocratização.

Senador Pedro Simon, De Gaulle esteve no Brasil numa reunião do Itamaraty. Depois de observar, ele, com a vivência de guerra e com a vivência da democracia, da qual foi um dos defensores, disse: “Este País não é um País sério”. Ô, De Gaulle! O que ele diria hoje, Senador Pedro Simon?

E o nosso Partido, Senador Pedro Simon? Nosso Partido, Senador Pedro Simon, que vergonha! Que vergonha! São uns abutres!

Senador Pedro Simon, outro dia, li seu livro. Seus cabelos brancos são consumidos pela luta, a luta pelas virtudes. Entendo que Francisco, o Santo, que andava com a bandeira “Paz e Bem”, não podia aparecer

naquela época. V. Ex<sup>a</sup>, acreditando nessas virtudes, está acompanhando. Francisco, o Santo, andava com a bandeira “Paz e Bem”, e V. Ex<sup>a</sup>, com a bandeira do PMDB. Tantos e tantos anos... E a vergonha: venceram os canhões da ditadura! Ulysses Guimarães enfrentando, em 1974; Teotônio Vilela, seu amigo moribundo, com câncer, pregando; e Tancredo Neves, que se imolou. Senadora Heloísa Helena, eu sou médico e operei centenas de pacientes com diverticulite. Ficavam todos bem. É uma apendicite. Tancredo Neves se imolou, retardou e se sacrificou para fazer a transição. Juscelino, médico como eu, cassado e humilhado aqui!

É, Pedro Simon, que vergonha! O Partido, o MDB – não há democracia sem partidos fortes – não faltou à Pátria, não faltou ao povo, não faltou à liberdade. E, agora, os vendilhões, uns safados mesmo! Rapaz, tem que ter regra, tem que ter acordo, tem que ter palavra, tem que ter decência. Ó, indignos do PMDB! Esse Partido faz uma convenção, prévias... A Executiva desse Partido se reúne várias vezes, e uns abutres, uns sem-caráter, uns canalhas mesmo querem mudar as regras do jogo.

Olha, no Piauí, temos vergonha! O Piauí tem vergonha. Nós colocamos para fora os portugueses que queriam dividir esta Pátria, numa batalha sangrenta. Creio que temos de pegar o PMDB e começar a fazer um movimento para colocar para fora esses abutres aproveitadores.

Pedro Simon, recebemos com grandeza e dignidade os dois candidatos. Ali é o retrato da gente do Brasil e do Piauí, em respeito à democracia, em respeito ao Partido. Daquilo fiquei orgulhoso. E agora... Não se tem palavra, não se tem acordo, decisão, nem assembléia. Vamos acreditar em quem? Eu entendo que esse Partido nunca esteve melhor: tem unidade de comando e tem como líder Michel Temer. O resto são umas porcarias bem piores do que eu, porque estão traindo. Eu sei o que é isso, eu fui vítima disso. Itamar, querendo ser candidato, foi lá me buscar para ser seu vice. Paes de Andrade chegou a telefonar. Eu conheço esses abutres que estão aí. Mas o povo do Piauí me fez com esta força para poder dizer, como Cristo: “Em verdade, em verdade, eu vos digo...”. De Gaulle disse que este não é um país sério. Hoje, ele diria muito melhor que este é um país de lideranças corrompidas.

Ouçó o aparte do Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – Talvez nem V. Ex<sup>a</sup> esteja se dando conta da importância do seu pronunciamento hoje. Ele vem na hora exata: hoje, sexta-feira, enquanto o PT já tem seu candidato. O PSDB, a cúpula decide; o ex-Presidente da República reúne-se com os dois candidatos para decidir quem

será o candidato. O PMDB percorre o Brasil inteiro. Garotinho e Rigotto estão reunindo Deputados Federais, Senadores, Governadores, Deputados Estaduais, dirigentes partidários, lideranças em todos os Estados. V. Ex<sup>a</sup> disse que, no Piauí, houve uma belíssima reunião com o Rigotto, e uma reunião, até mais bonita, com o Garotinho e as lideranças.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Igualmente belas.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Em Alagoas, estivemos nós. Só não pude encontrar a Senadora Heloísa Helena, pois disseram que “ela soube que o senhor vinha e não veio aqui”. Mas fiquei sabendo do prestígio e do carinho que o povo de Alagoas tem pela Senadora Heloísa Helena. E a pergunta que mais me faziam era o que eu achava. E respondi que achava que a Heloísa Helena era o Teotônio dos dias de hoje e representava uma bandeira fantástica. Pena que não estávamos conseguindo fazer uma costura da esquerda, da área progressista do Brasil e encontrar uma unidade. O Brasil está tão anárquico, as pessoas não se entendem, não se acompanham, não se conseguem entender, que não se chega a isso. O PMDB está percorrendo o Brasil inteiro e, em todos os lugares – na Alagoas do Dr. Renan, no Maranhão do Dr. Sarney –, a unanimidade é pela candidatura própria. A unanimidade! Todos querem a candidatura própria, seja de Rigotto ou de Garotinho. Há uma unanimidade. Olhe, vou ser sincero: estou pensando que temos de fazer um requerimento para mandar para o Conselho de Ética alguém que tem autoridade no PMDB e que esteja tramando contra a candidatura própria. É um crime o que eles estão fazendo! Agora, querem marcar uma nova reunião da Executiva. Agora! A prévia é domingo. O Brasil está todo preparado para uma prévia espetacular, é o assunto mais importante que há. A eleição vai começar ou vai iniciar quando o PMDB lançar o seu candidato, quando a prévia disser: é o fulano de tal! Aí vai aparecer uma outra via, e ficará o PT com o seu; o PSDB com o seu; se Deus quiser, Heloísa Helena com a esquerda, com o seu; e o PMDB com um candidato. Agora, querem convocar, Senador, uma reunião urgente da Executiva, querem comprar, trocar membro da Executiva. Querem que Ministro saia do Ministério e vá ocupar o seu cargo na Executiva – do qual está afastado por ser Ministro – para suspender a prévia. Mas eu não acredito! Sinceramente, eu não acredito! Eu, Pedro Simon, pretendo entrar com um pedido para que o Conselho de Ética apure quem são essas pessoas que estão agindo contra o Partido. Não é possível que pessoas que ocupam posições importantes, cargos importantes no Congresso, na vida política brasileira, que estão falando em nome do Partido, que

conversam com o Lula todo dia, em nome do Partido – e estão nomeando Ministros, nomeando para cargos importantes, em nome do Partido, estão negociando em nome do Partido –, a nenhum título, digam que o PMDB não pode ter candidato. Imagine V. Ex<sup>a</sup>: o que o PSDB tem mais do que o PMDB? Vamos analisar. Eles têm o Governador de São Paulo, o Governador de Minas Gerais e o Governador de Goiás. Nós temos o Governador do Rio Grande do Sul, temos o Governador de Santa Catarina, o Governador do Paraná, o Governador do Rio de Janeiro, o Governador de Pernambuco... Temos nove Governadores. Somos o Partido que tem mais Governadores. Temos mais Senadores do que eles, mais Deputados Federais do que eles, mais Deputados Estaduais do que eles, mais Prefeitos do que eles, mais Vereadores do que eles; temos barbaramente mais filiados do que eles; temos mais candidatos. Eles estão brigando entre um e outro. Um, para ser candidato, vai ter que cuspir naquilo que escreveu, fez e registrou em cartório: “Eu ficarei Prefeito os quatro anos. Se me candidatar a outro cargo, não votem em mim”. Querem forçar esse coitado que não quer ser candidato a ser candidato de qualquer jeito. O PMDB tem o Sarney, que, em vez de fazer o papel que está fazendo, deveria vestir a camiseta do PMDB ou sair do PMDB; se vestisse a camiseta do PMDB, ele poderia ser o nosso candidato, em vez de fazer esse papel – não se sabe que papel ele quer. O próprio Renan, quando era jovem, saiu com o Collor e foi para a China, ele e mais meia dúzia, e lançaram o Collor, um guri, Governador de um Estadozinho que nem Alagoas, à Presidência da República; saíram do PMDB, criaram um partido, e o Collor tinha 2% – só foi deslanchar em junho e julho –, e o Sr. Renan não achava que era cedo para lançar candidato. Agora, vem dizer: “É cedo para lançar candidato. Eu sou a favor da prévia, mas prévia no ano que vem”. Ora, nos respeite, Sr. Renan! Não pode! Temos de entrar no Conselho de Ética contra essas pessoas que saem do Partido porque estão agindo contra o Partido. Em que país do mundo – imagine V. Ex<sup>a</sup> – o Presidente do Congresso e um ex-Presidente da República tramam contra o partido? Dizem que o Partido não deve ter candidato à Presidência da República, e às vésperas da prévia, que é no domingo. Está todo o Brasil preparado para realizar as prévias. O que estão fazendo? Estão querendo reunir a Executiva para suspender a prévia. Estão dizendo, com a maior cara de pau, que não é possível, que não é viável a candidatura do PMDB à Presidência da República. Mas por quê? Há muitos nomes: Renan, Garotinho, V. Ex<sup>a</sup>, Sarney, Rigotto, Jarbas Vasconcelos, Requião, Itamar Franco. Nós temos candidatos que não acabam mais, temos lideranças



que não acabam mais, nós temos gente que não acaba mais. Nas últimas pesquisas de opinião pública, nas quais se perguntou aos entrevistados qual o partido pelo qual têm maior simpatia, o PT perdeu 50%, e o PMDB provou que hoje é o partido que tem a maior simpatia do povo brasileiro. Não querem que tenhamos candidato e querem marcar uma reunião para suspender a prévia. Volto a dizer: vou entrar com um pedido na Comissão de Ética para enquadrar aqueles que ousarem agir assim.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradeço.

Quis Deus que aqui adentrasse o novo Presidente do Haiti, e quem vai fazer a saudação sou eu, do Piauí. Quero dizer que Deus escreve certo por linhas tortas. V. Ex<sup>a</sup> entre neste Parlamento, mas esta democracia está mais imoral do que a que vocês estão construindo no Haiti.

Atentai bem, Sr. Presidente, este partido que está no poder... Nem a Ditadura ousou deixar o PMDB sem candidato, mas agora esse partido, usando a corrupção – a corrupção é o cupim que corrói a democracia, e nunca houve tanto cupim –, quer fazer isso. Nem a Ditadura, nem os militares impediram o PMDB de ter candidato, mas essa podridão que está no Governo compra e corrompe o maior partido do Brasil, quer acabar com as suas prévias e impedir uma candidatura livre.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a permissão do orador, Senador Mão Santa, que está bastante empolgado nesta manhã de sexta-feira, concedo a palavra ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, SRA. e Srs. Senadores, o Senado da República tem a honra de receber neste momento o Presidente eleito do Haiti, o Sr. René Préval, que vem ao Brasil antes de visitar outros países da América do Sul; é uma visita de cortesia, de estreitamento das nossas relações.

Saindo daqui, será recebido na Comissão de Relações Exteriores, onde teremos oportunidade de discutir possibilidades de relacionamentos, não somente políticos como até afetivos. Trata-se de um país que é membro da nossa comunidade latino-americana, um país que passou por uma crise muito profunda, da qual resultou uma crise econômica e social, e que está agora cuidando de sua recuperação.

O Haiti realizou suas eleições e elegeu, com uma larga margem de votos, larguíssima margem de votos o seu novo presidente, René Préval. Estivemos lá eu, o Deputado Fernando Gabeira e outros integrando uma comitiva de observadores das eleições.

Após esse evento marcante da história do Haiti, o seu presidente percorre vários países do continente para estabelecer relações não só econômicas, mas políticas e até fraternas, Sr. Presidente, que é uma dimensão muito importante na nossa ligação com o Haiti.

De forma que tenho a honra de acompanhá-lo aqui e levá-lo, em seguida, à Comissão de Relações Exteriores nessa visita que considero da maior importância. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao Senador Roberto Saturnino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Fazemos das suas palavras as nossas na homenagem e na manifestação de respeito nas boas-vindas que oferecemos ao Presidente René Préval e à sua comitiva, acompanhados pelo Deputado Gabeira, que nos honra também com sua presença no plenário do Senado Federal.

Muito obrigado aos nossos visitantes.

Retornamos ao Senador Mão Santa, orador que se encontra na tribuna.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, eis ali Cristo e, abaixo dele, o patrono deste Senado, lá do nosso Nordeste. Cristo disse que só tem um caminho e uma salvação: a lei e a justiça. E Rui Barbosa, o nosso patrono, disse que, de tanto ver nulidades triunfarem e assumirem o poder e de tanto ver a corrupção campear e rir-se da honra, vai chegar o momento em que vamos ter vergonha de sermos honestos. Este é o momento que vivemos em nosso Brasil. E mais grave ainda – atentai bem, Pedro Simon –: nem a Ditadura ousou impedir o PMDB de ter candidatura.

Padre Antônio Vieira disse que um bem nunca vem só, vem sempre acompanhado de outro bem. Todo mundo se lembra de que, depois de 1974, as candidaturas de Ulysses e Sobral Pinto, anticandidatos contra Geisel, levantaram e acenderam a esperança da redemocratização. Em seguida, o PMDB obteve as dezesseis vitórias que abalaram o País, elegeu a maioria dos Senadores e a maioria dos Deputados Federais.

O partido cresce, e eu estou aqui, Senadora Heloísa Helena, porque o PMDB teve, em 1994, candidato a Presidente da República: Orestes Quércia e Iris Rezende. Eles não foram vitoriosos, mas fizeram nascer, Pedro Simon, nove governadores, frutos da negociação. Hoje falta entendimento e a luz de Rui Barbosa, que disse: “Eu não troco a trouxa de minhas convicções por um ministério”. Os que estão aí foram atraídos em desrespeito a essa mensagem de Rui Barbosa, foram atraídos pelo poder, pelos cargos em ministérios. Naquela época, o PMDB fez nove governadores, mesmo não obtendo sucesso a campanha



de Quércia. Cinco deles estão aqui como Senadores: Mão Santa, Maguito, Raupp, Maranhão e Garibaldi. Essa é a situação.

Entendo que o PMDB pertence ao povo e pertence à democracia. A democracia, Senador Alvaro Dias, é uma construção do povo. Aristóteles disse que o homem é um animal político, e ninguém contestou isso até hoje. E esse animal político, Pedro Simon, busca formas de governo. Os reis predominaram, seriam Deus na Terra e Deus seria um rei no céu. Mas o povo sofrido, com coragem, foi às ruas e gritou: “Liberdade, igualdade e fraternidade” e nasceu a democracia.

A democracia é do povo e o PMDB é do povo. Devo obediência ao nosso partido e ao seu presidente, Michel Temer. Eu fui à convenção, estávamos lá eu e Pedro Simon por ocasião das prévias; assisti à reunião das executivas; vi as campanhas desses heróis do PMDB, Rigotto e Garotinho, que andaram pelo Brasil todo em pregação. Nós estamos aqui para dizer que a nossa obediência maior, Senador Arthur Virgílio, é a Ulysses Guimarães. Ele disse: “Ouça a voz rouca das ruas”. Senadora Heloísa Helena, quem está nas ruas é o povo. E o PMDB tem que ter intimidade com o povo. É esta a nossa inspiração! E nas prévias se começa a escutar as bases: os delegados e seus suplentes, os seus militantes, os representantes do povo – Vereadores, Deputados Estaduais, Federais e Senadores – e os presidentes dos comitês regionais.

Então, é com tristeza, Senadora Heloísa Helena... Já li umas cinquenta biografias de Abraham Lincoln. Li, recentemente, a de Bill Clinton. Senador Delcídio Amaral, se V. Ex<sup>a</sup> ler sobre Abraham Lincoln e Bill Clinton verá que são as mesmas regras, as mesmas leis.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, por que motivo, por três vezes na história norte-americana, um Presidente com menor número de votos assume? Porque as regras são obedecidas, respeitadas.

E quem fez essa monstruosidade? Quem trouxe a intranquilidade que vivemos neste País? É o Exército, atrás de dez fuzis? São os sem-terra que invadem? Foram eles mesmos. Todo mundo sabia que se respeitava pelo menos a anuidade, um ano antes.

Senador Delcídio Amaral, seria como mudar agora as regras da Copa do Mundo. Vale que o jogador seja mulher? Vale gol com a mão? Não tem *off-side*, a trave é redonda. Seria uma confusão. Então, estamos mudando as regras por irresponsabilidade e incompetência deste Poder Legislativo. E mudando, não se mantém mais palavras, acordos, normas, resoluções, nada! É o nosso protesto.

E eleições sem o PMDB, Senador Delcídio Amaral, é o mesmo que tirar o Brasil da Copa do Mundo. Era o que eu tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos ao Senador Mão Santa pela compreensão, pela interrupção do seu brilhante e empolgado pronunciamento.

Concedemos a palavra ao Senador Delcídio Amaral, que dispõe de 15 minutos.

Na sequência, usarão da palavra os Senadores Pedro Simon, Arthur Virgílio e Heloísa Helena.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, cumprimento a Senadora Heloísa Helena, aqui representando – e muito bem – as mulheres. No dia 8 de março, tivemos a oportunidade de festejar o avanço e tudo que V. Ex<sup>a</sup> representa para a mulher brasileira: garra, competência, determinação, honestidade, enfim, mil qualidades. Por intermédio de V. Ex<sup>a</sup>, cumprimento todas as mulheres brasileiras.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nos últimos meses tenho me dedicado, quase que em período integral, à CPMI dos Correios. Mas a atividade parlamentar deve ser algo muito mais amplo do que acompanhar crises de nosso sistema político – por mais importantes que elas sejam. É por isso que hoje vou tratar de uma questão de extrema importância para o futuro do País, mesmo que o assunto não esteja todos os dias nas manchetes dos jornais. Refiro-me à alienação do controle ou de parte do controle das concessionárias ferroviárias Ferroban, Ferronorte e Novoeste, a mais importante operação no setor ferroviário desde a sua privatização, iniciada em 1996. Faço questão de registrar, aqui, talvez, a pior privatização do Brasil – e aí cito especificamente a Novoeste, ferrovia que corta o meu Estado, Mato Grosso do Sul.

Parece um assunto técnico, quem sabe até complicado, mas tem muito a ver com a vida dos brasileiros e com nosso futuro como Nação. Porque o que estará sendo alienado nesse mega negócio, que envolve valores na casa dos bilhões de reais, é a real capacidade de nosso País e de nossas lideranças de estabelecer as estratégias mais adequadas para assegurar nosso progresso.

A falta de uma infra-estrutura de transportes adequada para o desenvolvimento do Brasil é um problema antigo, com raízes históricas, mas seu debate foi

intensificado apenas nos últimos anos, quando este passou a ser um gargalo para o crescimento e o risco de um “apagão logístico” passou a ser iminente.

Nossa matriz de transportes é fortemente dependente da rodovia, setor que concentrou a maior parte dos investimentos públicos, em detrimento de uma matriz mais concentrada em ferrovias como acontece em outros países. Hoje, menos de 10% das cargas brasileiras são transportadas por trem, excluindo o minério de ferro, que é a carga cativa da ferrovia. O modal ferroviário é responsável por 35% do total transportado nos Estados Unidos, mais de 40% na Europa e próximo a 60% no Canadá.

A dependência da rodovia encarece nossos produtos, onera as exportações e diminui a competitividade do Brasil. O custo do transporte por caminhão é, em média, duas vezes maior do que o do trem, consumindo mais do que o dobro do combustível e com maiores necessidades de manutenção e pessoal. O impacto dessa realidade é sentido em toda a economia, mas é ainda maior em segmentos em que o transporte é uma parte substancial do custo, como é o caso das *commodities* agrícolas. Isso explica o fato de ainda termos terras não exploradas para a agricultura em regiões cuja produtividade é altíssima, como o Centro-Oeste do Brasil, mas que carecem de alternativas para escoar a safra.

A solução do problema ao longo do tempo passa necessariamente pelo desenvolvimento dos sistemas ferroviários atuais, que ainda apresentam grande potencial de crescimento, e por investimentos adicionais em novas ferrovias que criem alternativas para o escoamento da produção. A segunda providência, no entanto, demanda enorme investimento por parte do Estado, mesmo que em parceria com o setor privado, e no melhor dos casos só teria impacto em alguns anos, devido ao período necessário para construção de novas ferrovias e para a viabilização dos novos projetos, que incluem a desapropriação de terras e a obtenção de licenças ambientais.

Assim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para que o Brasil possa crescer nos próximos anos de uma maneira saudável e sem desequilíbrios externos, é fundamental gerarmos as condições necessárias para o aumento da capacidade das malhas ferroviárias já existentes. Mais do que isso, essa expansão de capacidade deve beneficiar a todos, levando eficiência e menores custos da ferrovia a toda a economia.

Como se sabe, a Ferrobán, concessionária que assumiu a antiga malha da estatal Fepasa – Ferrovia Paulista S. A. –, possui uma extensa malha ferroviária no Estado de São Paulo, ligando os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ao porto de Santos,

sendo responsável por grande parte do escoamento da produção do Centro-Oeste para exportação e para o consumo na Região Sudeste.

Além desse importante corredor de exportação, a malha ferroviária paulista, que tem uma densidade, ou seja, quilômetros lineares de trilhos divididos por quilômetros quadrados territorial, maior do que a dos Estados Unidos, vem sendo subutilizada, já que a sua participação no transporte estadual não deve chegar a 5% das mercadorias movimentadas no Estado que é a locomotiva do Brasil.

A Novoeste, antiga Noroeste do Brasil, construída no início do século passado, liga o Mato Grosso do Sul, desde as suas fronteiras com a Bolívia em Corumbá e com o Paraguai em Ponta Porã, até a Ferrobán, inicialmente em Bauru e que hoje chega até Mairinque, estas duas cidades no Estado de São Paulo, e daí acessa o porto de Santos. Os trilhos da antiga Noroeste foram responsáveis por proporcionar uma vantagem competitiva ao então sul do antigo Estado do Mato Grosso, possibilitando a cisão deste e a criação do Estado do Mato Grosso do Sul. Mesmo a interiorização da produção de soja no Centro-Oeste, que transformou este produto e seus derivados no principal produto da pauta de exportações brasileira, começou no sul do Mato Grosso do Sul, graças à combinação da fertilidade de suas terras com a facilidade de escoamento proporcionado pelas linhas férreas nas regiões de Sidrolândia, Maracajú e Ponta Porã.

A Ferronorte, projeto idealizado por Olacyr de Moraes, que liga o nordeste do Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso de novo às linhas da Ferrobán e assim a Santos, deve ter sido fruto da feliz experiência deste grande empresário como produtor de soja em Ponta Porã, Mato Grosso do Sul. Olacyr deve ter imaginado que o custo estruturalmente reduzido do transporte ferroviário seria, como acabou se confirmando com a implantação da Ferronorte, a redenção de Mato Grosso, já que o Estado é hoje o maior produtor de soja do Brasil.

Essas três concessionárias públicas juntas atingem mais de 50% do PIB brasileiro, por isso a importância estratégica dessa alienação. Um passo mal dado agora pode significar a estagnação ou o retrocesso econômico e social de toda uma grande região por anos ou décadas.

Tenho a honra de ouvir o aparte do Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Senador Delcídio Amaral, quero parabenizá-lo pela coragem de trazer tema tão importante, mas também tão delicado – V. Ex<sup>a</sup> sabe ao que me refiro – a esta tribuna. O Senado da República tem a obrigação de participar desse

debate. Somos membros da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da qual tenho a honra de momentaneamente presidir, e quero propor a V. Ex<sup>a</sup> que levemos essa questão para uma discussão mais detalhada na Comissão. Há conflitos de empresas pela sobreposição de uso de malhas, principalmente no Porto de Santos, há uma negociação sendo feita, envolvendo uma empresa que está sendo contestada por outras, exatamente nessa região a que V. Ex<sup>a</sup> se refere. Concordo quando V. Ex<sup>a</sup> elogia a coragem e a bravura do construtor Olacyr de Moraes de ter feito a primeira parceria público-privada. No entanto, só entrou o privado, o público não, o que levou o empreendedor a passar por momentos difíceis. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns! E desafio V. Ex<sup>a</sup> a levar essa questão à discussão, de maneira bem objetiva e detalhada, na nossa Comissão. Se fizermos isso, meu caro Senador Delcídio Amaral, estaremos prestando um grande serviço ao País. Muito obrigado.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que bem conduz os trabalhos. Entendo que esse tema deve merecer um debate amplo e fundamental naquela Comissão do Senado.

Senador Heráclito Fortes, as mazelas que especialmente a Novoeste tem enfrentado são uma vergonha para os sul-mato-grossenses e para o Brasil. Essa ferrovia está praticamente sucateada. Ela vive de remendos e não possui operadores ferroviários que deveriam ser responsáveis por essa operação. Hoje ela é basicamente operada por fundos de pensão e, portanto, absolutamente na contramão do que se espera de uma ferrovia com essa importância, como V. Ex<sup>a</sup> acabou de registrar.

Não tenho dúvida alguma e farei um requerimento, Senador Heráclito Fortes, exatamente com o intuito de abriremos o debate sobre essas alienações, sobre os direitos de passagem, que estão envolvidos com a alienação de que trato neste momento, porque isso será fundamental para o Centro-Oeste, para o Sudeste e para o Brasil.

Foi isso que a privatização malfeita da Novoeste, em 1996, causou às regiões produtoras do meu Estado, o Mato Grosso do Sul. Aquela ferrovia que transportava mais de sete milhões de toneladas na década de 1990, transportou, no ano passado, apenas 3,5 milhões de toneladas. Muito pouco para um Estado que, só de soja, produz mais de quatro milhões de toneladas. Quem pagou esse prejuízo? Foram os sul-mato-grossenses, seja no encarecimento de sua produção, seja na oneração dos produtos que recebem dos Estados vizinhos e de outros países por portos desses Estados vizinhos.

Agora, com a nova alienação que deverá ocorrer no próximo dia 22 de março, Senador Heráclito, devemos ficar atentos para que o modelo adotado nessa venda, assim como seus possíveis adquirentes – V. Ex<sup>a</sup> citou muito bem, temos de acompanhar os principais interessados, para, daqui a pouco, não se criar monopólio de algumas empresas, principalmente nessa malha rodoviária –, estejam em sintonia com a importância estratégica da atividade dessas empresas, atendendo a todo esse sem-número de Estados e promovendo a integração com o porto. Ferrovia tem de terminar em porto.

É preciso encontrar um modelo de negócio e um conjunto de adquirentes que privilegiem a independência e a pluralidade necessárias para que a atividade ferroviária leve às regiões que cruzam o desenvolvimento que tanto almejamos.

O modelo que aí está não atende aos interesses do Mato Grosso do Sul – basta ver o desastre que é a Novoeste – nem, portanto, aos do Brasil. Vender a Novoeste desassociada da Ferrobán e da Ferronorte é impróprio, já que a Novoeste termina em Mairinque, e Mairinque não é destino, Mairinque é passagem. Os dois pares de trens sugeridos no contrato de direito de passagem entre a Novoeste e a Ferrobán, que permitiria aos trens da Novoeste trafegarem entre Mairinque e Santos pelas linhas mistas da Ferrobán, estagnarão a capacidade de transporte da Novoeste a esses 3,5 milhões que foram transportados no ano passado. Portanto, muito aquém das necessidades do meu Estado, o Mato Grosso do Sul. Queremos e precisamos de uma oferta de transporte ferroviário no meu Estado de mais de 20 milhões de toneladas por ano. Essa demanda, Senador Heráclito, já existe, mas, por causa desse imbróglio ferroviário, não conseguimos fazer com que essa ferrovia seja efetivamente a infra-estrutura mais importante para a nossa região e para o Brasil.

Outro assunto que preocupa os produtores do meu Estado e que precisa ser examinado com toda cautela é o perfil dos possíveis adquirentes que pretendem assumir o controle da companhia.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Senador Delcídio, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Com muita honra, Senador Rodolpho Tourinho.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Antes que V. Ex<sup>a</sup> entre em outro assunto, Senador Delcídio Amaral, retorno a um dos primeiros pontos do discurso de V. Ex<sup>a</sup> que se referia à possível crise de energia e lembro do que ocorreu recentemente – e, aí, quero ter a sua parceria em relação ao Nordeste. Isso porque, desse primeiro leilão de energia nova, apenas oito e meio foram comprados para o Nordeste, energia

emergencial, pequenas unidades de, em média, sete megawatts/hora de produção. Conseqüentemente, é uma baixíssima qualidade de energia, para não dizer ordinária até. E mais: essa energia foi contratada três anos antes da crise – que eu achava que seria em 2009, mas o Governo acredita que será em 2008 – e por 15 anos. Além de a quantidade de energia comprada ter sido muito pequena, não temos gás no Nordeste. Todos as vezes que falo de energia e do Nordeste tenho de citar o Gasene. Essa área da Petrobras, que acho que cuida da parte de gás, área que V. Ex<sup>a</sup> tão bem conhece, não acrescentou um metro de gasoduto nesses três anos. Da mesma forma, na área de energia hidrelétrica, só recentemente, nesse primeiro leilão de energia, é que foi acrescentada alguma coisa de concessão nova. Levamos três anos sem nenhuma concessão nova. A mesma coisa ocorre na área de gás. Dessa forma, eu queria ter V. Ex<sup>a</sup> como parceiro do Nordeste, auxiliando-o a buscar uma solução – a energia. A crise de energia, que eu achava que seria em 2009, o Governo anuncia, comprando energia emergencial, que é para 2008. Então, saúdo o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, que bem conhece esse assunto e que precisa ajudar o Nordeste, Senador Delcídio Amaral.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)**

– Senador Rodolpho Tourinho, é importante seu registro, porque, aqui, estamos falando de ferrovia e, fundamentalmente, de infra-estrutura. Um dos maiores problemas que, hoje, enfrentamos é de regulação. E, sem regulação, há falta de investimentos. Por quanto tempo discutimos aqui as parcerias público-privadas? Não conseguimos tirar do papel nenhum projeto de parceria público-privada.

No setor de energia, no setor de gás natural, o quanto já poderia ser investido no Nordeste, com o Gasene garantindo o suprimento de energia para o mercado nordestino, não apenas para as residências, para o comércio, mas especialmente para as indústrias?

Quanto às soluções adotadas no último leilão, programas emergenciais utilizando usinas termelétricas a óleo *diesel*, meu caro Senador Mão Santa, eu só tinha visto isso anos atrás na Amazônia, até porque, em função das restrições que a Amazônia à época enfrentava, essa era a única solução. Mas continua parado o Gasene, continua parado o gás para Manaus, do Coari, continua parado Urucu-Porto Velho.

Então, o tema “infra-estrutura” é de absoluta e de fundamental importância que venhamos a discutir, como a Lei do Gás, Senador Rodolpho Tourinho, que estamos discutindo, e fomos surpreendidos com um enxame de projetos encaminhados ao Congresso Nacional.

Porém, o bom senso vai prevalecer. E não tenho dúvida alguma de que serei grande parceiro de V. Ex<sup>a</sup> nessa discussão, como em outras discussões associadas à infra-estrutura do Brasil, que precisa urgentemente de socorro, de planejamento e de regras adequadas.

Senador Pedro Simon, ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – O pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> é brilhante, competente e sério. Eu apenas destacaria o seguinte: que bom se esse pronunciamento marcasse o início do Governo Lula e se ele tivesse ainda quatro anos para realizar isso! Mas V. Ex<sup>a</sup> faz seu pronunciamento quando o Governo Lula já acabou e quando Lula está-se candidatando a um novo Governo. Mas, nos anos anteriores, o resultado é esse que V. Ex<sup>a</sup>, com muita firmeza e convicção, está apresentando.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)**

– Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Já concluo minha fala, Sr. Presidente.

Outro assunto que preocupa os produtores do meu Estado e que precisa ser examinado com toda cautela é o perfil dos possíveis adquirentes da Ferrobán, da Ferronorte e da Novoeste, que pretendem assumir o controle da companhia. A ferrovia tem de ser plural, atendendo a várias mercadorias, a vários clientes, a vários destinos e a várias origens. A ferrovia não pode ser um centro de custo, e a mídia tem noticiado que há candidatas a adquirir essas artérias cruciais do coração produtivo brasileiro que têm, em sua atividade principal, interesses que conflitam com essa pluralidade.

Meu caro Senador Mão Santa, concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, com muita honra.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Senador Delcídio Amaral, sei que V. Ex<sup>a</sup> é um brilhante engenheiro. Sou médico e tive de estudar um bocado de Psicologia. Franklin Delano Roosevelt disse: “Todo homem que vejo é superior a mim em determinado assunto, e, nesse particular, procuro aprender”. Então, usando a minha psicologia, quando adentrei aqui, sem dúvida nenhuma, percebi que V. Ex<sup>a</sup> – está nos meus primeiros pronunciamentos um aparte talvez ao primeiro discurso de V. Ex<sup>a</sup> – é uma inteligência privilegiada. Muito jovem, foi um dos mais brilhantes Ministros de Minas e Energia no honrado Governo de Itamar Franco. E eu advertia, porque votei em Lula e acreditei no PT, que V. Ex<sup>a</sup> deveria ter sido pinçado para promover esse desenvolvimento. Lula se achava igual a Juscelino, mas considero que é V. Ex<sup>a</sup> que é um otimista. Juscelino disse: “É melhor ser otimista. O otimista pode errar. O pessimista já nasce errado e continua errado”. Juscelino representou energia e transporte, e esse tem sido



o tema de V. Ex<sup>a</sup>. Isso é muito preocupante. Ninguém melhor do que V. Ex<sup>a</sup> para entender de energia do petróleo, de seus derivados, de gás natural. E o Governo se envereda, todos sabemos que com boa intenção, no *biodiesel*, na mamona, mas que isso não tem economicidade. Sou um médico, que é um mecânico de gente, e gente usa óleo como combustível. Quantos óleos alimentares nós temos para servir à máquina humana! Vá ao supermercado! Não conheço nenhum abaixo de R\$2,50. “Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, disse Lavoisier, inteligente, como V. Ex<sup>a</sup>. Para transformar isso na bioenergia da mamona, a economicidade não permite. E V. Ex<sup>a</sup> tem chamado a atenção para o gás natural e para o transporte. V. Ex<sup>a</sup> revive Juscelino: energia e transporte. E faço minhas as palavras de Pedro Simon: é pena que o Governo não tenha atentado para isso que, desde o início, detectamos e apresentamos! Mas, sem dúvida nenhuma, V. Ex<sup>a</sup> tem perspectivas invejáveis na política do seu Estado e do nosso País.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Mão Santa. Muito me honram as palavras de V. Ex<sup>a</sup>.

E, agora, concluindo, meu caro Presidente Alvaro Dias, devo dizer que este pronunciamento volta à discussão sobre o Programa Ferroviário Brasileiro, à importância das ferrovias na busca da eficiência principalmente da nossa produção, tocando num ponto fundamental, que é o complexo Novoeste, Ferronorte e Ferroban, que cruza alguns dos Estados mais ricos do País. E precisamos, de uma vez por todas, ter regras claras, uma atuação competente da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Essa questão das agências é absolutamente fundamental não só para transporte rodoviário, ferroviário, terrestre, como também para energia, petróleo e gás, enfim, para todos aqueles segmentos que precisam ter regras claras para atrair investimentos e para, com isso, gerar empregos para o Brasil.

Finalizando, Sr. Presidente, sou um empreendedor. Como disse o Senador Mão Santa, sou um engenheiro. Estou Senador, mas sou engenheiro, acima de tudo, e empreendedor. O Brasil precisa de gente empreendedora, de gente que faça com que o País caminhe, com que o País realize. Para que isso aconteça, é preciso que tenhamos praticidade nas ações, objetividade, menos discurso, mais ação, que é aquilo que a população, acima de tudo, espera de todos nós.

Muito obrigado, Presidente.

## **SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL.**

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS.

Sem apanhamento taquigráfico ) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nos últimos meses, tenho me dedicado às produtivas investigações levadas a cabo pela CPMI dos Correios. Mas a atividade parlamentar deve ser algo muito mais amplo do que acompanhar crises de nosso sistema político – por mais importantes que elas sejam. É por isso que hoje vou tratar de uma questão de extrema importância para o futuro do País, mesmo que o assunto não esteja todos os dias nas manchetes dos jornais. Refiro-me à alienação do controle ou de parte do controle das concessionárias ferroviárias Ferroban, Ferronorte e Novoeste, a mais importante operação no setor ferroviário desde a sua privatização, iniciada em 1996.

Parece um assunto técnico, quem sabe até complicado, mas que tem muito que ver com a vida dos brasileiros e com nosso futuro como nação. O que estará sendo alienado nesse mega negócio, que envolve valores na casa dos bilhões de reais, é a real capacidade de nosso País e de nossas lideranças estabelecer as estratégias mais adequadas para assegurar nosso progresso.

A falta de uma infra-estrutura de transportes adequada para o desenvolvimento do Brasil é um problema antigo, com raízes históricas, mas seu debate foi intensificado apenas nos últimos anos, quando passou a ser um gargalo para o crescimento e o risco de um “apagão logístico” passou a ser iminente.

Nossa matriz de transportes é fortemente dependente da rodovia, setor que concentrou a maior parte dos investimentos públicos, em detrimento de uma matriz mais concentrada em ferrovias, como ocorre em outros países. Hoje, menos de 10% das cargas brasileiras são transportadas por trem, excluindo o minério de ferro, que é carga cativa da ferrovia. O modal ferroviário é responsável por 35% do total transportado nos Estados Unidos, mais de 40% na Europa e próximo a 60% no Canadá.

A dependência da rodovia encarece nossos produtos, onera as exportações e diminui a competitividade do Brasil. O custo do transporte por caminhão é em média duas vezes maior do que o do trem, consumindo mais do que o dobro do combustível e com maiores necessidades de manutenção e pessoal. O impacto dessa realidade é sentido em toda a economia, mas é ainda maior em segmentos em que o transporte é uma parte substancial do custo, como o caso das *commodities* agrícolas. Isso explica o fato de ainda termos terras não exploradas para a agricultura em regiões cuja produtivi-



dade é altíssima, como o Centro-Oeste do Brasil, mas que carecem de alternativas para escoar a safra.

A solução do problema ao longo do tempo passa necessariamente pelo desenvolvimento dos sistemas ferroviários atuais, que ainda apresentam grande potencial de crescimento, e por investimentos adicionais em novas ferrovias que criem alternativas para o escoamento da produção. A segunda providência, no entanto, demanda enorme investimento por parte do Estado, mesmo que em parceria com o setor privado, e no melhor dos casos só teria impacto em alguns anos, devido ao período necessário para construção de novas ferrovias e para a viabilização dos novos projetos, o que inclui a desapropriação de terras e a obtenção de licenças ambientais.

Assim, para que o Brasil possa crescer nos próximos anos de maneira saudável e sem desequilíbrios externos, é fundamental gerarmos as condições necessárias para o aumento da capacidade das malhas ferroviárias já existentes. Mais do que isso, essa expansão de capacidade deve beneficiar a todos, levando eficiência e menores custos da ferrovia a toda a economia.

Como se sabe, a Ferrobán, concessionária que assumiu a antiga malha da estatal Fepasa – Ferrovias Paulista S.A., possui uma extensa malha ferroviária no Estado de São Paulo, ligando os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ao Porto de Santos, sendo responsável por grande parte do escoamento da produção do Centro-Oeste para exportação e para o consumo na Região Sudeste.

Além desse importante corredor de exportação, a malha ferroviária paulista, que tem uma densidade, ou seja, quilômetros lineares de trilhos divididos por quilômetros quadrados territorial, maior do que a dos Estados Unidos, vem sendo subutilizada, já que a sua participação no transporte estadual não deve chegar a 5% das mercadorias movimentadas no estado que é a locomotiva do Brasil.

A Novoeste, antiga Noroeste do Brasil, construída no início do século passado, liga o Mato Grosso do Sul, desde as suas fronteiras com a Bolívia em Corumbá e com o Paraguai em Ponta Porã, até a Ferrobán, inicialmente em Bauru e que hoje chega até Mairinque, duas cidades no Estado de São Paulo, e daí acessa o Porto de Santos. Os trilhos da antiga Noroeste foram os responsáveis por proporcionar uma vantagem competitiva ao então sul do antigo Estado do Mato Grosso, possibilitando a cisão deste e a criação do Estado do Mato Grosso do Sul. Mesmo a interiorização da produção de soja no Centro-Oeste, que transformou esse produto e seus derivados no principal produto da pauta de exportações brasileira, começou no sul do Mato

Grosso do Sul, graças à combinação da fertilidade de suas terras com a facilidade de escoamento proporcionado pelas linhas férreas nas regiões de Sidrolândia, Maracajú e Ponta Porã.

A Ferronorte, projeto idealizado por Olacyr de Moraes, que liga o nordeste do Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso de novo às linhas da Ferrobán e assim a Santos, deve ter sido fruto da feliz experiência desse grande empresário como produtor de soja em Ponta Porã. Olacyr deve ter imaginado que o custo estruturalmente reduzido do transporte ferroviário seria, como acabou se confirmando com a implantação da Ferronorte, a redenção do Estado do Mato Grosso, já que este estado é hoje o maior produtor de soja do Brasil.

Essas três concessionárias públicas juntas atingem mais de 50% do PIB brasileiro: por isso a importância estratégica dessa alienação. Um passo mal dado agora pode significar a estagnação ou o retrocesso econômico e social de toda uma grande região por anos ou décadas.

Foi isso o que a privatização mal feita da Novoeste, em 1996, causou às regiões produtoras do meu estado, o Mato Grosso do Sul. Aquela ferrovia, que transportava mais de 7 milhões de toneladas na década de noventa, transportou no ano passado apenas 3,5 milhões de toneladas – muito pouco para um Estado que só de soja produz mais de 4 milhões de toneladas. Quem pagou este prejuízo? Foram os sul-mato-grossenses, seja no encarecimento de sua produção, seja na oneração dos produtos que recebem dos estados vizinhos e de outros países pelos portos destes estados vizinhos.

Agora, com essa nova alienação que deverá ocorrer no próximo dia 22 de março, devemos ficar atentos para que o modelo adotado nessa venda, assim como seus possíveis adquirentes, estejam em sintonia com a importância estratégica da atividade dessas empresas.

É preciso encontrar um modelo de negócio e um conjunto de adquirentes que privilegiem a independência e a pluralidade necessárias para que a atividade ferroviária leve às regiões que cruzam o desenvolvimento que tanto almejamos.

O modelo que aí está não atende aos interesses do Mato Grosso do Sul, portanto, aos do Brasil. Vender a Novoeste desassociada da Ferrobán e da Ferronorte é impróprio, já que a Novoeste termina em Mairinque, e Mairinque não é destino, Mairinque é passagem. O dois pares de trens sugeridos no contrato de direito de passagem entre a Novoeste e Ferrobán, que permitiria aos trens da Novoeste trafegarem entre Mairinque e Santos pelas linhas mistas da Ferrobán, estagnarão a capacidade de transporte da Novoeste a estes 3,5

milhões que foram transportados no ano passado. E o Mato Grosso do Sul quer mais. Queremos e precisamos de uma oferta de transporte ferroviário no meu Estado de mais de 20 milhões de toneladas por ano.

Outro assunto que preocupa os produtores do meu Estado e que precisa ser examinado com toda cautela é o perfil dos possíveis adquirentes que pretendem assumir o controle da companhia. A ferrovia tem de ser plural: deve atender a várias mercadorias, vários clientes, vários destinos e várias origens. A ferrovia não pode ser um centro de custo, e a mídia tem noticiado que há candidatas a adquirir essas artérias cruciais do coração produtivo brasileiro que têm, em sua atividade principal, interesses que conflitam com esta pluralidade.

Sou um entusiasta do empreendedorismo, e todos sabem que minha vida profissional foi construída na iniciativa privada. Mas sou, acima de tudo, um sul-mato-grossense apaixonado pelo meu Estado, e me recuso a permanecer inerte ante à possibilidade de retrocesso no desenvolvimento da minha terra, possibilidade essa que se concretizará se a alienação da Novoeste se der da maneira que vem sendo ventilada pela mídia.

O motor do meu Estado é a atividade primária – agricultura e pecuária – e essas atividades, principalmente a agricultura, precisam ter garantido o escoamento da produção até o mercado consumidor em condições que mantenham a competitividade dos produtos, duramente alcançadas pelos nossos produtores. Daí por que não posso aceitar que se restrinja ainda mais as possibilidades de escoamento da nossa produção.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon e, em seguida, ao Senador Arthur Virgílio.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna movido por um sentimento muito dolorido, porque estamos numa caminhada que busca a eleição presidencial.

No Brasil, infelizmente, uma eleição presidencial normalmente vem acompanhada de crise. Quando o Dutra ganhou, o Ministro da Guerra da ditadura, a UDN esperava que fosse o Brigadeiro, e houve a crise. Em 50, os militares esperavam o Brigadeiro, ganhou Getúlio, e houve a crise, com o suicídio de Getúlio. Juscelino

resolveu nomear Jango como Vice-Presidente – João Goulart tinha sido Ministro do Trabalho de Getúlio, e um manifesto de coronéis tinha obrigado Getúlio a demiti-lo –, houve a crise, e, por muito pouco, Juscelino não foi deposto. Por muita categoria, muita competência do Lott, a classe política conseguiu que Juscelino assumisse e cumprisse o seu mandato. Jânio Quadros, uma esperança – era 50% gênio, 50% louco –, permaneceu sete meses no poder e foi embora. Jango: houve uma luta para que ele assumisse, a legalidade do Brizola, e, depois, a sua derrubada. Cinco generais substituindo-se uns aos outros como ditadores!

Aquele foi o período áureo do MDB. Se analisarmos com profundidade, em todas essas crises, em toda a história do MDB, em toda a história do Brasil, partido político não tem participação. Triste o destino dos partidos políticos brasileiros! O próprio Partido Comunista Brasileiro fez a Intentona Comunista, que deu errado, e ficou naquilo. Um Partido que parecia heróico, que era o PT, deu nisso aí! O PSDB, um Partido composto de santos que saíram de vários partidos, deu no que deu. E, agora, estamos aqui, às vésperas de um pleito.

O MDB foi o grande responsável, na época da ditadura, pelo Brasil chegar à democracia. Houve alguns heróis, aqueles heróis que não ganham busto, como Ulysses dizia. Ulysses fez a campanha, andou pelo Brasil inteiro; ele tinha voto, ele tinha partido, ele tinha idéia, mas não tinha vitória na eleição. Um general já estava eleito, e ele foi o antecandidato. Com o General Euler, quatro anos depois, ocorreu a mesma coisa: ele foi o antecandidato.

Depois, o MDB conseguiu, ainda que derrotada a emenda das “Diretas Já”, ter candidato. Tancredo ganhou. Dizem que Deus é brasileiro, mas, às vezes, me pergunto: “Será?” Tancredo não podia ter morrido. Não que o Presidente Sarney não tenha sido um grande Presidente. Foi. Um homem que realizou, um homem sério, um homem competente. Ele fez o máximo que poderia ter feito, mas ele não era Tancredo. Ele era um ex-Presidente da Arena, colaborador do regime revolucionário. Fez o que podia fazer. Mas este Brasil seria diferente se o Tancredo tivesse assumido. Ele não seria substituído pelo Collor, como ocorreu. Não haveria margem para que aparecesse um Collor da vida se o Tancredo tivesse feito o seu governo.

Este Congresso está vivendo as horas mais amargas.

Meu nobre Senador Delcídio, tenho carinho e respeito por V. Ex<sup>a</sup>, mas não se ofenda: estou com dó de V. Ex<sup>a</sup>, porque – não sei como o seu nome vai entrar na biografia –, fazendo o trabalho fantástico que V. Ex<sup>a</sup> fez, assim como o Relator da Comissão de V. Ex<sup>a</sup>, está acontecendo o que está acontecendo.

Naquela época, tiramos o Collor e assumiu o Itamar. Eu tive muita honra de ser Líder do governo do Itamar. Tive de brigar muito com ele para não ser Ministro. E eu dizia que não aceitava ser Ministro porque eu vinha da queda do Getúlio. Houve aqueles que derrubaram Getúlio e que, depois, assumiram Ministérios. E eu, que havia participado do *impeachment*, liderando a CPI, não queria que dissessem que derrubei o Collor para assumir o Ministério. É uma questão de ética que muitos não entendem, é uma questão de princípio, mas não aceitei. Mas ajudei muito o governo do Itamar e creio que foi um grande governo.

O Dr. Ulysses e o Quércia não deixaram o PMDB apoiar o Itamar. O candidato era para ser do PMDB. O Quércia quis ser candidato, foi candidato. Perdemos a eleição, mas tivemos um candidato. Como antes, quatro anos atrás, não deveria ter sido o Dr. Ulysses, mas ele foi candidato. Perdemos a eleição, mas tivemos um candidato. Agora, que estamos vivendo uma plenitude democrática, agora que o PMDB é o grande Partido nacional, deveríamos ter um candidato. A história escreve, e os destinos aparecem, às vezes, da maneira mais estranha!

Não nego a V. Ex<sup>as</sup>: quando o Lula ganhou a Presidência, pensei que houvesse mudado a história. Estava lá o Partido, o PT, e estava lá o homem que finalmente mudaria o País. “O destino bateu à nossa porta, e vamos seguir o nosso caminho”, confiei.

Quando sondado, quando o Lula e o José Dirceu jantaram na minha casa e não aceitei o Ministério, dias depois eu não dormia, porque todo mundo para quem eu falava isso dizia: “Mas, agora que vamos salvar o Brasil? Você passou 40 anos brigando e agora não entra no Governo?” Comecei a pensar: será que fiz tanta besteira? Embora tivesse dito ao Lula: “Nesta tribuna do Senado, Lula, posso te ajudar muito mais do que no Ministério. Para Ministro haverá gente de montão; no Senado, não haverá tanta gente. Eu posso te ajudar”.

Foi essa a minha disposição, mas deu no que deu. Se o Lula fizesse um Governo 50% do que imaginávamos, o PMDB não teria o que fazer. Talvez até já estivesse no PT, se visse que o PMDB era inviável; talvez estivesse defendendo uma outra posição, e não teríamos o que discutir. Mas deu no que deu, com todo o respeito. Não quero nem entrar na análise, mas o PT não foi aquilo que imaginávamos; o PT não cumpriu os compromissos assumidos.

Vimos agora o ilustre Senador do Mato Grosso do Sul fazer uma análise sobre a seriedade dos problemas de infra-estrutura da sua região. Eu dizia para S. Ex<sup>a</sup>, com todo o respeito: “Que bom se esse discurso fosse no início do Governo Lula e se o Lula tivesse

quatro anos para fazer! Mas V. Ex<sup>a</sup> está analisando os resultados dos quatro anos de Lula, que não fez, e está pedindo então que ele faça nos próximos quatro anos”. Essa é a realidade.

Então, chegou-se a esta situação: estamos vivendo um quadro dramático. Estamos caminhando para uma eleição, e vejamos o que está acontecendo: por exemplo, ontem, o PFL absolveu o candidato do PT, e o PT absolveu o do PFL. O meu querido Líder do PSDB e o Líder do PFL me garantiram que não haveria acordo em hipótese nenhuma. Mas foi estranho! Como parece que, daqui a dois dias, vai ser a mesma coisa; sempre se vai absolver um do PT e um do outro lado. Foi o que aconteceu.

No meio desse contexto, vamos para uma eleição com o PSDB e o PFL de um lado, e o PT do outro. Tudo bem, vamos! Mas o PMDB não entender sua posição, não entender que ele tem obrigação? Há coisas na vida que são obrigação. Há momentos em que se pode entrar e outros em que não se pode! O Senador Delcídio pode ser candidato a Governador de Mato Grosso, mas pode não ser. Eu, se fosse S. Ex<sup>a</sup>, não seria. Com todo o respeito e carinho que tenho por S. Ex<sup>a</sup>, entendo que esta é a vez do outro. Eu esperaria quatro anos. Mas o Senador pode concorrer, embora não tenha a obrigação de concorrer. Mas o PMDB tem obrigação, o PMDB não pode pura e simplesmente dizer: “Eu vou assistir!”, como está fazendo.

Com toda sinceridade, estou pensando, embora o Conselho de Ética ninguém leve a sério, em levar para lá o nome de alguns homens do PMDB, porque não é possível.

O PSDB está vivendo um papel difícil: dois grandes nomes, dois candidatos que, em vez de somarem, até agora estão se desgastando. Perdoe-me Senador, mas até agora estão se desgastando. No entanto, estão cumprindo o seu papel. Ninguém tem dúvida de que, seja um, outro ou um terceiro, o PSDB vai ter o seu candidato. E não poderia ser diferente. Como o PSDB vai deixar de ter um candidato? Como ele vai deixar de ter um candidato?

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Pedro Simon, trinta segundos?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Com o maior prazer.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Eu concordo, é um desgaste enorme, que a mim me tem causado uma irritação grande, e V. Ex<sup>a</sup> tem razão na argumentação que desenvolve. A nossa vontade de cumprir o compromisso de candidatura própria é tão grande que os dois se engalfinham e estão se desgastando, mas a definição é que vamos para a luta com cara própria.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – É verdade. Corretíssimo, corretíssimo! É uma coisa que apareceu, mas ninguém está pensando que o PSDB não tem candidato. Ficou limitado a dois, mas teria mais do que isso. Teria V. Ex<sup>a</sup>, Senador, e o Senador Tasso Jereissati, que, na minha opinião, é uma figura espetacular e que ainda vai ser Presidente da República. Então, o PSDB tem candidato.

Agora, o PT está em uma situação muito difícil, mas está se recompondo, a gente tem que tirar o chapéu. O Lula levou um tiro em cada asa e está se mantendo, está lutando e está dando força. Eu fico impressionado com a sua capacidade. Se fosse eu, já estaria abatido. Se visse o jornal e as coisas que aconteceram, eu já estaria no chão, com depressão, não seria mais candidato. O Lula tem garra e é o único cara que o PT tem.

Mas e o MDB? O Dr. José Sarney está fazendo o que está fazendo para manter uns carguinhos no Governo, o de Ministro de Minas e Energia, de Presidente da Eletrobrás e não sei o quê. O Sr. Renan, para ter uns carguinhos no Governo, está na briga, e a briga agora é porque o PMDB quer o Ministro dos Transportes. Se o Renan conseguir que o PMDB não tenha candidato, o Ministro dos Transportes será do PMDB. Isso é triste, isso é triste.

Então, há o Dr. Sarney, o Dr. Renan, o Dr. Suassuna e mais alguns para alguns cargos que o PT está dando. E querem manter esses cargos. O que aparece é dramático: essas pessoas, esses homens pensam e preferem ficar no PT com esses cargos a ter um Presidente do PMDB, porque acreditam que, sendo o Presidente do PT, os três mandarão.

O PT cometeu um erro gravíssimo, meu querido Líder. O PT deveria ter negociado com o PMDB. O PT não precisava comprar Deputado e Senador, nem dar emenda. Poderia até ter um diálogo aberto e franco com o conjunto do PMDB, fazer uma composição, uma aliança, um entendimento, mas fez isso com o Sarney e com o Renan, deixando o PMDB de fora. Essas pessoas que fizeram parte do entendimento estão com altíssimos cargos e querem mantê-los.

Acho que o PT está na dela. O Lula e o PT estão na deles. Se o PMDB não tiver um candidato e os apoiar, é quase certo que terminem sendo eleitos no primeiro turno. No entanto, o PMDB não está na deles. O PMDB tem obrigação de ter candidato. O PMDB fez uma convenção e aprovou uma prévia. Viajei com o Rigotto pelo Brasil, percorri todos os Estados do Brasil e percebi uma unanimidade. Fomos lá no Maranhão do Dr. Sarney, onde há unanimidade. Todo o PMDB do Maranhão quer uma candidatura própria. Estivemos no Ala-

goas do Senador Renan Calheiros e todo o PMDB de Alagoas quer uma candidatura própria. O que estamos vendo?

No domingo que vem, vamos ter as prévias do PMDB. A rigor, no domingo que vem começa a campanha, porque, nesta semana, entre hoje e segunda-feira, a notícia é de que o PSDB escolhe o candidato. No domingo que vem, o PMDB escolhe o candidato na prévia. O do PT já é o Lula; o PSOL já está com a candidata preparada para começar. Terminada a prévia do PMDB, estarão os quatro candidatos na rua. Mas o que acontece? O Dr. Sarney, o Dr. Renan e o Dr. Suassuna querem suspender a prévia. Quer dizer, querem marcar uma reunião da Executiva para segunda ou terça-feira para suspender a prévia de domingo. E falam em ética? Mas que comportamento é esse, meu Deus do céu?

Apelo, pela TV Senado e pela Rádio Senado, a você, meu irmão, que está assistindo, que é Vereador no interior do Brasil, membro do Diretório Municipal, Prefeito, Deputado Estadual ou Federal, que telefone, telegrafe, mande uma mensagem ao Presidente do PMDB, Michel Temer, ao Sr. Renan Calheiros ou ao Sr. José Sarney, dizendo: “A prévia é para valer. Nós exigimos prévia para escolher o nosso candidato!” Deve haver uma movimentação de todos, porque não podemos aceitar isso.

No outro domingo, em todas as Capitais do Brasil, haverá uma urna. Os senhores deverão sair dos seus Municípios e ir à Capital do seu Estado para votar em Garotinho ou em Rigotto – naquele que quiserem. Mas para votar. Os senhores devem fazer isso, devem cobrar isso. Não devem aceitar golpes de última hora. Isso equivale a um golpe de Estado. Antigamente, os militares iam para as ruas, derrubavam e não deixavam realizar eleição. Pois agora são os nossos. Em uma eleição democrática e aberta, meia dúzia, pensando nos seus interesses, nos cargos e nas vantagens que tem, está vendendo a legenda do Partido.

Eu vou entrar no Conselho de Ética. Eu vou entrar no Conselho de Ética.

**O Sr. Mão Santa (PMDB – PI)** – Senador Simon.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Essa gente não pode fazer o que está fazendo. Eu vou para a reunião da Executiva. Não sei o que vai acontecer comigo, mas farei o meu protesto. Se for preciso fazer como alguns, que rasgaram a urna, eu a rasgarei, para não deixar que se realize uma reunião da Executiva na última hora, a fim de suspender uma prévia que já está marcada e a respeito da qual todo o Brasil está na expectativa.

Pois não.



**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, é bom recordarmos a História. Antes de assumir meu mandato no Senado, eu compareci a uma reunião. O Líder era o hoje Presidente Renan. Ele queria eleger-se Presidente do Senado. Pedi a palavra – foi 15 dias antes de tomar posse – e disse que queria dar um ensinamento do Piauí, de Petrônio Portella: “Há prazo, não há pressa. Para quê essa decisão agora?” V. Ex<sup>a</sup> também postulava e tem o meu voto. Esse é um direito que me assiste. V. Ex<sup>a</sup> é o meu líder no PMDB. É subjetivo, mas é. Não tenho quem me tire o direito de segui-lo, de acompanhá-lo. Quero assinar qualquer requerimento de V. Ex<sup>a</sup>. Ele recuou diante da inspiração de Petrônio Portella. Quinze dias e nós dois fomos para o que chamo de “ Iraque”. Era lá na Paraíba, onde estavam o Sr. Quércia e o Sr. Sarney. Estava feio, com esse mesmo clima. Era o “general” Sarney contra o “coronel” Renan. E nós fomos. V. Ex<sup>a</sup>, com o espírito de São Francisco – “onde há discórdia, que eu leve a união” –, recuou do pleito justo de ser Líder. Sarney, Presidente, e Renan, o Líder. Hoje, estamos aí. Esse PMDB cresceu pelo recuo de V. Ex<sup>a</sup>. Foi essa união que se concedeu e foi com essa mesma união que fomos para uma convenção em que houve a decisão pela prévia. O mundo é plano. Com a globalização atual, a democracia é do mundo. Essa ausculta da base faz parte da cultura democrática do mundo e chegou ao Piauí. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que nós estamos aqui. Outro líder está ali. Está ali Rui Barbosa. Ô, Presidente Sarney, ô Renan, por que ele está ali? Ele recebeu propostas desses carguinhos. Queriam os militares da Primeira República se sucederem. Aí, ele disse: “Estou fora!” Ofereceram um Ministério: “Não troco a trouxa de minhas convicções por um Ministério”. Esse é o nosso compromisso. E digo que quero ser o cireneu de V. Ex<sup>a</sup> nessa batalha pelo PMDB. E hoje considero a unidade de comando e a direção do nosso partido ao Presidente Michel Temer, a quem devo obediência, bem como ao encantado no fundo do mar: “Ouça a voz rouca das ruas”. O PMDB está ouvindo o povo que está nas ruas. São seus militantes, seus vereadores, seus delegados, seus suplentes de delegados, seus presidentes de diretórios, seus Prefeitos, seus Vice-Prefeitos, seus Deputados Estaduais e Federais e seus Senadores. Então, é essa a nossa luta.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

O PMDB é, hoje, o partido que tem o maior número de Senadores, Deputados Federais, Deputados

Estaduais, Governadores, Prefeitos e Vereadores e o maior número de filiados. A última pesquisa de opinião pública sobre o partido com que o povo tem mais identidade demonstrou que o PT perdeu 50%, e o PMDB aumentou 50% e se transformou no partido, longe, que tem mais simpatia da opinião pública brasileira.

Ter candidato é natural. Ir para o debate e apresentar idéias é natural. Acho que, no choque das dificuldades entre o discurso do PT e o discurso do PSDB, o Rigotto, por exemplo, tem chance, muita chance, porque ele tem a palavra, a biografia e o momento exato de apresentar o seu programa. Na pior das hipóteses, se não ganharmos, não há nenhuma dúvida de que o PMDB, no segundo turno, definirá quem ganha, porque ganhará quem o partido apoiar. E poderá fazer um acordo de alto nível com quem ganhar e for para o segundo turno, não um acordo com Renan Calheiros, José Sarney, Ney Suassuna, mas um acordo do PMDB com o partido vencedor. Mas, se for para o segundo turno com o Lula, o PMDB ganha, porque o PSDB não tem outro caminho senão votar em nós. Se for PMDB com PSDB, não tem outro caminho ao Lula senão votar em nós.

É triste ver o Brasil inteiro entusiasmado, empolgado, achando que é o momento, que é a hora de um candidato do PMDB, e aparece uma manchete do Dr. José Sarney, dizendo: “Não; o PMDB não pode ter candidato. Não tem ninguém em condições de ser candidato”. E aparece o Dr. Renan dizendo: “Não; o PMDB não tem candidato. O PMDB não tem condições de ter candidato”. E aparece o Sr. Suassuna: “Não; o PMDB não tem candidato. Não tem condições para ter candidato. É cedo para ter candidato”. Então, a tese agora do Dr. Renan Calheiros é a de que é cedo para ter candidato, porque é muito cedo ainda para fazer a prévia. Ele não é contra a prévia; só acha que a prévia não deve ser feita agora, mas em maio, em junho, agosto.

O Senador Renan, quando jovem, pegou o Governador do PMDB, Dr. Collor, e, na China, ele e mais quatro lançaram-no candidato a Presidente da República. E o Collor saiu do PMDB, fundou o PRN e se lançou candidato, contra Ulysses, contra Brizola, contra Lula, contra Aureliano, contra Covas. Até junho, julho, ele tinha 2% das intenções de voto, e ganhou a eleição. E o Renan foi o Líder do Governo dele. Engraçado que o Renan, naquela época, em janeiro, estava tão apaixonado por lançar um candidato que saiu do PMDB. Ele esteve lá no meu Estado – eu era Governador do Rio Grande do Sul –, procurando-me, inclusive convidando-me para ser seu vice, até dizendo: “O senhor já foi Ministro, Senador e é Governador. V. Ex<sup>a</sup> pode ir



para a Presidência e eu para vice”. Olhei e ri, achando que era uma piada. A piada era eu, porque eu estava diante de um candidato a Presidente da República e não imaginava isso. Ali, o Renan achou bacana. E, agora, o Dr. Renan acha que não, que devemos deixar a prévia lá para maio, para junho, para agosto. Ora, não fica bem! Não fica bem! E as pessoas estão dizendo que o PMDB está de olho arregalado porque quer o Ministério dos Transportes. Quer porque quer esse Ministério. Então, na véspera de uma eleição, vai assumir o Ministério dos Transportes e deixar de ter candidato à Presidência da República. Isso não é sério! isso não é sério!

Na verdade, temos de ver o seguinte: o PMDB tem uma unidade, sua Bancada, seus Prefeitos, seus Vereadores, a sua sociedade, os seus líderes e as suas bases. Quero ver o Dr. Sarney, o Dr. Renan e o Dr. Suassuna vir aqui e apresentar às nossas bases proposta contra a candidatura própria, contra o PMDB ter um candidato.

Faço um apelo, primeiro, a esses homens para que não façam uma convocação da Executiva. Segundo, que não a levem a votar pela suspensão das prévias. Imagine V. Ex<sup>a</sup> se terça ou quarta-feira – e as prévias são domingo – reúne-se a Executiva e diz: “não haverá mais prévias”. Isso é acabar com o Partido; isso é desmontar o Partido; isso é desmoralizar o Partido. Isso é aquela demonstração realmente de que o Dr. Renan, que já passou por vários partidos – S. Ex<sup>a</sup> pertenceu a vários partidos antes, e dizem alguns que haverá vários depois –, e o Dr. Sarney, que sempre foi do PMDB, mas nunca foi um apaixonado pelo partido, na verdade, são pessoas que não têm o estímulo, a paixão, a vida pelo Partido.

Olho para o PFL e vejo os companheiros daquele partido numa luta dramática. O PFL, há quatro anos, lutava para fazer de Roseana Sarney candidata a Presidente – ela estava na cabeça das pesquisas. Aí, o Governo do PSDB fez aquela injustiça: foram lá e fizeram um espalhafato com o dinheiro em cima da mesa, e ela não pôde ser candidata. O PFL agora, inclusive, tentou lançar a candidatura do Prefeito do Rio de Janeiro, tentou fazer dele um candidato, tentou encontrar um nome para ser candidato. Não podendo fazê-lo, vai para o PSDB, de mãos amarradas, porque não tem outra saída.

Agora, o PMDB? O que é isso?

No início do Governo, tinha de dar condições de governabilidade. Fui o primeiro que falou: tem de dar governabilidade. O PT não tinha maioria no Congresso e, se o PMDB fosse para a Oposição no início deste Governo, por amor de Deus, tudo isso que está acontecendo aconteceria duas vezes mais e dificilmente o

PT sairia do *impeachment*, que seria votado aqui. Lembro-me de que fui um dos que, na hora em que alguns quiseram – e o PFL na frente – reunir uma comissão de juristas para estudar o *impeachment* do Presidente Lula, foram contra e disse: “Vocês estão enganados. O *impeachment* não se pede numa comissão de juristas. O *impeachment* discute-se na Comissão de Ética, na CPI, com o povo, com a sociedade. A sociedade empurra o Congresso Nacional para pedir o *impeachment*, e não uma comissão de juristas”. Quanto à governabilidade, tudo bem; mas, agora, ninguém está querendo a governabilidade, ninguém está buscando a governabilidade do Lula.

Vou dizer uma coisa: para o Lula é muito melhor concorrer a Presidente com o PSDB tendo o seu candidato, a Heloísa Helena sendo candidata e o PMDB tendo o seu candidato. Assim, é certo que haverá segundo turno, no qual o PMDB pode ter um papel muito importante. No entanto, se o PMDB resolver se suicidar, desaparecer do mapa, ser um partido de terceira linha, para que o Presidente Sarney possa fazer um acordo no sentido de que o PSDB apóie a Roseana lá no Maranhão, para que o Presidente Sarney, candidato ao Senado, possa apoiar alguém de um outro partido lá no Amapá, para que o Renan, candidato ao Senado ou a Governador, possa fazer um acordo com outro partido ou seja lá o que for, em troca disso, nós não teremos candidato a Presidente.

Qual é o partido que tem candidatos mais quentes a governador do que o PMDB? No Rio Grande do Sul, o candidato mais forte é do PMDB; em Santa Catarina, o candidato mais forte é do PMDB; no Paraná, o candidato mais forte é do PMDB; em São Paulo, eu acho que é o PSDB ou o PT, mas o Quéricia está lá disputando; no Rio, o candidato mais forte é do PMDB; em Minas Gerais, se o Governador for candidato, ele é o mais forte; mas, como ele está falando em não ser, de repente, pode aparecer o Itamar com uma candidatura forte. Na maioria dos Estados, o candidato mais forte é do PMDB. Se o PMDB tem mais palanque nos Estados, por que, de repente... No Piauí, o candidato mais forte é V. Ex<sup>a</sup>. No entanto, vou ao Piauí e vejo que, de um lado, o Partido todo quer o Mão Santa como candidato a governador e, de outro lado, o Alberto Silva, presidente, e outros querem fazer um acordo para o Mão Santa não ser candidato a governador; eleito que ele está. É uma nomeação o Mão Santa! No entanto, a cúpula está imaginando não deixar ele ser candidato a governador. Mas onde nós estamos?!

Este é um momento sério, Sr. Presidente. Alguém pode dizer que o PMDB não tem liderança nacional, porque cada Estado tem um líder, por isso não pode se unir e apresentar um candidato. O PSDB, em cada

Estado, tem um líder. Olhe para o PSDB. Quem é que manda no PSDB do Paraná, Senador Alvaro? Qual é a força que o Tasso Jereissati tem no PSDB do Rio Grande do Sul? Cada Estado tem o seu líder. Agora, os líderes reúnem-se em torno do que é bom para o Partido em nível nacional.

Então, o fato de o PMDB ter líderes locais, ter líderes regionais – eu sou líder no Rio Grande do Sul, um governador é líder em Santa Catarina, outro é líder no Paraná e ainda outro é líder no Rio de Janeiro – não quer dizer que não podemos nos reunir, ter uma candidatura própria e nos reunirmos em torno desse candidato.

O que nos impede de ter um candidato não é o fato de termos lideranças regionais, porque os outros partidos também as têm. O que nos impede de ter candidato são três pessoas: o Senador Suassuna, o Senador Sarney e o Senador Renan, que estão fazendo um esquema diabólico para impedir o PMDB de se consolidar como Partido, para levar o PMDB para uma posição de segunda linha, para um escalão secundário. Nem é um fato de grandeza, de espírito público, não é nem um grande acordo, como se fez no passado. Por exemplo, Juscelino foi lá buscar o Jango. Pegou contra ele os militares, foi uma guerra quando ele fez o acordo com o PTB, porque o PSD tradicional, Nereu Ramos, os clássicos não queriam, de forma alguma, nem o Juscelino, o apoio do PTB, e muito menos ainda o João Goulart. Mas aí foi um acordo histórico. O Juscelino foi buscar, enfrentou os militares, enfrentou a burguesia porque com o Jango ele ganhava a eleição! E ganhou a eleição. Isso é uma coisa.

Mas não é isso que essa gente está pregando. Não é para ganhar a eleição que o Sr. Sarney, o Sr. Renan e o Sr. Suassuna estão fazendo isso tudo. Estão fazendo para manter os carguinhas que têm, para manter um acordinho, para que o PMDB não apareça com a sua letra, com a sua biografia, com a sua história, com a sua gente, com o seu poder, com a sua autoridade! Para que, daqui a algum tempo, o PT não cometa o mesmo erro estúpido. Em vez de fazer um acordo, um entendimento com o PMDB, direção para direção, comando para comando, foi fazer o acordo com dois ou três, dando um Ministério para um, outro Ministério para outro. E deu no que deu: mensalão para cá e, na hora da votação de um projeto importante, lá se vão as emendas. E passou a ser um troca-troca, compra e venda a atuação aqui. Isso, parece que alguns querem continuar.

Por isso, acho que nem para o Lula é bom isso. É muito melhor o Lula apresentar um candidato a Vice e ir para sua campanha, e o PSDB, para a dele, e o PMDB, para a dele, e a Heloísa Helena, para a dela,

e depois vamos ver o que acontece. No segundo turno, vamos discutir. No segundo turno, vamos ver. Eu acho que o PMDB vai para o segundo turno. Se for, boto minhas duas mãos no fogo como ele ganha. Se não for, o PMDB vai decidir quem ganhará a eleição, porque o PMDB, com a autoridade, com a força, com o prestígio, com a credibilidade, com o respeito, com a bancada enorme que terá de Deputados, de Senadores e de Governadores, será o fiel da balança do segundo turno. Se o PMDB não for, se fizer um acorozinho ali – e o Presidente Sarney já o fez e pegou os carguinhas dele, o Renan já o fez e pegou os carguinhas dele, o Suassuna já o fez e pegou os carguinhas dele –, se tornará um Partido de terceira linha, e estará iniciado o esvaziamento – talvez definitivo – do nosso Partido.

Pois não.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, é bom vermos alguém aqui fazendo uma dissecação até do seu próprio Partido. Mas acho que precisamos colocar um outro ingrediente. A culpa de tudo isso não é apenas dos líderes do PMDB, não é do Palácio do Planalto nem dessa convivência entre os dois; a culpa é de todos nós. Nós deixamos, Senador Delcídio, que se fortalecesse, no Brasil, o pensamento único dominante. Deixamos que as pessoas pensem que não há sonho alternativo, que não há nem mesmo alternativa dentro até dos sonhos que estão aí. E assim os partidos ficam todos iguais. Não há diferença fundamental entre os partidos, nem entre eles nem também quando analisamos dentro deles e que tem de tudo dentro de cada partido. Perdemos a capacidade de oferecer alternativas que pareçam reais, concretas e ao mesmo tempo transformadoras. Alguns são transformadores, outros são responsáveis. Não estamos formulando uma proposta que unifique a transformação com a responsabilidade. Não estamos oferecendo um sonho alternativo, e, aí, todo o futuro, todas as análises, todos os acordos são em função de nomes, de números de ministérios, de interesses imediatos, sem sonhos a médio e longo prazo. Está na hora de fazermos essas críticas porque essas lideranças não estão à altura do momento que o Brasil vive, mas também de fazermos uma autocrítica. Sinto-me culpado, como Senador, de não estar conseguindo sensibilizar, de maneira alguma, aqueles que podem representar uma alternativa. A próxima eleição vai se dividir entre aqueles que vão votar no continuísmo, aqueles que vão votar na raiva – voto nulo, contestação – e alguns que vão votar em propostas. Quantos? Talvez pouquíssimos. Esse pensamento único é que faz com que as lideranças do PMDB não se sintam em condições, além de suas próprias não vou chamar de mediocri-

dades ideológicas, mas de suas próprias limitações. Essa falta de alternativas faz com que eles terminem caindo na mesmice do Governo Lula, na mesmice do PSDB, na mesmice do PMDB também. Mesmice por falta de clareza da não-mesmice.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> sabe que não é fácil, tanto que V. Ex<sup>a</sup>, um homem brilhante, terminou tendo de sair do Partido porque o Partido não correspondia ao que V. Ex<sup>a</sup> esperava. Tenho outro estilo. Não saí do PTB, fui vereador e deputado pelo PTB. Extinto o PTB, mudei a placa no Rio Grande do Sul e botei PMDB, e fiquei no PMDB.

Nunca me esqueço que Mário Covas, eu Governador, e ele lá no Rio Grande do Sul, fez-me um apelo dramático para que eu fosse para o PSDB e eu lhe fiz um apelo dramático para que ele ficasse no PMDB. E eu dizia: “Mário Covas, o senhor é nosso grande homem. O senhor é o Presidente da República. Com Ulysses, sem Ulysses, querendo, não querendo, a Presidência da República é tua, vai ser tua”. E terminou naquilo: Mário Covas em quarto, Brizola em terceiro, Lula em segundo e Ulysses lá no fim. Como lutei para que o Dr. Ulysses retirasse sua candidatura e apoiasse Covas! E ele me disse, quando eu era Governador: “É, para ti é fácil – não é, Simon? – sair daqui e apoiar o Mário Covas. Por que é que não pede para apoiar o Brizola?” Respondi: “Dr. Ulysses, está enganado. Se o PMDB decidir apoiar o Brizola, eu bato palmas dez vezes. É que penso que, em São Paulo, tirar um paulista para apoiar um gaúcho, acho que vai ser difícil. Por isso é que estou dizendo: sai um paulista e fica outro paulista que era PMDB até ontem. Mas se o senhor achar que o problema é botar o Brizola, fico dez vezes mais satisfeito”. Mas deu no que deu. O PSDB – digamos – até que chegou ao poder, mas não como gostaríamos; chegou ao poder paulista demais – perdoem-me a sinceridade.

Chegou ao poder com os paulistas praticamente. Hoje, vemos que os paulistas estavam lá na época da ditadura militar; que os paulistas estavam lá na época do Fernando Henrique. E os paulistas, na época do Lula, estão lá. Só não estiveram lá no Governo Itamar Franco, em que o Ministro da Fazenda foi de Pernambuco, e o Ministro do Planejamento, de Minas Gerais. A **Folha** noticiou: “Dupla Caipira comanda o Brasil”. Mas ele não colocou.

Então, a luta foi difícil no PMDB. O Dr. Ulysses Guimarães é um grande nome, mas teve um início bem diferente. A Executiva do PMDB era composta por Ulysses Guimarães, por Nelson Carneiro, por Amaral Peixoto, por Tales Ramalho; era uma Executiva ultra-conservadora.

Modéstia à parte, em 1979, quando cheguei aqui como Senador, a Executiva mudou 100%. Ulysses Guimarães saiu desse grupo e veio para o grupo de cá, onde estávamos eu, Chico Pinto, Miguel Arraes, Teotônio Vilela, e o PMDB passou a ter a verdadeira bandeira e a exercer seu verdadeiro papel. E, durante todo o tempo em que estivemos na Executiva do PMDB, ele foi o grande Partido da vida deste País. Foi o PMDB que teve a coragem de se reunir em uma assembléia no Rio Grande do Sul, de lançar uma bandeira constituinte – Diretas Já, fim da tortura e anistia – e de dizer: “Não aceitamos guerrilha, não aceitamos voto em branco, não aceitamos extinção de partido!”. Lançamos nossa bandeira, fomos para a rua, o povo foi atrás, e ganhamos a eleição! Mas aí Tancredo morreu, e Dr. Ulysses ficou brigando com Sarney, e não tivemos a coragem nem de ir para Oposição, nem de ficar no Governo Sarney, e pagamos o preço.

Agora, estamos lutando, Senador. Há quatro anos, eu era candidato à Presidência da República e percorri o Brasil inteiro. Por onde eu andava, tinha o apoio de todo o mundo. Quando chegou a hora, suspenderam a prévia, não deixaram sair a prévia, terminaram com a prévia, e, na hora da convenção, não havia uma chapa partidária. A chapa era Serra e a Vice-Presidência do PMDB. E o candidato do Partido? Disseram: “Se essa não passar, colocamos o candidato do Partido”.

Então, vimos lutando, mas não é fácil. Há quatro anos, eu era candidato a Líder da Bancada. Eu me apresentei a Líder da Bancada. O Sarney seria Presidente, e o Pedro Simon, Líder da Bancada. E eu tinha a maioria da Bancada e tinha condições de ganhar. Aí, lá na Paraíba, o Dr. Sarney fez entendimento com o Renan, que era o outro candidato a Presidente, e fez um apelo para que eu abrisse mão da candidatura à Liderança: Sarney seria o Presidente, Renan seria Líder, e eu ficaria para daí a dois anos. Dois anos depois, quem entrou no lugar foi o Suassuna; nunca mais se falou no Pedro Simon.

Não é fácil, Senadora! V. Ex<sup>a</sup> saiu do PT por causa disso, porque sabe que não é fácil. A luta contra os que mandam, contra os que comandam o País, não é fácil. Olha, temos uma grande coisa: eu era do MDB do Rio Grande do Sul, e o velho MDB do Rio Grande do Sul é o mesmo de sempre. Lá, estamos com a mesma idéia, com o mesmo ideal, com a mesma bandeira e com a mesma garra. Estamos ali preparados. Até se tiverem de vir a cavalo, os gaúchos do PMDB virão a Brasília no dia da prévia. Lá, estamos preparados, pois mantivemos a unidade, o entendimento e o respeito entre nós.

É muito difícil esse tipo de luta, quando se diz a um Senador que ele vai receber emenda. A emen-

da é que dará o mandato para ele, uma emenda de tantos milhões. “Fica conosco que vai ganhar a obra tal.” “Não, mas nós vamos nomear o Fulano de tal e o Beltrano de tal.” Isso que o PT está fazendo é muito triste, muito triste. Lamentavelmente, esse troca-troca é uma realidade, uma triste realidade.

Até acho muito estranho que, apesar de tudo isso, a oito dias da prévia... As bases do PMDB querem a prévia. À revelia do Presidente do PMDB, que também quer a prévia, a cúpula do Sr. Renan, do Sr. Sarney e do Sr. Suassuna quer manobrar no sentido de evitá-la. Querem fazer com que Ministro saia e vá para a Executiva, querem forjar uma reunião da Executiva a quatro dias da prévia, para anulá-la.

Estamos fazendo o máximo, meu querido Senador Cristovam Buarque. O Garotinho, de um lado, e o Rigotto, do outro, percorrem o Brasil inteiro, em uma campanha magnífica, de respeito e de recíproco conhecimento, em uma campanha de grandeza com relação ao Governo. Ninguém está pregando a luta armada, nem a guerra. Há respeito, e os dois dizem que, se ganhar o Garotinho, o Rigotto o apóia e que, se ganhar o Rigotto, o Garotinho o apóia. Qual é o problema?

É triste. Alguns pensam que, como têm força nos seus Estados... Alguns Estados são um pouco pequenos ou muito distantes, e a figura do Senador é tão importante, tão ilustre, tão brilhante, que isso passa despercebido, e o que ele fala lá é cumprido. Mas o tempo volta, e a história termina por ser esclarecida – cada detalhe e cada fato. Cada um terá de assumir a responsabilidade pelo que fez aqui. Cada um terá de assumir a responsabilidade pelo que fez aqui.

Eu, velho cabo de guerra, que ainda tenho boca para falar, mantenho a mesma linha ao longo de toda essa vida. Eu podia ser Ministro do Fernando Henrique e não o aceitei. Eu podia ser Líder do Fernando Henrique e não o aceitei, com respeito, porque disse, quando ele fez aliança com o PFL, que eu não ia me entender, que eu ia causar problema. Então, era melhor eu não aceitar, para não causar problema. Mas, hoje, tenho autoridade para dizer que estou na mesma linha. O velho MDB está sendo convocado.

Terminei de fazer uma cirurgia da coluna, e Deus foi bom demais comigo. Todo o mundo achava que as conseqüências seriam imprevisíveis; não sabiam se eu ia continuar caminhando. Parece que Deus me pegou ali, e estou aqui, caminhando e falando. Não quero nada e não busco absolutamente nada a esta altura da minha vida, apenas a obrigação que tenho com o meu País.

Joguei muito para que Fernando Henrique desse certo. Joguei muito para que Lula desse certo. Estamos vivendo a hora mais difícil da história brasileira, e quem fala é alguém que viveu todos esses momentos.

Eu era um guri, era Presidente da UNE quando fui à presença de Juscelino, Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, só gostaria de lembrá-lo que V. Ex<sup>a</sup> está há 50 minutos na tribuna. Eu e o País reconheçamos que são os 50 minutos mais importantes da história deste Parlamento e da história mais verdadeira, que essa é uma contribuição para a democracia. Mas, pacientemente, aguardam alguns Senadores inscritos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Encerro já, Sr. Presidente.

Creio que a história escreveu que esta seria a vez de o PMDB dizer “presente”, e não podemos fugir à nossa responsabilidade. Não podemos fugir à nossa responsabilidade, que é a de apresentar uma candidatura, a de ter um programa e a de falar a verdade. Isso, por exemplo, é o que tem o Rigotto. Vá ver a vida do Rigotto!

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Nessa campanha, também vai ser muito difícil. Prometer mais do que o Fernando Henrique prometeu, só o Lula. Agora, mais do que o Lula prometeu, ninguém: 15 milhões de empregos, todos os brasileiros com quatro refeições por dia... Ninguém pode prometer mais do que o Lula!

Então, o problema não é de quem promete, o problema é de credibilidade do candidato. Dá para confiar nessa gente? Será que ele não vai fazer como o Fernando Henrique, que foi eleito pela social-democracia e governou com o PFL? Será que ele não vai fazer como o Lula, que foi eleito pela esquerda e governou pela centro-direita? É importante que o candidato tenha credibilidade.

Isso o Rigotto tem, isso eu garanto que ele tem. Ele não é um homem de arroubos, não é um homem radical, mas é um homem que, ao longo de sua vida, vem seguindo um princípio. É isso o que nós estamos querendo, Sr. Presidente.

Ao falar aqui, lembro a história do PMDB e sei que comigo estariam falando Teotônio, Ulysses, Arraes, Covas, Tancredo, os homens que fizeram a história da democracia e da oposição brasileira. Eles não aceitariam a posição de três pessoas, que eu respeito, mas que não têm vínculos com o PMDB: nosso querido Renan foi do PCdoB, foi do Collor, hoje é do PMDB e não sei o que será amanhã; Dr. Sarney, que até hoje não disse o que é; e o Dr. Suassuna, que é um novato que está aí. Eles não podem enfrentar a história, a vida de um partido como o PMDB na hora trágica em que vive o Brasil.

Muito obrigado.



*Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após esse brilhante pronunciamento, sem dúvida um dos mais importantes da nossa história democrática, vamos dar prosseguimento à lista de oradores. Falarão em seguida os Senadores Arthur Virgílio, Heloísa Helena, Mozarildo Cavalcanti, Efraim Morais, Cristovam Buarque e Heráclito Fortes, Senador do PFL do Piauí.

Como inscrito, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, antes de mais nada, comunico à Casa que encaminho à Mesa requerimento de informações ao Ministério dos Transportes sobre possíveis irregularidades detectadas por auditoria do Tribunal de Contas da União em obras de conservação e restauração da BR-174 no Amazonas. Essa estrada é vital para o escoamento da produção do Pólo Industrial de Manaus, é vital para o turismo e para que produtos da região atinjam a Venezuela, demais países do Caribe e o Estado de Roraima.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, encaminho à Mesa curto pronunciamento sobre essa coisa bárbara que foi objeto de oportuna audiência realizada esta semana pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado e que diz respeito ao Governo brasileiro, ao Ministério da Saúde, à Universidade da Flórida e a ribeirinhos do Amapá recebendo R\$20,00 para oferecerem seus braços aos insetos da malária – uma brutalidade mesmo, diz respeito aos direitos mais básicos e mais comezinhos da pessoa humana.

Por outro lado, Sr.<sup>a</sup> Senadora Heloísa Helena, o Presidente Lula é um desinformado mesmo. Na Inglaterra, ele disse que o inglês Charles Miller não traria para o Brasil o futebol por quaisquer razões que, supostamente, ele poderia detectar. Eu queria dizer ao Presidente, de maneira curta, que Charles Miller não era inglês: era paulista, filho de mãe paulista e pai inglês. Esse é o retrato: fala o tempo todo sobre o que não entende.

E volto a deplorar esse outro gesto de desgoverno: a invasão e o ataque à Aracruz e à pesquisa da Empresa Monsanto no campo da genética, quando vândalos do MST e da tal Via Campesina chegaram e promoveram aquela brutalidade cruel.

Nesse *pot-pourri* de notícias, Sr. Presidente, volto a reafirmar que está na hora de o Governo pensar mesmo em definir o padrão para a TV digital que vai adotar.

Entendo que o japonês é o mais acertado para a minha região. Temos lá a Rede Amazônica de Televisão pronta para trabalhar a nova realidade, até porque ela já produz equipamentos e programas digitais. As outras exigências que coloco são que não se trabalhe TV a cabo, que seja aberta, para que se democratize a opinião e que se faça isso o quanto antes.

Tive a honra de ser Líder e Ministro de um Governo que fez um grande avanço na área de telecomunicações acontecer no País, com a expansão das redes de telefonia celular e fixa. Acredito que, nessa quadra, o dever deste Governo seria, de fato, implantar a TV digital. Estamos aguardando essa providência.

E mais: o IBGE divulgou, ontem, que a produção industrial recuou 1,3% em janeiro deste ano em relação ao último mês de 2005. Esse resultado não só frustra as expectativas do mercado, que apostava num crescimento mínimo em torno de 0,5%, mas também acende a luz vermelha sobre o que pode vir a acontecer daqui para frente. O número divulgado pelo IBGE criou uma situação desconcertante, pois ninguém esperava queda tão acentuada.

Para se ter uma idéia do peso desta queda, vamos dar uma olhada no corte por categorias de uso: na comparação com dezembro de 2005, os índices são negativos em bens de consumo duráveis (-5,7%), bens de capital (-3,6%) e bens de consumo semiduráveis e não-duráveis (-1,8%), enquanto a produção de bens intermediários assinalou a única taxa positiva, de apenas 0,4%. Destes, destaco a forte queda da produção de bens de capital, o que indica uma perigosa diminuição dos investimentos.

Achava-se que aquela retração no terceiro trimestre de 2005, algo em torno de -1,2%, teria sido o pior momento que enfrentaríamos. Daquele momento para frente, acreditava-se que o País assumiria novamente uma rota consistente de crescimento.

No entanto, a notícia do IBGE de ontem foi uma ducha de água fria na cabeça da população. Volta a nos rondar a incerteza do que pode acontecer neste ano. Já há quem acredite que 2006 será um ano tão morno quanto foi 2005, apesar desse falso otimismo presidencial que se estriba muito mais em sua má-fé para com a sociedade e em sua brutal e gigantesca ignorância em matéria de ciência econômica.

Vale lembrar que começamos o ano de 2005 com uma previsão de crescimento do PIB em torno de 4% e o terminamos com o índice pífio de 2,3%. É muito pouco para quem pretende ocupar um lugar de destaque no cenário econômico internacional.

As expectativas de crescimento para 2006 dificilmente ultrapassarão os 3%, o que também é muito pouco. Espero que não aconteça novamente o que

vimos acontecer em 2005. Mal começamos 2006 e já tivemos a primeira decepção. Espero que esse governo tenha fôlego para dar as condições para que o Brasil volte a crescer num ritmo que não nos coloque, mais uma vez, na “lanterna” desse campeonato mundial do crescimento ou da falta de crescimento.

Quero também fazer referência, Sr. Presidente, à nota do Ministério da Fazenda sobre gastos públicos em 2005. Destaca-se lá o crescimento significativo, segundo eles, de 22,4% das despesas com custeio e capital não associadas a benefícios.

O Governo do Presidente Lula, na verdade, inchou a máquina pública. Aumentou de 27 para até 37 ministros, com o claro propósito de acomodar derrotados nas eleições de 2002. Depois estendeu o procedimento para os escalões inferiores da administração direta e indireta. A consequência disso são a inépcia administrativa e o caos da gestão pública que culminaram no mensalão que já derrubou tanta gente.

Mas vejamos o que diz a nota da Fazenda:

A evolução do gasto público federal tem merecido crescente atenção. Essa atenção é positiva, por tratar-se o gasto público federal de fração considerável do total de recursos movimentados pela economia.

As despesas de pessoal apresentaram crescimento real de aproximadamente 3% em 2005, mantendo-se, portanto, quase constantes como proporção do PIB. A disciplina nessa área tem sido um fator de manutenção do equilíbrio macroeconômico importante, até pelo volume dessas despesas, que alcançaram mais de R\$90 bilhões em 2005, ou seja, 4,7% do PIB.

Um outro agregado de porte quase igual ao das despesas de pessoal e aproximadamente metade do valor das transferências é o das despesas de custeio e capital não associadas a benefícios. Esse agregado também apresentou crescimento significativo em 2005, crescendo 22,4% em termos nominais.

Uma primeira observação a ser feita sobre o gasto público do Executivo Federal é que ele é, em sua maioria, constituído de transferências a indivíduos e a outros entes. Relativamente pouco desse gasto se caracteriza como consumo e investimentos do Governo Federal. A maior parte do consumo corresponde ao pagamento dos funcionários ativos.

Portanto, Sr. Presidente, é bom irmos acompanhando pouco a pouco e com olhar técnico essas balelas, essas bazófilas, essas inconseqüências do Governo Federal.

Finalmente, Senadora Heloísa Helena, chamo a atenção da Casa, em breve pronunciamento, para uma

tentativa de lavagem cerebral que se faz neste Governo, a exemplo do que aconteceu na ditadura Vargas e do que aconteceu mais gravemente ainda na ditadura “Hitlerista”, que deu no que deu para o mundo.

Mas muito bem, no concurso realizado para Analista de Finanças da Controladoria-Geral da União, houve uma prova de Português, que vou pedir os Anais acolham o inteiro teor do pronunciamento, mas quero ser bastante breve. Além de ser uma prova com texto laudatório ao Governo – aqui assinalo um pequeno texto –, em que se fala que aumentou a escolaridade, é quase como se fosse uma propaganda do “Brasil para Todos”, aquela história do “Brasil de Todos”.

Diz aqui – isso na prova, Senadora:

(...) e há uma nova geração de programas sociais que está fazendo a sociedade brasileira enxergar que é preciso dar mais a quem tem menos. E entre os exemplos, estão o Programa Bolsa-Família e o Programa de Aposentadoria Rural. A cobertura desses dois programas alcança os bolsões de pobreza das zonas mais distantes dos grandes centros, reduzindo a miséria no País(...)

Diz ainda, no mesmo estilo nazifascista:

O combate à fome e à pobreza foi adotado pelo Governo Federal, a partir de 2003 – o que é mentira –, como política de governo. Dentro dessa política, por exemplo, foi criado o Programa Bolsa-Família que beneficia mais da metade das famílias pobres do Brasil. Um programa de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem hoje o maior orçamento já investido no Brasil para combater a fome e promover o desenvolvimento social – R\$17 bilhões.

E aí vai mais, com várias aberrações, de estilo laudatório, obrigando as pessoas que queiram passar no exame a pelo menos fingirem que acreditam naquilo. Lavagem cerebral, que visa a fazer aquele que é agredido por esse método a defender seu agressor. Esse é o objetivo da lavagem cerebral. É isso que se pratica tradicionalmente em ditaduras e em regimes que não respeitam as liberdades dos seres humanos, as liberdades dos cidadãos.

Portanto, Sr. Presidente, é essa a contribuição que tenho a dar à Casa neste dia, que foi de debate muito intenso, agradecendo a V. Ex<sup>a</sup> pela companhia que me faz nas lutas de Oposição, pela coragem, pelo espírito público que demonstra a cada momento e a cada intervenção que pratica nesta Casa, agradecendo a V. Ex<sup>a</sup> pela simples companhia, por poder dizer que sou seu colega de Senado Federal.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a técnica de persuasão denominada lavagem cerebral induz as pessoas à defesa de seus manipuladores, na suposição de que eles mostram a luz.

Ao longo da História, a lavagem cerebral foi aplicada por governos autoritários, como Hitler na Alemanha nazista. No Brasil, tivemos exemplos disso na ditadura Vargas, que obrigava os escolares a cantar hinos laudatórios para exaltar a figura do caudilho, denominado, no estribilho de Getúlio Vargas, nobre filho dos pampas do Sul.

Isso foi no passado. Pois agora, no Governo Lula algo parecido começa a ser posto em prática de forma deslavada e só falta agora um hino em louvor ao Presidente petista.

Faço esse intróito, Sr. Presidente, para, a seguir reafirmar, da tribuna do Senado, que o Brasil está sob a ameaça de implantação de um autoritarismo personificado na figura desse desastrado Governo e no Presidente Lula.

Se não bastasse a maciça propaganda dudeana em veiculação na tv, no rádio, nas revistas, nos jornais, nas solenidades públicas e nesses jornalecos editados pelo Planalto, agora garras assemelhadas ao Nazismo, usam textos de evidente propaganda disso que aí está até mesmo nas perguntas de concurso público.

Denuncio formalmente o texto das questões usadas na prova de Língua Portuguesa do concurso realizado para Analista de Finanças da Controladoria-Geral da União, nos últimos dias 4 e 5 deste mês.

A prova era de Português e pedia a correção do texto, mas as questões são autênticas odes nazistas, como esta:

O estudo da FGV atribui a queda da pobreza ao crescimento econômico do País e listou fatores como estabilidade da inflação, reajuste do salário mínimo, recuperação do mercado de trabalho, aumento da geração de empregos formais e, ainda, o aumento da presença do Estado na economia, com uma maior transferência de renda para a sociedade. O aumento da taxa de escolarização da população tem sido fundamental para a redução da desigualdade entre ricos e pobres. E há uma nova geração de programas sociais que está fazendo a sociedade brasileira enxergar que é preciso dar mais a quem tem menos, e entre os exemplos estão o Programa Bolsa-Família e o

Programa de Aposentadoria Rural. A cobertura desses dois programas alcança os bolsões de pobreza das zonas mais distantes dos grandes centros, reduzindo a miséria no País.

Mais uma, no mesmo estilo nazista:

O combate à fome e à pobreza foi adotado pelo Governo Federal, a partir de 2003, como política de Governo. Dentro dessa política, por exemplo, foi criado o Programa Bolsa-Família que beneficia mais da metade das famílias pobres do Brasil. O programa é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem hoje o maior orçamento já investido no Brasil para combater a fome e promover o desenvolvimento social: R\$ 17 bilhões.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos as palavras do Senador Arthur Virgílio, que são muito importantes para nosso Partido, pois simbolizam, sobretudo, Senadora Heloísa Helena, a assertiva bíblica que diz: “A árvore boa dá bons frutos”. Arthur Virgílio teve seu pai, Senador, cassado, com coragem, defendendo as liberdades democráticas.

Concedemos a palavra à Senadora Heloísa Helena, oradora inscrita, do P-SOL do Estado de Alagoas.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Da minha querida Alagoas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, farei três brevíssimas considerações, até para garantir que os outros oradores possam fazer seus pronunciamentos.

Primeiro, eu gostaria de deixar registrado, até porque é natural e sei que nada de preconceito há quando alguns oradores, alguns Senadores tratam das questões relacionadas ao pouco conhecimento científico ou teórico do Presidente Lula, mas gosto sempre de deixar claro, deixar registrado, Senador Mão Santa, que nenhuma das críticas que faço ao Governo Lula está relacionada a um componente da ignorância, da falta de leitura, ou, como alguns às vezes falam, da predisposição ao uso de bebidas alcoólicas. Não tem nada disso. Até porque, se os erros gravíssimos do Presidente Lula estivessem relacionados ao pouco conhecimento, ao pouco acesso à educação, tenha certeza, Senador Heráclito Fortes, de que seriam poucas as minhas críticas, e as faria para não prevaricar ou para não estar no rol dos vendidos ou dos rendidos. Até em respeito a minha própria história de vida, a minha família, eu jamais faria uma crítica que estivesse relacionada ao pouco acesso à cultura, ao saber, à educação.

O problema do Presidente Lula não é esse, até porque, volto a repetir, ele é um homem brilhante. E se

acesso à educação e cultura não teve, não foi apenas pela sua trajetória de vida, mas porque não quis fazer. Mas não se trata disso. Ele é um homem brilhante e não é à toa que é o grande condutor de toda essa articulação que foi feita, de traição de classe, de traição às concepções programáticas acumuladas pela esquerda socialista e democrática, que ousaram questionar e confrontar o pensamento único. Portanto, o problema do Presidente da República nada tem a ver com a sua história de pobreza e as suas dificuldades de acesso à cultura. Não se trata absolutamente de nada disso.

Eu ia tratar hoje, tentar ousar, fazer um paralelo... De vez em quando gosto de fazer isso. Sabe o Senador Mão Santa o quanto eu gosto do Padre Antônio Vieira que, claro, tem textos e sermões que não necessariamente são muito interessantes ou atuais, mas há alguns que são belíssimos e atuais. Eu ia tentar fazer um paralelo sobre uma belíssima peça de retórica, que não sei se V. Ex<sup>a</sup> conhece, que é a contenda, muito bonita, de um esplendor de retórica inimaginável, que foi travada entre o Padre Antônio Vieira e o Padre Jerônimo, que era justamente um que defendia as lágrimas de Heráclito – não o nosso Heráclito: a contenda **As Lágrimas de Heráclito e o Riso de Demócrito**. É uma das mais belas contendas de retórica de que certamente temos conhecimento.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Sem nenhum problema, assumo as lágrimas, Senadora He-loísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL)** – Eu também, Senador. E é uma contenda muito bonita, em que se dizia que Demócrito ria da ignorância do mundo e que Heráclito chorava da miséria do mundo. Mas, como tanto a miséria como a ignorância são males da humanidade, talvez deversem todos chorar.

Quando vi o pronunciamento tão sofrido do Senador Pedro Simon – V. Ex<sup>a</sup> também o fez –, parecia que eu estava vendo uma das mais belas passagens, de quando o Padre Antônio Vieira tratava do riso de Demócrito e das lágrimas de Heráclito, no trecho em que falava que a dor, quando é grande, leva às lágrimas, mas quando é muito, muito grande, resseca-as, impede-as, e impede o pranto. Talvez tenha sido este o caso no pronunciamento do Senador Pedro Simon.

Assim sendo, de tanto esplendor que teve seu pronunciamento, de tanta dor sentida, nem vou tratar do tema hoje, deixarei para fazê-lo outro dia, e vou tratar de outro problema, que é o da dívida dos pequenos e médios trabalhadores rurais, que é de conhecimento de todos nesta Casa. E só não sabe quem é do Congresso dos Canalias, do balcão de negócios sujos, do rol dos vendidos, rendidos, que deixam que ponham uma etiqueta em sua testa dizendo qual é seu preço;

são esses que não sabem, ou fingem que não sabem, que nunca estive aqui no Congresso Nacional para defender o interesse dos grandes produtores, do grande capital. Até respeito quem o faça: estou para combater esses setores; outros estão para defender. Mas está tudo bem. Relacionamo-nos democraticamente. Entretanto, está havendo realmente uma polêmica muito grande em relação ao projeto que foi aprovado aqui no Congresso Nacional. Acredito que todos os Senadores que aqui estão já tiveram a oportunidade de condenar a ofensiva do Governo, o veto do Governo, porque ele prioriza os grandes latifundiários, prioriza o latifúndio de exportação, prioriza os banqueiros. Não é à toa que o PT é o Partido mais financiado por banqueiros. Aliás, algo **sui generis**, porque sempre imaginei que banqueiro gostasse do PSDB e do PFL. Nunca imaginei que banqueiro gostasse tanto do PT! Mas tem todo o motivo de gostar, até porque nunca, na história do País, se defendeu tanto o setor hegemônico do capital, que é o capital financeiro, como o Governo do Lula e do PT. Não é à toa que, durante toda a história da América Latina, das instituições de capital aberto, nunca os banqueiros ganharam tanto como ganharam no Governo Lula.

Quanto à situação do setor agrícola, como o Governo nem faz reforma agrária nem faz política agrícola, Senador Heráclito Fortes, é uma guerra gigantesca. Com relação aos agricultores familiares e aos pequenos produtores – sei que V. Ex<sup>a</sup> sabe disto –, o último senso agropecuário mostrou algo **sui generis**, para não dizer trágico, para um País de dimensões continentais como o Brasil, com gigantesco potencial de áreas agricultáveis e de recursos hídricos, com grandes possibilidades de promover a agricultura e a produção de alimentos para o mercado externo, não condenando o Brasil ao *status* de medíocre produtor de matéria-prima, de soja para alimentar os porcos da Europa ou para virar matéria-prima para os outros países, mas que potencialize a agricultura de exportação, até por causa da balança comercial, e a produção de alimentos, a agropecuária, para o mercado interno.

Mas o que faz o Governo? Não estamos falando em reforma agrária! Sabem todos que defendo a reforma agrária, não a medíocre distribuição de terras, mas a distribuição de terra, de renda, de poder, da infra-estrutura necessária, para não potencializar as favelas rurais, como são muitos dos assentamentos. O Governo Fernando Henrique Cardoso fez isso, o Governo Lula também o faz. Também não falo de uma política agrícola séria, com zoneamento agrícola, assistência técnica, política de preços, política de transportes e abastecimento, mercado externo e mercado interno, nem falo de uma política agrícola, que o Governo não tem.



Possibilitar a correção das distorções do saldo devedor da agricultura familiar, do pequeno e do médio produtor rural e garantir a repactuação dessas dívidas, para que se potencialize a dinamização da economia local, a geração de empregos e a geração de renda, nem isso o Governo faz!

Sabe o que o Governo fez, Senador Heráclito Fortes? Está um pânico em Alagoas, como está um pânico no Piauí, na Paraíba e em todos os lugares, porque é um problema que o Senador Osmar Dias reclama, assim como V. Ex<sup>a</sup>, o Senador Jonas Pinheiro, o Senador Ramez Tebet, o Senador Efraim Morais, o Senador Mão Santa, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Paulo Paim, o Senador Mozarildo Cavalcanti. Todos os Senadores falam sobre os problemas relacionados ao setor agrícola.

Sabe o que o Governo está fazendo? Ao vetar a medida provisória e apresentar uma nova... E eu dizia todo o tempo – aliás, volto a repetir, não por rancor, mas até para ser educativo – que o Governo é tão cínico, dissimulado, deseducativo e mentiroso, que vendeu para a opinião pública que tinha resolvido o problema da dívida da agricultura familiar e do pequeno e do médio produtor. A prova incontestável de que não o fez é que, agora, está editando uma medida provisória para resolver esse problema.

Sabe o que está acontecendo? Em Alagoas, estamos em pânico, assim como em todos os Estados. A partir do momento em que o Governo viu a audácia positiva do Congresso Nacional em aprovar o projeto, está incentivando, por intermédio dos bancos oficiais – Banco do Brasil e Banco do Nordeste –, uma verdadeira devassa, juntamente com a Justiça, para fazer a execução das dívidas dos produtores. Todos os produtores! Um pai de família ou uma mãe de família que trabalha, que fica em casa, que está no campo trabalhando, o Oficial de Justiça encontra. O Oficial de Justiça não encontra o canalha, o trambiqueiro, certamente Senador ou Deputado. Destes o Oficial de Justiça passa perto, e o cara diz que não o recebe, e acabou a história. Os pequenos, não; e estes estão em desespero.

A aprovação do projeto, que poderia ter sido importante, o Governo vetou e começou a agilizar as execuções, criando um verdadeiro pânico entre os pequenos e os médios produtores rurais, especialmente do Nordeste, que acompanho mais, mas certamente de todo o Brasil. Está executando todos: na agropecuária, o pequeno produtor de leite, pois ninguém quer saber do preço do leite, ninguém quer saber dos problemas relacionados aos conglomerados internacionais, como Parmalat e outros; ninguém tem política de preço, abastecimento, transporte, nada! Quem paga, realmente, é

a população mais pobre, que depende da dinamização da economia local, da geração de emprego, da geração de renda, da produção de alimentos. Infelizmente, isso não tem sido feito.

Concedo um aparte ao Senador Heráclito e, depois, ao Senador Efraim Morais.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** – Senadora Heloísa Helena, se o sentimento brasileiro não estivesse anestesiado como está, neste momento, o discurso de V. Ex<sup>a</sup> seria mortal para quem prometeu, durante muito tempo, a salvação da alma e outras coisas mais ao povo brasileiro. V. Ex<sup>a</sup> aborda um ponto fundamental. E o primeiro fato tem tudo a ver com o segundo. Onde começou a mudança do relacionamento do PT com os banqueiros? Esses fatos, Senador Cristovam Buarque, ocorrem em momentos em que muitas vezes estamos anestesiados, por diversos fatores. No caso específico, a campanha eleitoral. V. Ex<sup>a</sup> há de se lembrar que, no mês de agosto, houve um encontro do candidato Lula, três ou quatro componentes do seu *staff* de confiança e banqueiros numa residência, em São Paulo. Naquela época, todos esperavam que fosse apenas uma satisfação que o candidato, já muito bem nas pesquisas, iria dar aos banqueiros, para não haver pânico e não fazer com que promovessem fuga de capital ou entrassem em desespero, ou seja, que fosse apenas uma satisfação para tranquilizar o mercado. Qual nada! Foi um pacto! A partir daí – é só V. Ex<sup>a</sup> examinar inclusive o volume das doações de campanha –, os banqueiros meteram a cara de fora e começaram a defender o Governo Lula. Defende-se o Governo Lula no setor econômico, principalmente os banqueiros do Brasil, mais do que todos os Governos passados. Mas vamos ao fato que V. Ex<sup>a</sup> aborda e que é da maior gravidade. Enquanto se coloca a lupa para atormentar a vida do pequeno produtor... E o Governo foi dissimulado, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Lembro que, quando discutimos aqui essa matéria, fui indicado Relator e pulei a fogueira para não dar o argumento ao Governo para não negociar porque era alguém da Oposição, e o negociador foi o Líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Bezerra, que conhece a matéria. O que se está fazendo? Massacrando o pequeno produtor e negociando com os grandes. Em nenhum momento, pediu-se aqui proteção para os grandes produtores, tanto é que foram tiradas mais de quinhentas empresas ligadas que representavam a grande parcela imediata de perda em torno de seis bilhões. E aí começamos a ter notícias, Senadora Heloísa Helena, de negociações em que são pagos apenas dez por cento, nove por cento, oito por cento dos débitos grandes. Eu sei de um caso – não se trata de nada do meu Estado – em que um débito de duzentos milhões foi negociado

por nove. Sei de outro de cento e tantos negociados por onze. E por aí afora. Portanto, parabeno V. Ex<sup>a</sup> por trazer este assunto. E se nós não estivéssemos tão anestesiados, como está a Nação, que se conforma com dinheiro entrando em conta de filho de Presidente, já não se estarrece com essa enxurrada de escândalos que sucessivamente aparecem, eu não sei o que o Brasil faria agora. Porque a indignação, demonstrada, ontem, pelo Sr. Stédile, cujo mérito não discuto, naquele episódio do Rio Grande do Sul, em que se colocou por terra pesquisas de anos, deveria se transformar em indignação em relação ao que se está fazendo no campo. Muito obrigado.

**A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo um aparte ao Senador Efraim Moraes.

**O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB)** – Senadora Heloísa Helena, nós não temos muito o que acrescentar à palavra de V. Ex<sup>a</sup>, apenas concordar com V. Ex<sup>a</sup> e com o Senador Heráclito Fortes. O pronunciamento que farei, em seguida ao Senador Mozarildo Cavalcanti, será exatamente nessa linha. O que nós sabemos é que o homem do campo, o pequeno agricultor, não paga porque não pode; ele não está pagando porque sofreu secas, sofreu enchentes, não produziu. Mas o Governo do PT, o Governo do Presidente Lula, agora, está colocando o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil para tomar as terras desses pequenos agricultores. É cinismo mesmo, Senadora, V. Ex<sup>a</sup> tem razão. É cinismo mesmo! Agora, sabe por que tudo isso, Senadora? Está aqui nas principais manchetes dos jornais: “Lucro dos bancos cresce 36% em 2005”. É de R\$28,3 bilhões o lucro dos bancos no Governo do Presidente Lula. Então, V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão, tem todo o meu apoio. Se existisse realmente vontade política, resolveríamos a questão desse veto. Basta que o Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, traga o veto para que seja apreciado e votado e tenho certeza de que, desta vez, nem mensalão evitará que os Srs. Senadores e os Srs. Deputados derrubem o veto que o Presidente Lula apôs contra os trabalhadores rurais. E pode ter certeza V. Ex<sup>a</sup> de que ninguém mais neste País está nos ouvindo agora e vai nos ouvir mais tarde, por meio da TV Senado, do que o homem do campo, que está lá com sua antena parabólica ouvindo V. Ex<sup>a</sup>, está ao lado de V. Ex<sup>a</sup> e de todos aqueles que defendem os pequenos agricultores. É lamentável! É sujeira! É cinismo! Os homens do campo estavam querendo ter a oportunidade de liquidar as suas dívidas. Quando falo em liquidar, refiro-me aos pequenos, com dívidas até R\$30 mil, que não trarão nenhum prejuízo para o Governo e para os banqueiros. Repito, o Governo está cansado, mas cansado de perdoar dívidas da Vene-

zuela, da Bolívia, da Argentina, de países da África. Mas quando se trata do nosso Nordeste, não pode. Brasileiro não tem essa oportunidade, não. Homem sério neste País, trabalhador sério, da zona rural, que está trabalhando com muita honestidade para manter seu filho na escola, para dar de comer a sua família, não tem direito, não. Quem tem direito mesmo neste País, parece-me, Senadora, são os corruptos, aqueles para quem dinheiro pouco não interessa, só dinheiro muito. Parabeno V. Ex<sup>a</sup>, que tem mantido a sua linha e a sua posição em defesa dos pequenos e médios agricultores deste País. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> e minha solidariedade irrestrita a todos os trabalhadores do campo, principalmente do nosso Nordeste. Vamos continuar brigando e lutando, Senadora. Se não conseguirmos resolver, pelo menos aqui estaremos denunciando o que V. Ex<sup>a</sup> chamou muito bem de cinismo do Governo Lula e do PT. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte, Senador Efraim Moraes.

Sei que, neste momento, o Congresso Nacional é visto de fato como é em sua maioria. Sabemos que há os que resistem, os que não se vendem, os que não se rendem. Sei que, neste momento, a opinião pública olha mais para este Congresso Nacional como um medíocre anexo arquitetônico dos interesses do Palácio do Planalto, que funciona como um lado do podre balcão de negócios sujos estabelecido pelo Palácio do Planalto. Todos os dias o que vemos de indignação na Internet acho justíssimo. Por mais que a generalização seja perversa, por mais que marque a alma e o coração de quem trabalha, acho até justa a indignação.

Dizem: “Congresso, covil de ladrões”, “Palácio do Planalto dos canalhas” e coisas do tipo. É até dolorosa a generalização perversa, mas é absolutamente conseqüente e aceita. É uma relação promíscua entre o Palácio do Planalto e maioria do Congresso Nacional, ora por meio de acordão para não apenar os “mensaleiros”, ora pelo balcão de negócios sujos em que o Governo Lula põe uma etiqueta na testa de Senadores e Deputados indicando o preço, ora pela distribuição de cargos, prestígio, liberação de emenda, poder. É por isso que o povo brasileiro, ao olhar para o Congresso Nacional, o vê mesmo como sepulcro caído: bonitinho por fora e apodrecido por dentro.

Portanto, apelo mais uma vez, assim como fez o Senador Heráclito Fortes e o Senador Efraim Moraes, para que tenhamos uma sessão do Congresso para analisar esse veto e possamos, de fato, fazer o grande debate sobre o setor agrícola.

Volto a repetir: eu queria estar aqui, como já estive várias vezes, discutindo este maravilhoso País de dimensões continentais, o seu potencial de áreas

agricultáveis, de recursos hídricos, inclusive no nosso Nordeste, onde, ao contrário da cantilena de alguns, chove. O problema do nosso Nordeste é que não existe reservatório para guardar a água para que possa ser utilizada para matar a fome e a sede dos pobres nordestinos, dos seus animais e para fazer projetos de irrigação. O Brasil é um país que tudo pode, tem um gigantesco potencial de áreas agricultáveis, de recursos hídricos, com possibilidade de fazer um zoneamento agrícola, de definir quais as regiões que farão a agricultura de exportação, volto a repetir, sem condenar o País ao destino de medíocre produtor de matéria-prima ou de soja, para alimentar os porcos da Europa, ou simplesmente como matéria-prima.

É preciso incentivar a agricultura de exportação, também pela balança comercial, especialmente voltada para o mercado interno de massas, para o mercado interno brasileiro, para a produção de alimentos para o povo brasileiro, com um grande zoneamento agrícola, assistência técnica, uma política de abastecimento, uma política de preços; enfim, para tudo aquilo que ninguém precisa inventar. Isso porque o que não falta no Brasil são projetos e propostas concretas, ágeis e eficazes. Infelizmente, há sempre um abismo entre os discursos e a realidade objetiva de vida.

Como é ano eleitoral e ninguém está se preocupando muito com isso, alguns poucos, os poucos de sempre, continuarão a se preocupar e os outros são aqueles que acham que são capazes de continuar ludibriando mentes e bons corações pelo Brasil, comprando lideranças políticas, fragilizando a pobreza, ludibriando a pobreza com as políticas assistencialistas e ganhando a eleição por meio de acordos espúrios que, infelizmente, já constituem quase que uma marca registrada de parte do mundo podre e sórdido da política em nosso Brasil.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após o brilhante pronunciamento da Senadora do P-SOL, do Estado de Alagoas, e candidata à Presidência da República, ao tempo em que fazemos votos para que sua sorte seja como a da mulher chilena, concedemos a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB, Partido que surgiu na República, com Getúlio Vargas. S. Ex<sup>a</sup> representa o Estado de Roraima, cuja Capital é a cidade de Boa Vista.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, agradeço-lhe a referência inicial.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uma das preocupações – talvez a maior – que tenho tido durante meus dois mandatos de Deputado Federal e neste mandato de

Senador é justamente a de buscar diminuir a imensa desigualdade regional existente neste País, principalmente na Região Norte, na Região Nordeste e na Região Centro-Oeste, se as compararmos as outras Regiões desenvolvidas do País.

Como Constituinte, inclusive – participando, portanto, da elaboração e da aprovação da nova Constituição –, um dos pontos nos quais nós, do Norte e do Nordeste, de um modo geral, batemos foi a inclusão na Constituição, como um dos objetivos da República, da redução das desigualdades regionais.

Quero até ler aqui o art. 3º do Título I dos Princípios Fundamentais da Constituição, que diz:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esse artigo da Constituição não vem sendo cumprido. Não podemos reclamar de 1988 para trás, mas, de 1988 para cá, esse artigo não vem sendo cumprido.

Quero me louvar, Sr. Presidente, por um estudo que solicitei à Consultoria Legislativa do Senado. Muitas vezes, nós, que somos de uma região pobre – sou da região amazônica, que inclui todos os Estados da Região Norte, mais parte do Mato Grosso e do Maranhão –, não vemos, de fato, as providências serem tomadas de maneira concreta. E, para não dizerem que está choramingando aqui um elemento da província, quero ler somente a conclusão desse estudo. Mas peço, Sr. Presidente, que todo esse estudo seja transcrito como parte integrante do meu pronunciamento.

Faço questão de ler aqui, para o País e para os Srs. Senadores que aqui se encontram, a conclusão deste trabalho. Diz a Consultoria Legislativa do Senado:

A análise da evolução do PIB regional brasileiro, no período de 1985 a 2003, mostra redução das desigualdades regionais, com o Centro-Oeste chegando a níveis de renda médios próximos da Região Sudeste [o Senador Cristovam Buarque, que está aqui no plenário, está de parabéns, portanto], o PIB **per capita** do Norte crescendo o dobro da média nacional, e o do Nordeste, pouco acima da média brasileira.

Apesar disso, vários indicadores socioeconômicos mostram que, em média, os moradores das Regiões Norte e, principalmente, Nordeste têm padrão de vida muito inferior aos moradores das demais Regiões. Além disso, há grandes diferenças de renda entre os Estados dessas Regiões.

Nesse ponto, há algo para o qual quero chamar a atenção: quando se fala na Amazônia ou na Região Norte, lembramos que há Estados muito bons, como o Pará e o Amazonas, que têm um PIB alto, mas os demais Estados são paupérrimos. Inclusive, meu Estado é pobre, embora, se observarmos as estatísticas, vai parecer até bonito no papel. Mas, na realidade, o que há é uma grande maioria, Senador Mão Santa, de pessoas que vieram do Nordeste, que optaram por morar ali e que realmente sofrem muito pelas condições socioeconômicas, apesar dos esforços do Governo do Estado, porque não há uma política nacional – portanto, federal – para se erradicarem as desigualdades regionais.

Conclui o trabalho:

Esses dados mostram o insucesso das políticas regionais brasileiras, baseadas em subsídios às empresas instaladas nas Regiões mais pobres, combinadas com reduzidos investimentos em educação, saúde e infraestrutura nessas regiões.

Quero frisar:

Esses dados mostram o insucesso das políticas regionais brasileiras, baseadas em subsídios às empresas instaladas nas Regiões mais pobres, combinadas com reduzidos investimentos em educação, saúde e infraestrutura nessas regiões.

Sr. Presidente, eu poderia até parar por aqui, com a conclusão desse brilhante estudo, que, reitero, peço que conste na íntegra como parte do meu pronunciamento, mas devo dizer ainda que está mais do que cristalino que, se as Regiões Norte, Nordeste e a Centro-Oeste avançam um pouquinho, a Sul e a Sudeste avançam muito. Então, é aquela história de que os ricos ficam cada vez mais ricos e de que os pobres ficam cada vez mais pobres. Nada tenho contra o Sul e o Sudeste do Brasil. Pelo contrário, Senador Paulo Paim, que aqui está, temos orgulho de haver Regiões desenvolvidas, como, por exemplo, o Sul e o Sudeste. Temos orgulho disso como brasileiros, mas queremos também que as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste se desenvolvam, que não haja esse fosso enorme, até porque essa diferença se manifes-

ta desfavoravelmente às Regiões Sul e Sudeste. Por quê? Se o nortista, o nordestino e o homem do Centro-Oeste não têm condições de melhorar de padrão de vida, não têm sequer emprego, o que eles fazem? Vão para São Paulo, para o Rio de Janeiro, principalmente, e para outros Estados do Sul e do Sudeste. Vão para lá fazer o quê? Vão para lá em busca, às vezes, de um trabalho mal pago, humilhante, com condições precárias; portanto, vão aumentar as demandas nesses Estados por saúde, por educação, por moradia e por transporte.

Então, este País precisa realmente ser pensado do ponto de vista geoestratégico. Sempre digo algo que até me dói: toda iniciativa parlamentar para se tentar resolver isso, Senador Mão Santa, não vai para frente, não progride. Por quê? Porque o Executivo tem o complexo de que sabe mais até do que Deus! Se se apresenta um projeto nesta Casa, ele não anda; se aqui é aprovado, ele emperra na Câmara. Por quê? Porque o Executivo quer ser o pai de todas as ações positivas e não dá vez para o Parlamentar.

Eu podia citar um monte de projetos de minha autoria que aprovamos aqui, no Senado, e que estão dormitando na Câmara, como é o caso da criação do Colégio Militar e das áreas de livre comércio – que ainda não foram implantadas em Roraima, nos Municípios de Pacaraima e Bonfim –, da emenda constitucional que destina 0,5% do que o Governo Federal arrecada com Imposto de Renda e IPI para aplicar nas universidades federais e nos Centros Federais de Ensino Tecnológico da região amazônica, matéria que já foi aprovada no Senado, que é a Casa da Federação, mas que está emperrada na Câmara. Por quê? Porque, Senador Mão Santa, o Executivo não quer abrir mão de 0,5% por acreditar que esse valor engessa o Orçamento. Então, os donos do Tesouro Nacional de plantão resolvem: “Não, não vamos aprovar isso, porque vai ficar mais 0,5% do Orçamento sem podermos manobrar”. E para que esse percentual de 0,5%? Para investirmos no ensino superior na Amazônia. Será que nem isso podemos fazer na Amazônia?

O resto não se pode mais nada, sobretudo depois da aprovação desse Projeto de Gestão das Florestas Públicas, que é uma enganação e que foi um esbulo contra o Senado e contra a Câmara. Construímos aqui um entendimento e aprovamos emendas de minha autoria, algumas de acordo com o Senador José Agripino, e outras que S. Ex<sup>a</sup> acrescentou. Aprovamos tais emendas, e o que aconteceu? O Presidente vetou todas. Por quê? Porque, o Ministério do Meio Ambiente, onde há um conjunto de semideuses, resolveu dizer que o Senado e a Câmara não sabem de nada: “Vamos vetar, que é para poder fazer as coisas andarem”.



Isso me revolta muito, mas não me desanima a continuar na luta. Embora o Parlamentar no Brasil não seja levado a sério, levo muito a sério o que faço. Portanto, não vou ficar calado, não vou fazer de conta que não vi, nem vou fazer de conta que não ouvi e muito menos vou deixar de protestar contra essa verdadeira maldade que se faz com as regiões mais pobres deste País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**ESTUDO Nº 66, DE 2006**

**Referente à STC nº 200601377, do Senador Mozarildo Cavalcanti, acerca de estudo sobre o tema aprofundamento das desigualdades regionais.**

Solicita o Senador Mozarildo Cavalcanti estudo sobre o tema aprofundamento das desigualdades regionais. Neste intuito, o presente estudo analisa a evolução do crescimento econômico das grandes regiões geográficas brasileiras de 1985 a 2003, compara vários indicadores socioeconômicos dessas regiões em 2003 e analisa as políticas de desenvolvimento regional no Brasil.

**I – Evolução Econômica das  
Grandes Regiões Geográficas do Brasil**

Dados do IBGE sobre a participação das grandes regiões geográficas no Produto Interno Bruto do Brasil, no período de 1985 a 2003, mostram o aumento da participação da região Norte, de 3,8%, em 1985, para 5,0%, em 2003, da região Centro-Oeste, de 4,8% para 7,5% e da região Sul, de 17,1% para 18,6%. Já as regiões Nordeste, de 14,1% para 13,8%, e principalmente Sudeste, de 60,2% para 55,2%, tiveram queda na participação no total do PIB brasileiro.

Quando se analisa o período de 1995 a 2003, ou seja, o período pós-Real, apresentam expansão na participação do PIB brasileiro a região Centro-Oeste, de 6,0% em 1995 para 7,5% em 2003, a região Norte, de 4,6% para 5,0%, a região Sul, de 17,9% para 18,6% e também a região Nordeste, de 12,8% para 13,8%. Enquanto a região Sudeste teve queda na participação de 58,7% para 55,2%.

As variações na participação do PIB brasileiro refletiram as diferenças de crescimento do PIB regional. De 1985 a 2003, o PIB brasileiro cresceu 53,8%, o PIB da região Norte expandiu 151,9%, o da região

Centro-Oeste, 103,2%, da região Sul, 74,2%, da região Nordeste, 54,5% e da região Sudeste, 40%.

O PIB *per capita*, considerado principal indicador do padrão de vida dos moradores de uma determinada região, do Brasil, de 1985 a 2003, cresceu 14,2%, ou seja, apenas 0,7% ao ano, o da região Centro-Oeste, no acumulado do período, expandiu-se 43,1%, da região Sul 35,3%, da região Norte 31,7%, da região Nordeste 19,1%, e da região Sudeste 3,9%.

Em 1985, o PIB per capita do Nordeste, considerando-se valores com preços de 2003, era de 47,5% do PIB per capita brasileiro, da região Norte 55%, da região Centro-Oeste 85,2%, da região Sul 106,8%, e da região Sudeste 142,3% da renda média brasileira. Já em 2003, o PIB per capita do Nordeste foi de 49,5% do PIB per capita brasileiro, da região Norte 63,4%, da região Centro-Oeste 106,7%, da região Sul 126,5% e da região Sudeste 129,5%.

Assim, os dados sobre crescimento econômico das grandes regiões brasileiras entre 1985 e 2003 mostram redução das desigualdades regionais, em um cenário de baixo crescimento no país como um todo. Destacando-se o crescimento da região Centro-Oeste, que passou a ter níveis de renda *per capita* próximos aos das regiões Sul e Sudeste.

Cabe destacar que no período analisado a renda per capita do Nordeste, a região mais pobre do país, só cresceu mais que da região Sudeste e que, nas regiões Norte e Nordeste, as grandes desigualdades de renda entre os estados, a renda per capita de Roraima é de 50,2% da renda do Amazonas e do Maranhão 38,2% da renda de Sergipe, continuam.

**II – Comparação de Indicadores  
Socioeconômicos das  
Regiões Brasileiras em 2003**

Nesta seção analisamos alguns indicadores socioeconômicos das regiões brasileiras no ano de 2003.

Apesar das diferenças de renda inter-regionais terem caído no período 1985 a 2003, quando observava-se o PIB per capita no ano de 2003, percebe-se que as regiões Nordeste e Norte apresentam renda por habitante bem abaixo das demais regiões. Enquanto a renda per capita brasileira foi de R\$ 8.694, a do Nordeste foi de R\$ 4.306, a do Norte R\$ 5.512, do Centro-Oeste, R\$ 9.278, do Sul, R\$ 10.998, e do Sudeste, R\$ 11.257. Ou seja, a renda média do morador do Nordeste é equivalente a 38,3% da renda média do morador do Sudeste.

Essas diferenças de renda per capita são menores se consideradas as diferenças de custo de vida. O custo de vida, principalmente os serviços, são menores nas regiões mais pobres, de forma que o mesmo va-

lor monetário tem um maior poder de compra nessas regiões. Um aposentado com um salário mínimo tem um padrão de vida superior no interior do Nordeste que em uma capital do Sudeste.

Os indicadores de renda per capita mostram que as regiões mais pobres, portanto mais carentes de recursos, são o Norte e o Nordeste.

Principalmente esta última região, dado o menor crescimento em relação à região Norte nos últimos 20 anos.

Outros indicadores socioeconômicos para o ano de 2003 confirmam maior carência de recursos no Norte e, principalmente, no Nordeste.

A esperança de vida ao nascer no Brasil é de 71,3 anos, no Nordeste 66,7 anos, no Norte 69,3 anos, no Centro-Oeste e no Sudeste 70,1 anos, e no Sul 71,7 anos.

A taxa de analfabetismo para pessoas com 15 anos ou mais de idade é de 11,1% no Brasil, 23,2% no Nordeste, 10,1% no Norte, 9,5% no Centro-Oeste, 6,8% no Sudeste e 6,4% no Sul. A média de anos de estudo para pessoas de 10 anos ou mais, é de 6,4 anos no Brasil, 5,0 no Nordeste, 6,3 no Norte, 6,6 no Centro-Oeste, 6,9 no Sul e 7,1 no Sudeste.

Nos anos de 2002 e 2003, 13,8% das famílias brasileiras consideravam que normalmente tinham uma ingestão insuficiente de alimentos. No Nordeste esse número era de 19,3%, no Norte 17,2%, no Sudeste 13,4%, no Centro-Oeste 9,0% e no Sul 7,5%.

Em 2003, 14,3% das famílias brasileiras tinham rendimento per capita médio mensal de até um quarto do salário mínimo. No Nordeste esse número é de 27,4%, no Norte 14,3%, no Centro-Oeste 7,9%, no Sudeste 6,1%, e no Sul 5,5%.

No Brasil, a renda dos 10% mais ricos é 16,9 vezes maior, em média, que dos 40% mais pobres. No Nordeste, essa relação sobe para 18,2, no Centro-Oeste a relação é 16,1, no Sudeste 15,1, no Sul 13,9, e no Norte, 13,5. Ou seja, no Nordeste, a renda além de mais baixa é mais concentrada.

No Brasil como um todo, 91,7% dos domicílios têm geladeira. No Nordeste, essa proporção cai para 79,4%, no Norte é de 83,9%, no Centro-Oeste 93,1%, no Sul 96%, e no Sudeste 96,5%.

Dessa forma, a análise de vários indicadores sociais e econômicos mostram que os moradores das regiões Norte e Nordeste, principalmente essa última, têm padrões de vida bastante inferiores aos dos moradores das demais regiões brasileiras.

### III – Políticas de Desenvolvimento Regional

Alguns economistas argumentam que em um país onde há livre movimentação de capital e mão-de-obra,

salário altos em uma região levariam a migração vinda das regiões mais pobres até que as diferenças de salários caíssem. Segundo essa corrente, as diferenças de renda entre as regiões geográficas devem-se a diferenças de nível de qualificação dos trabalhadores, ou seja, a média de salários é menor no Nordeste que no Sudeste, por exemplo, porque o trabalhador nordestino é menos qualificado.

Assim, para reduzir o desnível de renda entre diferentes regiões é preciso investimentos em educação e saúde nas regiões mais pobres para aumentar a qualificação e capacidade produtiva dos trabalhadores dessas regiões.

Além de investimentos em educação e saúde, investimentos na infra-estrutura: estradas, telecomunicações, energia-elétrica, portos e aeroportos, etc, criariam um ambiente atrativo para as empresas nas regiões mais pobres e possibilitariam maior crescimento econômico com redução das desigualdades regionais.

Outra corrente de economistas argumenta que as empresas têm incentivos a concentrar geograficamente sua produção devido a ganhos de escala, ao concentrar sua produção em uma ou poucas plantas produtivas os seus custos caem, como também ganhos de aglomeração, que ocorrem porque as empresas reduzem seus custos ao se localizar próximo de seus fornecedores, das empresas para as quais vende seus produtos e de locais onde há ampla oferta da mão-de-obra que necessita.

Assim, se não houver alguma intervenção governamental, as regiões onde há maior concentração da produção, portanto mais ricas, tendem a receber mais investimentos que aquelas onde já há menor produção, as mais pobres.

Dessa forma, para evitar a expansão das desigualdades regionais, o governo deveria incentivar os investimentos das empresas nas regiões mais pobres, contrapondo-se aos ganhos de aglomeração por meio de subsídios, incentivos fiscais e empréstimos subsidiados.

Desde a segunda metade do século XX, a política de desenvolvimento regional brasileira tem se caracterizado pela opção do subsídio aos investimentos produtivos nas regiões com menor nível de renda e desde a década de 80, essa política tem sido limitada pela crise fiscal do Estado brasileiro. Já no período mais recente, as regiões mais pobres têm sido beneficiadas por programas de transferência de renda, inclusive a previdência rural.

A opção de basear a política regional basicamente em subsídios aos investimentos nas regiões mais pobres, combinada com baixos níveis de investimento

em educação e infra-estrutura, leva a situação onde as empresas só mantêm-se nas regiões mais carentes enquanto recebem incentivos governamentais e os trabalhadores dessas regiões, que continuam menos qualificados, são pouco beneficiados.

Para ilustrar a ineficiência das políticas regionais brasileiras analisaremos a distribuição regional dos empréstimos do BNDES.

O BNDES é principal fonte de empréstimos para investimentos de longo prazo no Brasil. Ao liberar empréstimos a instituição analisa critérios econômico-financeiros, como a viabilidade econômica do projeto e a capacidade de pagamento da empresa.

A análise da distribuição de empréstimos por regiões e estados em relação ao tamanho da população pode ser considerado um indicador de dinamismo econômico: as regiões que recebem mais recursos são aquelas onde há uma maior demanda por recursos para investimentos produtivos, ou seja, maior dinamismo.

Em 2005, empresas da região Nordeste receberam de empréstimos do BNDES o equivalente a R\$ 77,20 para cada morador da região, no caso do Estado do Piauí R\$ 17,60; da região Norte R\$ 117,80 por morador, para o Estado de Roraima apenas R\$ 10,10; do Centro-Oeste R\$ 266,50; do Sul R\$367,90 e do Sudeste R\$ 382,20.

Dessa forma, esses números mostram que a política de desenvolvimento regional do país não foi capaz de criar maior dinamismo econômico nas regiões Norte e Nordeste.

#### IV – Conclusão

A análise da evolução do PIB regional brasileiro, no período de 1985 a 2003, mostra redução das desigualdades regionais, com o Centro – Oeste chegando a níveis de renda médios próximos da região Sudeste, o PIB per capita do Norte crescendo o dobro da média nacional e o do Nordeste pouco acima da média brasileira.

Apesar disso, vários indicadores socioeconômicos mostram que em média os moradores das regiões Norte e, principalmente, Nordeste têm padrão de vida muito inferior aos moradores das demais regiões. Além disso há grandes diferenças de renda entre os Estados dessas regiões.

Esses dados mostram o insucesso das políticas regionais brasileiras, baseadas em subsídios às empresas instaladas nas regiões mais pobres, combinadas com reduzidos investimentos em educação, saúde e infra-estrutura nessas regiões.

Nada mais tendo a acrescentar, coloco-me à disposição para esclarecimentos adicionais.

Consultoria Legislativa, 9 de março de 2006.

– **Ailton Braga**, Consultor Legislativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– De acordo com a lista de inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, representante do PSDB pelo Estado do Paraná.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 08 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Ainda há oradores inscritos: Senadores Cristovam Buarque, Heráclito Fortes e Lúcia Vânia.

Concedemos a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

Estava inscrito e acaba de chegar o Senador Efraim Moraes. Há um entendimento entre os dois.

O Senador Paulo Paim também está inscrito, com base no art. 17, e a Sagrada Escritura lhe garante: os últimos serão os primeiros.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Exª, pois tinha saído um pouco para uma entrevista com os meus amigos da Paraíba, mas queria voltar exatamente à questão que aqui foi tratada pela Senadora Heloísa Helena.

Senador Mão Santa, SRA. s e Srs. Senadores, “Lucro dos bancos cresce 36% em 2005”, é o que informa a **Folha de S. Paulo** de hoje, na página Dinheiro. “Pesquisa do Banco Central com dados de 104 instituições mostra ganhos totais de R\$28,3 bilhões no ano passado”.

Então, veja V. Exª que o que vem acontecendo hoje, em nosso País, é exatamente a política que o Presidente Lula e o PT estão impondo à sociedade: a política dos mais ricos. Engraçado é que o partido de Sua Excelência usa esta tribuna para dizer que é a política dos mais pobres, dos pequenos. Se assim fosse, Senador Mão Santa, a MP que foi colocada há poucos dias e aprovada em plenário, não teria sido vetada pelo Presidente, que é a repactuação da dívida dos agricultores brasileiros.

E, aqui, há uma frase de V. Exª, Senador Mão Santa, que diz que “o homem do campo não paga porque não pode. O que eu peço é lei, é justiça”. E pede que o Presidente da República e seu partido acordem.

Por aqui, Senador Mão Santa, discutimos com o Governo, com os partidos, com as lideranças, e foi Relator do projeto o Senador do Rio Grande do Norte



e Líder do Governo. Naquele momento, o que observamos foi que, por unanimidade, com votos contrários do PT, conseguimos aprovar aquela matéria. E o que fez o Presidente Lula? Não aceita que os pequenos tenham o mesmo direito. E os pequenos a que me refiro são os agricultores do Nordeste, os trabalhadores.

Quando o Senador Fernando Bezerra, que foi o Relator da matéria, aceitou a discussão que foi travada entre os partidos e votamos pela repactuação das dívidas dos trabalhadores, dos pequenos trabalhadores nordestinos, eu dizia naquele momento: “Presidente Lula, Vossa Excelência, que é nordestino, que saiu do Nordeste por conta de uma seca, sabe o quanto sofrem os nordestinos quando há seca ou quando ocorrem enchentes, e recentemente houve isso. Daí, infelizmente, não há como ter lucro, o pequeno não tem como pagar as suas contas. Ele vai sobreviver de algum rebanho pequeno que tem ou vendendo a vaquinha que dá leite para o seu filho, mas trabalhando com dignidade, honestidade e seriedade”. E o Presidente não quer dar oportunidade a esses pequenos agricultores que teriam suas dívidas até o valor de R\$30 mil perdoadas. Dessa forma, eles iriam recomeçar, reconstruir sua propriedade. Mas não, porque, para o PT e para o Presidente Lula, é proibido ao nordestino recomeçar a sua vida. E ele, que deixou por conta de uma seca.

Veja bem, Senador Mão Santa, está aqui: “Tarifa bancária dá receita de R\$31 bilhões, calcula sindicato”. Quem está dizendo isso é o Sindicato dos Bancários.

Em 2005, o valor arrecadado com tarifas pelos sete maiores bancos do País somou R\$31 bilhões, segundo levantamento realizado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região.

O valor representa mais do que a receita de cada um dos Estados brasileiros, com exceção de São Paulo [que tem uma receita da ordem de R\$65 bilhões].

O orçamento do Estado de São Paulo é de R\$65 bilhões. Em segundo lugar, vem o Rio de Janeiro, que tem R\$27 bilhões. São dados oficiais.

E vejam bem: apenas sete bancos arrecadaram de tarifa bancária, cobrando do cidadão brasileiro, R\$31 bilhões, mais que o orçamento do Estado do Rio de Janeiro. Conseqüentemente, com exceção do Estado de São Paulo, mais que todos os outros Estados brasileiros. Isso é o Governo do PT! Isso é o Governo do Presidente Lula!

Temos conhecimento de que o PT não gostou, houve um mal-estar dos petistas, houve um mal-estar do Governo, quando:

Na semana passada, o Secretário-Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Odilo Pedro Scherer, criticou o Governo Lula e disse que o Brasil se transformou num “paraíso financeiro”, numa referência à política de juros altos patrocinada pela atual equipe econômica e a seus efeitos positivos nos balanços dos bancos.

De fato, os números levantados pelo Banco Central mostram que, no Governo Lula, os bancos têm lucrado como nunca. Em 2005, por exemplo, a rentabilidade das instituições financeiras – medida pela relação entre seus lucros e seus patrimônios líquidos – ficou em 22,65%. [Líquidos. No bruto, 36%]

Ou seja, para cada R\$100,00 investidos pelos acionistas em seus respectivos bancos no ano passado, alcançou-se um ganho médio de R\$22,65. Em 2000, essa rentabilidade média era de 11,49%.

Por outro lado, os lucros recordes dos últimos anos só foram possíveis graças ao socorro oficial recebido pelos bancos – especialmente os estatais – durante o Governo...

Durante o Governo do Sr. Lula, essa ajuda custou mais de R\$100 bilhões aos cofres do Tesouro Nacional.

Pois bem, Senador Mão Santa, quero deixar claro que isso é um absurdo, notadamente na hora que temos o veto do Presidente da República contra a repactuação das dívidas dos agricultores nordestinos. E quero deixar claro que o Presidente Lula costuma perdoar dívidas de bolivianos, de venezuelanos, de argentinos, de paraguaios, de africanos; agora, para o homem sério do Nordeste, para o trabalhador nordestino, para aquele que quer recomeçar, Senador Cristovam, a sua vida, porque não tem mais como viver em paz, porque a justiça está batendo à porta como uma cobrança judicial, promovida pelo Banco do Nordeste, pelo Banco do Brasil, para tomar as terras dos pequenos agricultores. É cinismo, sim, como disse ainda há pouco aqui a Senadora Heloísa Helena. É lamentável que isso ocorra. V. Ex<sup>a</sup> fez a sua campanha num nível alto, mostrando o que queria fazer no Congresso, como representar a sua querida Brasília, diferentemente dos discursos que ouvimos nos palanques por aí afora: a promessa mentirosa de que era o candidato dos pobres, de que queria proteger os pobres, de que queria proteger os agricultores, de que iria acabar com a farra dos banqueiros – e o que estamos vendo é exatamente o contrário –, de que iria gerar 10 milhões de empregos, sendo que foram criados apenas pouco mais de 3 milhões, chegando a menos de 35% da promessa feita na campanha. Ainda mais: que prometeu dobrar o salário mínimo.



Senador Cristovam, Sra. s e Srs. Senadores, tenho certeza de que o Brasil saberá dar a resposta. Tenho certeza de que os brasileiros sabem exatamente o que vão fazer nas eleições de 2006.

E quando o Presidente diz que é o presidente dos pobres, que o PT é o Partido dos pobres, vê-se, ao se abrir os jornais, também de hoje, a seguinte manchete: “Brasil dobra presença em lista de bilionários”. Dobrou o número de brasileiros bilionários na lista dos mais ricos do mundo. Senador Mão Santa, na maioria, são banqueiros. É lamentável, sim! É lamentável que isso venha ocorrendo no nosso país. E o Governo, por meio da mídia paga com o dinheiro do cidadão, com o imposto que é pago por todos os brasileiros, tenta exatamente fazer um quadro diferenciado, de um homem preocupado, de um homem que quer o melhor para o País e, lamentavelmente, chegando ao fim do seu Governo, onde quase todos os seus homens de confiança estão sendo citados pelas CPIs e pela Justiça. Aí está o efeito dominó: Buratti, assessor de confiança do Ministro Palocci; o próprio Ministro Palocci; aí está José Dirceu; Gushiken; Delúbio; José Genoino; Sílvio Pereira Land Rover; Waldomiro Diniz, e tantas outras pessoas de confiança do Palácio que, denunciados e indiciados, graças ao trabalho do Congresso Nacional e da imprensa brasileira, estamos afastando – pelo menos esses nomes que são ligados ao Governo do Presidente Lula.

Contudo, saem mas ficam protegidos. Não entendendo isto: neste País, por um lado, vejo a grande dificuldade por que passam os homens nordestinos, que não têm emprego, que não têm como sobreviver, por outro, aqueles cidadãos a que me referi, Senador Cristovam Buarque, mesmo depois de deixarem seus empregos por corrupção, já que estavam desviando o patrimônio público, continuam a andar em carros blindados, a fazer viagens ao exterior, como se nada tivesse acontecido. Quem os está protegendo? Cada vez que se chega perto de uma dessas pessoas que sabem de tudo, elas ameaçam na imprensa: “Vou falar”. Aí, no outro dia, quando a imprensa divulga, elas dizem: “Não; não vou mais falar”. Por que está acontecendo isso? É porque o Governo do PT, o Governo do Presidente Lula é um Governo que desrespeita as leis e desrespeito o povo acima de tudo.

Mas, creio em Deus, principalmente, e tenho fé, sim, na sabedoria do povo brasileiro, que saberá se posicionar em defesa do Estado, em defesa do País e em defesa da democracia. Portanto, deixo aqui, mais uma vez, um apelo ao Presidente Renan Calheiros – esse grande Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional com quem tenho a maior alegria de estar trabalhando como 1º Secretário desta Casa

–, no sentido de que possamos trazer de imediato à apreciação do Congresso esse veto presidencial ao projeto de lei. Ressalte-se que, votado aqui, agora o Sr. Lula vetou na íntegra, enganando o trabalhador com a nova medida provisória, para que, fazendo a vontade do povo, como diz V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, ouvindo a voz rouca do povo nas ruas, possamos aqui derrotar esse veto.

É preciso que este Congresso aproveite a oportunidade para dizer ao povo brasileiro que tem sentido o Congresso Nacional; que ele existe em defesa do povo brasileiro e não a serviço de um Governo.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Quis Deus estar na Presidência após brilhante pronunciamento desse Senador, que foi o primeiro Líder da Minoria e que alertou o País da corrupção que estava nascendo.

E eu queria dar um testemunho, nobre Senador Cristovam Buarque, sobre o povo do campo. Lula não viveu; fugiu, ficou em São Paulo e hoje está em Londres, encantado. Sou médico em uma Santa Casa e em uma maternidade filantrópica. Naquele tempo, na ditadura, havia um contrato com o Funrural, a assistência médica do povo do campo. Era algo global para os hospitais, e aquele recurso ficava para manter os hospitais, as Santas Casas de Misericórdia e as maternidades filantrópicas. Senador Cristovam Buarque, jamais recebi porque era um acordo de todos os médicos – não sou eu, mas os clínicos, os anestesistas, os odontólogos. Ninguém recebia esses recursos que se destinavam a manter os hospitais e a aprimorar as Santas Casas. Mas, muitas vezes, ao entrar no carro, vinha uma pessoa e dizia: “Olha, eu vim lhe pagar”. Não podia pagar. “Eu vim lhe trazer um carneiro, um peru, um bode.” Esse é o retrato, Senador Heráclito Fortes, V. Ex<sup>a</sup> que tem liderança, do Município. Daí a sua presença aqui. Então, o povo do campo é assim: não está pagando porque não pode. Nós não recebíamos, mas eles estavam lá para presentear aquele procedimento médico que fora feito. Então, é essa sensibilidade que queria passar ao Presidente da República.

Concedo a palavra ao professor Cristovam Buarque; em seguida, aos Senadores Heráclito Fortes e Paulo Paim, e, terminando, à Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Não, Sr. Presidente, estou inscrita antes do Senador Paulo Paim.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com a palavra o professor Cristovam Buarque, Senador do PDT pelo Distrito Federal.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA. s e Srs. Senadores, o Governo Lula, como, aliás, todos os governos, procura não perder nenhuma chance de comemorar feitos positivos. Há diminuição da taxa de risco, sai comemoração; inaugura-se uma obra, sai comemoração; coloca-se uma pedra fundamental, vem comemoração.

Hoje, no entanto, como o Senador Efraim Moraes até falou aqui, temos um fato tão alvissareiro a comemorar, Senador Heráclito Fortes, e ninguém saiu para fazê-lo. É o fato de que o número de bilionários, em dólares – não em reais –, aumentou no Brasil. Hoje, o Brasil tem pouco mais de 2% dos bilionários do mundo – aumentou de 6 para 14. Oito novos bilionários, em escala global, surgiram no Governo Lula.

Por que não comemorar isso? Isso é um fato do crescimento da economia brasileira e demonstra que o Brasil ficou mais potente. Nós não comemoramos isso, porque temos vergonha da miséria ao lado do aumento do número de bilionários. Essa vergonha é que nos impede de comemorar uma coisa que deveria ser alvissareira. Não estou fazendo nenhuma ironia. Penso que seria positivo que o Brasil tivesse um número maior ainda de bilionários em escala mundial. Só assim o Brasil passaria a ser um país importante na economia mundial. No entanto, esse aumento do número de ricos não pode acontecer sem a diminuição do número de pobres.

Só para fazer algumas pequenas comparações, esses 14 bilionários detêm um patrimônio de US\$36 bilhões, equivalentes, Senador Paulo Paim, a um salário mínimo anual, incluindo o 13º salário, de oito milhões de brasileiros; ou seja, 80 grandes estádios de 100 mil expectadores cheios. Por isso não comemoramos; temos vergonha. Deveríamos ter orgulho do aumento do número de ricos, e ficamos com vergonha porque acontece ao lado de uma miséria.

Eu comparei patrimônio com salário. Não é a comparação certa. A comparação certa é patrimônio com patrimônio.

Senador Heráclito Fortes, se somarmos tudo o que têm 50 milhões de pobres brasileiros – o papelão debaixo do qual eles dormem, o cobertor que receberam de ajuda e com que se cobrem, as panelas que eles carregam de um lado para outro, a carroça que eles levam –, isso dá US\$50,00. Pois bem, o patrimônio desses 14 brasileiros equivale a duas vezes mais do que o patrimônio dos 50 milhões de brasileiros. Há alguma coisa errada nisso. O patrimônio de que estou falando é de um único deles, tomando a média do patrimônio, e equivale a duas vezes o patrimônio dos 50 milhões!

É por isso que não comemoramos. O Senador Heráclito há pouco tempo, em relação à corrupção, usou uma expressão que eu não tinha escutado aqui, trazendo a idéia da anestesia nacional. Nós estamos anestesiados também diante da tragédia social, não só diante da tragédia moral da corrupção.

Felizmente, neste caso pelo menos, não comemoramos. Nós nos acabrunhamos diante de um fato que seria positivo em qualquer país que tivesse um mínimo de justiça. Não é necessário que os outros cheguem nem perto desses que juntaram esse dinheiro pelo trabalho, pelo sucesso, obviamente pelo lucro, pelo preço do que vendem, pela taxa de juros. Mas nenhum desses enriqueceu na base do trabalho de contravenção. Se algum contraventor puder entrar nessa lista não é nenhum desses. O contraventor nem entra na lista; o dinheiro é clandestino. São pessoas que conseguiram graças ao talento, à sorte, a algumas ajudas, mas, sobretudo, graças ao uso de algo sobre o que quero falar aqui: o uso da oportunidade que tiveram.

É isso, Senador Mão Santa, que precisamos começar a dar àqueles 50 milhões de excluídos brasileiros. Eles não precisam que lhes seja distribuída parte da renda desses ricos, até porque, imagine, se distribuíssemos essa renda para eles, daqui a pouco, a renda teria acabado. Faz-se necessário, sim, dar a eles o mínimo de oportunidade, para que saiam da pobreza. E essa oportunidade – sabemos, insistimos, dizemos – a anestesia de que fala o Senador Heráclito Fortes não permite realizar. Esse salto de oportunidade viria de um programa de erradicação da pobreza no Brasil, um programa de erradicação que assegurasse que cada brasileiro tivesse o essencial para uma vida digna. Não precisava ter mais do que isso para que ele tivesse oportunidade e desse o salto. Talvez nunca para chegar aonde esses chegaram, mas para chegar a lugares muito mais altos do que estão.

Esse programa de erradicação tem uma lógica que não é difícil: é empregar as pessoas pobres com uma renda, para que produzam o que precisam para sair da pobreza, pois não é a renda que tira da pobreza, mas o acesso ao que for essencial. A renda ajuda, sobretudo porque comida tem de ser comprada. O mais tem de ser serviço público, com garantia a todos do acesso a esse serviço público. Eu já disse algumas vezes que existe uma linha horizontal da pobreza, abaixo da qual estão aqueles que ganham menos de US\$2. Essa linha não funciona. Precisamos de uma linha vertical da pobreza que separe os que têm acesso dos que não têm acesso. E parte do acesso vem do mercado, como a comida, mas parte do acesso vem de não precisar ficar numa fila três meses para ser atendido por um dentista ou até nem ter esperan-

ça disso. O principal acesso é uma condição para se ter o essencial, é um vetor para que se tenha tudo o que é essencial: é a oportunidade de poder frequentar uma escola de qualidade, gratuita, em horário integral, com professores bem remunerados, bem preparados e dedicados, em escolas com edificações dignas, decentes e bem equipadas.

Precisamos fazer um programa neste País que assegure que, pouco a pouco, mas no máximo em dez anos, não haja ninguém excluído do que é essencial. Somente então, vamos poder comemorar o aumento no número de bilionários brasileiros e vamos poder dizer que aumentar o número de bilionários é uma coisa positiva para a economia, porque significa que a economia permitiu que eles pudessem participar de um grupo privilegiado, porém muito pequeno, pois há apenas 780 bilionários – valores em dólar – no mundo. No Brasil, há 2% desses 780 bilionários, o que corresponde a 14 bilionários. Seria muito bom que aqui houvesse cinquenta, sessenta ou setenta bilionários, mas desde que aqui não houvesse o oposto dessa riqueza afluyente e exagerada que alguns têm.

Lamentavelmente – retomo o que disse o Senador Heráclito Fortes –, a anestesia nos está impedindo de fazer um programa desse tipo. A anestesia permite que a corrupção seja feita e tolerada, permite que, mesmo quando descoberta a corrupção, o Congresso isente, anistie e não casse aqueles que fazem isso. De fato, vivemos anestesiados. Essa mesma anestesia faz com que, nesta Casa, aprovemos com grande facilidade R\$2 bilhões, R\$3 bilhões, R\$4 bilhões ou mais do que isso para certos grupos privilegiados, esquecendo-nos dos milhões de despossuídos.

Vim aqui, hoje, aproveitar essa sexta-feira, para dizer que, num primeiro momento, estranhei o Governo – Governo que comemora tudo o que pode – não ter comemorado o aumento no número de bilionários. Diante das comparações simples que fiz, passei da surpresa à vergonha ao perceber que não é possível comemorar o aumento de bilionários diante da miséria que toma conta do Brasil. Lembro – não estou tomando o maior desses bilionários, que tem US\$7,4 bilhões de patrimônio – que a média entre esses US\$7,4 bilhões e US\$1,3 bilhão, que é o menor valor, ou seja, algo em redor de US\$2 bilhões de patrimônio individual, equivale a duas vezes o patrimônio de cinquenta milhões de brasileiros.

A vergonha não está em quem tem US\$2 bilhões, a vergonha está em deixarmos que cinquenta milhões tenham um patrimônio de US\$25. E digo US\$25 da maneira que lhes falei: somando o cobertor que receberam, o papelão que cobre a casa, o cachorro que os acompanha e algumas panelas que eles carregam.

Não seria difícil fazermos com que esses cinquenta milhões saltassem dessa miséria e mudassem do lado dos que não têm para o lado dos que têm acesso. No Brasil, um programa com esse objetivo custaria R\$40 bilhões por ano. Parece muito dinheiro, mas, quando percebemos que a renda nacional é de R\$1,7 trilhão, que a receita do Governo é de R\$700 bilhões, que só os Bancos levam R\$200 bilhões, que o superávit equivale a R\$45 bilhões, que o lucro da Petrobras foi de R\$36 bilhões, que o lucro das dez maiores empresas foi de R\$56 bilhões, vemos que não é tanto. Quando fazemos essas comparações, vemos que não é muito pedir ao Brasil que faça um esforço para superar esse *apartheid* social, essa apartação que construímos no Brasil.

O que há aqui não é mais apenas desigualdade, é exclusão. Desigualdade há nos Estados Unidos, na França; nesses países, há desigualdade. Desigualdade há em todos os países do mundo, e é uma ilusão falar que ela vai acabar e que haverá uma igualdade plena, até porque não vejo razão moral para todo mundo ter um Mercedes Benz e não vejo por que, em nome da igualdade, deva-se proibir que alguns o tenham.

O importante é que todos tenham o essencial. Para isso – mais uma vez, agradeço ao Senador Heráclito, que, antes de mim, falou em anestesia –, precisamos acabar essa anestesia, para, com isso, derrubar esse muro que separa esses cinquenta milhões não daqueles ultrabilionários, mas de nós; não deles, dos 10% que detêm 50% da renda – nesses 10%, estamos nós e muita gente que pensa não estar, porque quem ganha de três a quatro salários mínimos já está chegando aí.

Vamos despertar dessa anestesia e vamos, com a indignação que vier, derrubar os muros, derrubar as barreiras, arrancar essa cortina de ouro que substituiu a cortina de ferro, derrubar esse muro de chumbo que substituiu o muro de Berlim, esse muro que separa quem tem acesso de quem não tem acesso ao essencial. Depois, que tenhamos desigualdade, porque isso é natural. Que a desigualdade venha do talento, mas não da exclusão! Incluamos todos e deixemos que os mais talentosos cresçam, subam e até cheguem a entrar na lista da revista **Forbes** com US\$1 bilhão de patrimônio! Que alcancemos o momento em que de fato possamos comemorar esses senhores como heróis, como vamos comemorar esse senhor que irá numa nave espacial um dia desses! Que possamos comemorar isso como vamos comemorar a Copa do Mundo! Que um dia possamos comemorar o fato de no Brasil haver mais bilionários, mas não enquanto tivermos vergonha do fato de aqui existirem tantos excluídos, pessoas sem direito nem à chance de disputar o essencial!

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria falar aqui.

Parabenizo os que conseguiram chegar a essa lista e me envergonho de quantos temos com patrimônio de, no máximo, US\$25, somando aí o cobertorzinho velho, o papelão que cobre a casa, o cachorrinho que os acompanha e algumas panelas que eles carregam.

Vamos acabar, Heráclito, essa anestesia que toma conta da gente, a anestesia da corrupção no comportamento dos políticos, mas também a anestesia na corrupção das prioridades das políticas públicas, que não chegam onde estão os pobres e, quando chegam, como o Bolsa-Família, é para anestesiá-los também, pois é um programa mantenedor e não emancipador, como seria um programa Bolsa-Escola que viesse com a escola, como o PET – aqui está a Senadora Lúcia Vânia que teve papel importante na criação desse programa. O PET era emancipador. Lamentavelmente, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, tiraram o dinheiro do PET para colocá-lo em um programa mantenedor e não emancipador.

Agradeço ao Presidente pelo tempo que me concedeu.

Fica aqui o alerta, com base na inspiração que tive do Senador Heráclito: vamos desanestesiá-los o povo brasileiro. Perdoem-me os médicos se não é essa a expressão que usam. Fala-se em desanestesiá-los quando se quer tirar o paciente da anestesia?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Acordar.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Acordar, muito bem. Vamos acordar o Brasil e, com esse despertar, derrubar a barreira que separam uns brasileiros dos outros.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Professor Cristovam, bastaria ouvirmos o grito do povo que fez a democracia: “Liberdade, igualdade e fraternidade”. Essa é a razão, o fundamento da democracia.

Concedemos a palavra ao orador inscrito do PFL do Estado do Piauí, Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Cristovam Buarque de Holanda... Sem Holanda.

**O Sr. Cristovam Buarque** (PDT – DF) – Sou de Olinda.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – De Olinda. V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, brinda-nos com discursos profundos, concatenados e oportunos. Quando falei da anestesia que vivemos hoje, esqueci-me de um fato: a amnésia. Só que uma amnésia seletiva.

V. Ex<sup>a</sup> falava há pouco sobre os lucros de grandes empresas. E vejo desfilar na tribuna desta Casa alguns oradores pertencentes ao ex-Partido de V. Ex<sup>a</sup> condenando a privatização promovida no Governo

Fernando Henrique e, no dia seguinte, elogiando o lucro obtido por essas empresas que foram privatizadas por aquele governo. Haja vista o caso da Vale do Rio Doce, que era uma empresa decadente e problemática. Hoje, no entanto, o Governo que condenou a sua privatização comemora os resultados. E faz isso com todas. A amnésia também toma conta.

V. Ex<sup>a</sup> foi muito preciso quando falou na questão do Bolsa-Família. E a precisão é cirúrgica quando mostra que, em vez de ser um programa que proporcione a perspectiva da liberdade, tem o vício de tornar o beneficiado um dependente. É lamentável, meu caro conterrâneo, Senador Mão Santa.

Senador Cristovam Buarque, será que a Nação brasileira teria votado com tranquilidade no candidato a Presidente, Lula, que encantou o Brasil na disputa do medo contra a esperança se ele, em campanha, tivesse anunciado que a política econômica brasileira seria a mesma do governo o qual combatia, e que iria buscar, por ironia do destino, em Henrique Meirelles, um tucano, exatamente um dos condutores dessa política no Banco Central, fazendo com que Goiás perdesse seu Deputado mais votado da história, frustrando aqueles 180 mil eleitores que, de maneira espontânea e desprestenciosa, votaram nesse homem? Será que a Igreja teria ido para as ruas, juntando-se à estrela em ascensão para pregar o rompimento não só com o FMI, mas também com a Alca, se, na fase de transição entre a eleição e a posse, já soubesse que o PT iria mandar representantes para o Equador para garantir ao governo americano que tudo iria ficar como estava e que o calendário defendido pelo governo americano seria cumprido, diferentemente das restrições colocadas então pela política do governo que saía?

V. Ex<sup>a</sup> foi muito feliz nesse pronunciamento. Às vezes, é lamentável o tempo limitado que o Regimento permite para o uso da palavra de Senadores, ou de Parlamentares. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, que fez um discurso de improviso, se tivesse a segurança de que mais tempo teria, aprofundar-se-ia muito mais nessa questão.

Fiquem certos, caro Senador Paulo Paim, cara Senadora Lúcia Vânia, de que o problema do País é a anestesia e a amnésia. E o pior da amnésia é quando ela é seletiva.

Caro Senador Cristovam Buarque, o Presidente foi recebido com pompa e circunstância pela Rainha Elizabeth – justo, merecido, o Brasil merece este tratamento –, mas era a grande oportunidade de o Chefe de Estado brasileiro defender, por exemplo, as PPPs, que tomaram conta do noticiário no primeiro ano de Sua Excelência, quando se prometeu que o desenvolvimento do País seria impulsionado não por meio de



uma matriz antiquada, onerando os cofres da Nação, mas por intermédio de um modelo moderno e que teve como um dos patamares de sucesso exatamente a Inglaterra.

Esperava-se que, nesses encontros, o tema do debate fosse exatamente as PPPs que o Governo prometeu como a salvação e o caminho para o País, e apontou prioridades para as estradas brasileiras. Mas mostra, num cinismo ímpar, que nem sequer acredita no que propõe, Senador Paulo Paim, pois ao mesmo tempo em que o Presidente anuncia parcerias, gasta fortunas nas estradas para a Operação Tapa-Buracos, de recuperação, seja lá o que for, das estradas que fazem parte dos sonhos palacianos. Será descrença ou será uma manobra para entregar aos vencedores das concorrências, no futuro, as estradas em bom estado e aumentar os seus lucros?

No Piauí, eu e o Senador Mão Santa, que preside a Casa, juntamente com o Senador Alberto Silva, pensávamos, Senador Cristovam Buarque, que finalmente uma obra estruturante chegasse às nossas terras, e exatamente por meio das PPPs: a Ferrovia Transnordestina, fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado, que saiu de uma condição de produtor de 40 toneladas de soja, há dez ou quinze anos, para mais de um milhão de toneladas este ano, e que sofre exatamente dessa problemática de escoamento motivada pela falta de rodovias. O Governo anuncia uma estrada que partiria de Eliseu Martins e se interligaria a ramais já existentes, um partindo do Ceará e outro de Pernambuco, para possibilitar o escoamento das produções pernambucana, cearense, piauiense e maranhense, numa segunda etapa, por intermédio do porto do Itaqui e do porto de Pecém, e estava aí um programa estrategicamente perfeito.

O Presidente Lula, aquele nordestino de Garanhuns, que saiu, inspirado no que dizia Luiz Gonzaga, do seu sertão no último pau-de-arara, de cuja mala o cadeado era o nó, tinha a oportunidade de resgatar ou de se reencontrar com aquele Nordeste e de deixar uma marca de gratidão com aquela região sofrida e que tanto o apoiou ao longo da vida. Agora, não sabe...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, vou pedir permissão a V. Ex<sup>a</sup> para interrompê-lo, porque regimentalmente o tempo acabou, então prorrogaremos a sessão por meia hora para o País continuar ouvindo V. Ex<sup>a</sup>, a Senadora Lúcia Vânia e o Senador Paulo Paim, último orador inscrito.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agora se sabe, Senador Cristovam Buarque, que o Presidente já definiu que a prioridade da ferrovia é a interligação de Salgueiro a Petrolina e de Petrolina ao Porto de

Pecém, o que, na realidade, já está praticamente feito, faltando apenas a construção de pequenos trechos. A parte importante, a parte principal, não foi feita; ficará no papel, porque se confia na amnésia do brasileiro.

Senador Cristovam Buarque, o Senador Mão Santa é de uma cidade extraordinária do Piauí. O Presidente da República foi lá e reconheceu o aeroporto inaugurado na época do Presidente Médici. O Governador, que não erra, que é muito fiel ao Governo Federal nos erros, nas omissões e na insensibilidade, agora está anunciando que vai asfaltar Parnaíba. É uma praxe, Senador Mão Santa: esquecem essa cidade, a segunda do Piauí, e, quando a eleição se aproxima, prometem asfalto! E aí se dá um banho, como se Parnaíba fosse anestesiada com pouca coisa. As obras estruturantes, necessárias no litoral, como o porto, a recuperação da ferrovia, ligando Teresina, Parnaíba, Luís Correia, não são discutidas. Por que Sua Excelência não levou para lá um programa arrojado para continuar o projeto já existente dos tabuleiros litorâneos?

Senador Mão Santa, o Presidente chegou a Parnaíba no dia 22 e, três dias antes, a única companhia de aviação que fazia linha de Parnaíba a Teresina e a Fortaleza teve o seu vôo cancelado, porque o Governo do Estado não cumpriu uma parceria firmada. E V. Ex<sup>a</sup>, que teve toda uma vida voltada para a sua terra natal, talvez esteja vivendo o primeiro momento em que Parnaíba não seja interligada ao Brasil por linhas aéreas comerciais.

É anestesia, Senador Cristovam Buarque, quando ninguém mais se espanta, quando se vê escândalo de malversação de recursos um após outro. E quando se vê, Senadora Lúcia Vânia, nas CPIs, ora em sessão aberta, ora em sessão secreta, depoimentos de pessoas confessando ou acusando os deslizamentos do atual Governo ou de integrantes do Governo.

E aí, Senador Cristovam Buarque, veio o meu estardalhaço: como esse pessoal conseguiu, em tão pouco tempo, juntar o seu grupo, formado por pessoas tão perigosas, tão nefastas para o País?

Hoje, em alguns casos, procuram desqualificar o depoente, confiando na amnésia seletiva do brasileiro. Esquecem que esses que desqualificam hoje foram seus companheiros de arrecadação no submundo do empresariado brasileiro. Uns contribuíram de maneira espontânea; outros, foram até vítima de chantagem.

Senador Cristovam Buarque, parabéns V. Ex<sup>a</sup> pela lucidez do pronunciamento. Mas não podemos nem devemos colaborar para a amnésia, tampouco para que esse povo fique anestesiado. A amnésia que querem impor a nós, por exemplo, simbolicamente, é o esquecimento da cueca suja do Ceará. Não há nada mais simbólico, e tem de ser iniciativa do próprio Partido

dos Trabalhadores explicar o caso. A cueca tem de ser lavada – e eu sempre ouvi dizer que são questões que devem ser lavadas em casa e não na rua –, porque, se não for lavada no tempo certo em casa, ganhará as ruas do Brasil, pois o brasileiro não engoliu até hoje essa mal explicada história, Senador Paulo Paim.

Tanto é verdade o que digo, Senador Cristovam, que no Brasil inteiro, no último carnaval, foram feitas marchinhas falando sobre esse famigerado, triste e inacabado episódio. No Piauí, era o Bloco do Eureka: “Eureka que saudava a cueca”, V. Ex<sup>a</sup> sabe. Em Santa Catarina, houve episódios; no Brasil inteiro.

Portanto, quem tem de explicar isso não é o rapaz que foi preso e é um laranja. Quem tem de explicar isso são os responsáveis, quem tem de explicar isso é a direção nacional do Partido dos Trabalhadores.

Se nada fosse verdade, por que um homem da envergadura e da responsabilidade do Genoíno teve de renunciar à Presidência do Partido? Nós não podemos colaborar, Senador Cristovam Buarque, para essa amnésia nem também para essa anestesia.

Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup>, como médico, arranje o antídoto e vamos correr por esse Brasil afora dizendo que não aceitamos nem esquecimento nem anestesia.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra à oradora inscrita, do PSDB de Goiás, Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, SRA. s e Srs. Senadores, gostaria, Senador Cristovam Buarque, de também me associar às palavras do Senador Heráclito Fortes cumprimentando V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento, quando estabeleceu um paralelo entre a inclusão das empresas brasileiras na lista das mais ricas do mundo, traçando uma comparação com aqueles que estão na linha da pobreza e mostrando a desconsideração com relação a essas pessoas que são, podemos considerar, cinquenta milhões de brasileiros.

O Governo acha que tem uma política voltada para eles, em função do Bolsa-Família. No entanto, V. Ex<sup>a</sup> disse muito bem, o Governo tem deixado de lado programas emancipatórios como a Bolsa-Escola, tão bem implantada no Distrito Federal por V. Ex<sup>a</sup>, para incorporá-lo à Bolsa-Família, um programa que tem a sua importância, mas que tem dificuldade de fazer com que essas pessoas possam realmente ser incluídas nos programas de políticas públicas existentes.

Sr. Presidente, venho à tribuna, hoje, para me solidarizar com a manifestação de aposentados e pensionistas, realizada na Esplanada dos Ministérios,

com o objetivo de reivindicar do Governo um reajuste nominal de 16,67% para seus benefícios mensais, mesmo percentual concedido ao salário mínimo. Eles representam cerca de oito milhões de segurados que recebem benefícios acima do salário mínimo e, portanto, não foram contemplados com o reajuste que incidirá sobre o mínimo este ano. Querem, também, a regulamentação do Estatuto do Idoso – tão bem defendido aqui pelo autor da proposição, Senador Paulo Paim – e a divisão do 13º salário em duas parcelas, em junho e no final do ano, como já recebem os trabalhadores da ativa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, aposentados e pensionistas brasileiros têm sido vítimas de desacertos da Previdência, enfrentando uma série de problemas, Senador Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup> tem ocupado sempre esta tribuna em defesa dos aposentados e pensionistas e dito com veemência dos seus problemas e principalmente do descaso do Governo em relação a eles.

No final de 2003, idosos com mais de 90 anos tiveram seus benefícios cancelados enquanto não comparecessem aos postos da Previdência para se recadastrar. Os constrangimentos e até mesmo sofrimentos infligidos aos idosos, levaram o então Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, a apresentar um pedido público de desculpas e a desconsiderar o recadastramento.

Um novo recadastramento de beneficiários da Previdência se iniciou no ano passado. Em matérias divulgadas pela imprensa, hoje, o Ministro da Previdência, Nelson Machado, avisa que, a partir do dia 3 de abril, estarão suspensas cerca de cem mil aposentadorias e pensões. Incluindo todos os lotes de recadastramentos, devem ser suspensos 240 mil benefícios. São pagamentos para segurados que não procuraram agências bancárias para atualizar suas informações. O próprio Ministro admitiu que os benefícios suspensos podem incluir segurados que não participaram do censo por desconhecimento e também, como a imprensa tem focado, casos de fraude.

O Governo alega que precisa acabar com os benefícios pagos irregularmente. Não há dúvida de que existem irregularidades que precisam ser coibidas. Mas o Governo não pode continuar creditando a essa parcela da população tão pesado ônus pela crise da Previdência.

O desemprego e a informalidade, um dos mais graves problemas enfrentados pelo mercado de trabalho em nosso País, atingem de maneira direta a Previdência Social. Estima-se que, hoje, no Brasil, para cada trabalhador formal, haja um informal, ou seja, considerando o mercado de trabalho como um todo, praticamente 50% encontra-se na informalidade.

Em 2005, foram arrecadados R\$ 108,4 bilhões no orçamento da Previdência, porém os gastos com os benefícios alcançaram R\$146 bilhões, gerando um déficit de R\$37,6 bilhões. Vê-se, assim, que o déficit estrutural previdenciário precisa ser revertido com medidas que vão além do recadastramento de aposentados e pensionistas.

Especialistas calculam que, para transformar a Previdência em um sistema de capitalização, seria preciso entre duas e duas vezes e meia o Produto Interno brasileiro, algo em torno de R\$3,5 trilhões. Um valor praticamente impensável, que pode ser amenizado com reformas urgentes e estruturais, para que o sistema previdenciário seja capaz de garantir os benefícios de seus contribuintes.

Entre as medidas a serem implementadas está a redução do custo de criação de novas vagas no mercado formal, hoje apontada por especialistas como grande entrave à formalidade do setor. Da mesma forma, reduzir a tributação sobre o emprego, com certeza, daria um novo impulso ao mercado de trabalho formal.

O combate à sonegação e às fraudes, com a restituição aos cofres públicos dos valores que há anos desaparecem sem que sejam devidamente cobrados, é outra medida eficaz na reversão do déficit previdenciário.

Por fim, mas igualmente importante, é necessário garantir que União, Estados e Municípios cumpram com suas obrigações, recolhendo a parte que lhes cabe, em vez de contribuir para esse déficit que se avoluma a cada dia.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senadora Lúcia Vânia, cheguei hoje ao Senado às 9h da manhã e ouvi todos os pronunciamentos. Todos muito importantes, mas quero destacar o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que aborda um tema que trouxe a Brasília, nesta semana, cerca de dez mil aposentados, pensionistas e donas-de-casa, numa grande marcha em prol daquilo que é o eixo do seu pronunciamento: a valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas que ganham um pouco mais de um salário mínimo. Reivindicação mais do que justa. Colaborando com seu pronunciamento, eu diria que se, em seis ou sete anos, essa metodologia não for alterada, todos estarão ganhando apenas um salário mínimo. Podíamos pegar o exemplo dos últimos dez anos, mas vamos pegar deste ano. A tendência é que o salário mínimo tenha um reajuste em torno de 16%; os proventos dos aposentados, em torno de 5%. Ou seja, o aposentado que ganha um pouco mais de um salário mínimo terá um reajuste de um terço em relação ao percentual dado ao mínimo. Por isso, fico feliz com seu pronunciamento e digo que esta semana tivemos

um avanço: votamos o fator previdenciário, a questão da dona-de-casa, mas é importante votar também o PL nº 58, que está na Casa há quatro anos e propõe exatamente que o aposentado e pensionista recebam o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo. Esse Projeto de Lei é fruto de um abaixo-assinado feito em todo o País. Encerro, dizendo que estamos defendendo na Comissão Mista de Senadores e Deputados – onde V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Mão Santa estão são muito atuantes – que a contribuição à Previdência saia da folha de pagamento e vá para o faturamento. Se fizermos isso, com certeza absoluta, poderemos desonerar a folha de pagamento em torno de 40%. Isso porque sobre a folha incide não apenas a contribuição de empregado e empregador – e só aí dá 33% –, mas há ainda a Cofins, que também recai sobre a folha e uma parte vai para a Previdência. Se desonerássemos todas as contribuições que incidem sobre a folha para a Previdência e deslocássemos isso para o faturamento, a Previdência – eu diria, sem medo de errar – quase que dobraria a sua arrecadação. Dessa forma, o conjunto da sociedade, principalmente os banqueiros, que empregam poucos e lucram muito, poderão contribuir mais para a Previdência. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, que está sempre preocupada e demonstrando publicamente sua preocupação com a questão social.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paim, e incorporo seu aparte ao meu discurso. Tenha certeza, Senador Paulo Paim, que as ponderações feitas por V. Ex<sup>a</sup> fazem com que meu discurso tenha muito mais densidade, uma vez que V. Ex<sup>a</sup> é um estudioso do assunto e tem feito do seu mandato uma verdadeira muralha em favor do aposentado e do trabalhador.

Sr. Presidente, SRA. s e Srs. Senadores, o recadastramento da Previdência pretende comprovar que, por trás das pensões e aposentadorias pagas hoje no País, existe um negócio ilegal de pagamento de benefícios que corrói o sistema previdenciário nacional.

Se assim for comprovado, é preciso que os culpados sejam punidos. Mas que as punições se estendam a todos aqueles que contribuem para a situação quase falimentar da Previdência Social.

Com medidas para se reduzir a informalidade no mercado de trabalho – muito bem apontadas pelo Senador Paulo Paim –, com o combate à sonegação e com os bons exemplos dados pelos governos em todas as instâncias, esta pode ser uma batalha que ainda não está perdida.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a oportunidade de vir aqui hoje para me solidarizar com os aposentados e pensionistas de todo o País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra, como último orador inscrito nesta sessão de sexta-feira, 10 de março, que começou às 9h, ao Senador do PT, do Rio Grande do Sul, Paulo Paim. S. Ex<sup>a</sup>, ontem, escreveu uma das belas páginas deste Senado, de cujo projeto tive o privilégio de ser Relator. A matéria trata do afastamento do fator previdenciário, que achatava, que minguava o salário dos aposentados brasileiros.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA. s e Srs. Senadores, quero dividir o meu pronunciamento em dois momentos. No primeiro momento, Sr. Presidente, quero demonstrar aqui a minha preocupação com a taxa de juros. Tenho dito sempre e repito que não consigo mudar meu discurso. O discurso que eu fazia no passado contra a alta taxa de juros no Brasil continua o mesmo. E vou tratar deste assunto.

Num segundo momento, eu queria comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que usarei o tempo da Liderança para falar sobre um outro tema, relacionado à agricultura.

Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores debaterá, nos dias 18 e 19 de março, um documento que está sendo elaborado por setores do Partido em relação à política econômica. Entre as propostas, configuram temas importantes na minha visão: superávit primário, que tem de diminuir; investimento maior na produção e diminuição da taxa de juros. Acredito que, com essa taxa de juros, o Brasil está, no meu entendimento, com o foco em um crescimento econômico confuso, pois o setor financeiro sai fortalecido, em detrimento do setor produtivo. Ninguém tem dúvida de que a especulação financeira é um instrumento gerador de desemprego. Por isso, as minhas preocupações.

Sr. Presidente, sei que este discurso não é somente meu. Creio que não há um cidadão no País que não esteja demonstrando sua preocupação com a taxa de juros. Compartilham dessa idéia, tenho certeza, conforme divulgação já feita em todo o País, o Vice-Presidente da República, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento Sindical, os empresários, enfim, creio, a maioria dos segmentos da sociedade – a não ser os banqueiros. Acredito – estou falando isto com convicção – que o próprio Presidente Lula gostaria de ver os juros brasileiros despencarem, porque essa é a vontade da nossa gente.

Sr. Presidente, com o valor de 44,7% de taxa de juros reais ao ano, cobrada pelos bancos brasileiros, o nosso País, entre 107 países pesquisados, está em posição de liderança, acompanhado de Angola, segunda maior taxa, e de Gâmbia, em terceiro lugar. É importante ressaltar que estamos longe dos 7,4%, que

é a taxa média de juros em financiamentos bancários no mundo, Senador Mão Santa. Temos de ter um programa adequado ao crescimento, à política interna, calcado no setor produtivo. O atual modelo, sem sombra de dúvida, prejudica os exportadores e os pequenos e médios comerciantes e produtores.

Tem havido um crescimento espantoso, Senadora Lúcia Vânia, no valor dos serviços bancários e das tarifas, que quadruplicaram os valores de 1995 a 2004. O Ministério da Fazenda, no meu entendimento, e o Banco Central devem frear esses aumentos exagerados pela burocracia do sistema financeiro. A promoção do crescimento bancário tem-se seguido há décadas e não foi atingida, conforme o meu entendimento, por nenhuma das crises econômicas pelas quais o País passou. É um crescimento constante e inabalável. Houve uma única vez em que os bancos tiveram problema: em 1995, quando o Governo Federal, na época, criou o Programa de Estímulo ao Sistema Financeiro Nacional, o famoso Proer, que acabou garantindo o lucro permanente e, infelizmente, intocável dos banqueiros, visto que, na época, as instituições alegavam que poderiam quebrar.

Não me lembro, em nenhuma ocasião da história do País, que um gesto semelhante a esse tenha sido feito quando enfrentavam risco econômico e estavam quebrados os micros, os pequenos e os médios empresários do nosso País. Ou seja, passam-se décadas e décadas, e os banqueiros sempre em primeiro lugar.

Os bancos divulgaram, dias atrás, os seus resultados. Os gigantes, como o Bradesco e Itaú, obtiveram lucros reais de R\$5,51 bilhões e R\$5,2 bilhões, respectivamente. Segundo especialistas, o lucro do Bradesco é o maior da história entre todos os bancos de capital aberto da América Latina. A própria Federação Brasileira de Bancos entende que os juros do Brasil são altos devido a distorções adotadas pelos governantes, como a carga tributária, a dívida pública e os recolhimentos compulsórios exigidos pelo Banco Central.

Uma das taxas de juros mais elevadas, Senador Mão Santa, é a do cheque especial, que é utilizado por toda a classe média, pois o elevado *spread* bancário cobrado não tem correspondência com o risco de crédito e o custo administrativo, já que é concedido a clientes ditos especiais, com cadastro junto aos bancos, afastando, então, a hipótese de elevada inadimplência.

A taxa básica de juros, a Selic, continua liderando o *ranking* mundial. Apesar de a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), ocorrida agora, no dia 9 de março, ter reduzido 0,75%, ainda ficamos num patamar de 16,5%. Confesso: eu esperava que a redução deste mês ultrapassasse 1% da taxa da taxa Selic.



Conforme o último Relatório de Mercado, divulgado pelo próprio Banco Central, a expectativa é a de que a Selic feche o ano em 14,5%. É um exagero, Sr. Presidente! Reduzir a carga tributária e a taxa de juros é uma questão fundamental que o Governo precisa rever, para que possamos reaquecer a economia com a ampliação da exportação e dos investimentos nos diversos setores produtivos no campo e na cidade, a fim de promovermos emprego e justiça social.

Estou convencido, Senador Mão Santa, de que a taxa de juros atual não pode ser mantida. Espero que a redução seja mais arrojada na reunião marcada do Copom para 18 e 19 de abril.

Continuo acreditando que podemos pelo menos nos aproximar da média mundial da taxa de juros, que é de 7,4%, e não mais de 14%, como infelizmente é a realidade brasileira.

Senador Mão Santa, eu gostaria ainda, na segunda parte do meu pronunciamento, de dizer – e V. Ex<sup>a</sup> é testemunha, já falei disso ontem –, que discordo dos ataques que fizeram ao Ministro Miguel Rossetto, da Reforma Agrária, e ao meu companheiro Rolf, Presidente do Incra.

Devido a isso, Sr. Presidente, encaminho a V. Ex<sup>a</sup> pronunciamento de minha autoria, em que faço uma análise do trabalho do Ministro Miguel Rossetto, demonstrando, com muita clareza, que S. Ex<sup>a</sup> não teve envolvimento nos conflitos acontecidos no Rio Grande do Sul. Inclusive, em entrevista à imprensa brasileira, demonstrou seu descontentamento, sua chateação, pois não soube daqueles fatos em momento algum. Suas declarações foram feitas com muita firmeza e clareza.

Além de falar um pouco a respeito do Ministério, quero registrar a importância da 2ª Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, realizada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

O evento foi promovido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, FAO, e contou com a participação de mais de 900 entidades. Delegados de 81 países debateram a reforma agrária e a produção de alimento no mundo. Além de gaúchos, catarinenses, paranaenses, mineiros, paulistas e outros, participaram do evento o Diretor-Geral da FAO, Jacques Diouf; o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto; o Presidente da República em exercício, José Alencar; e 30 Ministros da Agricultura e Reforma Agrária de outros países.

Sr. Presidente, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, nesses últimos três anos, tenho certeza,

cumpriu seu papel na esfera da agricultura familiar e avançou na reforma agrária.

O Governo Federal está consolidando um conjunto de políticas públicas voltadas aos pequenos produtores rurais. Essas políticas, integradas e permanentes, estão criando novo padrão de desenvolvimento sustentável no meio rural, com a inclusão social e econômica de milhares de pessoas. Acesso à terra; à água; a documentos; à educação; a crédito; à assistência técnica; a seguro; ao Luz para Todos, com a eletrificação rural; a estradas; a programas de comercialização, de apoio às agroindústrias, de valorização dos direitos das comunidades quilombolas – V. Ex<sup>a</sup> sabe do trabalho que faço nessa área e, por isso, acompanho o assunto –; a programas de apoio à autonomia do trabalho das mulheres também na área rural estão entre essas iniciativas.

Sr. Presidente, o trabalho que recebi, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é longo e não vou expô-lo por completo, mas eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> considerasse como lido todo o pronunciamento.

Devido a esse trabalho, a viabilidade econômica e a segurança alimentar estão avançando.

O Ministro enfrentou um grande desafio, pois o Governo deparou-se com um imenso passivo nos assentamentos criados anteriormente: 90% das famílias não contavam com água; 80% não tinham acesso a estradas ou à rede elétrica; 53% ainda não recebiam qualquer tipo de assistência técnica. Mas a situação começa a mudar.

Tenho a certeza de que o documento que entrego à Mesa, fazendo um relato do trabalho do Ministro, condiz com sua história e com sua caminhada. Trata-se de um depoimento que se contrapõe àqueles que quiseram, injustamente, atacá-lo devido aos conflitos que aconteceram no Rio Grande do Sul, a respeito de que S. Ex<sup>a</sup> já deu seu depoimento contrário.

Aqui, o Ministro fala da questão do *biodiesel*, que é uma inovação; das conquistas da famosa agricultura familiar; do seguro agrícola e do semi-árido. Também diz, com muita precisão, que o Ministério há de continuar com esse trabalho já iniciado, embora o Ministro Miguel Rossetto, ao que tudo indica, deva deixá-lo para se apresentar como candidato a um cargo majoritário no Rio Grande do Sul.

Senador Mão Santa, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela tolerância. Sinto que V. Ex<sup>a</sup>, de fato, está um pouco cansado, como todos os nossos funcionários, pois a sessão foi intensa e começou às 9 horas. Por isso, resumi o máximo que pude o meu pronunciamento.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela tolerância.

## **SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>tes</sup> e Srs. Senadores, em abril o ministro Miguel Rosseto estará deixando a pasta do Desenvolvimento Agrário para ser candidato ao Senado pelo Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul. Pretendo fazer no meu pronunciamento de hoje um pequeno balanço de alguns pontos do que foi o trabalho do ministro Rosseto e sua equipe nesses últimos 3 anos.

Mas antes quero fazer registro da 2<sup>ª</sup> Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, que se iniciou no dia 06 em Porto Alegre e que está se encerrando no dia de hoje. A conferência é promovida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Mais de 900 entidades e delegados de 81 países debateram a reforma agrária e a produção de alimentos no mundo.

Além de gaúchos, catarinenses, paranaenses, mineiros, paulistas, e outros concidadãos, participam do evento o Diretor-geral da FAO, Jaques Diouf e o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, além de cerca de 30 ministros da Agricultura e Reforma Agrária de outros países.

Sr. Presidente, Sr<sup>tes</sup> e Srs. Senadores, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, nesses últimos 3 anos, não tenho dúvida, vem <sup>se</sup>semeando um novo Brasil<sup>±</sup> na esfera da agricultura familiar e reforma agrária. Se não vejamos:

### **– Condições para o desenvolvimento sustentável para o meio rural**

O Governo federal está consolidando um conjunto de políticas públicas voltadas aos pequenos produtores rurais. Essas políticas, integradas e permanentes, estão criando o novo padrão de desenvolvimento sustentável do meio rural, com inclusão social e econômica de milhares de pessoas.

Acesso à terra, água, documentos, educação, crédito, assistência técnica, seguro, eletrificação rural, estradas, programas de comercialização e de apoio às agroindústrias, valorização dos direitos das comunidades quilombolas e apoio à autonomia das mulheres estão entre as muitas iniciativas que transformam em realidade o desenvolvimento sustentável do meio rural no Brasil.

### **– Uma reforma agrária massiva e de qualidade**

Viabilidade econômica, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental e integração ao desenvolvimento territorial orientam o novo modelo de reforma agrária, que apenas começa na garantia do acesso à terra e prossegue na criação de infra-estrutura social, estradas, energia elétrica, acesso a direitos e apoio à produção e à comercialização.

O desafio era e é grande pois em 2003 o governo deparou-se com um imenso passivo nos assentamentos criados anteriormente: 90% das famílias não contavam com abastecimento de água; 80% não tinham acesso a estradas ou à rede elétrica; 53% ainda não recebiam qualquer tipo de assistência técnica. Mas esta situação começa a mudar. Pesquisas recentes demonstram que as famílias assentadas estão em melhores condições de vida do que se encontravam antes.

### **– Novas famílias assentadas já somam 245 mil**

Em 2005 foram assentadas 127.506 novas famílias, sendo que a área incorporada à reforma agrária é de 13.242.124 hectares. A reforma agrária ganhou ritmo e, principalmente, qualidade e o INCRA alcançou o melhor resultado da sua história. O atual governo nos 3 primeiros anos, assentou 245 mil famílias, o que representa mais de 30% do total de famílias assentadas em toda a história do Incra.

### **– Assentar é apenas o primeiro passo**

Hoje, mais de 452 mil famílias assentadas já contam com assistência técnica. O valor investido em assistência técnica ao ano por família passou de R\$ 100 em anos anteriores para R\$ 400 no atual governo. O Programa Luz para Todos do governo federal já beneficiou cerca de 75 mil famílias. A meta é universalizar o acesso à assistência técnica e à energia elétrica.

Em obras de infra-estrutura, como estradas e saneamento (abastecimento de água), foram investidos no exercício R\$ 193,67 milhões.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) atendeu em 2005 70,4 mil assentados. Os recursos aplicados em educação nos assentamentos passaram de cerca de R\$ 10 milhões em 2003 para R\$ 34,66 milhões em 2005.

O Pronera foi criado para reduzir o índice de analfabetismo e elevar a escolarização de jovens e adultos trabalhadores rurais a partir de uma proposta pedagógica adaptada à realidade do campo.

Em 2005 mais de 80 mil famílias assentadas foram beneficiadas com crédito. Este recurso faz parte do crédito instalação para apoio às famílias assentadas, que além de habitação contempla construção de cisternas no semi-árido e manutenção das famílias até iniciar a produção. Os recursos do crédito instalação foram ampliados no atual governo, passando de R\$ 4,5 mil para R\$ 7,4 mil.

Além disso, foi criada uma linha de crédito específica de até R\$ 6 mil para a recuperação dos assentamentos. As mulheres assentadas passaram a ter direito a uma operação de microcrédito rural (Pronaf B), destinada a atividades produtivas. O limite de financiamento do Pronaf A (destinada para investimentos) subiu de R\$ 15 mil para R\$ 18 mil e total de operações de empréstimos de custeio do grupo A/C do Pronaf por família assentada aumentou de uma para três.

### – Agricultura familiar ganha mais apoio

A ação do governo na reforma agrária se combina com as políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades rurais tradicionais. E aqui, também, muita coisa mudou para melhor. O apoio à agricultura familiar antes restringia-se basicamente ao PRONAF, hoje um conjunto de programas estão melhorando a vida dos pequenos produtores do campo: crédito, assistência técnica, seguro agrícola, apoio à comercialização, apoio à agroindustrialização, além de medidas para contemplar a diversidade étnica, de gênero e para atender as especificidades regionais.

### – Crédito quadruplica de valor

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que estava congelado em R\$ 2,2 bilhões até 2002, praticamente triplicou de valor na safra 2004/2005 e deve quadruplicar na safra 2005/2006, que está em curso.

Igualmente congelado estava o número de contratos realizados pelo PRONAF – em média 900 mil famílias até a safra 2002/2003. Na última safra foram realizados mais de 1,6 milhão de contratos, crescimento de mais de 80%, e deve chegar a 2 milhões na safra 2005/2006, que está em andamento. Com isso mais de um milhão de famílias estão incluídas na política de crédito.

Mas o PRONAF não apenas cresceu, o programa nacionalizou-se, e hoje chega a todos os estados e a 5.360 municípios do país. O crescimento do acesso ao crédito nas regiões norte e nordeste representam uma importante contribuição para a superação das desigualdades regionais.

### – Assistência técnica é retomada pelo governo

A ampliação do universo que acessa ao crédito vem acompanhada por outros serviços e políticas, que possibilitam a qualificação do processo produtivo e da própria aplicação dos recursos, e a garantia da renda destes produtores.

O sistema nacional de assistência técnica e extensão rural (ATER) está sendo reconstruído, depois de seu desmonte no início dos anos 90, de forma a oferecer novas possibilidades de desenvolvimento para as comunidades rurais por meio do acesso ao conhecimento e a tecnologias apropriadas. Uma ação integrada do governo federal, com governos estaduais e prefeituras e com a participação de organizações não-governamentais e de cooperativas. Com isto até o final de 2005 será garantido os serviços de ATER a mais de 1,9 milhão de unidades familiares, com recursos da ordem de R\$ 237 milhões.

### – Agricultores familiares conquistam seguro agrícola

A atividade agropecuária é sujeita a intempéries e, historicamente, os agricultores se descapitalizavam, se endividavam e muitos até perdiam suas terras. Para

enfrentar estes imprevistos e garantir a renda dos agricultores o governo federal conta com várias políticas.

Foi criado o Seguro da Agricultura Familiar, antiga reivindicação de todos os movimentos, que garante, além de 100% do valor financiado, 65% da receita líquida estimada. A adesão ao Seguro se dá no momento de contratar o crédito do PRONAF. No seu primeiro ano de existência o Seguro (safra 2004/2005) 550 mil agricultores aderiram ao seguro. Em função dos efeitos de uma grave seca que atingiu a região sul, especialmente, o Rio Grande do Sul, o programa está beneficiando cerca de 220 mil famílias. Caso não existisse o seguro, estas famílias estariam com dívidas nos bancos, não podendo acessar novos créditos, e com dificuldade de se manter até a próxima safra.

Para atender a especificidade do semi-árido (Nordeste e parte de Minas Gerais e Espírito Santo), o governo criou o Programa Garantia-Safra. O programa atende as famílias que tem dificuldade de acessar os programas de crédito e que possuem renda mensal de até um salário e meio. Por meio de articulação envolvendo os próprios agricultores, as prefeituras, os governos estaduais e o governo federal o programa garante uma renda de R\$ 550,00 aos atingidos pela seca, abrangendo as culturas do algodão, milho, feijão, arroz e mandioca. A adesão ao programa tem crescido ano a ano, atingindo 287.861 famílias de 463 municípios na safra 2004/2005. Desde 2003 o programa já beneficiou 260,9 mil famílias que foram prejudicadas pela estiagem. Estão sendo efetuados os pagamentos relativos à safra 2004/2005, sendo que foram beneficiadas 106,8 mil famílias de 116 municípios.

Além destes instrumentos, o governo federal pagou um auxílio emergencial aos trabalhadores rurais atingidos pela seca na região Sul que não estavam cobertos pelo seguro. Em 2005, o Bolsa-Estiagem, no valor de R\$ 300, foi pago a cerca de 100 mil famílias de agricultores. Este benefício também foi estendido à região Nordeste.

### – Biodiesel

O Brasil sai mais uma vez na frente no tema biocombustíveis. O governo está implementando o Programa Nacional de Uso do Biodiesel. Além da sua contribuição como fonte alternativa de combustível, não poluente e renovável, o programa foi construído para proporcionar novas possibilidades para o desenvolvimento rural, centrado no fortalecimento da agricultura familiar e nos assentamentos da reforma agrária.

As empresas produtoras têm incentivos (reduções nas contribuições sociais, como PIS e Cofins) quando adquirirem produtos da agricultura familiar. A certificação é feita pelo MDA. Em 2005, 70 mil agricultores e assentados já estão participando do Programa e até o final de 2007 serão 250 mil, especialmente das regiões norte e nordeste.



Sras e Srs. Senadores, acreditamos que o trabalho realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário nesses últimos 3 anos está sendo um marco do governo do presidente Lula. O ministro Miguel Rosseto e toda a sua equipe estão de parabéns. É claro que muito ainda deve ser feito. Mas o importante é que o governo está no rumo certo.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, é que o Partido dos Trabalhadores debaterá, nos dias 18 e 19 de março, um documento em que estão sendo discutidas mudanças na política econômica do Governo Federal.

Entre as propostas configuram temas importantes como superávit primário, investimentos na produção e taxas de juros.

Existe muito rumor a respeito destes assuntos e acredito ser de fundamental importância que o PT abra um amplo debate sobre estas questões.

Acredito que com esta taxa de juros o Brasil está com o foco no crescimento econômico confuso, pois o setor financeiro sai fortalecido em detrimento ao setor produtivo.

Ninguém tem dúvidas que a especulação financeira é um instrumento gerador de desemprego, por isso as minhas preocupações.

Sei que não estou sozinho nesta luta contra os juros altos, compartilham desta idéia, conforme divulgação feita pela imprensa, o Vice-Presidente da República, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil – CNBB, o Movimento Sindical, empresários e muitos outros segmentos da sociedade.

Acredito que o próprio Presidente Lula gostaria de ver os juros brasileiros despencarem. Esta é a vontade, tenho certeza, do povo brasileiro.

Com o valor de 44,7% de taxa de juros reais ao ano cobrada pelos bancos brasileiros, o nosso país, entre 107 países pesquisados, está na liderança, acompanhado da Angola (segunda maior taxa) e de Gâmbia (na terceira classificação).

É importante ressaltar que estamos longe dos 7,4% que é a taxa média de juros em financiamentos bancários no mundo.

Temos que ter um programa adequado para o crescimento das riquezas internas calcado no setor produtivo. O atual modelo prejudica os pequenos e médios comerciantes e produtores.

Tem havido um crescimento espantoso no valor dos serviços bancários, e das tarifas que quadruplicaram os valores de 1995 para 2004. O Ministério da Fazenda e o Banco Central devem frear esses aumentos exagerados.

A promoção do crescimento bancário tem se seguido há décadas e não foi atingido por nenhuma das crises econômicas pela qual o país passou. É um crescimento constante e inabalável!

A única vez que os bancos tiveram problemas foi em 1995, quando o governo federal criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional – PROER, para garantir o lucro permanente e, infelizmente, intocável dos banqueiros, visto que as instituições alegavam quebrar.

Em nenhuma ocasião lembro de ter havido um gesto semelhante quando estava em risco a saúde financeira dos micro, pequenos, e médios empresários deste país. Os banqueiros estão sempre em primeiro lugar!

Os Bancos divulgaram dias atrás seus resultados bilionários. Os gigantes Bradesco e Itaú obtiveram lucros reais de R\$ 5,514 bilhões e R\$ 5,251 BILHÕES, respectivamente. Segundo especialistas o lucro do Bradesco é o maior da história entre todos os bancos de capital aberto da América Latina.

A própria Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN entende que os juros no Brasil são altos devido às distorções adotadas pelos governantes, como a carga tributária, a dívida pública e os recolhimentos compulsórios exigidos pelo Banco Central.

Uma das taxas de juros mais elevadas é do Cheque especial, e injustificadamente. Pois o elevado *spread* cobrado não tem correspondência com o risco de crédito ou com os custos administrativos, já que é concedido a clientes ditos especiais, com bom cadastro junto aos bancos, afastando a hipótese de elevada inadimplência.

A taxa básica de juros, a SELIC, continua liderando o ranking mundial, apesar da reunião do Comitê de Política Monetária – COPOM, ocorrida em 9 de março, ter reduzido 0,75 ponto percentual, atingindo o patamar de 16,5 %.

Confesso que esperava uma redução de 1% na taxa SELIC.

Conforme o último Relatório de Mercado, divulgado pelo Banco Central, a expectativa é de que a Selic feche o ano em 14,5%. Não dá para aceitar este valor!

Reduzir a carga tributária e a taxa de juros é uma questão fundamental que o governo precisa rever para que possamos reaquecer a economia com a ampliação das exportações e dos investimentos nos diversos setores produtivos, a fim de promovermos maior justiça social.

Estou convencido de que a taxa de juros não pode ser mantida no atual patamar. Esperamos que a redução seja mais arrojada na reunião marcada para 18 e 19 de abril, e continuaremos acreditando que ela venha se aproximar da média mundial, ainda este ano, que é de 7,4%.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Agradeço-lhe, Senador Paulo Paim. Valeu a assertiva bíblica de que os últimos serão os primeiros. V. Ex<sup>a</sup> foi o último orador desta sessão, em que vários Senadores e



Senadoras usaram a palavra, manifestando suas preocupações sobre os problemas que afligem o nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Arthur Virgílio, a SRA. Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Leonel Pavan, João Batista Motta, Flexa Ribeiro, Luiz Pontes, Papaléo Paes, Juvenício da Fonseca e Pedro Simon enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a desumana e reprovável ação do chamado estudo do ribeirinhos do Amapá, transformados em cobaias para o mosquito da malária, foi o assunto da oportuna audiência pública realizada esta semana pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Quando o fato foi descoberto, vim a esta tribuna para condenar as pesquisas que ali estavam se realizando, com a participação da Universidade da Flórida,

da, mas, e isso é o mais grave, com o beneplácito do Governo Lula.

Os ribeirinhos do Amapá recebiam R\$20,00 por noite, para que ficassem com os braços oferecidos durante a noite às picadas dos mosquitos.

Quem autorizou?

A Universidade da Flórida pagou.

A Funasa, a Fiocruz, a USP e a Secretaria de Vigilância em Saúde do Amapá foram parceiros dessa ação.

Para que no amanhã o historiador disponha de elementos de avaliação da quadra vivida pelo Brasil, estou anexando a este pronunciamento a matéria que a respeito publica o jornal **Correio Braziliense**.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## **BIOPIRATARIA**

Coordenador de estudo com cobaias humanas no Amapá admite ter omitido informações

# Pesquisa fraudou tradução

HERCULES BARROS  
A. N. CORRÊA

**R**ejeitados pela pesquisa que rotulava os ribeirinhos de cobaias humanas na pesquisa com mosquitos transmissores de malária no Amapá, o biólogo Allan Kardec Gallardo admitiu ontem o erro. Três meses após o trabalho ter sido suspenso, os ribeirinhos recebiam R\$ 20 por uma noite de captura e alimentação dos mosquitos. O estudo foi descoberto pelo Ministério Público do Amapá, que abriu investigação sobre o caso. "Houve erro no pagamento de pessoal e na tradução do documento, que não refletiu por inteiro. A gente errou ao interpretar as expressões, mas o tema não era 'casa-comida' ou 'casa'.

A Universidade da Flórida traçou um estudo e a publicou a comunidade científica. Há mais de 10 anos, a comunidade científica do Amapá tem trabalhado com a tradução para o português do documento da Universidade da Flórida, EDA, que os moradores assinaram para participar da pesquisa.

O estudo coordenado e financiado pela universidade americana tem parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Universidade de São Paulo (USP), Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e Secretaria de Vigilância em Saúde do Amapá. O projeto foi aprovado pelo Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, coordenado por Miguelina de Sá, do Instituto de Medicina do Conselho Nacional de Saúde, suspendeu o trabalho.

De acordo com relatório do senador Arthur Virgílio, o presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, a pesquisa foi considerada uma fraude. Segundo o documento, "antes de capturar os indivíduos, os pesquisadores participaram da pesquisa foram enganados para quem fez a tradução do projeto de amigos para o português".

Apesar de não considerar correto, Gallardo disse que o pagamento era uma forma de ajudar as pessoas. Durante depoimento, o biólogo repassou a responsabilidade à USP que já estava no local desde 2001. "Só em 2003, quando melhorou o pagamento, passou de R\$ 10 para R\$ 20", justificou.

#### **"Rato de laboratório"**

Presente à audiência, o líder da comunidade de São João do Amapá, da Prantia (AP), onde foi realizada a pesquisa, o agente de saúde Sidnei Siqueira disse que dois filhos seus contraíram malária depois que chegaram em casa picados pelos mosquitos transmissores da doença. "Eu me senti como um rato de laboratório", relatou.

Para o senador, as declarações dos pesquisadores deixam clara a ilegalidade da pesquisa. "Usar pessoas para capturar e alimentar mosquitos com o próprio sangue, pagá-las para isso e não oferecer atendimento médico são indícios graves de violação dos direitos humanos", alertou.

As pesquisas foram suspensas pelo Ministério Público estadual em dezembro de 2005, quando o caso foi denunciado pelo promotor Haroldo Franco da Promotoria de Justiça da Comarca de Santana (AP).

“  
USAR PESSOAS PARA CAPTURAR E ALIMENTAR MOSQUITOS COM O PRÓPRIO SANGUE, PAGÁ-LAS PARA ISSO E NÃO OFERECER ATENDIMENTO MÉDICO SÃO INDÍCIOS GRAVES DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS”

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Os dilemas do crescimento econômico”, de autoria do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **Correio Braziliense** de 5 de março do corrente.

O ex-presidente, em seu artigo, discute as alternativas de políticas econômicas e as possibilidades de retomada do crescimento. Segundo o autor, “o tripé composto por câmbio flutuante, metas de inflação e lei de responsabilidade fiscal é o mecanismo mais adequado para enfrentar os desafios da sustentação

do crescimento e da estabilidade em um mundo globalizado”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A  
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Os dilemas do crescimento econômico

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

*Ex-presidente da República*

**O** Instituto Teotônio Vilela, do PSDB, e o Iedi realizaram em São Paulo um encontro para discutir as políticas econômicas e o crescimento. A maioria dos economistas presentes, embora pertencendo a escolas diversas e tendo participado de diferentes governos, parece convencida de que o tripé composto por câmbio flutuante, metas de inflação e lei de responsabilidade fiscal é o mecanismo mais adequado para enfrentar os desafios da sustentação do crescimento e da estabilidade em um mundo globalizado.

Caminhos alternativos poderiam em tese ter sido trilhados. Alguém lembrou, por exemplo, que a Coreia do Sul e outros tigres menores mantiveram o câmbio sob controle, a maior parte do tempo subvalorizado, não adotaram metas para a inflação nem regras explícitas para a gestão das contas públicas. Ocorre que nenhum desses países jamais teve a história inflacionária do Brasil e, em todos eles, os regimes políticos eram autoritários, permitindo comprimir os salários, restringir a expansão do consumo e obter elevadas taxas de poupança e investimento.

Houve discordâncias quanto à eficiência do Banco Central brasileiro para operar o tripé: no passado recentíssimo, bem como no passado não tão próximo, houve oportunidades perdidas para reduzir as taxas básicas de juros, pois definiram-se metas de inflação excessivamente baixas e intervalos de tempo excessivamente curtos para alcançá-las.

O ponto alto do debate foram as interpeleções diretas dos empresários: o que de novo há nisso tudo? A economia precisa crescer já. Como? Melhor, disseram eles, dirigir às questões à “bancada dos políticos”, como se da cartola dos economistas do Banco Central não pudesse sair coelho... Os economistas, penso eu, são indispensáveis e não estão necessariamente errados. Espera-se

que eles tenham a prudência necessária para não pôr em risco os êxitos conquistados, mas que evitem rigidez demasiada na fixação das metas de inflação e afobação quanto ao tempo para alcançá-las. Mas não se pode esperar das políticas macroeconômicas sozinhas o milagre do desenvolvimento.

Chegou a hora de os políticos, partidos e candidatos dizerem o que farão nas outras áreas da sociedade para ajudar a economia a crescer sustentadamente. Aos políticos, cabe, mantendo o sentido de prudência, ter mais ousadia. Quais as condições necessárias para obter taxas mais elevadas de crescimento econômico e avanços mais rápidos no Índice de Desenvolvimento Humano? Seria o caso de estabelecer metas simultâneas para o crescimento e para os avanços sociais? Seria consistente ter metas de inflação compatíveis com esses propósitos sem arriscar a estabilidade? Lanço as perguntas sem ter as respostas prontas, na convicção de que é preciso discutir sem demora e em profundidade as condições para acelerar já o desenvolvimento.

Ao fazer isso, não imagino a possibilidade de repetir aqui, de imediato, os números do crescimento chinês, quer pelo tamanho daquela economia quer pelo poder que tem o governo daquele país para comprimir os salários e o consumo e gerar maior poupança, maior investimento e maior acumulação. Não temos as condições nem o desejo de seguir o mesmo caminho.

Em nosso caso, a parte mais difícil da tarefa será mudar a composição e a qualidade do gasto público para diminuir globalmente sua expansão, cortar gastos correntes (hoje em trajetória ameaçadora de crescimento) e ampliar os investimentos produtivos (em trajetória inversa e muito preocupante). Mas a quais gastos dar prioridade? Para mim, ao investimento em infra-estrutura (saneamento, transporte e energia, nessa ordem) e em educação (que é a chave do futuro), principalmente na educação básica. Sem esquecer do gasto

em segurança pública, teoricamente não-produtivo, mas que se tornou estratégico e que terá de ser feito quase integralmente pelo setor público. Dar prioridade não significa apenas, às vezes nem necessariamente, gastar mais, mas empenhar todos os esforços para gastar melhor.

Além de abrir espaço no orçamento para o investimento público, é necessário criar o ambiente propício ao investimento privado. Na área de infra-estrutura, um ponto é inescapável: o fortalecimento das agências reguladoras. Sem isso, teremos, ao mesmo tempo, o pior de dois mundos: escassez de investimentos e sobra de desvios em dutos de corrupção (hoje à mostra de todos).

Para dispormos de excedentes para investir produtivamente é essencial, ademais, recolocar na ordem do dia a difícil questão da Previdência. Não haverá governo ou Congresso capaz de prosseguir as reformas necessárias sem que a opinião pública dê sustentação a essas medidas. Os que se lançarem à tarefa sem esse apoio serão estigmatizados, como no passado recente, de “inimigos dos velhinhos”. Trata-se, portanto, de desafio a ser enfrentado por toda a sociedade, não apenas pelos governos.

Criado um clima de opinião favorável à retomada das reformas e do crescimento da economia, será possível triplicar ou quadruplicar os investimentos produtivos federais até ao final do próximo mandato. Não me causa alergia utilizar a poupança pública em investimentos produtivos (e não só os mencionados acima), como fiz em meu governo, apesar de toda a ladainha de que era neoliberal. Indigna-me, isso sim, a desfaçatez de quem diz que é possível aumentá-los sem dizer de onde tirar os recursos e de quem pensa que “basta cortar os juros” para que o milagre do crescimento ocorra. A palavra está, pois, com os partidos e com os candidatos para darem resposta realista ao clamor pela baixa dos juros e proporem a retomada de um crescimento que beneficie o povo e não apenas aos donos do PIB.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Laudo da PF liga dinheiro público ao caixa dois do PT”, publicada no jornal **O Globo**, do dia 19 de fevereiro do corrente.

A matéria mostra que laudo do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal confirmará que recursos de origem pública foram “drenados” para o valerioduto por meio da Visanet, operadora de cartão de crédito vinculada ao Banco do Brasil.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Laudo da PF liga dinheiro público ao caixa dois do PT

## Visanet, vinculada ao BB, repassou verba ao valerioduto

Jaílton de Carvalho

• **BRASÍLIA.** Laudo do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal, que está prestes a ser concluído, confirmará que recursos de origem pública foram drenados para o valerioduto por meio da Visanet, operadora de cartão de crédito vinculada ao Banco do Brasil, conforme denunciou a CPI dos Correios em novembro passado. Pelas informações da comissão, pelo menos R\$ 10 milhões repassados pela Visanet à DNA em 2004, a título de pagamento por serviços da agência de publicidade de Marcos Valério, caíram no caixa dois do PT operado pelo empresário e pelo ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares.

— O laudo ainda não está pronto, mas os dados técnicos recolhidos até agora confirmam a tese levantada pela CPI dos Correios sobre a Visanet — afirmou uma das autoridades encarregadas da investigação.

### **Serraglio: tentativa de esconder dinheiro público**

As conclusões preliminares reforçam uma das teses mais importantes e controversas levantadas pela CPI. Pelos dados da comissão, em 22 de abril de 2004, um mês depois de receber R\$ 35 milhões da Visanet, a DNA transferiu R\$ 10 milhões para

uma conta no BMG. Quatro dias depois, o BMG deu um empréstimo de R\$ 10 milhões a Rogério Tolentino e Associações Ltda. O empréstimo aparece na contabilidade de Valério como um aporte de recursos para o PT.

Para o relator da CPI, Osmar Serraglio (PMDB-PR), esse tortuoso caminho seria uma tentativa de dinheiro de origem pública, a Visanet, ligada ao Banco do Brasil, para o caixa dois de Delúbio. A tese foi amplamente divulgada, teve forte impacto mas, mesmo assim, era vista até dentro da CPI com alguma desconfiança. Agora, as novas informações técnicas obtidas no curso das investigações da PF e do Ministério Público podem pôr um fim à controvérsia.

— O laudo da Visanet vai dizer tudo o que a CPI já falou só que com mais detalhes — disse um dos encarregados do chamado inquérito do mensalão.

Mas nem todas as decisões dos parlamentares são convergentes com as investigações do Ministério Público e da PF. A tendência dos investigadores, neste momento, é propor a responsabilização criminal de todos os parlamentares apontados como beneficiários do valerioduto. Neste grupo está até mesmo o deputado Romeu

Queiroz (PTB-MG), que teve o pedido de cassação de seu mandato rejeitado pelo plenário da Câmara em dezembro passado.

Ao final das investigações, a polícia deverá recomendar a responsabilização criminal também da antiga cúpula do PT pela movimentação do caixa dois. A PF considera inconsistente a defesa apresentada pelos ex-dirigentes do partido, entre eles José Dirceu e José Genoino, de que nada sabiam sobre o caixa dois de Delúbio e Valério.

A PF tomou 223 depoimentos, mas as investigações estão longe do fim. Mais cem pessoas serão ouvidas nos próximos meses. O mais provável é que o inquérito seja concluído entre junho e julho, em pleno calor das campanhas eleitorais. ■

### ► **NO GLOBO ONLINE:**

A crise como você nunca viu, no especial do Globo Online [www.oglobo.com.br/pais](http://www.oglobo.com.br/pais)



**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Reeleição? Onde?”, de autoria do jornalista André Petry, publicado pela revista **Veja**, em sua edição de 22 de fevereiro do corrente ano.

O jornalista, em seu artigo, argumenta que “é quase uma temeridade falar em reeleição de Lula. O mais correto talvez fosse falar na sua eleição”. Para justificar seu pensamento, o autor afirma: “O Lula de 2002 era visto por todos, inclusive pelos adversários, como um político honesto e sincero. Deixou de sê-lo. Enrolou-se nos malabarismos para desviar-se do mensalão quando desdenhou das denúncias, depois justificou o caixa dois, depois ameaçou pedir desculpa, depois jogou a culpa numa conspirata da

elite direitista até que, na semana passada, disse que ‘errar é humano’ e que os companheiros que erraram não podem ser ‘execrados’. Ninguém confunde gratuitamente erro com crime, punição com linchamento”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**ANDRÉ PETRY**

## Reeleição? Onde?

A recuperação de Lula nas pesquisas eleitorais está sendo interpretada como uma indicação de que, nove meses depois do estouro da boiada mensaleira, finalmente as coisas estão voltando ao lugar de antes. É certo que a popularidade de Lula está, sim, voltando ao lugar de antes, mas, afora isso, praticamente nada mais é igual à era anterior ao escândalo de corrupção. Nem parecido. No fundo, é tudo tão diferente que, do ponto de vista político, é quase uma temeridade falar em “reeleição” de Lula. O mais correto talvez fosse falar na sua “eleição”. Isso porque:

■ *A cúpula de campanha não é a mesma.* Em 2002, a campanha de Lula era comandada por uma tróica então poderosa e influente: Luiz Gushiken, que hoje é um ministro destronado e só aparece em público para dar explicações sobre algum exotismo com verbas publicitárias; José Dirceu, que agora é ex-ministro e deputado cassado sob a acusação de ser o capo do mensalão; e Antonio Palocci, que segue ministro mas, enrolado nos desvãos de Ribeirão Preto e nas suas “imprecisões terminológicas”, ganhou uma estatura moral própria para coleções de miniaturas.

■ *A propaganda não é a mesma.* Em 2002, Lula, que havia muito queria aplicar uma reviravolta no marketing eleitoral do PT, finalmente conseguiu contratar o publicitário Duda Mendonça. O publicitário substituiu o discurso político do candidato por platitudes metafóricas, mas caiu mesmo por causa dos 10 milhões de reais no exterior e das contas secretas lá fora. Duda Mendonça hoje é urticária.

■ *O partido não é o mesmo.* O PT de 2002 não existe mais. Era um partido conhecido pela garra de sua militância

e pela retidão ética de seus membros. Agora, a militância perdeu o prumo. A retidão ética, nem é preciso dizer, desabou com a revelação de que a cúpula do partido fora tomada pela delinquência. O PT de 2006 é uma legenda que, em meio à desmoralização, tenta superar a desorientação.

■ *A esquerda não é a mesma.* Com sua podridão, o PT aplicou o mais sério golpe que a esquerda brasileira já recebeu desde que, nos anos 20 do século passado, o sindicalismo operário, o tenentismo e a intelectualidade modernista começaram a ganhar unidade ideológica. Nem a ditadura militar, com perseguição, exílio e eliminação física de militantes, conseguiu arrebentar com a esquerda de forma tão devastadora quanto o golpe petista.

■ *Nem o candidato é o mesmo.* O Lula de 2002 era visto por todos, inclusive pelos adversários, como um político honesto e sincero. Deixou de sê-lo. Enrolou-se nos malabarismos para desviar-se do mensalão quando desdenhou das denúncias, depois justificou o caixa dois,

depois ameaçou pedir desculpa, depois jogou a culpa numa conspirata da elite direitista até que, na semana passada, disse que “errar é humano” e que os companheiros que erraram não podem ser “execrados”. Ninguém confunde gratuitamente erro com crime, punição com linchamento.

Em vez de encarar os bons números das pesquisas como a generosa renovação de um voto de confiança, Lula prefere interpretá-los como um salvo-conduto para a impunidade. Quanta mudança em apenas quatro anos!

*“Em vez de  
encarar os bons  
números das  
pesquisas como  
generosa  
renovação de um  
voto de confiança,  
Lula prefere  
interpretá-los  
como salvo-  
conduto para a  
impunidade”*



**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “O preço da leniência”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 7 de março do corrente.

O editorial trata da relação entre o governo do Presidente Lula e as organizações de sem-terra, MST à frente. Segundo o editorial, “colheu-se o que foi plantado: as 770 invasões de terra ocorridas nos três primeiros anos da administração Lula significam um aumento superior a 50% em relação ao triênio anterior. De quebra, o período petista também registrou um

acréscimo da violência no campo. De 2003 a 2005, houve 72 mortes ligadas a conflitos agrários, contra 44 nos três anos anteriores”.

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU  
PRONCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ☆ ☆  
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

*Presidente:* LUÍS FRIAS

*Diretor Editorial:* OTAVIO FRIAS FILHO

*Superintendentes:* ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

*Editora-executiva:* ELEONORA DE LUCENA

*Conselho Editorial:* ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUÍS NASSIF, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

## EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

## O PREÇO DA LENIÊNCIA

**F**RUTIFICOU a parceria entre o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e organizações de sem-terra (MST à frente). O primeiro irresponsavelmente decidiu descumprir a lei que manda congelar por dois anos os trâmites para a reforma agrária em terras invadidas. Os segundos venderam a milhares a farsa de que a gestão petista adotaria ritmo sem precedente de novos assentamentos.

Colheu-se o que foi plantado: as 770 invasões de terra ocorridas nos três primeiros anos da administração Lula significam um aumento superior a 50% em relação ao triênio imediatamente anterior. De quebra, o período petista também registrou um acréscimo da violência no campo. De 2003 a 2005, houve 72 mortes ligadas a conflitos agrários, contra 44 nos três anos anteriores.

No momento em que o MST inaugura um novo período de invasões de terras —prática criminosa que apenas a incúria das autoridades brasileiras deixou que se tornasse rotina no país—, seria importante que o governo Lula voltasse à razão e reintroduzisse o dispositivo que pune as

invasões, interrompendo por dois anos as ações de desapropriação. Trata-se de um mecanismo sensato, que comprovadamente inibe as violações de propriedades rurais, bem como os conflitos que elas frequentemente desencadeiam.

Passa da hora de os governos —não apenas o federal— deixarem de ser condescendentes com os movimentos de sem-terra. É preciso desfazer o mito de que esse programa vai representar emancipação econômica para milhares de famílias que pleiteiam um lote de terra. Não vai. Apenas em nichos muito específicos a pequena agricultura que emana dos assentamentos pode de fato competir num mercado agrícola cada vez mais sofisticado financeira e tecnologicamente e baseado na produção em larga escala.

A reforma agrária, portanto, não passa de um programa de assistência social ligado à terra. Fazer as contas a fim de saber se não seria mais barato para o Estado —e mais eficiente para os beneficiários— agregar essas famílias aos programas de renda mínima é um imperativo.

**O SR. LUIZ PONTES** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “TCU cobra Presidência por gasto com bebida no cartão”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, do dia 24 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca a auditoria sobre o uso de cartões da Presidência, aprovada em sessão sigilosa, pelo Tribunal de Contas da União – TCU. Com a auditoria, o TCU decidiu cobrar explicações para a compra de bebidas alcoólicas e alimentos “refinados” para a Granja do Torto e o Palácio da Alvorada (residências oficiais do Presidente). Esses itens consumiram cerca de R\$608 mil no período de um ano e meio (2004

e primeiro semestre de 2005) e chamaram a atenção dos auditores do Tribunal que analisaram os gastos e, sobretudo, os saques em dinheiro com os cartões, protegidos por sigilo.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

*Auditoria pede explicações sobre despesas feitas para a Granja do Torto e para o Planalto*

# TCU cobra Presidência por gasto com bebida no cartão

MARTA SALOMON  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em auditoria sobre o uso de cartões da Presidência, aprovada em sessão sigilosa, o TCU (Tribunal de Contas da União) decidiu cobrar explicações para a compra de bebidas alcoólicas e alimentos “refinados” para a Granja do Torto e o Palácio da Alvorada — residências oficiais do presidente.

Reunidos na denominação “gêneros de alimentação”, esses itens consumiram pouco mais de R\$ 608 mil no período de um ano e meio (2004 e primeiro semestre de 2005) e chamaram a atenção dos auditores do tribunal que analisaram os gastos — e sobretudo os saques em dinheiro — com os cartões, protegidos por sigilo.

No relatório, os auditores alegam que os gastos “seriam questionáveis”, e que faltam limites claros para despesas com eventos sociais nas residências oficiais: “Uma análise exaustiva ficou prejudicada em decorrência do prazo e da extensão dos trabalhos, da subjetividade dos critérios envolvidos (que tipo de bebida é apropriada para cada tipo de evento e em que quantidade, por exemplo), e da ausência, nos autos, de informações detalhadas sobre a finalidade das aquisições”.

A auditoria encontrou irregularidades, como o pagamento por serviços não prestados com aluguel de carros e a compra supostamente urgente de uniformes para funcionários da Granja do Torto por R\$ 62 mil. Mas o trabalho não apresentou conclusões sobre a existência de notas frias entre os documentos apresentados para justificar os gastos e saques com cartões da Presidência.

O relatório aprovado pelo tribunal determina a abertura de nova auditoria para analisar as notas fiscais e rastrear um volume superior a R\$ 5 milhões de despesas feitas no primeiro semestre de mandato de Lula, que ficaram fora da análise iniciada em agosto do ano passado.

Entre a posse de Lula e o início da investigação do TCU, quase R\$ 20 milhões haviam sido gastos com cartões da Presidência, sobretudo por meio de saques. Em um único mês, um dos portadores de cartões da Presidência sacou R\$ 78 mil em dinheiro vivo. Em 2004, os saques representaram 60% dos gastos com cartões. À época, o tribunal já criticara a falta de transparência nos gastos.

No Planalto, um número restrito de funcionários, menos de 50, chamados de “econômicos”, usam os cartões em nome do presidente e demais autoridades.

Uma regra baixada em dezembro de 2003 pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência cercou de sigilo detalhes dos gastos com cartões, a pretexto de zelo com a segurança do presidente Lula e de sua família.

No ano passado, o envio das informações ao TCU foi precedido por uma visita da ministra Dilma Rousseff ao tribunal e um pedido formal para que tivessem tratamento sigiloso os documentos referentes às despesas com as chamadas “peculiaridades” da Presidência, que corresponderam a 93% do gasto total com os cartões.

Em consequência do pedido, a maior parte do relatório aprovado anteriormente continua em sigilo, como os nomes dos fornecedores e o detalhamento das despesas. A parte liberada do texto mostra que, no conjunto, a maior parte dos gastos está associada a viagens do presidente e à segurança de seus familiares — o correspondente a R\$ 6 milhões em 2004.

Como parte da segurança dos filhos de Lula, os cartões pagaram o aluguel de carros em Florianópolis (SC) e São Bernardo do Campo (SP). Ao analisar as contas, o TCU constatou, por exemplo, que o valor pago entre janeiro de 2004 e março de 2005 pela locação seria suficiente para comprar um automóvel similar ao locado. Embora os carros fossem alugados por períodos sucessivos de 24 horas, o pagamento era feito por dia, com custo mais elevado.

“As análises feitas deixam evidente que o regime e o valor das locações contratadas até o mês de outubro de 2004 eram desvantajosos para o erário”, escreveram os auditores, que notaram a redução desse custo a partir do final de 2004, mediante a compra de mais 40 automóveis para a segurança.

O TCU estranhou as justificativas do Planalto para compra de uniformes, por R\$ 62.294, em janeiro de 2004. A pressa em “atender a eventos em março” foi o argumento para dispensar a licitação e usar o cartão. Nesse mês, Lula se mudou com a família para a Granja do Torto, liberando o Palácio da Alvorada para reforma, ainda não concluída.

## Outro Lado

### Eventos imprevistos justificam despesas, afirma a Casa Civil

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A Casa Civil da Presidência da República informou ontem à noite que bebidas alcoólicas e gêneros alimentícios “refinados” comprados com cartões de pagamento se destinaram a recepções e eventos sociais imprevistos promovidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu vice, José Alencar.

“Alguns desses eventos não possibilitam o planejamento com antecedência suficiente para a realização de licitação”, explicou a ministra Dilma Rousseff, por meio de sua assessoria.

As residências oficiais da Presidência são abastecidas de comidas e bebidas compradas regularmente por meio de licitação pública. Os cartões são destinados a compras urgentes e imprevistas.

Na avaliação da Casa Civil, apesar de a auditoria do TCU ter recomendado o aprofundamento das investigações, o trabalho teria sido conclusivo.

“[O relatório] atesta que não há desvio de finalidade no uso do cartão de pagamento”, afirmou a assessoria da ministra Dilma Rousseff.

A auditoria se limita a dizer que “não constatou a ocorrência de despesas que pudessem ser classificadas como de cunho estritamente pessoal”.

Na época do início das investigações, havia rumores de que os cartões teriam sido usados no pagamento de despesas pessoais da família do presidente. O relatório do TCU afirma que analisou uma amostra dos gastos efetuados e que não teve acesso às despesas realizadas no primeiro semestre de 2003.

### Redução de gastos

Em reação ao resultado da auditoria, a Casa Civil informou que “procedimentos que deem mais eficiência e transparência aos gastos são preocupação constante da Presidência”.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “O custo da omissão”, publicado na seção “Notas & Informações” do jornal **O Estado de S. Paulo**, do último dia 16 de fevereiro do corrente.

O artigo mostra que a falta de ação do atual governo petista no sentido de resolver os problemas das dívidas dos produtores rurais culminou com a necessidade do Presidente Lula vetar o projeto que estabelecia a renegociação dessas dívidas. Segundo o artigo: “Com maior

atenção aos problemas reais, o governo produziria os resultados necessários a um custo muito mais baixo”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# O custo da omissão

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá de vetar o projeto de renegociação das dívidas de produtores rurais nordestinos, aprovado na terceira pelo Senado, se quiser evitar mais um rombo nas contas públicas. Será o custo político de mais uma falha do Executivo. Se o governo tivesse tomado a iniciativa de socorrer, no momento certo, os produtores mais necessitados e merecedores de ajuda, resolveria um problema real por um preço muito menor.

A nova renegociação custará diretamente ao Tesouro, se for concretizada, cerca de R\$ 7 bilhões. O Fundo Constitucional do Nordeste, alimentado com impostos federais, perderá R\$ 4,7 bilhões, depois de já ter lançado outros R\$ 5 bilhões como prejuízo.

Mais uma vez, grandes devedores serão beneficiários de mais um calote – é esta a palavra certa – imposto aos cofres da União. Os 519 maiores contratos terão um impacto fiscal de R\$ 6 bilhões, segundo o senador Aloizio Mercadante, líder do governo.

Muitos devedores já foram beneficiados, várias vezes, pelo refinanciamento de seus

compromissos. O projeto recém-aprovado no Congresso reabre contratos incluídos na Securitização de Dívidas Agrícolas, de 1995, e no Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), de 1998.

Várias dívidas vêm de muito mais longe, do início dos anos 90, talvez de antes. Muitos devedores, principalmente grandes proprietários, já conseguiam, antes das grandes operações de refinanciamento, evitar a liquidação de seus compromissos com o Banco do Brasil.

Nas duas grandes renegociações, o Tesouro foi submetido a uma evidente extorsão, sem conseguir separar os pequenos devedores, em geral melhores pagadores, dos grandes caloteiros habituais.

Com apoio da bancada ruralista, os grandes maus pagadores sempre conseguiram escudar-se atrás dos pequenos devedores. Nas duas ocasiões, parlamentares do PT aliaram-se ao grupo ruralista e apoiaram os caloteiros, alegando cuidar dos interesses dos pequenos produtores.

A maior novidade, agora, é estar o Tesouro

sob a guarda de um governo petista. A injustiça principal apontada pelo senador Mercadante – a vantagem para os grandes e tradicionais devedores – é a mesma denunciada em 1995 e em 1998 em editoriais neste jornal e em pronunciamentos de políticos e empresários contrários à consagração do calote como forma habitual e regular de lucro.



Além do mais, o governo não foi pressionado, desta vez, para ceder em troca de apoio a projetos importantes. O Executivo simplesmente deixou de agir diante de problemas evidentes do setor rural. As dificuldades acumularam-se em mais de uma região desde o começo do ano passado, quando lavouras no Sul e no Centro-Oeste foram destruídas por uma estiagem prolongada. Problema semelhante afetou a agricultura nordestina, depois, e a inquietação dos agricultores foi evidente durante o ano todo.

Só recentemente o governo anunciou a liberação de créditos e de verbas orçamentárias para a comercialização das lavouras em fase de colheita. Foi uma iniciativa bem-vinda, mas atrasada e insuficiente em face das

dificuldades vividas por milhares de agricultores. O passo mais ousado foi a decisão, recém-anunciada pelo Banco do Brasil, de renegociar as dívidas de cerca de 2.500 produtores, no valor de R\$ 960 milhões.

Com preços baixos, dívidas acumuladas, câmbio desfavorável e vendas de carne prejudicadas pelo surto de aftosa do ano passado, milhares de agricultores e pecuaristas estão em dificuldades, neste momento, e têm o direito de cobrar maior atenção do poder público.

Mas o governo – não por omissão do Ministério da Agricultura, mas por teimosia da área financeira – age muitas vezes como se os problemas não existissem. Dessa forma, comete dois erros. O primeiro é deixar desprotegido, num momento crítico, um setor de enorme importância para a exportação, para a estabilidade de preços e para a movimentação da economia nacional.

O segundo é expor-se, por omissão, ao risco de ações políticas potencialmente desastrosas, como a aprovação do novo projeto de renegociação de dívidas rurais. Com maior atenção aos problemas reais, o governo produziria os resultados necessários a um custo muito mais baixo.



**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o editorial intitulado “O PT exorciza a sua culpa”, publicado na seção Notas&Informações do jornal **O Estado de S. Paulo**, de 15 de fevereiro do corrente.

Segundo o editorial, a festa promovida pelo PT para comemorar seus 26 anos de fundação foi uma pajelança. “Sob o mote ‘errar é humano’, proclamado pelo Presidente Lula, o PT fez da festa dos seus 26 anos, segunda-feira em Brasília, a celebração da impunidade”.

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# O PT exorciza a sua culpa

Foi uma pajelança. Sob o mote “errar é humano”, proclamado pelo presidente Lula, o PT fez da festa dos seus 26 anos, segunda-feira em Brasília, a celebração da impunidade. O ritual de exorcismo purificou a alma petista das culpas que nela ainda pudessem subsistir pelos ilícitos de corrupção cometidos em nome de um projeto de poder que presumivelmente transfiguraria a face social do País. Em menos tempo do que se leva para dizer “recursos não contabilizados” – ou “imprecisão lexicológica” –, o outrora partido da ética sepultou sob um espesso bloco de concreto a exortação de seu então presidente interino, Tarso Genro, em meados de 2005, pela “refundação” da legenda, como resposta sã e neadora à sucessão de evidências que comprovavam o megasquema petista de suborno denominado mensalão.

Que diferença entre aquele breve suspiro de integridade e o fim de caso que o PT e o seu líder máximo fabricaram para dar oficialmente a volta por cima do escândalo que, na sua própria avaliação, à época, desmoralizava o primeiro e acuaava o segundo. O roteiro é conhecido. O mensalão não existiu, apenas o cai-

xa 2 – o que se faz “sistematicamente” na política brasileira, atenuou Lula numa entrevista em Paris – e o punhado de responsáveis por aquilo que, afinal, não passava de um pecadilho teve o merecido castigo: o ostracismo ou a expulsão. Identificadas e descartadas as poucas maçãs podres na reluzente cesta ética do PT, chega de escarafunchar.

Mesmo porque o crime, o verdadeiro crime político, é a conspirata da oposição reacionária, mancomunada com a mídia, para transformar um acidente de percurso – cuja exemplar superação apenas atesta a estatura ética do partido – em um pretexto para quebrar a espinha do governo e impedir a reeleição do presidente. Diante disso, “dessa gente que fica jogando casca de banana”, nas palavras de Lula, nem os companheiros faltosos merecem ser execrados. “Você só tropeça se der um passo”, justificou ele, com a leveza de espírito que lhe é própria – tornada ainda mais leve pela sequência de pesquisas que indicam que o tempo de vacas magras eleitorais passou.

Como um presente de aniversário, na noite

festiva se divulgaram os resultados de uma nova sondagem do Instituto Sensus. Segundo o levantamento, que confirma um padrão registrado em outras enquetes, Lula está 10 pontos à frente do tucano José Serra (em novembro, estava 4 pontos atrás). No mesmo período a aprovação ao presidente aumentou cerca de 7 pontos. A mudança no humor do eleitorado re-



força a tese de que o presidente conseguiu dissociar-se das mazelas morais do PT e do seu governo, ou até varrer-las para debaixo do tapete. Parcela ponderável, quando não majoritária, da população parece achar que a corrupção é própria da política, mas Lula não tem parte com isso – e a sua administração é boa para os pobres.

O robustecimento das chances reeleitorais do presidente poderá produzir outras consequências no cenário nacional. Uma delas, a inapetência das comissões parlamentares de inquérito para buscar vínculos, ainda que indiretos, entre o governante com a popularidade em alta e as lambanças sob investigação. A esta altura, é de duvidar que o relatório final da CPI dos Correios cite o nome de Lula a

qualquer título. A oposição fará o barulho que lhe compete, mas de modo geral os políticos não desejarão aparecer como linchadores do carismático presidente. É de se temer ainda uma acomodação dos poderes públicos aos costumes políticos que tornam possíveis os mensalões, em todas as suas múltiplas e degradantes modalidades.

Está claro, por exemplo, que se estiolou o movimento nascido no Senado por uma reforma da legislação eleitoral que baixasse os custos das campanhas (para diminuir a fome dos candidatos por recursos, venham como vierem), tornasse públicos os valores recebidos e gastos ao longo da disputa, consignasse a responsabilidade pessoal dos candidatos pelas transgressões apuradas, intensificasse a fiscalização do processo, com a participação da Receita Federal – o que abalaria a habitual certeza de impunidade dos malfetores. Enfim, parlamentares se recusam a reduzir as próprias chances de “errar”. Afinal, são todos humanos, como diz Lula com sua “imprecisão lexicológica”.

A verdade é que a diferença entre os “erros” do PT e os dos outros partidos é de grau e número, não de gênero.



**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB-RS. Sem apanhamento taquigráfico)

Senhor Presidente, senhoras e senhores Senadores, Tecerei comentários a nova Lei de gestão Florestal.

A Lei nº 11.284, de 2 de março deste ano, define normas de uso sustentável dos recursos florestais em terras públicas. A norma introduzirá um sistema de concessão de uso de produtos e serviços florestais pela iniciativa privada ou associações comunitárias, além de criar o Serviço Florestal Brasileiro, que é o órgão gestor do sistema de concessões, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, que será mantido com royalties pagos pelas empresas concessionárias.

O Projeto de Gestão Florestal elaborado pelo Executivo foi finalizado em agosto de 2004, ficou engavetado durante seis meses e depois foi apreciado em regime de urgência! Na ocasião em que votei contra, inclusive ponderei sobre diversos aspectos do projeto que deixavam e ainda deixam a desejar como, assim se diz na nova moda, norma republicana.

É óbvio que o País necessita de um marco regulatório sobre a gestão florestal, mas por que tratar matéria de extrema relevância com o selo da urgência presidencial? Quais os verdadeiros interesses que estão em jogo?

O fato de o governo não ter permitido a esta Casa a discussão profunda de algo tão importante, é a resposta que ele dá por ter sido recentemente o campeão mundial de desmatamento florestal? Realmente, o presente governo até agora não mostrou o devido respeito para com o Congresso Nacional.

Por exemplo, a lei propõe a concessão para a exploração das florestas para o extrativismo de diversos portes. Por que não começarmos de forma experimental e gradual, para posteriormente ser implementado nas demais áreas, o trabalho realizado por pequenas comunidades como o que era coordenado pela irmã Dorothy? Por que não começarmos pelas beiradas das florestas, e depois interiorizamos?

Será a concessão a única forma? Sabe-se que, em diversos países, a concessão de gestão florestal não obteve o resultado esperado, aumentando ainda mais o desmatamento, como é o caso da Malásia e Indonésia!

A lei precisa de regulamentação, até o final do ano. Ocorre que o governo, até agora, não regulamentou nenhum dos projetos que eram urgentes e importantíssimos, como é o caso das PPP, cuja aprovação alegava ser imprescindível, na época. No entanto, até a presente data, nada de regulamentação!!! Será que o mesmo acontecerá com o projeto de Gestão Florestal?

O tema é de enorme relevância e ainda precisa ser melhor discutido, analisado, estudado para que alcance um projeto que realmente possa proteger e preservar as Florestas e não atender interesses de governo, particulares e outros.

Lembro de algumas considerações que foram levantadas, repercutidas, e sem resposta, durante a discussão do projeto no Senado Federal:

“É o aluguel da floresta. Só quem nada entende da soberania espacial da Amazônia pode concordar com isto. Vai ser uma devastação”, alertou Aziz Ab Saber, decano dos cientistas brasileiros e professor da Universidade de São Paulo (USP), e antigo guru ambiental do PT e do Presidente Lula.

“O projeto tem objetivos claros. Mas, se o governo federal e os estados não investirem em recursos e infra-estrutura para a correta implementação das concessões, corre-se o risco de se ter apenas mais uma Lei que não será cumprida na Amazônia”, afirmou Marcelo Marquesini, engenheiro florestal do Greenpeace.

Ederson Zanetti, da Organização Internacional para Biotecnologia e Bioengenharia, questionou a competência do Ministério do Meio Ambiente para gerir sozinho toda a questão florestal no Brasil, além de criticar o projeto por ter um viés voltado para o extrativismo, defendendo sua vinculação a outras iniciativas como a exploração de espécies exóticas.

“Na prática, este projeto é o começo da privatização da Amazônia”, critica Ederson Augusto Zanetti. Ele explica que, pela proposta, somente grandes empresas poderão participar das licitações para a exploração das áreas. Muitas das áreas sujeitas à concessão estão encravadas ‘entre reservas indígenas, por onde teriam que passar as toras de madeira exploradas por futuros concessionários. Esta é mais uma polêmica, já que os índios não estão dispostos a abrir estradas em suas terras para servir de passagens às empresas concessionárias.

O governo está oferecendo a Amazônia. Os militares, calados pelo regimento das Forças Armadas, falaram por eles os colegas da reserva. “O projeto é uma aberração que o governo e o Congresso estão querendo impor silenciosamente à sociedade”, protesta o presidente do Clube Militar, general Luiz Gonzaga Lessa. A opinião dele reflete o que pensam os generais brasileiros.

A Lei que o Senado aprovou, em regime de urgência de lei, na prática, autoriza a posse de 235 milhões de hectares da floresta amazônica por empresas nacionais ou de capital estrangeiro. Uma área equivalente a 12 vezes o estado do Acre. As terras poderão ser leiloadas e entregues, em concessão, ao

setor privado por até mais de 40 anos, a bem da verdade, quase *ad aeternum*. Cerca de 47% de todas as terras da Amazônia estão devolutas e são justamente o objeto da Lei.

Outro aspecto que não foi lembrado é a questão da riqueza mineral da Amazônia.

Quando projeto, a matéria foi combatida também pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e pela Federação Brasileira de Geólogos (Febragel), que apontam riscos de a União perder o poder sobre o subsolo das áreas concedidas.

Até mesmo o secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Cabobianco, esboçou dúvidas sobre o poder do governo para fiscalizar estas áreas. “Não sei se o governo tem capacidade real de conduzir os processos de concessão de forma adequada”, admite.

A lei cria o Sistema Florestal Brasileiro, o órgão público responsável para gerir as concessões. Será uma espécie de agência reguladora do meio ambiente. Entretanto, a fiscalização ficará à cargo do Ibama. Detalhe: O IBAMA, responsável pela execução de toda a política ambiental brasileira, acumula dívida de R\$ 33 bilhões e teve o orçamento cortado pelo ministério da Fazenda em mais de 40%.

Mais uma do Neo-PT: de ferrenho opositor a defensor.

O primeiro projeto que previa a concessão de terras públicas na Amazônia para empresas privadas foi apresentado em 1998 pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Na época, a oposição, o PT, foi o maior crítico da proposta. Com as pressões de organizações não-governamentais, a idéia foi para o espaço. Curiosamente, em 2003, no primeiro ano do governo Lula, a proposta foi reapresentada.

Outra coisa importante: até meados do ano passado, todo o primeiro escalão do Ibama era terminantemente contra o projeto. Em 15 de junho de 2004, o presidente da Ibama, Marcus Luiz Barroso Barros, mandou ofício à ministra Marina Silva criticando a proposta. Disse que o Ibama seria enfraquecido com a criação do Sistema Florestal Brasileiro, entidade encarregada de promover a concessão às empresas. Agora, os dirigentes do Ibama foram defensores do projeto.

Por último, mas não menos importante aspecto, o da legalidade e o da constitucionalidade, seguem-se trechos da conclusão de nota técnica elaborada pelo Instituto dos Advogados do Brasil, que apesar de ter sido confeccionado quando da tramitação da matéria na Câmara, considero ainda que os argumentos centrais não perderam o objeto e a substância e devem ser lembrados.

“O projeto não trata apenas da arriscada privatização do uso das florestas públicas que, no caso, seria feita através da cessão onerosa da posse de áreas gigantescas, por até sessenta anos, sem qualquer controle do Congresso Nacional, do Conselho de Defesa Nacional, do CONAMA ou mesmo da sociedade civil.

Ele trata, de fato, da privatização das próprias funções inerentes ao exercício da soberania pelo Estado Brasileiro, pois, aprovado o projeto, apenas cinco pessoas (os cinco diretores do SFB) controlariam tudo o que se relaciona ao uso de áreas que poderiam representar até um terço do Território Nacional.

Sobre tais áreas, o órgão formado por esses cinco indivíduos teria poder absoluto para decidir isoladamente: 1) sobre quem poderá possuir terras e explorar seus recursos; 2) sobre suas finanças, pois será o destinatário de praticamente todos os recursos obtidos com a utilização das áreas e terá plena autonomia para destes utilizarem-se; 3) sobre quem poderá ingressar e vistoriar as áreas e, onde, como e quando isso poderá ocorrer; 4) sobre o que pode ser divulgado pelos visitantes sobre a exploração dos recursos nelas existentes; 5) sobre toda a informação técnico – científica das áreas florestais; 6) sobre a ordem econômica nas áreas florestais, inclusive com relação ao controle de mercados com fixação de preços dos produtos florestais e, finalmente, 7) sobre a fixação de normas penais relacionadas a crimes ambientais.

Ou seja, tendo em conta a magnitude da área que ficará sob absoluto controle desses cinco diretores do SFB e dos valores que serão arrecadados com seu uso, o projeto pretende atribuir a esses cinco indivíduos poderes discricionários não sonhados nem mesmo pelo príncipe de Maquiavel.

É a criação de uma espécie de estado paralelo ao Estado Brasileiro, no mesmo território, cuja existência seria formalmente admitida pela legislação proposta. Nele haveria um território definido (as áreas florestais públicas reconhecidas como tal pelo próprio Estado Brasileiro), leis próprias, inclusive de naturezas fundiária, econômica e penal (que seriam livremente estabelecidas pelos cinco diretores do SFB com poderes discricionários) e governo próprio (a administração a ser exercida isolada e autonomamente pelos mesmos cinco diretores do SFB).

Não se pode admitir tamanha afronta aos interesses nacionais e tão flagrante desrespeito aos direitos dos milhões de brasileiros, verdadeiros titulares dos direitos sobre todo o Território Nacional, que terão o uso de seu próprio patrimônio controlado por um grupo de pessoas que não elegeram, que não sabem quem são e que, evidentemente, não representam seus interesses.

Tal proposta é inconstitucional, antidemocrática, afronta aos princípios federativos, retira o caráter participativo do controle e proteção do meio ambiente, afronta os princípios que devem nortear a elaboração de normas penais.

Retirar do controle do Congresso Nacional, do Conselho de Defesa Nacional e do CONAMA, as decisões sobre a posse de gigantescas áreas públicas e sobre o uso de recursos florestais estratégicos, é uma afronta ao estado de direito, pois a soberania, em um estado democrático, é o exercício, pelo povo, através de seus representantes eleitos, do controle de seu território e de seus patrimônios.

E o projeto visa transferir ilimitados poderes, que englobam até mesmo o de macular o exercício da soberania nas áreas públicas, para cinco indivíduos sem mandato popular que, portanto, não receberam poderes e não representam as aspirações do Povo Brasileiro.

Enquanto toda a legislação ambiental atualmente em vigor se sujeita, através do SISNAMA, a um controle participativo e democrático de todos os matizes da sociedade brasileira, este projeto pretende retirar desse sistema, montado em duas décadas de intensos debates no Congresso Nacional, o controle sobre uma área ainda inestimável do Território Brasileiro, para transferi-lo a um grupo de cinco pessoas que não se sujeitaria a nenhum controle pelo Congresso Nacional Lembre-se, a esse respeito, que o Congresso Nacional é a expressão de poder do povo, e que os mandatários do Povo Brasileiro ali presentes devem exercer, dentro dos sistemas de freios e contrapesos, a fiscalização e controle sobre as atividades do Poder Executivo.

Além de Inconstitucional o projeto sob análise implica sérios riscos ao exercício da soberania brasileira nas gigantescas áreas a serem cedidas' pelo proposto SFB, que estarão, por disposição contratual, inacessíveis a todos os que não obtiverem autorização para "visita" dada por aquele órgão (leia-se os cinco diretores). E tal falta de acesso também abrangeria os Membros do Ministério Público, equipes de fiscalização do Ministério do Trabalho, Forças Armadas, Polícia Federal e estaduais. Ou seja, está se substituindo o exercício de poderes do Estado em áreas públicas por acordos comerciais totalmente desconhecidos, a serem levados a cabo por um grupo de apenas cinco indivíduos também totalmente desconhecidos.

Pois bem, tudo isso foi dito, levantado e alertado. Alguns outros senadores também questionaram o regime de urgência, exigindo que fosse dado maior prazo para sua discussão. A senadora Ana Juba Carepa contra argumentou essa afirmação, dizendo que

a atividade de exploração florestal na Amazônia está parada porque a questão fundiária não está resolvida, e o projeto regulamenta exatamente o problema da propriedade territorial na região.

Entretanto, o que não faltam são notícias e apurações, tanto no âmbito do Ministério, como na CPI da Biopirataria, de gravíssimos indícios de corrupção e de instalação de verdadeiras quadrilhas de bandidos ambientais, ligadas ao setor extrativista madeireiro. Os fatos divulgados dão conta de uma inepta, ineficaz e incompetente infra-estrutura de fiscalização.

Como se isso não bastasse e esta é a razão de eu vir a esta Tribuna, o Governo, mais uma vez, desrespeitou os acordos, a vontade do Parlamento e menosprezou sua atividade-fim.

Na Sanção, o Poder Executivo vetou dois dispositivos, vitais, essenciais e de prerrogativa exclusiva do Congresso Nacional e do Senado Federal. Estes foram os dispositivos extirpados da norma:

"Art. 10 .....

§ 4º O Plano Anual de Outorga Florestal (Paof) deverá ser submetido a prévia aprovação pelo Congresso Nacional quando incluir a concessão de florestas públicas com área superior a 2.500 ha (dois mil e quinhentos hectares), nos termos do inciso XVII do art. 49 da Constituição Federal".

"Art. 58. ....

§ 1º O Diretor-Geral e os demais membros do Conselho Diretor do SFB serão nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia do Senado Federal."

Não custa lembrar: a matéria tramitou em regime de urgência no Congresso Nacional, em Sessão Legislativa Extraordinária, foi submetida a uma discussão bem limitada, dada a abrangência e o impacto da norma a ser criada. Num debate açodado, mas que a base governista fez por acelerar sua apreciação com os argumentos de imprescindibilidade, necessidade, urgência e modernidade no que estava proposto.

Além disso, o Governo afiançou à sociedade a garantia de ampla e coordenada execução deste novo paradigma de gestão de florestas, que, diga-se de passagem, está longe de ser consensual no mundo inteiro, tanto como norma, tanto como modelo de gerenciamento.

E agora, na sanção da lei, houve o governo por entender da dispensa de mecanismos de controle legislativo essenciais ao cumprimento do estrito poder de fiscalização do Congresso Nacional.

Estes dispositivos, que pretendemos retomar do texto original por meio de projeto de lei, não são um

luxo ou um abuso de prerrogativas e de poder. Suas recolocações são o restabelecimento de um dever, de uma obrigação, para o Poder Legislativo.

Temos que reincidir o § 4º ao art. 10 da referida lei, determinando que a concessão de floresta pública que tenha área superior ao 2,5 mil hectares seja, obrigatoriamente, submetida ao Congresso Nacional. Ora, é imprescindível que o Poder Legislativo aprove a concessão destas áreas, a fim de evitar que sejam cometidos abusos nas concessões.

Já o § 1º do art. 58, vetado, e cujo retorno propomos, estabelece que cabe ao Senado Federal aprovar a nomeação dos membros e do Diretor-Geral do Conselho Diretor do SFB – Serviço Florestal Brasileiro. Que, se não afasta em definitivo as possíveis inconstitucionalidades levantadas pela OAB, ao menos divide mais as responsabilidades e aumenta a participação da sociedade, através de seus representantes no Senado.

Acredito que o assunto não foi e não pode ser exaurido. Este debate tem que ser retomado, continuado. É muito importante e imprescindível que o Congresso Nacional exerça o controle da concessão das florestas públicas, pois trata-se de relevante interesse de toda a humanidade, eis que as maiores florestas públicas do mundo encontram-se no País e a nós cabe o dever de preservá-las.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos desta sessão de sexta-feira, 10 de março de 2006, iniciada às 9 horas e coordenada pelo competente Secretário-Executivo do Senado da República, Raimundo Carreiro Silva.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)  
– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 14 horas e 5 minutos.)*

#### **ATA CIRCUNSTANCIADA DA 10ª REUNIÃO DE 2005 (ORDINÁRIA)**

**DIA 7 DE NOVEMBRO DE 2005,  
SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10H30,  
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião de 2005 (Ordinária) do Conselho de Comunicação Social, realizada em 7 de novembro de 2005, segunda-feira, às 10h30, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro Arnaldo Niskier, destinada a: **ITEM I** – Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social – revisão; **ITEM II** – Nota Técnica nº 7/2005, expedida em conjunto pelo Ministério

Público Federal e Ministério Público do Estado de Minas Gerais, sobre a “ABUSIVIDADE E ILEGALIDADE DA COBRANÇA POR PONTO ADICIONAL DE TV A CABO.”, da Comissão de TV por Assinatura, Relator: Conselheiro Gilberto Carlos Leifert; **ITEM III (14h30)** – realização de Audiência Pública com os temas: **TV Digital** – expositor: HÉLIO COSTA – Ministro de Estado das Comunicações e Convergência Tecnológica nos Meios de Comunicação – expositores: EVANDRO DO CARMO GUIMARÃES – Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, RONALDO IABRUDI DOS SANTOS PEREIRA – Presidente da Telebrasil – Associação Brasileira de Telecomunicações.

Estiveram presentes os Senhores Conselheiros:

**ARNALDO NISKIER** – Presidente  
Representante da sociedade civil

**PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO**  
Representante das empresas de rádio

**GILBERTO CARLOS LEIFERT**  
Representante das empresas de televisão

**PAULO RICARDO TONET CAMARGO**  
Representante de empresas da imprensa escrita

**CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** (suplente)  
Representante da categoria profissional dos jornalistas

**BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA**  
Representante da categoria profissional dos artistas

**GERALDO PEREIRA DOS SANTOS**  
Representante das categorias profissionais  
de cinema e vídeo

**DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**  
Representante da sociedade civil

**ROBERTO WAGNER MONTEIRO**  
Representante da sociedade civil

**PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO** (suplente)  
Representante da sociedade civil

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Declaro aberta a reunião do Conselho de Comunicação Social. Quero comunicar que o nosso Conselheiro D’Urso não poderá comparecer, razão pela qual pediria à Conselheira Berenice que me desse a honra de figurar ao meu lado, colaborando com a presidência, na condição de vice-Presidente, **ad hoc**. É uma honra para nós.

Temos feito um trabalho de rodízio...



**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – Se o senhor precisar eu lhe ajudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Preciso muito; e, fico-lhe, antecipadamente, grato. Sempre o Presidente tem dúvidas e ele precisa de alguém com conhecimento de causa para socorrê-lo.

Pergunto se alguém tem alguma sugestão em relação à Ata.

Se ninguém tem nada a sugerir, declaro a Ata da sessão passada aprovada.

O nosso Item 1 se refere ao Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social e a preferência para usar da palavra é do Conselheiro Roberto Wagner, a quem encarreguei de relatar a matéria.

Antes, gostaria de dizer que, com muito prazer, recebi correspondência do Conselheiro Schröder, sugerindo que adiássemos essa discussão e que fizéssemos a discussão na reunião de 5 de dezembro, segunda-feira – gostaria que anotassem – e poderíamos contar, segundo ofício que me foi encaminhado, com a presença do ainda Conselheiro José Paulo Cavalcanti, por quem, hoje, eu nutro uma verdadeira amizade. Ocorre que a pauta é sempre feita um mês antes e é submetida ao Plenário. Raríssimas vezes, eu como Presidente, a quem incumbe fazer a pauta, tenho mexido naquilo que se determina um mês antes; e o Conselheiro Schröder me manda um ofício, datado de quatro de novembro, e que me chegou às mãos na sexta-feira passada, solicitando uma série de alterações de data de discussão, às vésperas, praticamente, da nossa chegada aqui.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – Desculpa, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Com a palavra a Conselheira Berenice.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – Obrigada.

Não é isso, Presidente, na realidade o documento não é apenas do Conselheiro Schröder, é um documento de todos os representantes dos trabalhadores aqui neste Conselho, e ele não pede o adiamento da reunião, ele pede, ele solicita, ele sugere, enfim, que o tema, pela sua relevância, seja discutido mais aprofundadamente, e que não seja esgotado hoje. Que para se elevar à votação, seja ouvido antes o presidente que coordenou a elaboração do primeiro regimento, no caso, o Conselheiro José Paulo Cavalcanti, o Jurista José Paulo Cavalcanti.

Então, não pedimos o adiamento do debate, porque sabemos que o Conselheiro Wagner está com o relatório pronto, provavelmente o Conselheiro Tonet também tenha algumas considerações a fazer, o que achamos é que o debate não deve ser encerrado hoje. É essa a nossa sugestão e solicitação.

É isso, não é, Schröder?

**O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** – É uma sugestão que foi feita de forma legal, vários conselheiros estão aqui referidos, imagino que todos devam ter assinado o original.

Agora, cabe ao Plenário decidir; o Presidente não vai decidir algo dessa transcendência. Vamos iniciar o debate porque isso estava previsto e, em meio à discussão, se alguém propuser e o Plenário entender que deva ser assim, nós podemos dar mais um prazo, não há esse açodamento todo. A sugestão está em curso, com todo o respeito. O Plenário decidirá em tempo oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Concedo a palavra ao Conselheiro Gilberto Leifert.

**O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT** – Bom-dia, Sr. Presidente; bom-dia, Conselheira Berenice.

Senhor Presidente, o senhor havia designado correlatores ou responsáveis pela realização do estudo além do Conselheiro Roberto Wagner, o Conselheiro Tonet e a mim. O conselheiro Tonet não está presente, tampouco tive a oportunidade de discutir com os companheiros, os Conselheiros Wagner e Tonet, a forma pela qual apresentaríamos o trabalho perante o Plenário. De modo que, se o senhor concordar, parece-me oportuno que se conceda prazo mais amplo, a fim de que esses estudos possam ser realizados com a contribuição daqueles que haviam sido originalmente designados e dos que firmaram o documento ao qual o senhor acaba de se referir.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Muito bem. Vamos reiterar o que foi dito. Entendi assim e o próprio Plenário dirá, com sua soberania, em que momento o debate pode se encerrar por hoje para que ele continue quantas vezes sejam necessárias, dada a relevância do tema.

Concedo a palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Obrigado, Presidente. Na verdade, o que eu iria citar como indicativo é justamente aquilo a que o senhor acabou de fazer referência: dar vez e voz ao colega Conselheiro Roberto Wagner para que apresente o seu trabalho e diga o que, nos últimos dias, desde a última reunião, produziu a respeito do Regimento. Como o senhor disse, é algo de elevada relevância e que tem a ver com a postura e a condução do próprio Conselho. Apenas como exercício, acredito que será construtivo, a menos que o Conselheiro Roberto não queira apresentar, entendendo importante que seja socializado o que ele produziu, preparando a próxima reunião ou a audiência, como solicitamos. Eu gostaria de ouvir o Conselheiro Roberto Wagner.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Nós todos.

Com a palavra o Conselheiro Roberto Wagner. Aproveito para dar bom-dia ao Conselheiro Paulito, que estava nos fazendo falta.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, o Regimento Interno do Conselho foi feito a várias mãos. Seguramente, minhas duas mãos foram importantes, porque fui relator à época.

Senhor Presidente, na primeira leitura que fiz do nosso atual Regimento, anotei quatro alterações que reputo relevantes e remeti ao Conselho – certamente os conselheiros receberam, porque officiei à Secretaria do Conselho pedindo que remetesse aos conselheiros. A primeira delas se refere ao § 2º do art. 3º.

Sempre entendi que o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, sendo o único conselho no País, que tem base constitucional, tivesse uma relevância definida, sobretudo no que se refere à possibilidade de acesso a ele, ou seja, quem pode acessar o Conselho. Firmei essa convicção no início deste ano ou no fim do ano passado, quando uma pessoa com a qual tenho forte relação de amizade, o Dr. Romão, do Ministério da Justiça, se dirigiu ao Conselho falando sobre a legislação específica de classificação de programas de televisão mas, na época, acho que foi infeliz, dando, inclusive, prazos para que o Conselho se posicionasse sobre o ofício que ele remeteu ao Conselho.

Na época, defendi a tese de que, primeiro, ele não teria a competência para se dirigir ao Conselho, na medida em que o Conselho poderia ser, no máximo, provocado pela Secretária Nacional de Justiça, Dra. Cláudia Chagas. Entendia que seria um ato do Ministro, eventualmente, do Secretário Executivo e, num terceiro escalão, a Secretária Nacional de Justiça com a qual o Dr. Romão trabalha.

Esse foi o motivo pelo qual fiz uma pequena alteração no § 2º, do art. 3º, que passaria a ter a seguinte redação:

“§ 2º Quando, em atendimento às solicitações, do Poder Executivo, formuladas por agentes públicos integrantes do primeiro, que seria o Ministro, do segundo, o Secretário Executivo e do terceiro escalão, no caso, o Ministério da Justiça, a Secretária Nacional de Justiça, de cada órgão ou de entidades da sociedade civil. Aí, sim, encaminhadas unicamente pelo presidente da entidade.”

Senhor Presidente, acho razoável imaginar-se que um ofício dirigido ao Conselho, digamos, pela Ordem

dos Advogados do Estado de São Paulo, esse ofício deveria ser assinado pelo seu Presidente e não por advogados integrantes da Seção Regional da Ordem. É preciso, no meu entendimento, que se tenha uma pompa e uma circunstância para se dirigir ao Conselho; uma solenidade que acho que compete às pessoas que queiram ter uma posição do Conselho seguir.

Retornando, (...) ou de entidades da sociedade civil encaminhadas unicamente pelo Presidente da entidade. A manifestação do Conselho terá sempre, como referência, o seu papel de órgão auxiliar do Congresso Nacional e será encaminhada pelo Presidente do Senado Federal. Aí, repeti o que está aqui no nosso Regimento. O 1º, 2º e o 3º escalão se dirigem ao Conselho via Presidente do Senado, o Presidente do Senado remete para nós e aqui vamos examinar. Com isso, em tese, não seria possível ninguém se dirigir diretamente ao Conselho, senão por meio do Presidente do Senado Federal.

Em relação ao art. 20, penso que, seria razoável a inclusão de um inciso XVII porque no art. 20, que trata das competências do Presidente do Conselho, das atribuições da Presidência, não está muito claro que ele possa representar o Conselho junto aos Poderes. Não está muito claro, na leitura que fiz, do art. 20, das atribuições da Presidência, representar o Conselho junto aos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e demais entidades públicas.

Achei que foi uma falha do nosso Regimento não ter isso muito explicitado. Com isso, solicito que se examine a inclusão desse inciso XVII em que ficará muito claro que V. Exª, no caso, terá todas as condições de representar o Conselho junto aos três Poderes e demais entidades públicas – foi uma falha do nosso Regimento.

Em relação ao art. 26, até pedi à Secretaria do Conselho, porque recebi e os senhores também, aquele índice das comissões, mas esse relatório que recebemos não faz referência às datas em que essas comissões foram instaladas, a maioria, em 2001 e 2002. Já estamos em 2005 e continuamos com a pauta de comissões paralisada, porque não conseguimos resolver, terminar. Então, em função do atraso que, reputo, não deve ser mantido **ad eternum**, eu alteraria o art. 26 que passaria a ter a seguinte redação:

É o capítulo das Comissões Temáticas:

“Por proposta de qualquer de seus membros, o Conselho de Comunicação Social poderá criar até 5 (cinco) comissões temáticas, com objeto e composições definidas na reunião do Conselho que as constituir.”

Isso foi repetido:

“O Presidente do Conselho, em caso de relevância ou urgência, poderá criar até 2 (duas) comissões especiais para tratar de temas específicos, com prazo para apresentação de relatório não superior a 30 (trinta) dias corridos, contados à data imediata da sua instalação.”

E alteraria também o § 1º, do art. 26, porque, aqui, no § 1º, do nosso Regimento, diz:

“A Comissão Temática terá prazo definido pelo Presidente do Conselho, ouvido o Plenário para apresentar seu relatório.”

E passaria a ter a seguinte redação:

“A Comissão Temática terá prazo definido pelo Presidente do Conselho, não superior a 6 (seis) meses, contados da data da sua instalação, admitida uma única prorrogação de 30 (trinta) dias para apresentar seu relatório.”

Meu fundamento, Senhor Presidente, sobre essas duas alterações do art. 26, é que, às vezes, aparecem assuntos relevantes, e o Conselho não pode criar, sobre esse tema, uma comissão porque a pauta das 5 (cinco) comissões possíveis já está atravancada. Então, quando o assunto for relevante, o Conselho poderá criar, no meu entendimento, comissões especiais, por prazo não superior a 30 (trinta) dias. Já em relação a essas comissões que já existem, a maioria de 2001 e 2002, que não têm relatório final e que se extinguem para dar capacidade a outras comissões, teríamos de colocar um limite, não prazo afixado, tão-somente, como está aqui pelo Conselho, mas que não superior a 6 (seis) meses prorrogados por mais 1 (um) mês.

Em tese, Senhor Presidente, essas seriam as alterações que considero experiência aqui, no Conselho, seriam extremamente úteis ao nosso trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Quero agradecer muito o empenho e a competência do Conselheiro Roberto Wagner naquilo que prometeu fazer e fez, que foi apresentar uma soma de sugestões para a modificação, ou para a revisão, vamos chamar assim, do nosso Regimento Interno.

Coloco as observações em discussão.

Antes, eu gostaria de comunicar que o Conselheiro Luiz Flávio Borges D’Urso não virá por motivo justificado.

O Conselheiro Daniel Koslowsky está sendo substituído pelo Conselheiro Celso Augusto Schröder, conforme comunicação que recebemos.

Também justificou a ausência o Conselheiro João Monteiro de Barros Filho, que está sendo representado pelo Conselheiro Paulo Marinho.

Não foi possível convocar a Suplência do Conselheiro D’Urso por falta de tempo, fomos avisados em cima da hora e não houve chance de fazer a convocação do seu suplente.

Lembro ao Plenário que o nosso Conselho tem as suas reuniões transmitidas pela TV Senado, às sextas-feiras, à tarde, e às segundas-feiras, pela manhã.

As atas que foram aprovadas, como sabem, ficam à disposição da sociedade civil na página eletrônica do Conselho e serão publicadas no **Diário do Senado Federal**.

Assinalo, com muito prazer, a presença de Dom Orani Tempesta, que realizou uma belíssima festa do Círio de Nazaré, com repercussão em todo o País. Pessoas que lá estiveram me contaram que foi uma sensação realmente muito grande a organização e a representação da religiosidade do nosso povo, que ali se fez presente. Parabéns.

Na parte da manhã, vamos examinar o Item 1 da revisão e depois o Item 2, cujo relator será o Conselheiro Leifert.

Nós podemos agora abrir os debates. A palavra será concedida a quem solicitar.

Concedo a palavra ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Obrigado, Sr. Presidente.

O Conselheiro Roberto Wagner nos apresenta, em nossa avaliação preliminar, contribuições importantes para essa revisão do nosso regimento, mesmo numa fase preliminar, numa fase ainda de avaliações, até que ela se concretize.

Eu só faria uma correção, acredito que não foi proposital. Ou seja, nosso colega, Conselheiro Roberto, refere-se a comissões instaladas em 2001. Em 2001, o Conselho não...

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Foi em 2002.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – De fato há um prolongamento de algumas comissões sem razão, podemos dizer assim. Uma delas, inclusive, produziu um livro sobre a concentração da mídia, que pode, ocasionalmente, vir a produzir alguma coisa a mais, mas que de fato não está desempenhando nenhum papel no momento.

Em relação às outras duas colocações do Conselheiro, elas são razoáveis, são justificáveis. Trata-se da participação e ação da presidência e também do recebimento de demandas e provocações ao Conselho. Realmente, é importante haver um relativo critério e cuidado em relação a essas demandas. Preliminarmente, nós nos colocamos favoráveis, ainda que preliminarmente, porque esperamos que isso tenha uma

seqüência de discussão, ao que foi apresentado, podendo ter uma ou outra adequação às propostas do Conselheiro Roberto Wagner.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Concedo a palavra à Conselheira Berenice e depois ao Conselheiro Schröder.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA**

– O Conselheiro Schröder, primeiro, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – O Conselheiro Schröder tem a preferência.

**O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** – Obrigado, Presidente.

Estou entendendo que o encaminhamento foi acatado. Ou seja, iniciarmos o debate agora, com essa apresentação inicial do Conselheiro Roberto Wagner.

Parece-me que o Conselheiro Leifert não apresentará hoje o seu relatório. É isso, Conselheiro?

**O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT** – Eu entendi que esse assunto seria conduzido em conjunto por três Conselheiros, Wagner, Tonet e eu mesmo. Não nos reunimos até agora. O assunto é bastante relevante. Acredito que seria oportuno, Presidente, que esse estudo ocorresse com mais prazo. Era isso que eu havia proposto na minha intervenção anterior, sobretudo diante da sugestão dos Conselheiros que subscreveram o requerimento a V. S<sup>a</sup>; ou seja, promover uma audiência pública com o ex-Presidente do Conselho. Estarei disponível, hoje, obviamente, para participar do debate, mas acredito que seria ideal que os três relatores ou os três conselheiros designados para estudar a matéria, “consensassem” uma proposta a ser, então, submetida ao Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Tenho de prestar um esclarecimento...

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, é importante. Fiz uma reunião com o Conselheiro Tonet, houve um acordo entre o Conselheiro Tonet e eu de que essas indicações eram realmente relevâncias. O Conselheiro Tonet mora em Brasília, também resido em Brasília, e fizemos essa reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Deixe-me explicar, Conselheiro.

**O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT** – Domicílio não é condição para a discussão dos assuntos, tanto que estou aqui hoje e moro em São Paulo. Como o senhor designou os três, acredito que o ideal seria que os três tivessem discutido a matéria e, mais do que isso, o Conselheiro Wagner se identifica nessa reunião como quem contribuiu na elaboração do Regimento que se deseja rever. Então, a contribuição que ele poderia dar foi dada já na elaboração do documento. De

modo que eu, que cheguei ao Conselho agora, devo ter mais a dizer sobre o Regimento do que ele, que foi o autor da peça.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Deixe-me prestar um esclarecimento que é fundamental. Minhas primeiras palavras foram exatamente dizendo, e isso vale sobretudo para os Conselheiros que se retardaram um pouco, que nós, dada a relevância do tema, iniciáramos hoje uma discussão e prosseguiríamos para concluir ou não, conforme decisão do Plenário, no dia 5 de dezembro. Então, acho que essa recorrência não tem muito cabimento, porque o Conselho estava representado, e está, por uma Comissão de três que o Presidente, usando suas prerrogativas, nomeou. Reuniu-se ou não, isso é um assunto da economia interna da Comissão. Agora, foi colocado na pauta, é o Item 1 da pauta. A minha obrigação, já que levantei o assunto, é de trazer a discussão. Não precisa mais nada. Acho que agora nós vamos desviar do conteúdo...

**O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT** – O senhor me permite? Se o senhor me permite, é relevante o que vou lhe dizer. Numa das primeiras reuniões, acredito que na segunda, o senhor incumbiu o Conselheiro D’Urso, representante da Ordem dos Advogados, que está ausente hoje, do mesmo estudo, mais tarde atribuído a nós três.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Mas ele está impossibilitado. Isso são coisas que eu sei, porque ele se comunica comigo. Automaticamente...

**O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT** – Mas a ausência dele, no dia em que esse assunto é discutido, Sr. Presidente, é uma lacuna que poderá fazer diferença na condução dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Sim, mas estou dizendo que haverá uma outra discussão. Parece que as coisas não estão ficando muito claras no meu português, o que lamento muito, porque me orgulho de ter um raciocínio claro. Hoje, vamos começar a discussão. Contribui quem achar que deve. Houve uma primeira contribuição, formidável, do Conselheiro Roberto Wagner, que se comunicou comigo o tempo todo, até pessoalmente. Estivemos juntos no Rio de Janeiro. Então, louve-se. Agora, o Conselheiro D’Urso sabe da sua responsabilidade e os demais Conselheiros, igualmente. Vamos prosseguir na discussão em torno disso até um tempo determinado, porque temos um Item 2, que deve ser discutido nesta manhã também. Então, vamos prosseguir na discussão. Ela será conduzida serenamente, como sempre, ou quase sempre, e vamos chegar a dezembro com a possibilidade ou não de dar um fecho nesse assunto que, para mim, é muito importante. Conselheiro Schröder.



**O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** – Obrigado, Sr. Presidente. Desculpe ter provocado esse debate. Na verdade, estava tentando reafirmar a orientação inicial.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – V. Ex<sup>a</sup> contribuiu com a Presidência e eu lhe sou grato.

**O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** – Obrigado.

Acompanhando o parecer do Conselheiro Geraldo, parece-nos preliminarmente interessantes as proposições apresentadas pelo Conselheiro Wagner. Só fiquei em dúvida... Ou seja, é interessante garantir a prerrogativa do Presidente. Acho que é interessante delimitarmos o acesso à demanda do Conselho. O que não ficou claro, e é uma questão de clareza, Conselheiro, é a questão das comissões. Ou seja, parece-nos também importante que tenhamos prazo para algumas comissões. Algumas comissões foram mais eficientes que outras, algumas permaneceram mais tempo que outras. Não sei como classificar, como definiríamos alguns assuntos que são perenes.

Por exemplo, vamos tratar hoje de um assunto que não vai se esgotar nos próximos anos, inclusive, que é a questão da TV Digital. Como ficaria esse debate ou a questão da concentração dos meios, que também é um tema que levaremos alguns anos para dar conta desse efeito sociológico construído no Brasil, de concentração dos meios, inclusive detectado por este Conselho? Como nós daríamos um prazo de existência para essas comissões, Conselheiros?

Parece-me importante que a Presidência e esse plenário tenham no seu horizonte, sim, acelerar, cobrar os relatórios e, se não funcionar, redirecionar. Mas tínhamos de ter um espaço onde alguns assuntos pudessem ser permanentes ou pelo menos ter um prazo de tratamento dentro do Conselho um pouco mais largo do que outros assuntos que, certamente, se esgotaram em alguns momentos.

É uma dúvida e acho que faz parte do debate definirmos como é que trataremos, quem sabe, dois tipos de comissões, quem sabe dois tipos de assuntos, que pudessem ser classificados dessa maneira.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Obrigado ao Conselheiro Schröder.

Conselheiro Paulo Tonet com a palavra.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Sr. Presidente, vamos fazer um esclarecimento. Tive a satisfação de receber a visita do Conselheiro Roberto Wagner, que me levou, efetivamente, as suas contribuições, que foram lidas pouco antes de eu chegar, a respeito do Regimento Interno do Conselho.

Eu que sempre fui um árduo defensor de que nos debruçássemos sobre esse tema, disse a ele, como repito agora, que entendo que as propostas trazidas por ele como Relator da matéria, para mim se afiguram, pelo menos nas preocupações iniciais que eu tinha, em relação a pontos que estavam descobertos no Regimento, para mim se afiguram suficientes. Foi o que eu disse a ele e repito agora. Acho que as ponderações do Conselheiro Roberto Wagner são suficientes. Todavia, eu não tenho nenhuma dúvida de que isso é uma peça, um relatório para iniciarmos o debate e eu me somo à preocupação do Conselheiro Schröder. Em primeiro lugar quanto à questão – e cheguei a mencionar isso ao Wagner – de termos o Regimento fechando o número de Comissões, de forma que muitas vezes a demanda faz com que os temas se atropelem e fiquemos presos ao Regimento, tendo que reformar o Regimento para adequar a uma realidade. A minha ponderação, inclusive, naquele momento ao Roberto foi dizer: olha, Roberto, nós não deixamos assim. O número de comissões e os temas à decisão do plenário, porque é uma questão de conveniência operacional de como cada conselho ou composição de conselho vai levar, enfim, as suas demandas. O Roberto ponderava também e acho que tem a sua razão, de que não podemos deixar assuntos em aberto indefinidamente. De outra parte, as duas coisas estão corretas, quer dizer, não podemos deixar assuntos em aberto, mas tem assuntos que não se fecham em prazos efetivos. Acho que talvez aí mereçam que nós aprofundemos o debate agora. Não teve, quero aqui deixar bem claro, o fato de essa visita que o Roberto fez a mim e dessas manifestações que estou fazendo agora não teve nenhum objetivo conclusivo em relação a esse tema, que é um início de debate, para trazermos aqui e começarmos a discutir aquilo que efetivamente queremos alterar no Regimento.

Uma das coisas que me preocupava muito eu acho que fica esclarecida com a alteração do § 2º, art. 3º, na medida em que fica muito clara – com essa interpretação, com essa redação – a interpretação de que inclusive aquele expediente que eu trouxe na reunião passada e que levantei aquela questão preliminar, inclusive querendo levantar essa discussão mesmo, foi por isso que levantei a preliminar, fica bem esclarecido aqui que qualquer demanda que não seja do Legislativo, que seja externa ao Legislativo, pode vir ao conselho, desde que pela presidência do Senado Federal. Quanto a isso, para mim, resolve o meu desconforto com o conselho, sendo um órgão auxiliar do Congresso Nacional, receber uma demanda de quarto escalão do Poder Executivo, diretamente, sem que isso pelo menos passe pela Presidência do Senado, como,

aliás, o § 2º, da maneira que está redigido agora e com esse acréscimo que lhe dá o texto do Conselheiro Roberto Wagner, deixa para mim esclarecido e espanca qualquer eventual ilegalidade em relação a isso.

Vou aproveitar, já que estamos falando nesse tema, Sr. Presidente, e colocar o seguinte: acho razoável e louvável que possamos sempre estar discutindo todos os temas, até porque erramos. E assim aconteceu com o primeiro regimento definitivo do conselho, que inclusive precisou ser republicado, por uma imprecisão legal, conforme o documento que tenho, da republicação do Conselho, que houve uma republicação, com alteração do regimento do conselho, no dia 11 de janeiro de 2005, na medida em que o regimento é de 8 de julho de 2004. Por quê? Porque havia uma imprecisão jurídica clara naquele regimento, quando estabelecia, no parágrafo único do art. 9º, uma prorrogação **ad aeternum** do mandato dos conselheiros, independentemente de deliberação do Congresso Nacional. Isso estava no regimento; na republicação foi retirado.

**O SR.** (Intervenção fora do microfone) – Não faz referência a isso, não é?

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Não, a redação aprovada no Ato da Mesa nº 1 estabelecia que enquanto não tivessem tomado posse os novos conselheiros os antigos continuariam se reunindo. Ora, isso não é previsto na lei. A lei inclusive prevê uma estabilidade no emprego de todos aqueles que fazem parte do Conselho de Comunicação Social, ou seja, gera obrigação inclusive em relação a terceiros.

Então, não poderia o mandato ser prorrogado em função do regimento, quando a lei não o fez.

Sensível a isso, o Senado Federal retificou, por uma publicação em 11 de janeiro de 2005, aquela impropriedade. Então, essas coisas às vezes passam pelos mais cuidadosos juristas, essas coisas muitas vezes passam.

Portanto, penso que o regimento, inclusive pelas novas demandas, é um dispositivo que está sempre em possibilidade de mutação, sempre no sentido de melhorar, preferencialmente, de forma consensual.

Portanto, é essa a colocação que queria fazer, Sr. Presidente, e aduzindo uma outra questão: Acho que fazermos uma audiência pública e trazer o ex-presidente José Paulo Cavalcanti, que é um jurista renomado, que é um profundo conhecedor dos temas que discutimos aqui no conselho, para falar apenas sobre o regimento, penso que é um...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) (Intervenção fora do microfone) – Será homenageado na última sessão do ano, dando as suas luzes sobre a discussão que houver em pauta. Vamos falar sobre o assunto do regimento e vamos ter outros assuntos. Ele não sairá de perto de nós.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Os pontos, Sr. Presidente, que queria colocar são exatamente esses. Apenas para abrir o debate. Penso que as ponderações feitas pelo relator, pelo Conselheiro Wagner, a mim são suficientes, mas fico aberto às colocações dos outros companheiros. Acho que é um bom início de debate sobre o tema.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Obrigado a V. Exª.

Com a palavra a Conselheira Berenice.

**A SRA. BERENICE IZABEL MENDES BEZERRA**

– Penso que as propostas que organizam o acesso ao conselho são bem-vindas. Acho também importante que se regularize a questão da representação deste Conselho, por meio do seu presidente. Acho que não basta isso, isso realmente é uma falha, mas acho que também tem que haver uma referência às demais representações, que – estas sim! – estão ficando por conta da Presidência, e eu entendo que não devam ficar. É uma posição pessoal, mas a gente pode conversar e ver como tratar disso no Regimento. Mas já é importante, porque avança na regulamentação da representação do Presidente.

E, com relação às Comissões, penso que, talvez, o mais interessante seja que efetivamente haja Comissões de dois tipos, algumas permanentes e algumas transitórias. Mas devemos reformular todas. Por exemplo, como surgiu a Comissão da Concentração dos Meios? O senhor se recorda, Conselheiro? Havia um debate dentro do Conselho entre quem dizia que não havia a concentração da propriedade e os que diziam que havia essa concentração. Resolveu-se debater o tema. Chamaram-se doze, quinze especialistas, que vieram aqui. E o Conselho chegou a uma conclusão, que está registrada numa publicação deste Conselho. A questão se resolve? É óbvio que não, porque é uma questão de regulamentação da radiodifusão no País, mas a posição do Conselho está tomada, e não há efetivamente por que manter essa Comissão sob esse aspecto. Ela pode fazer parte dos temas de uma Comissão de Regulação. Pode ser um dos temas, mas essa Comissão não precisa mais existir.

Da mesma forma, neste momento, há a questão da Comissão da Regionalização da Programação, Sr. Presidente. Durou um ano, houve inúmeros debates, chegou-se a um acordo possível ou não possível – ou não se chegou a um acordo –, e o Conselho se manifestou. A manifestação do Conselho foi encaminhada para a Presidência do Senado, para a Mesa do Senado, e o processo está lá ainda para ser votado. E também é uma questão de regulação. Então, penso que se pode desfazer essa Comissão, e ela passa a

ser tema de uma Comissão de Regulação, que nós não temos, que é uma Comissão mais genérica. E, aí, abre-se o espaço.

Agora, trato da questão de TV por Assinatura. A gente tem de atender a Anatel. Então, ela é permanente. A tevê, a radiodifusão comunitária também é uma questão que é candente, que é permanente. Então, algumas se mantêm, e abre-se o espaço de duas, que podem ser provisórias, para as questões que venham a surgir.

Mas acho que o debate ainda pode continuar. Por enquanto, era isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Agradeço à Conselheira Berenice Bezerra.

Eu queria dizer uma palavrinha a respeito de resultados. É claro que todos nós estamos aqui com muito orgulho, e cada um tem a sua representatividade. Nós temos compromissos com o País, devemos assessorar ou auxiliar o Congresso Nacional.

Existem cinco comissões permanentes, a meu ver com um número talvez excessivo de Conselheiros em cada comissão, o que exige que o mesmo Conselheiro figure em duas ou em até três comissões. E abrimos o expediente da manhã primariamente, para a reunião das comissões. Lembre-se de que foi esta a iniciativa tomada pela Mesa: nós vamos, de manhã, fazer as reuniões das comissões, e as comissões não se reuniram pelas manhãs dos dias de plenário. Ora, também não se reuniram durante o mês.

Então, incumbe à Presidência cobrar um pouco de celeridade em relação aos objetivos de cada Comissão. A Comissão é permanente. A Conselheira Berenice foi muito feliz quando lembrou que já há documentos nossos que estão dormitando no Senado da República, o que é uma pena. Também posso, se o Plenário me autorizar, fazer um ofício, reiterando o nosso interesse de que determinado assunto seja estudado com mais brevidade em virtude disso ou daquilo. Acho que essa é uma boa idéia. Se o Conselho concorda, eu o farei.

Vou reiterar a nossa solicitação, para mostrar que estamos.

Faço um apelo aos colegas, aos queridos amigos que estão aqui hoje – todos são meus amigos; tenho certeza disso –, para que nós nos motivássemos para o trabalho dessas comissões.

Se a Comissão perdeu o sentido, havendo essa reforma inicialmente proposta pelo Conselheiro Wagner, substituímos aquela comissão por outra. E, se a comissão é permanente, não é necessário que os membros o sejam. Talvez, possamos estabelecer um prazo para aquela constituição inicial. No início do ano nomearemos as comissões, com aqueles seis meses

de prazo. Se as coisas não andarem por “a” ou por “b”, por dificuldades da pessoa – aqui ninguém é remunerado e tem as suas ocupações; lamentamos os que não podem vir, e eles, provavelmente, lamentam mais ainda, porque, se aceitaram, era porque, em princípio, estavam dispostos a esse pequeno sacrifício –, ficamos com liberdade, dentro do plenário, de fazer modificações. A própria pessoa pede, ou nós pedimos. Enfim, esse é um caso a se estudar com toda a delicadeza e com a urbanidade que nós temos aqui uns com os outros.

Mas estou feliz, porque estamos mexendo numa coisa que poderia ter funcionado melhor, no trabalho das Comissões Permanentes. Isso não é queixa, não é crítica. Eu diria que essa é uma questão estrutural. Acho que, da forma como a coisa está estruturada, os resultados não estão vindo. Todos nós somos interessados nos resultados. Os resultados não vão eleger nenhum de nós para coisa alguma.

Concedo a palavra ao Conselheiro Paulo Tonet.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Sr. Presidente, eu queria fazer uma colocação a respeito do assunto Comissões.

Há muito tempo, em nossas sessões, que são realizadas nas primeiras segundas-feiras de cada mês, tem havido audiências públicas, que são extraordinariamente proveitosas. A par disso, os processos têm de ser discutidos pelo Plenário. Todos nós somos relatores, enfim, e temos de discuti-los em Plenário. Além disso, existem as comissões. Não houve nenhuma manhã, neste ano, em que houvesse possibilidade de reunião das comissões.

Sr. Presidente, vou repetir: não houve nenhuma manhã, mas prefiro ser enfático nisto: não houve nenhuma manhã, neste ano, em que tivéssemos a possibilidade de reunir as Comissões. Não é que as Comissões não queiram se reunir. Não há como se reunir, porque a pauta sempre traz audiências públicas à tarde, e, pela manhã, temos expediente para resolver. Eu até proporia – até para viabilizar que as Comissões pudessem se reunir pela manhã – que houvesse uma sessão com audiência pública e uma toda com expediente. Se houver audiências públicas em todas as sessões, as Comissões não terão como se reunir, como, efetivamente, não tiveram até hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – É uma proposta. Podemos examiná-la para o ano que vem. As Comissões não podem deixar de se reunir, porque isso é uma falha. Elas existem, foram constituídas e não se reúnem. Há de existir uma solução para isso, e a proposta de V. Ex<sup>a</sup> me agrada.

Concedo a palavra ao Conselheiro Geraldo.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Sr. Presidente, na linha do raciocínio do Conselheiro Paulo Tonet, vamos tentar aprimorar, resgatando, inclusive, o histórico do próprio Conselho. A prática e esse procedimento de reuniões em dois turnos – pela manhã e à tarde –, temos de admitir que é louvável, porque, em três horas, num dia por mês, pode-se produzir muito pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Pareceu-nos pouco.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – E imagino, indo ao encontro do que o nosso colega Paulo Tonet está propondo, que poderíamos, avaliando as questões orçamentárias do Conselho, que fazem até parte daquele estudo que encaminhamos à Presidência, viabilizar reuniões específicas, como ocorria na primeira gestão do Conselho, das comissões em dias diversos.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Permita-me um aparte?

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Só quero fazer um esclarecimento fundamental. Não fizemos isso, porque recebemos a comunicação da Secretaria de que não haveria recursos para as passagens. Porém, a mesma e eficiente Secretaria Executiva do CCS informa que, no ano que vem, seremos mais bem tratados, o que quer dizer que cessa a causa primeira, que teria sido o fato de que, não tendo as passagens para haver a reunião, cada um pagaria do seu bolso, o que seria rigorosamente inviável e absurdo.

Então, há a boa notícia de que teremos recursos. Aliás, já fiz uma consulta sobre a possibilidade de convidar o ex-Presidente José Paulo Cavalcanti. Perguntei se tínhamos passagens para ele, e a resposta foi afirmativa. Dessa maneira, ele será convidado, em nome do Plenário, para ser homenageado com a presença na última reunião do ano e com o pedido de que ele colabore conosco, pois tem grande experiência devido a seus bons tempos de Presidência.

Então, já temos a informação de que ele poderá ser convidado. A Dr<sup>a</sup> Amália vai fazer a gentileza, assim que puder, de oficialar o convite, hoje ainda, para que tenhamos uma resposta ainda na reunião plenária da tarde sobre a anuência da vinda aqui do Dr. José Paulo Cavalcanti.

Estou só dando um esclarecimento. O Conselheiro continuará com a palavra. Teremos recursos para fazer essas reuniões extras nos momentos em que as comissões decidirem. Podem fazer até um calendário. Seria o ideal. O Calendário facilita a vida de todo mundo.

Tem a palavra ainda o Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Continuo, Sr. Presidente. Inclusive, naquela oportunidade, até para viabilizar e para facilitar essa questão de custos, aconteceram reuniões das comissões fora de Brasília, o que é possível, o que é legítimo. Não é o caso do Pleno, que, obrigatoriamente, tem de se reunir aqui, no Senado Federal. Mas algumas comissões se reunirão fora de Brasília, em São Paulo, no Rio de Janeiro, até pela facilidade de locomoção das pessoas que estão lá, para diminuir os gastos com passagens.

Então, seguindo o raciocínio de Tonet...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Perdão. Posso interrompê-lo?

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Pois não.

**O SR.** – Ofereço a Academia Brasileira de Letras para a reunião no Rio de Janeiro. Existe local bastante confortável. Os que tiverem ambição acadêmica poderão lá realizar parte dos seus sonhos. Então, no Rio, a reunião pode ser realizada na Academia Brasileira de Letras.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Só para exemplificar, lá há três conselheiros: o Presidente, nós e o Fernando. E há ainda o suplente, o Stepan Nercessian. Só para ilustrar como isso pode ser flexível e viabilizar a realização das reuniões das comissões fora de Brasília, para dar mais agilidade.

No caso da Comissão de Radiodifusão Comunitária, a qual nós coordenamos, só para dar uma satisfação, quero dizer que estamos aguardando a liberação para o público do relatório do Grupo Interministerial. Após isso é que poderemos provocar a continuidade dos trabalhos. Enquanto isso estamos à mercê desse relatório, que é importante, e estamos preocupados, porque o tensionamento, os problemas continuam por todo o Brasil em relação às rádios comunitárias e aos problemas da TV Comunitária também.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – O tema que está em curso é revisão do Regimento Interno. Derivamos um pouco, mas tudo está ligado ao tema importante, o tema que foi apresentado em primeiro lugar.

Pergunto se, agora, nesta primeira e proveitosa reunião, podemos dar o assunto por encerrado por hoje, para que tenhamos tempo de alcançar o Item 2 da pauta. E há a promessa de que o Item 1, do dia 5 de dezembro, será novamente a discussão em torno do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social. (Pausa.)

O Plenário aprova.



Então, agradeço, mais uma vez, a todos aqueles que se envolveram na discussão, a partir do trabalho feito pelo Wagner e pelo Tonet.

Muito obrigado.

Quero fazer uma pergunta no intervalo, antes de dar a palavra ao Gilberto Carlos Leifert.

No dia 5/12, teremos uma conferência. Essa conferência não poderá ser realizada hoje e, então – esta foi uma sugestão do Conselheiro Roberto Wagner –, automaticamente, foi transferida para a tarde do dia 5/12. Será uma conferência sobre convergência tecnológica. Falará o Dr. Rui Lima, que é especialista na matéria. Pergunto: não poderíamos, após a conferência e o debate com o Dr. Rui Lima, fazer uma reunião das comissões? Seria tipo assim: vamos fechar o ano, vamos ver o que se pode dizer, o que se pode sonhar e o que se poderá fazer no ano seguinte, que é o de 2006. Os senhores acham que seria uma boa idéia nos debruçarmos sobre a economia interna do CCS? Ou preferem não misturar as coisas e discutirmos convergência tecnológica a tarde inteira?

Concedo a palavra ao Conselheiro Schröder.

**O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** – Tenho uma dúvida, Sr. Presidente. Essa proposta é para o dia 12, que é a nossa última reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – É dia 5.

**O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** – É dia 5. Desculpe-me. É a nossa última reunião. Parece-me que a pauta está um pouco... Acabamos de jogar para esse dia a audiência pública com o Dr. José Paulo Cavalcanti, não é? Não é pare esse dia também?

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Ele vai estar desde a manhã conosco, às 10h30min.

**O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** – É pela manhã?

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – É.

**O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** – Está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Vai almoçar conosco.

**O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** – Está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – É pena que não tenhamos uma medalha. É um diploma, um carinho para a personalidade levar para casa. Placa, não, porque placa ninguém mais agüenta, mas talvez uma medalha de um pioneiro da televisão brasileira, das telecomunicações, um anfíbio que seja das duas áreas, uma pessoa que mereça uma homenagem. Gostaria que o Plenário pensasse.

Vem aqui uma pessoa, que é do coração de cada um de nós, a quem devemos gratidão pelo que fez e

que vai receber um belo aperto de mão, que vai para casa e que não poderá nem mostrar para seus familiares um documento qualquer que expresse, materialmente, esse carinho nosso.

Se pudesse pensar sobre isso... Gostaria que ficasse, sobretudo, no pensamento da Dr<sup>a</sup> Amalia. aguardo sugestões do Plenário. Que homenagem nós, do Conselho, podemos prestar a figuras como Cavalcanti, que vai ser o primeiro e o único do ano a ser homenageado? Não vamos prestar a homenagem também a qualquer um! Vamos limitar isso, fazer um pequeno regulamento, mas deixo a idéia à consideração do Plenário.

Passo a palavra ao Conselheiro Gilberto Leifert, para tratar do Item 2.

Antes, concedo a palavra à Dr<sup>a</sup> Berenice.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – São duas coisas bem rápidas, Sr. Presidente. Primeiro, para essa homenagem, também seria preciso alterar o nosso Regimento, que limita as manifestações de solidariedade, de pesar ou de louvor que este Conselho possa fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – É a hora de ver isso.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – E a segunda questão é relativa ao balanço que o senhor sugere. Particularmente, acho muito oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – V. S<sup>a</sup> gosta.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – Acho que, na última data, teremos tempo, sim, de imprimir um ritmo um pouco mais...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Schröder concorda?

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – ...rápido nas falas. Podemos fazer esse balanço das comissões, principalmente se tomarmos a deliberação na discussão do Regimento de que algumas delas terão de ser extintas, para abrir espaço. Serão tornadas transitórias, serão extintas ou transitórias.

Portanto, acho isso bastante oportuno. Quero apoiar a sua proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Vamos virar o ano com as coisas arredondadas. É essa a idéia.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Sr. Presidente, eu apóio. Acho boa a proposta. Apenas gostaria de chamar a atenção para um ponto. Da reunião passada, ficou em suspenso um processo que, aliás, eu estava relatando. Levantei uma questão de ordem e acho que, com esses esclarecimentos, podemos avançar para o mérito.

Peço que o projeto seja incluído em pauta, por que eu não gostaria de encerrar o ano sem colocá-lo à apreciação do Conselho. Inclusive, há um voto em separado do Conselheiro Schröder que está pronto e que se relaciona à questão da classificação indicativa. Eu não gostaria de encerrar o ano, Sr. Presidente, sem que o projeto fosse colocado em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – V. S<sup>a</sup> já entregou o seu voto? Ele está conosco?

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – O voto já foi repassado a todos os Conselheiros. Apenas ficamos com a questão da preliminar, que é uma questão regimental, e, tendo em vista o fato de já estar sendo solucionada, vamos ao mérito, para tentar deliberar esse assunto na próxima reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Apreciaremos a matéria na reunião do dia 5 de dezembro. Está feita a promessa a V. S<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Conselheiro Gilberto Leifert.

**O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT** – Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de TV por Assinatura, Sr<sup>as</sup> e Srs. Conselheiros, trata-se do Item 2 da pauta.

Em atenção ao respeitável despacho do Sr. Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, este Conselheiro recebeu, para examinar e emitir parecer, a Nota Técnica nº 7, de 20 de setembro de 2005, expedida em conjunto pela Procuradoria de Defesa do Consumidor do Ministério Público Federal e pela Procuradoria de Defesa do Consumidor do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, subscrita, respectivamente, pelo ilustre Procurador da República Fernando de Almeida Martins e pelo ilustre Promotor de Justiça José Antônio Baeta de Melo Cansado, sobre abuso e ilegalidade da cobrança por ponto adicional de TV a Cabo.

Essa Nota Técnica é parte integrante do presente relatório e chegou ao Conselho encaminhada pelo Procon estadual de Minas Gerais.

O expediente do Ministério Público, Sr. Presidente, chegou ao Conselho encaminhado em razão do Item 7 do articulado, onde se lê: “Dê-se ciência do teor da presente aos integrantes do Conselho de Comunicação Social, mediante correspondência eletrônica.”

Sua distribuição na reunião anterior, a nona, de 10 de outubro de 2005, ocorreu em razão de conexão com outra matéria, o Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, originária da Anatel, igualmente de interesse dos consumidores, e que também está sendo examinada por este Conselheiro.

Trata-se, em resumo, Sr. Presidente, de iniciativa do Ministério Público em defesa dos consumidores assinantes de TV por Assinatura. Segundo a referida Nota Técnica, as operadoras de TV por Assinatura vêm cobrando de seus clientes assinantes pela instalação do ponto extra, também conhecido como ponto adicional, na casa dos assinantes, prática essa que o Ministério Público de Minas Gerais considera ilegal. A respectiva cláusula contratual que lhe ampara a cobrança é, portanto, nula, embora se reconheça – Folha 8, Nota Técnica nº 7 – que a legislação é omissa a respeito da cobrança do ponto extra.

A Anatel endereçou a este Conselho o Informe nº 51, Folha 16, capeado pelo Ofício nº 255/2005, SCM – Anatel, de 10 de outubro de 2005, que foi firmado por seu Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa, Dr. Ara Apkár Minassian – aqui presente e a quem rendo nossas homenagens –, que foi recebido naquela mesma data pelo Sr. Presidente do Conselho de Comunicação Social e que fica igualmente fazendo parte deste relatório.

A Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA, que representa as operadoras às quais o Ministério Público de Minas Gerais está imputando a prática de cobrança abusiva, produziu um memorial de dezenove folhas que também fica fazendo parte integrante deste relatório.

Sr. Presidente, há uma consideração preliminar.

Antes de analisar a matéria, cumpre-me alinhar as seguintes considerações: o douto Ministério Público não requereu o pronunciamento do Conselho de Comunicação Social, apenas encaminhou a Nota Técnica nº 7 para ciência de seus integrantes. A forma adotada e seu enunciado indicam que se trata, portanto, de mera notícia, motivo pelo qual entendo, data máxima vênua, que o Conselho de Comunicação Social poderá, se desejar, abster-se de se manifestar.

Senhor Presidente, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, perfilo a corrente de pensamento que, neste Colegiado, sustenta a necessidade de se postular, perante a Mesa do Senado, a revisão do nosso Regimento Interno, a fim de compatibilizá-lo com a Lei nº 8.389, de 1991, que instituiu o Conselho de Comunicação Social, cujo art. 2º estabelece, com precisão, as atribuições do Colegiado. Leio:

Art. 2º O Conselho de Comunicação Social terá como atribuição a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito do Título VIII, Capítulo V, da Constituição Federal...

Segundo esse entendimento, a competência para provocar o pronunciamento do CCS pertence exclusivamente à Mesa do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados ou do Senado. No caso sob exame, o Ministério Público de Minas Gerais está comunicando a diferentes autoridades e órgãos seu ponto de vista acerca de matéria atinente a serviços disciplinados pela Lei do Cabo, que ganha relevo e oportunidade no momento em que o CCS, provocado pela Anatel, deverá analisar a proposta de regulamento de proteção e defesa dos direitos dos assinantes de televisão por assinatura.

Faço uma segunda consideração: assinalo que a Anatel, em igualdade de condições com o CCS, recebeu a nota técnica para ciência – Item 6 da referida Nota Técnica. Ocorre, porém, que o órgão regulador das telecomunicações tem atribuições específicas em relação ao serviço de televisão por assinatura e ainda no âmbito do Sistema de Defesa do Consumidor, conforme reza a Lei nº 9.742, que dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador, a Anatel, e outros assuntos. Leio:

Art. 19. A Anatel, compete adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, atuando com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade, e especialmente:

I – implementar, em sua esfera de atribuições, a política nacional de telecomunicações;

(...)

X – expedir normas sobre proteção de serviços de telecomunicações no regime privado;

(...)

XVI – deliberar, na esfera administrativa, quanto à interpretação da legislação de telecomunicações e sobre os casos omissos.

No mesmo sentido, o respectivo regulamento, o Decreto nº 2.338, de 1997, estabelece:

Art. 16. À Agência, compete adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações, e especialmente:

(...)

V – exercer o poder normativo relativamente às telecomunicações;

(...)

XVII – deliberar, na esfera administrativa, quanto à interpretação da legislação de telecomunicações e sobre os casos omissos.

E ainda o art. 19, o mais importante, determina:

Art. 19. A Agência articulará sua ação com a do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, organizado pelo Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, visando a eficácia da proteção e defesa do consumidor do serviço de telecomunicações, observado o disposto nas Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e nº 9.472, de 1997.

Estabelece ainda o parágrafo único do dispositivo que acabei de ler:

Parágrafo único. A competência da Agência prevalecerá sobre a de outras entidades ou órgãos destinados à defesa dos interesses e direitos do consumidor, que atuarão de modo supletivo, cabendo-lhe com exclusividade a aplicação das sanções do art. 56, incisos VI, VII, IX, X e XI, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Assim, Sr. Presidente, quanto à preliminar, parece-me que o órgão do Ministério Público, salvo melhor juízo, deveria ter endereçado à Anatel as queixas apresentadas pelos consumidores mineiros e que ensejaram a edição da Nota Técnica nº 7. A Agência está plenamente legitimada a dirimir a controvérsia suscitada pelo Ministério Público tanto sob o aspecto institucional quanto no aspecto técnico, motivo pelo qual proponho que este Conselho reafirme a competência da Anatel para analisar e concluir sobre se é lícita ou não a cobrança do ponto adicional de tevê por assinatura. Caso o CCS entenda ser de seu dever pronunciar-se a respeito da matéria, na sequência apresentarei meu parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Agradeço ao Conselheiro Gilberto Carlos Leifert. Um belo parecer!

Coloco em discussão a preliminar que foi aqui estabelecida e que se refere à Nota Técnica nº 7, do Ministério Público de Minas Gerais.

Conselheiro Celso Augusto Schröder, com a palavra.

**O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** – Obrigado, Presidente. Eu acho que o relatório do Conselheiro Gilberto Carlos Leifert mais ou menos acompanha o raciocínio que o Conselheiro Paulo Tonet Camargo apresentou na reunião anterior a respeito da demanda e que, de alguma maneira, o Conselheiro Wagner tenta solucionar hoje na sua proposta preliminar de modifi-

cação do Regimento Interno. A mim me parece que é adequado – e eu fiz essa manifestação a respeito da proposta que o Conselheiro Roberto Wagner Monteiro apresentou –, me parece adequado que a gente tenha a pompa e o ritual necessário da demanda deste Conselho e que não seja atribuição de qualquer pessoa, de qualquer interesse utilizá-lo a seu bel-prazer. Parece-me correto isso, e eu acho que, de alguma maneira, a proposta do Conselheiro atende a isso.

Agora, o que nós não podemos fazer, também, a partir dessa premissa, que estaria contida no art. 2º, nós inibirmos o que o Regimento apresenta como uma das mais ricas atribuições deste Conselho, que é ele poder se manifestar a respeito das questões de comunicação que o Brasil precisa. Então, uma coisa é termos um ritual de entrada, um ritual de chegada ao Conselho, que me parece correto e, inclusive, tem uma hierarquia apresentada pelo Roberto Wagner Monteiro **a priori** para nós debatermos na próxima reunião. Agora, me parece que, por exemplo, uma manifestação do Ministério, em que pese ser pertinente ou não, me parece lógico que este Conselho se debruce sobre ela, porque é relevante essa manifestação. Não nos parece que seria impertinente para o debate, inclusive para os interesses, por exemplo, dos radiodifusores de TV a Cabo, que não nos manifestássemos a esse respeito. Eu acho importante, e a premissa é a mesma que eu fiz em relação ao que o Conselheiro Paulo Tonet Camargo naquele momento fazia. Ou seja, acho que é importante que nos manifestemos, acho pertinente que nos manifestemos e não me parece quebrada a lógica, essa apresentada preliminarmente pelo Conselheiro Wagner.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Gilberto Carlos Leifert.

**O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT** – Eu acolho a manifestação como sendo orientação da Casa e prossigo, então, na apresentação do parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Paulo Tonet Camargo.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma colocação a respeito da ponderação do Conselheiro Schröder. Naquele caso, quando eu levantei relativamente à classificação indicativa, o Ministério da Justiça, por meio do Departamento de Classificação Indicativa, claramente fazia uma consulta ao Conselho para que o Conselho se manifestasse sobre o tema. Havia claramente...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – ...uma provocação.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – ...uma provocação, uma demanda para o Conselho se manifestar. No caso em tela – me corrija o Conselheiro Gilberto

Carlos Leifert, se eu estiver errado –, o que é que o Ministério Público está fazendo? O Ministério Público está apenas dando ciência ao Conselho. Então, quer dizer, já é uma coisa de cima. Em segundo lugar, a manifestação do Conselho deve, sim, levar em consideração a ponderação do Ministério Público, mas me parece que não tão-somente nessa ciência, mas naquilo em que o Conselho pode ter efetividade na sua decisão, que é na discussão do regulamento de defesa que a Anatel está submetendo, inclusive, ao Conselho.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Exato.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Por quê? Porque ali, por lei, o Conselho tem de se manifestar e tem de ser ouvido.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – É.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Aqui, nós nos manifestaríamos a respeito de algo sobre o qual nos foi dada ciência. Acho que muito mais efetivo é levarmos, sim, em consideração à manifestação do Ministério Público, considerarmos, sim, o que o Ministério Público está colocando, mas quando deliberarmos e discutirmos sobre o Regimento que a Anatel está propondo, porque aí a nossa ação terá efetividade, sob pena de discutirmos duas vezes o mesmo tema. É apenas isso.

Nesta, o que seria? Uma opinião. Na segunda, haveria efetividade.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Uma decisão.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Vale dizer o seguinte: acho que temos, sim, que discutir. A minha opinião é a de que não devemos deixar de discutir. Acho que a oportunidade é, nesse Regimento... Inclusive, já foi distribuído, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Não. Tenho certeza de que não.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – A proposta que a Anatel mandou para cá de Regimento e Defesa do...

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Posso prestar um esclarecimento, Sr. Presidente?

Sou o Relator da matéria, o assunto não está incluído na pauta e deverá passar pela Comissão de TV por Assinatura.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Exatamente, por isso é que não...

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Eu apenas queria levantar essa questão. Acho que deve, sim, ser discutido o tema; deve, sim, ser analisada a ponderação do Ministério Público, mas, talvez, não nessa simples ciência, mas onde podemos ser efetivos.

É a minha opinião, Sr. Presidente.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Conselheira Berenice Bezerra.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – Penso que, como o presidente disse, é um belo parecer, formal, estritamente formal, mas é um belo parecer.

**O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT** – É só o relatório, Conselheiro. O parecer, vou apresentar em seguida.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – Pois não, o relatório, a preliminar, como o senhor colocou. Estrictamente formal. Parece-me mais realista do que o rei, que é a mesma posição que o Tonet defende agora, porque... no Regulamento há quantos artigos, Dr. Ara? São oitenta, noventa? São inúmeras coisas. Então, tanto pelo fato de o Ministério Público ter se manifestado, ter se dado ao trabalho de encaminhar isso para a gente como um tema em destaque, como pelo fato de esse ponto fazer parte do Regulamento que iremos, juntamente com uma série de outras coisas, trabalhar na última reunião do ano, acho que é protelatório jogarmos mais esse ponto para a última reunião, quando vamos fazer a avaliação de todas as comissões e vamos receber o especialista de telecomunicações. Acho que não há problema, estamos aqui para isso. Qual é o problema de se discutir a questão do ponto extra hoje? Se o Ministério Público...

**O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT** – Perdoe-me. Não foi bem compreendida minha posição. A posição é sobre se devemos...

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – Não estou discutindo a sua posição. Estou discutindo a sugestão de protelação do Tonet. A sua posição é se o Conselho se manifestaria ou se absteria.

**O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT** – Mas não foi essa a sugestão do Tonet. Perdoe-me.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – Desculpe-me. Você não sugeriu que fosse discutido junto com o Regulamento? Então, esclareça, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Um momentinho, que tudo se esclarece.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Só o seguinte: a palavra não é protelar. Porque protelar parece que é uma coisa que a gente não quer examinar, quer empurrar para frente.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – É o que parece.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Não, mas não é o caso, acho que tem que ser examinado. Só que eu acho o seguinte: qual é o resultado desse exame agora? Vamos examinar. Achamos que deve haver o

ponto extra ou não deve haver o ponto extra. Qual é o resultado disso?

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – É um ponto vencido no Regulamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – É uma antecipação da discussão do Regulamento.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – No Regulamento, no momento em que formos discutir isso no Regulamento, nossa opinião, efetivamente, por lei, tem que ser considerada. Agora, antecipar a discussão do Regulamento...

Para mim, não há nenhum problema. Não se trata de não querer discutir o tema.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – Então, Conselheiro, não protele.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Vamos ouvir o Conselheiro Gilberto Leifert, que é o pai da criança.

**O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT** – Sr. Presidente, se me permite, vou apresentar o parecer e o Conselho, então, decidirá sobre a conclusão.

Parecer.

O douto Ministério Público de Minas Gerais considera, em resumo, ilegal a cobrança do ponto adicional de TV por Assinatura, não prevista na regulamentação, ao amparo de cláusula contratual abusiva, art. 39, inciso V, do Código de Defesa do Consumidor, aduzindo que: “As operadoras justificam a cobrança de um valor adicional na mensalidade do usuário por ponto instalado, argumentando que o sobrepreço é decorrente dos custos do serviço gerado pela instalação e manutenção.”

Para melhor compreensão da matéria, esclareceu a ABTA, em memorial, que o ponto extra é modalidade disponível exclusivamente para o serviço de TV a Cabo fechada, que depende de decodificadores.

Extraímos do art. 2º da Proposta de Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes de Televisão por Assinatura, ora submetido ao exame do CCS, as definições de ponto principal e ponto extra.

Ponto principal é o primeiro ponto de acesso ao serviço de televisão por assinatura instalado no mesmo endereço, em unidade residencial ou comercial do assinante. Ponto extra, ponto de acesso adicional, opcional e oneroso, instalado no mesmo endereço, em unidade residencial ou comercial, independente e autônomo do ponto principal, onde é conectado outro terminal do assinante. O ponto principal e o ponto adicional dependem cada qual para funcionar de aparelhos decodificadores fornecidos, instalados e mantidos pela empresa operadora do serviço, que o provê visando a retribuição econômica.

Esclarece a Anatel no Informe nº 51, às folhas 3, que “a instalação e a manutenção de ponto extra pela prestadora de serviço de TV a Cabo implicam custos que, em decorrência da disponibilidade da estrutura e do acesso conferido, diverso do principal, de cada ponto adicional aos sinais de diferentes canais ao mesmo tempo, podem justificar a sua cobrança”.

E prossegue a Anatel: “ressalte-se que o ônus imposto ao consumidor não advém da codificação e tampouco da utilização do aparelho decodificador, o qual é conferido ao consumidor a título de comodato”. Conclui a Agência reguladora, a propósito da posição do Ministério Público, que “o ponto adicional, como um serviço também adicional, caracteriza-se como lícita a sua cobrança do assinante que o solicitou, não podendo falar em abusividade, consecução de vantagem excessiva, ou mesmo enriquecimento indevido”.

Prossegue o Relator:

Apenas para favorecer a compreensão dos telespectadores assinantes de TV a Cabo que nos assistem pela TV Senado, vão imaginar o seguinte: o dono da casa é assinante de uma revista semanal que lhe é entregue em domicílio no final da semana. O casal e os dois filhos se revezam na leitura da publicação. Os filhos lêem a revista depois dos pais, já na segunda ou terça-feira. Se os adolescentes tivessem em mãos um segundo exemplar da revista para circular entre eles, a família poderia tirar melhor proveito do serviço. Os pais poderiam ler na sala e, simultaneamente, os filhos, no dormitório. Ocorre que, nesse exemplo, o acesso a um segundo exemplar dependerá do pagamento de uma segunda assinatura da revista. Os assinantes que o desejarem deverão pagar por isso, afinal a empresa que edita a revista e provê informação e entretenimento é sustentado pela venda de assinaturas. Ressalvo que é um exemplo adotando uma situação analógica que não se aplica obviamente ao caso em questão. Não se trata aqui de uma segunda assinatura, mas do pagamento de um ponto adicional.

Não há que confundir ponto adicional com ponto cativo ou escravo. A argumentação apresentada – Ministério Público, Anatel e ABTA – alude a ponto cativo ou escravo. Essa modalidade, que não está em causa, assemelha-se à extensão do telefone fixo. O telefone principal está instalado na sala de visitas e as extensões estão, por exemplo, nos dormitórios. Quando em uso qualquer um dos aparelhos, os demais perdem autonomia para fazer e receber chamadas, isto é, uma mesma ligação ocupa a linha do assinante em todos os pontos de extensão.

Na TV por Assinatura a Cabo, o ponto cativo, como se extensão fosse, não permite que o assinante escolha o canal, este será determinado pelo ponto principal. Se

o decodificador do ponto principal que está conectado ao televisor instalado na sala estiver sintonizado, por exemplo, na Rede Globo, um outro televisor conectado ao ponto cativo instalado no dormitório oferecerá exatamente o mesmo programa da sala. Já o ponto adicional, que emprega estrutura e instalação independentes, confere autonomia à família do assinante. Enquanto na sala está em exibição a novela, no dormitório, onde está instalado o ponto adicional, a família do assinante poderá ao mesmo tempo assistir a outro programa – um filme, por exemplo. Assim, parece-me justo que o assinante pague também pela conveniência e pela fruição da programação a que tem acesso mediante a instalação do ponto adicional.

Para melhor clareza acerca dessa assertiva, esclareça-se que o Conselho de Comunicação Social não cuida, neste parecer, do **quantum** do preço a ser pago pelo ponto ou pontos adicionais.

Louvando o trabalho dos doutos Membros do Ministério Público de Minas Gerais, que têm atuação distinta, destacada, na defesa do consumidor, peço licença para divergir da orientação consubstanciada na Nota nº 7, de 20 de setembro de 2005, e, com efeito, adoto os bem-lançados fundamentos e argumentos que foram apresentados ao CCS pela Anatel, por meio do Informe nº 51, SCM, Anatel, de outubro de 2005, subscrito por seu ilustre Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa, Dr. Ara Apkari Minassian, bem como pela Dr<sup>a</sup> Karine Monteiro, especialista em regulação, e pela Dr<sup>a</sup> Maria de Lourdes de Oliveira Alkmin, assessora, ambas lotadas naquela superintendência.

Tais fundamentos e argumentos podem ser assim resumidos: o serviço de TV a Cabo é oneroso e distingue-se da radiodifusão de sons e imagens, que é livre, direta e gratuita; o serviço de TV a Cabo não é essencial ao público em geral, diferentemente do que ocorre com os serviços de energia elétrica e os serviços de telefone fixo comutado, o chamado telefone fixo; o serviço de TV a Cabo é prestado em regime privado e não possui obrigações de existência, universalização e continuidade, típicas do regime público.

O informe da Anatel cita decisão do Tribunal de Contas da União, em acórdão da lavra do Ministro Sherman Cavalcanti, que adverte: “O serviço de TV a Cabo vem tendo caráter predominantemente restrito, vez que é utilizado por uma pequena parcela da população brasileira, que pode pagar, sem comprometer o custeio de suas necessidades básicas, por canais de informação e entretenimento não veiculados na TV Aberta”. “Diferentemente de outras modalidades, o da TV a Cabo não é considerado serviço público essencial”, destaca a Anatel, “é serviço privado, porém

de interesse coletivo, remunerado por meio de preço privado e não de tarifa, como entendeu o Ministério Público de Minas Gerais”.

Em conclusão, Sr. Presidente, com a devida vênua dos que sustentam a tese contrária, reconheço a licitude do procedimento adotado pelas operadoras do serviço de televisão a cabo por assinatura em Minas Gerais, bem como nos demais mercados, pelo qual os assinantes, com base em previsão contratual, devem remunerar a operadora pelo número de pontos adicionais que tenham solicitado.

Reitero, por oportuno, meu entendimento sobre ser a Anatel o Órgão competente para, em conformidade com a legislação em vigor, receber, analisar e decidir sobre as reclamações de consumidores assinantes do serviço de televisão por assinatura.

É o meu parecer, salvo melhor juízo, que ora submeto à elevada consideração da Casa.

Brasília, 7 de novembro de 2005.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Muito bem. É um parecer denso que submeto ao Plenário.

Concedo a palavra ao Conselheiro Celso Augusto Schröder.

**O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** – Obrigado, Sr. Presidente.

Nós havíamos apresentado, na última reunião, um voto por escrito, que acabou não sendo acolhido em razão de o tema vir a esta reunião. Nesse voto escrito, nós – refiro-me ao segmento dos trabalhadores da área de comunicação – acolhíamos, de maneira inicial, o parecer do Ministério Público de Minas Gerais, pela sua postura em defesa do direito do consumidor e por falta de informações naquele momento.

Então, quero, inicialmente, rever aquela posição com base em informações que a ABTA nos apresenta e que, efetivamente faz uma diferenciação entre o ponto extra e o ponto escravo, cativo. Essa diferenciação, do nosso ponto de vista, não foi acolhida pelo Ministério. Ou seja, o Ministério não levou isso em conta e, embora preocupado, conforme diz o Relator Leifert, com o direito do consumidor, a partir dessa não-diferenciação, encaminha o seu movimento, a sua decisão num certo sentido.

Então, revisamos isso e acompanhamos em parte o parecer do Relator Leifert, que considero correto sob o ponto de vista de perceber nesse serviço uma atividade extra, ou seja, de uma outra natureza, em que há, enfim, desprendimento de recursos, em que há um outro tipo de envolvimento das empresas. Contudo, quero fazer alguma ressalva acerca do relatório, em relação, por exemplo, ao argumento, principalmente da Anatel, de que esse serviço é universal e não essencial. Não é o que diz a Lei do Cabo. Ou seja, a

Lei do Cabo sempre apontou para a necessária universalização desse serviço e a atribuição a esse serviço, assim como à televisão aberta, de um grau de necessidade. Hoje fazemos um esforço no Brasil – e neste Conselho já fizemos vários movimentos nesse sentido, e o próprio Presidente já se manifestou – no sentido de integrar a grande massa da população ao serviço de informação, sem o qual ele hoje seria um subcidadão, um cidadão de segunda qualidade, o que não pode acontecer.

Então, em que pesem os graves problemas que o sistema de TV a Cabo e por assinatura, de maneira geral, têm no Brasil, em parte é por não conseguir fazer um serviço com um custo que chegue a essa população, e esse é um esforço que temos que fazer. Com certeza, os empresários dessa área estão pensando nisso e precisamos pensar, sim, um tipo de serviço.

Logo, não é verdade que, pelo fato de não ser um serviço essencial, como a água e luz, não tenha caráter universal, que deverá ter – tenho certeza.

Então, com essa ressalva, inicialmente, acompanho o voto.

Há uma outra questão que o Relator aborda e que considero importante. Na verdade, o que estamos tratando aqui é se é possível ou não essa cobrança, em relação à qual acompanhamos a posição do relator. Agora, parece-me que a manifestação do Ministério – e isso é uma atribuição da Anatel – é se é abusivo ou não. E isso não nos é dado discutir, mas certamente essa discussão tem de se levar em conta, ou seja, se o custo cobrado desse ponto extra, cabe ou não nesse princípio de universalidade, porque, se acolhermos a posição da Anatel de que é um serviço privado e, portanto, não temos de incidir sobre ele, porque não é exclusivo, então será o preço que quiser a Anatel. E me parece que é uma posição equivocada, que não acolhe, não acompanha o princípio que produziu a legislação que incide sobre a TV a Cabo.

No mérito, acompanhamos a posição do relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Agradeço ao Conselheiro Schröder. Temos a felicidade hoje, aqui, de contar com a presença do nosso estimado amigo Ara Minassian, da Anatel, e também do Dr. Mousinho, da ABTA, o nosso amigo Eienberg, que nos honra muito com a presença. Todos eles enriquecem certamente o debate.

Pedi a palavra o Dr. Ara Minassian, a quem concedo pelos cinco minutos regulamentares, no máximo.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Queria encaminhar ao Dr. Ara uma indagação.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Então, o Dr. Ara podia esperar um minuto pela pergunta do Conselheiro Roberto Wagner e, em seguida, dar uma resposta só.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – É sobre o inciso VIII, do ponto extra: ponto de acesso adicional, opcional e oneroso. A pergunta é a seguinte: O que é oneroso? É a instalação do ponto extra que é onerosa, e essa instalação, quer dizer, do ponto extra, geraria também uma assinatura adicional? Pago a instalação do ponto extra e ponto, ou pago a instalação do ponto extra e passo a ter também uma segunda taxa mensal de assinatura?

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** – É uma outra conta, praticamente.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Então, essa é a dúvida que, pela leitura aqui, a mim não ficou muito claro, porque é opcional e onerosa. Eu concordo que seja onerosa porque é opcional. A minha dúvida é se é onerosa só a instalação do ponto extra ou se também há uma assinatura adicional pela colocação do ponto extra.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Pediria ao Dr. Ara que nos ajudasse, com muita alegria. No microfone, por favor.

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** – Gostaria de agradecer à Presidência da Mesa por me conceder a palavra. Vamos, inicialmente...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Quando alguém diz “inicialmente”, eu levo um susto aqui, porque temos o tempo curto.

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** – Mas não vamos ultrapassar os cinco minutos, Presidente.

Inicialmente, em relação à universalização. O que a lei, o que a Constituição manda é que a radiodifusão de recepção livre é gratuita. Então, esse é o serviço universal. A partir do momento em que eu contrato um serviço de TV por Assinatura é para garantir a universalização da radiodifusão, em que existe a obrigação de transportar todos os canais da TV Aberta. Aí é que há uma confusão de que o cabo é um serviço universal. Ele não é um serviço universal. Tanto não é que hoje vinte por cento da população pode alcançar os serviços, usufruir os serviços, quando a radiodifusão tem noventa por cento. Hoje, fechamos o mês de setembro e esse número está em quatro milhões e quarenta e quatro mil assinantes, o que nos dá um crescimento de cinco por cento. Isso mostra que existe uma confusão que, às vezes, o mercado faz.

A TV por Assinatura tem o seu espaço exatamente para garantir uma boa recepção dos canais abertos, e existe a obrigatoriedade – isto está na lei de TV a Cabo – de os operadores de TV a Cabo fazerem o transporte

dos canais obrigatórios sem qualquer ônus. Isso está no pacote básico dos canais da TV Aberta.

Em relação à segunda pergunta que foi feita, sim – inclusive, está na lei –, os reajustes das tarifas já estão plenamente determinados e somente a Agência intervém quando no pacote básico existe um aumento abusivo, isto é, além do que a regulamentação permite.

Quando estamos falando de regulamentação, não é a da Agência, mas sim a legislação que instituiu o Plano Real, que diz que todos os preços só podem ser reajustados uma vez por ano e os preços não podem subir além dos índices inflacionários. Portanto, até hoje, desde que a Agência existe, não tivemos nenhuma reclamação vindo por parte da sociedade ou de qualquer assinante.

Quanto à pergunta do Conselheiro Roberto Wagner, gostaria de dizer que os operadores ou as prestadoras de serviços de TV a Cabo pagam os programadores pelo número de pontos instalados na sua residência, e não estou falando dos pontos cativos. Se eu tenho um segundo *set up box*, por exemplo, que assiste a uma programação diferente, isso, sim, não é uma extensão – aquilo que o Conselheiro Leifert leu no parecer. Então, ali é um ponto e ele paga por aquele ponto. Agora, quando instalo um segundo codificador, estou apto a receber uma segunda programação e os canais que constam dessa programação, os operadores remuneram os programadores.

Então, feita essa distinção, que é bastante importante, vem à pergunta: o que está em jogo? Em nenhum momento nós desconhecemos qualquer operadora de TV a Cabo que esteja cobrando uma segunda assinatura.

Normalmente, os preços que têm sido praticados são algo que varia entre 15% a 20% do primeiro ponto. Na realidade, vemos que por trás desse procedimento não existe qualquer ação que possa ser considerada abusiva por parte das operadoras e que exija a intervenção da agência. A agência apenas intervém quando existe alguma infringência regulamentar. Nesse caso, não existe.

E eu queria acrescentar mais. Nos nossos registros, no nosso centro de atendimento não existe qualquer reclamação nesse sentido. Também não existe.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Dr. Ara, só para meu conhecimento, a instalação do ponto extra, além das despesas operacionais da instalação do ponto propriamente dito, também gera para as operadoras custo? Porque se gerar custo, Sr. Presidente, fica muito claro que a instalação do ponto extra tem que ser onerosa porque gera custo.



**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** – Tem o *decor*, tem o cabo...

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Há dois custos. O custo da instalação é claro que eu penso que aquele que pediu o ponto extra deverá pagá-lo. Mas se gera ainda um segundo custo para a operadora no fornecimento do ponto extra...

Uma coisa são instalações físicas. Por isso eu acho que o assinante, que pediu o ponto extra, deve pagá-lo. Agora a pergunta que eu faço é a seguinte: além das instalações físicas, o custo de adaptar o ponto extra na minha casa, se aquele que vai me dar uma segunda programação, exatamente porque vai me dar, vai ter que repassar a alguém esses custos, é razoável entender que também esses custos devam ser rateados com aquele que pediu o segundo ponto.

Não sei se me fiz claro, mas eu acho que tem uma divisão muito clara de despesas. Não se pode imaginar que eu, privado, possa querer me locupletar de despesas de um agente comercial. Isso não seria razoável.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Não é legal, claro.

Vou dar a palavra ao Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto e, depois, ao Dr. Annenberg.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, é muito mais um esclarecimento. Esse ponto adicional, ao que me parece, ele tem custos diferentes, até em função de ser um ponto adicional e não um ponto fixo, ou seja, uma pura e simples extensão da instalação de tevê que, enfim, a residência ou o consumidor já tenha.

Agora, eu pergunto o seguinte: é possível, nesse ponto adicional, eu ter uma programação diferenciada do programa principal? Eu posso ter um pacote diferente? Então, se é possível isso, é evidente que é um outro serviço, completamente independente do primeiro. Ou seja, eu posso ter um pacote com os canais A, B e C no ponto principal e ter outros canais, diferentes daquele, no ponto adicional.

Então é um serviço, no meu entendimento, absolutamente diferente.

**O SR. ALEXANDRE ANNENBERG** – Muito obrigado pela oportunidade, eu gostaria só de esclarecer ainda um pouco mais esse detalhe. É apenas um detalhe, mas é importante que seja bem entendido, porque o Dr. Roberto Wagner levantou, com muita propriedade, sobre os custos relativos ao ponto extra, se eles são apenas devidos à fase de instalação ou se existem custos que existem durante toda a transmissão e a gestão da rede, etc.

Eu posso então dizer ao conselheiro que os custos de manutenção desse ponto são permanentes. Não

realidade, a topologia, a arquitetura de uma rede de televisão por assinatura é muito diferente da arquitetura de uma rede telefônica. A principal característica de uma rede de televisão por assinatura é que ela é constituída por células. Essas células têm um número limite de assinantes e, quando esse limite é atingido, é necessário criar novas células, com todos os custos adicionais relativos à criação dessas novas células.

Cada célula de televisão a cabo é constituída, mais ou menos, por 2,5 mil assinantes. Só que, nesses 2,5 mil assinantes, são considerados tanto o ponto principal com o ponto extra. Ele conta também, para completar uma célula, porque ele funciona independentemente, funciona tal qual fosse um ponto principal.

Portanto, se por absurdo, numa residência existisse um ponto principal e 2.499 pontos extras, necessariamente seria importante criar uma outra célula dentro da própria rede. Então, isso é só para demonstrar como o ponto extra carrega consigo custos de manutenção idênticos aos custos do ponto principal.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado, Dr. Annenberg.

Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos; depois, falará a Conselheira Berenice e, para concluir, o Conselheiro Paulo Marinho.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Sr. Presidente, talvez seja interessante fazer aqui uma referência, até primando pelos dispositivos legais que o País construiu, não podemos questionar, como muito bem foi colocado pelo conselheiro Gilberto Carlos Leifert, o direito absoluto dos consumidores e da população de Minas e do País de, sentindo-se obviamente – isso aqui não é brincadeira – lesados, recorrer aos órgãos aos quais estão constituídos para tentar sanar ou diluir algum tipo de prejuízo.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – E de corrigir.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Então, o primeiro ponto, é inquestionável o papel do MP, que é um órgão, no caso...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Foi elogiado pelo relator.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Sim, perfeitamente.

E a ação dos consumidores a respeito do possível abuso dessa cobrança. Isso tem que ser referenciado e colocado como premissa: o direito do consumidor, da população de se manifestar, como está previsto nos nossos códigos legais.

Eu gostaria, Presidente, até para fazer uma referência, de dizer que o serviço de TV a Cabo não está desconectado, na verdade, de um papel social dentro das comunicações do País. O § 3º da referida Lei 8.977

diz o seguinte: o serviço de TV a Cabo é destinado a promover a cultura universal e nacional, a diversidade de fontes de informação, o lazer e o entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e econômico do País. Ou seja, não é absolutamente um serviço desconectado do todo, do papel social no âmbito de comunicação.

Não sei se vou de encontro ao que coloca a minha colega, Conselheira Berenice, de resolver isso hoje, mas não temos aqui, com todo respeito aos representantes da Anatel, do setor empresarial, alguém para falar, para ser uma antítese do que está sendo colocado do lado, apenas temos um parecer técnico, mas não tem uma pessoa aqui com condições técnicas, um engenheiro ou alguém capacitado, habilitado para fazer esse contraponto, neste momento aqui, em relação aos interesses do consumidor, da população de Minas Gerais e do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – V. Ex<sup>a</sup> falou muito em direito, e tenho direito também de discordar desse seu julgamento. Acho que cada Conselheiro aqui tem a sua experiência, tem o seu traquejo, e não deve ser privilégio entender desse assunto sozinho. Tanto que a discussão é curiosa, é uma bela discussão, mas ela se faz em torno do relatório. Há, a partir do Conselheiro Schröder, uma anuência completa, unânime, em relação ao voto, que é o que estamos chegando próximos ao fim do nosso dia, amanhã, e hoje temos o Ministro, não podemos atrasar o segundo tempo.

Enfim, feita essa ressalva gostaria de dar a palavra à Conselheira Berenice, depois ao Paulo Marinho e, por fim, ao relator que encerrará o assunto, porque vou fechar isso às doze e trinta.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Queria fazer uma sugestão de redação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – No momento certo.

Com a palavra a Conselheira Berenice.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – Eu acho que a manifestação do Conselheiro Geraldo deve ser vista como um ato de generosidade porque a gente sempre tende, alguns na sociedade, a se expressar em defesa daqueles que normalmente não conseguem ter espaço para se manifestar ou que se sentem oprimidos ou que são mais fracos.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Essa é a preocupação de nós todos.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – Nem sempre, Presidente, de todos, mas de alguns é; e do companheiro Geraldo, com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Claro, claro.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – No entanto gostaria de encaminhar a conversa para o seguinte fato de que essa lei da TV a Cabo, uma lei, digamos, relativamente moderna, uma lei de 1995, uma lei talvez a mais construída pela sociedade brasileira, pelos usuários, pelos operadores, pelos investidores, ela traz, sim – não discordo do Conselheiro Gilberto, porque acho que ele tem de concordar que essa lei traz uma complementaridade –, que ao ser um negócio, ao ser um *business*, ela detém, sim, um caráter de essencialidade e de universalização que está expresso no art. 38, Geraldo, que prevê – e peço licença, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Por favor.

**A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA** – Que prevê que o Poder Executivo deve levar em conta no regulamento e norma sobre o serviço de TV a Cabo que a radiodifusão sonora de sons e imagens é essencial à informação, ao entretenimento e à educação da população, devendo adotar disposições que assegurem o contínuo oferecimento do serviço ao público. Fazendo, porém, a ressalva que dá esse aspecto, não dúvida, mas duplo, melhor dizendo. Então, no parágrafo único, diz que as disposições mencionadas neste artigo não devem impedir ou dificultar a livre competição.

Então, ao reconhecer o aspecto do interesse público no uso do serviço e, ao mesmo tempo, preservar o aspecto econômico do qual ele é revestido, acho que a legislação deixa muito claro do que trata esse serviço.

Particularmente sinto que até hoje o Senado... E aí vai mais uma informação para o Presidente, para, nesse balanço, nesse ofício que o senhor pretende fazer à Mesa do Senado, incluir também um trabalho que realizamos aqui muito interessante, muito profundo, com a colaboração da ABTA em todos os momentos, que foi um diagnóstico feito acerca do segmento do mercado da TV por Assinatura quando da apresentação da análise, pelo Conselho, do projeto de lei do Senador Ney Suassuna, que previa a desnacionalização mesmo do segmento quando sugeria que pudesse o segmento obter 100% de capital estrangeiro.

Ali foi feito um estudo e indicadas as medidas para que, sem desnacionalizar, houvesse uma possibilidade de incrementar a atividade de modo que saísse desses patamares em que foi colocado até com um certo otimismo pelo Dr. Ara, um crescimento de 5% neste ano. É, efetivamente é um crescimento que acaba sendo significativo lamentavelmente porque se

olhamos para o potencial de mercado nesse país para esse serviço vemos que é absolutamente insignificante esse crescimento.

Dentro desse contexto, estou concluindo, Sr. Presidente, é que pensamos que não é a cobrança do ponto extra, que efetivamente é um outro serviço, que levará a uma democratização dessa atividade. Está restrito à classe A, a 8% da nossa população, e não é deixando de cobrar o ponto extra desse assinante que isso será alterado. Desse modo, acredito que é preciso reconhecer que, efetivamente, é um serviço diferenciado.

Há um momento em que apresentamos o voto seguindo o Relator, retomamos a necessidade e sugerimos que sejam retomadas as indicações que o Conselho retirou naquela oportunidade, quando da análise do projeto, que também se encontra, para usar suas palavras, dormitando no Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – E, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, concluindo, temos que ter uma palavra aqui, em algum momento, não será necessariamente hoje, sobre o art. 38 que a Conselheira Berenice leu, com muita propriedade, as finalidades: entretenimento e educação. Onde fica a educação nesse trabalho? Onde está a educação? Não estaria aí exatamente a possibilidade de nós inserirmos mais gente carente de educação no processo? Não seria uma forma de democratizar o acesso à TV a Cabo? Trabalhar no que a lei já determinou e não se faz? A verdade é essa. Ninguém está preocupado com isso. Nós devemos ter essa preocupação.

Eu queria ouvir o Conselheiro Paulo Marinho por um minuto e devolvo a palavra ao Relator para que ele leia seu voto.

**O SR. PAULO MARINHO** – Vou fazer a minha intervenção rapidamente em função do tempo, que já está quase além do período regulamentar.

Então, para o enriquecimento deste debate e até por uma questão de curiosidade pessoal, eu queria solicitar ao Relator que tratasse dessa questão, que é a da programação sob encomenda, é o chamado *pay-per-view* na televisão a cabo. Assim como os pontos adicionais são cobrados com valor reduzido, foi dito aqui que custa 20% do valor do ponto original, por que a programação do *pay-per-view* também não recebe o mesmo critério na hora em que ele é vendido? Porque, se eu compro uma programação sob encomenda, no *pay-per-view*, seria razoável também que eu tivesse, no ponto extra, uma cobrança... Inclusive porque é uma programação instantânea, porque normalmente são eventos em que, no tempo, caducam. Então seria razoável que discutíssemos esse ponto até para entender essa lógica, como é a questão da cobrança.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – A inserção do *pay-per-view*...

**O SR. PAULO MARINHO** – Exatamente, que é um tema importante para compreendermos.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Claro. Penso que o Conselheiro Gilberto Carlos Leifert está levando em consideração tudo que está sendo dito aqui.

Pela ordem, o Conselheiro Roberto Wagner para uma palavrinha rápida, e, ao final, o Relator.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, eu queria sugerir – e pediria a atenção do Dr. Ara – que, na redação da Anatel, no inciso VIII, ficasse assim: “ponto extra – ponto de acesso adicional de instalação e acesso onerosos”. Para ficar muito claro, Sr. Presidente, para o assinante que a instalação e o acesso serão onerosos, porque, na redação atual, eu mesmo fiquei em dúvida se só a instalação que seria onerosa. Então, para evitar que amanhã um membro do Ministério Público ou algum assinante vá à Justiça, penso que ficaria razoável que ficasse muito claro que o ponto extra é opcional e a sua instalação e o seu acesso serão onerosos.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Muito bem. Agradeço ao Conselheiro Roberto Wagner. Esse assunto está no regulamento de proteção e defesa dos direitos dos assinantes dos serviços de televisão por assinatura. É um trabalho também do Conselheiro Gilberto Leifert, com quem, depois, V. Ex<sup>a</sup> poderá se entender sobre a matéria.

Com a palavra, para leitura do voto, porque agora devemos votar, a favor ou contra, o parecer do Relator.

**O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT** – Então, Sr. Presidente, eu já havia enunciado meu ponto de vista, que, em conclusão, sustenta a licitude do procedimento das operadoras de serviço de televisão a cabo por assinatura em Minas Gerais, bem como nos demais mercados, pelo qual os assinantes, com base em previsão contratual, devem remunerar as operadoras pelo número de pontos adicionais que tenham solicitado.

Acrescento o meu entendimento sobre ser a Anatel o órgão competente para, em conformidade com a legislação em vigor, receber, analisar e decidir sobre as reclamações de consumidores assinantes do serviço de televisão por assinatura.

Que sejam oficiados a respeito da deliberação tomada pelo Conselho os órgãos do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual de Minas Gerais de onde provém à nota técnica, bem como a autoridade de telecomunicações, a Anatel.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Está em votação.

Os que estiverem a favor do voto do Relator permaneçam sentados.

**O SR.** – Sr. Presidente, eu me abstenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Com uma abstenção, então, está aprovado o voto do Relator, Conselheiro Gilberto Leifert, a quem felicito pela substância do seu trabalho.

Eu gostaria uma última palavra – de pedir que todos voltem às 14 horas e 15 minutos, depois do almoço.

Pediria ao Conselheiro Paulo Tonet e ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos que esperassem pelo Ministro para trazê-lo até aqui, a partir das 14 horas e 15 minutos, para que S. Ex<sup>a</sup> já tenha o conforto da nossa presença a partir da sua chegada.

Está suspensa a reunião.

*(Suspende-se a reunião.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Niskier) – Prezados amigos, reabrimos a sessão, a 10<sup>a</sup> Reunião do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, hoje com o privilégio de receber o Ministro Hélio Costa, das Comunicações. S. Ex<sup>a</sup>, embora novo, é um velho batalhador das questões da comunicação em nosso País, um homem admirado. Está há pouco tempo à frente do Ministério, mas já demonstra a vontade que tem de implementar mudanças que são essenciais. Hoje, particularmente, S. Ex<sup>a</sup> aceitou o nosso desafio para vir aqui ao Plenário do CCS, falar sobre televisão digital. Trata-se de assunto que está na pauta de um modo geral e também na pauta do Governo, de sorte que, para nós, a opinião de S. Ex<sup>a</sup> será extremamente valiosa.

Convido o Ministro Hélio Costa para vir tomar assento à mesa.

Ministro, a nossa praxe é dar vinte minutos aos oradores. V. Ex<sup>a</sup> terá 30 minutos, pelas prerrogativas do cargo. Depois, se houver disponibilidade de tempo de V. Ex<sup>a</sup>, cederemos a palavra ao Plenário para que possa, por se tratar de uma audiência pública, manifestar-se tirando dúvidas porventura existentes.

Com a palavra o Ministro Hélio Costa, com os agradecimentos antecipados deste Conselho pela sua presença.

**O SR. HÉLIO COSTA** – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero inicialmente agradecer ao ilustre jornalista presidente deste Conselho, Arnaldo Niskier, e a todos os senhores membros deste Conselho pela oportunidade de poder o Ministro das Comunicações conversar sobre tema tão atual, tão importante e que certamente

vai significar uma verdadeira revolução nas comunicações, trazendo inovações importantíssimas para a inclusão digital e, com ela, a inclusão social, tão esperada e deseja não só pelo Governo, como também pela indústria e pelo povo.

Eu diria, Sr. Presidente, que, quando chegamos ao Ministério das Comunicações em julho deste ano, o projeto do Sistema Brasileiro da TV Digital, que tinha sido criado em novembro de 2003 pelo Presidente Lula, com a assinatura do Decreto nº 4.901, estava em compasso de espera de alguém que pudesse dar um empurrão para que as coisas começassem a ocorrer.

Nós tivemos, no início da administração do Ministro Miro Teixeira, uma decisão que foi tomada inteligentemente, mas que foi, lamentavelmente, mal interpretada. Até a mídia especializada, em determinado momento, acabou confundindo a idéia de se criar um sistema brasileiro de televisão com um padrão brasileiro de TV Digital.

Durante todo o tempo do Ministro Miro Teixeira, foram estabelecidas três cartas-convite pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, que foram atendidas por cerca de noventa instituições de pesquisa, entidades, universidades.

São mil e duzentos cientistas incorporados a essas entidades e centros de pesquisa. Eles fizeram um consórcio para o desenvolvimento do sistema brasileiro de TV Digital. Naquele momento tínhamos, na realidade, apresentado, a nível técnico, uma proposta que estava baseada nas três sugestões que vinham com os modelos, com padrões de TV Digital já encaminhados para a Organização Internacional de Telecomunicações. Eram, exatamente, os modelos americano, europeu e japonês.

O que se propunha, por meio do Sistema Brasileiro de TV Digital, era encontrar caminhos para se desenvolver, dentro da realidade brasileira, um sistema que pudesse contemplar algumas exigências que fazia o Governo – e faz até hoje – para que possamos evitar os erros que foram detectados na Europa, nos Estados Unidos e também na Ásia. A intenção era que pudéssemos apresentar um produto que tivesse características brasileiras, dentro da realidade brasileira, evidentemente sem o ufanismo de dizer que vamos reinventar a roda.

O que compõe a TV Digital – e evidentemente muitos dos que estão neste plenário são técnicos no setor, são empresários no setor e conhecem profundamente o sistema de radiodifusão brasileiro – são instrumentos eletrônicos e ferramentas de informática. Evidentemente, com a criatividade brasileira, pode-se juntar peças desse quebra-cabeça compondo produtos do sistema japonês, com algumas variantes do siste-



ma europeu e até mesmo algumas coisas do sistema americano. Fazendo essa composição que diz respeito à modulação, transporte, compressão de áudio e vídeo, ao chamado *middle ware* e os aplicativos, monta-se um sistema de TV Digital.

O que fizeram as entidades participantes do consórcio? Começaram a desenvolver um produto que, juntado à base internacional já existente, pudesse solucionar problemas da realidade brasileira. Por exemplo, no que diz respeito à modulação, que é um dos principais instrumentos, se não o mais importante da tevê digital, temos hoje um trabalho que é desenvolvido tanto pela USP quanto pelo Instituto Mackenzie, em São Paulo, que visa a robustecer o sistema de modulação.

O que quer dizer esse robustecimento do sistema? Na verdade, cada um desses projetos foi feito para atender a situações diferentes da que temos no Brasil. O sistema americano foi feito pensando no HD TV. Não foi, necessariamente, pensando em mobilidade ou em interatividade. O sistema japonês já contempla tanto a mobilidade quanto a autodefinição. O sistema europeu pensou muito na tevê fixa, residencial. Principalmente, levou-se em conta que nas três situações, tanto na Ásia quanto na Europa e nos Estados Unidos, estamos falando em situações em que 98% ou mais das residências já estão cabeadas. Não estamos numa situação que se vê no Brasil – quem vai pelo interior começa a sentir essa realidade brasileira – onde ainda não há cabo. Na verdade, não chegamos nem sequer a quatro milhões de residências no Brasil, hoje, com cabo. Ainda temos situações nas pequenas cidades do interior onde você recebe televisão com aquela anteninha dentro de casa e, se bobear, ainda com o bombril agarrado em cada uma das hastes.

Então, de que adianta você produzir uma imagem de alta definição se a sua recepção não é capaz de pegar o **minimum minimorum** transmitido por um sistema que foi planejado para uma sociedade consumista que já está, na realidade, com o melhor televisor na sua casa e que já tem todas as suas residências cabeadas?

O que se pensou, em relação ao robustecimento do sistema? Para aqueles que não são do setor e que nos estão visitando ou participando desta audiência pública, explico: é como se tivéssemos uma rádio FM com 1kw, e, quando se chega o rádio perto de uma parede, perde-se o contato, e, se puser 10kw naquela rádio, para qualquer lugar que se levar o radinho, vai pegar bem e estourar.

Então estamos, na realidade, aumentando a capacidade de recepção. E esse é um produto brasileiro, essa é a criatividade brasileira, essa é a capacidade que tem o Brasil de melhorar o produto a tal ponto de

fazer mercado lá fora, pois estamos lidando com um produto que é imutável e que não tem como ser modificado, porque você vai precisar desse produto para fazer a televisão digital.

Certamente, quando entrarmos no modelo de negócio, quando entrarmos na política industrial, teremos a oferecer a nossa contribuição, Sr. Presidente. Como é que o Brasil contribui modestamente, mas de uma forma muito importante, para essa pirâmide da TV Digital?

Da mesma forma, e pouca gente sabe disto, recebendo estudos da Universidade da Paraíba, há dois anos e meio, com grande sucesso, sobre a interatividade. Os nossos programas de interatividade, que serão certamente usados dentro desse Sistema Brasileiro de TV Digital, são desenvolvidos por técnicos brasileiros. Estamos fazendo adaptações importantíssimas que nos vão permitir, na verdade, com o produto brasileiro, melhorar aquilo que estamos, de certo modo, importando, para fazermos a TV Digital brasileira.

Temos, por exemplo, na compressão de áudio e de vídeo, um sistema brasileiro que está melhorando, o MPEG4. Na verdade, todos os projetos usam o MPEG2. Estamos fazendo o MPEG4, que vai certamente facilitar a modulação que vamos usar no Brasil, o que nos vai dar melhores condições de abertura de canais. É produto brasileiro, tecnologia nossa! É evidente que não reinventamos a roda. Estamos simplesmente aproveitando uma tecnologia que já está superada, que é o MPEG2, mas que está sendo usada aqui, e certamente podemos oferecer um produto nosso brasileiro, desenvolvido por técnicos e por cientistas brasileiros.

Esse é, Sr. Presidente, o Sistema Brasileiro de TV Digital. É por aí que esperamos fazer testes abertos, comerciais, em junho do ano que vem. E estamos, na verdade, trabalhando muito rapidamente para que possamos decidir sobre as ferramentas de informática e os instrumentos de eletrônica que vamos utilizar nessa pirâmide da TV Digital até o final de dezembro.

Na realidade, o que fez o Ministro Hélio Costa? O Ministro Hélio Costa, ao chegar no Ministério, pediu que nos reuníssemos, que nós fizéssemos todo o trabalho de coordenação deste grupo. A primeira viagem que eu fiz como Ministro das Comunicações duas semanas depois ao chegar ao Ministério foi para visitar o CPqD, que é quem está fazendo a coordenação dos estudos pelo Brasil inteiro. Todas as unidades que participam se reportam ao CPqD, que tem até o dia 10 de dezembro, por insistência do Ministro Hélio Costa, para receber todos os relatórios.

Há relatórios que foram cumpridos 100%, há relatórios de 70%, há relatórios com 50%, há relatórios com 20%, há relatórios que não foram feitos. Essa co-

ordenação, na verdade, devia ter ocorrido em março deste ano e foi transferida para dezembro – quando eu entrei no Ministério soube que dezembro era a última data.

Nós vamos ter TV Digital em 2006. A data prevista para análise do CPqD, entregue ao Ministro da Comunicações, que certamente iria ao Presidente da República e a todo o seu gabinete para a decisão final sobre as ferramentas de informática e de eletrônica que serão usadas na TV Digital, era de 10 de fevereiro, Sr. Presidente.

Mais uma vez, pedi ao Professor o Sr. Hélio Graciosa, o Presidente do CPqD que encurtasse esse tempo para que pudéssemos, até o dia 31 de dezembro deste ano, estar com o relatório do CPqD pronto para análise técnica do Governo, para que, já na primeira semana de janeiro de 2006, estarmos em condições de chegar às empresas de radiodifusão e telecomunicações e dizer: “Olha, este é o nosso produto, esta é a nossa proposta, é assim que vamos trabalhar, sempre em acordo com as empresas que vão participar deste sistema”.

Eu fico horrorizado, Sr. Presidente, de ver alguns comentários, como aconteceu esta semana em encarte de uma revista, dizendo que o Ministro Hélio Costa favorece “a” ou “b”. O Ministro faz questão de deixar claro, em todas as nossas reuniões, que, primeiro, o Governo não está mostrando o caminho para nenhum sistema; o Governo está coordenando os estudos, ou seja, recebe os estudos tecnicamente apresentados e analisa exclusivamente em cima das decisões técnicas que certamente envolvem o modelo de negócio e, por essa razão, envolvem as empresas de radiodifusão, as emissoras de televisão, as redes de televisão, que é quem vai investir no sistema brasileiro de TV Digital, que vai bancar a TV Digital. Não é o governo que vai bancar isso. Quem vai bancar é a empresa, são as redes. Mas, aí, de repente, o Ministro é acusado de estar fazendo favorecimento à “a”, “b” ou “c”.

Sr. Presidente, existe um relatório que já foi apresentado oficialmente na semana passada e encaminhado a cada uma das emissoras de televisão do País, a cada uma das empresas de telecomunicação. Certamente vou fazer questão de passá-lo às suas mãos. Trata-se do relatório da Sociedade Brasileira de Engenharia e de Telecomunicações.

Esse relatório tem um peso muito forte. Ele, juntamente com os relatórios que estão sendo preparados pelas entidades que participam dos consórcios, é que vão decidir qual é o modelo, Sr. Presidente, da TV Digital no Brasil.

Evidentemente, com uma simples olhada em cada um desses pré-relatórios já apresentados, já se come-

ça a delinear uma posição, a ver o que é melhor para o Brasil; não o melhor para o Governo, mas o melhor para o Brasil, porque, o que for melhor para o Brasil evidentemente é melhor para o Governo.

Há algumas observações sobre esses relatórios preliminares que precisam ser feitas. Por exemplo, diz o relatório da Secretaria de Telecomunicações que, nos limites da tecnologia analógica, a TV Aberta brasileira consagrou-se como uma das melhores do mundo. E não há a menor dúvida. Para quem passou por 73 países, como eu passei, como um profissional de televisão, carregando nas mãos e nas costas instrumentos de fazer televisão, eu sei que a tevê brasileira aberta é, sim, uma das melhores do mundo. Não se compara, diga-se de passagem, com muita emissora de televisão, com muita rede de televisão, mesmo da Europa, quiçá de qualquer outro lugar do mundo.

Nós estamos ao nível da tevê americana, estamos ao nível da tevê inglesa e ao nível da tevê francesa. O Brasil faz uma televisão aberta de excepcional qualidade. E o Governo quer que a TV Digital seja uma TV Aberta. É fundamental que a digitalização da tevê no Brasil seja para atender a televisão aberta, porque nem todo brasileiro pode ter a tevê paga. Um dia terá; mas neste momento não. Então, é exigência do Governo que ela seja para a tevê aberta. Nós estamos falando evidentemente de TV Digital terrestre. Estamos nos reportando às emissoras de televisão, que terão que começar pelas grandes capitais e depois terão que caminhar para o interior. Cada uma das retransmissoras de uma geradora de televisão tem que passar pelo processo de digitalização, o que envolve um grande investimento, Sr. Presidente.

Nesse sentido, o Ministro já fez reuniões com o Ministro da Fazenda, com o Ministro Furlan e com todos os Ministros, inclusive mostrando ao Presidente da República e ao Presidente do BNDES que é fundamental, mais uma vez, que se pense na possibilidade de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social poder participar, como ele participa de toda e qualquer atividade no Brasil, da agricultura até a indústria têxtil, também da indústria de comunicação, que representa quinhentos empregos diretos de jornalista no Brasil e milhares de empregos, de modo geral, na área técnica. Certamente, para aqueles que fazem televisão, é fundamental se prestigiar a indústria nacional.

Temos insistido para que existam linhas de crédito nesse sentido. Recebi inúmeros e-mails na época em que fui Presidente da Comissão de Educação, quando eu fiz a proposta de que o BNDES pudesse participar de um projeto para “salvar”, Sr. Presidente, a indústria de comunicação nacional, principalmente de radiodifusão. E de repente recebi *e-mails* dizendo:

“Ah, você está querendo pedir que o dinheiro público financie empresas de televisão”. Eu nunca pedi isso. Aliás, nem receberiam, nem eles queriam. O que exigem, o que querem, é tratamento igual, que o mesmo que se oferece para uma empresa de qualquer setor da atividade produtiva se ofereça também, evidentemente, para as empresas de comunicação, seja um pequeníssimo jornal no interior, uma radiozinha de um quilowatt, no interior do Maranhão, da Paraíba ou de Minas Gerais, até uma grande e importante rede de televisão ou de comunicação. E nós estamos caminhando agora nesse sentido.

Da mesma forma, solicitamos ao Ministro da Fazenda que nos concedesse a oportunidade de fazermos a importação desses instrumentos eletrônicos e dessas ferramentas de informática, que serão utilizadas para a pirâmide da TV Digital, com alíquota zero de importação.

O Ministro Palocci disse: Zero não, mas 0,05. Só para não criarmos um instrumento de zero dentro do Governo, nós vamos fazer com um mínimo de alíquota durante oito meses ou um ano, para que as emissoras possam ter acesso imediato a esses equipamentos que são absolutamente necessários para a implantação da TV Digital.

Da mesma forma, nós estamos, junto com o Ministro Furlan, trabalhando primeiro a Zona Franca de Manaus e todas as indústrias eletrônicas no País inteiro para que elas comecem a se preparar para atender à demanda do mercado nacional, porque outra imposição do Governo é de que a convergência entre analógica e digital não traga nenhum prejuízo para o telespectador na sua residência.

Em outras palavras, aquele que comprou um televisor analógico de 440 linhas que quer continuar com seu televisor, que não pode ou não quer investir comprando um novo televisor, pode comprar uma caixinha, que vai custar R\$40 ou R\$50, e com essa caixinha ele converte os dados que recebe digitalmente em imagens e sons no seu aparelho analógico. Esse processo de implantação vai durar no mínimo dez anos.

Imaginem que, nos Estados Unidos – li a semana passada –, o Governo americano deu até 2009 para terminar a convergência. Ora, se lá eles estão discutindo isso desde 2003, então eles vão gastar seis anos para fazer a conversão. Evidentemente que nós podemos pensar em dez anos nesse procedimento. E me reporto à experiência do passado, quando decidimos pelo sistema de cor PAL-M, ficando praticamente isolados do mundo. Eu me lembro que, viajando como eu viajava, sempre tinha as maiores dificuldades, caminhando com uma câmera PAL-M, e não encontrava ninguém que pudesse consertar aquela câmera.

Qualquer problema que a câmera apresentava parecia uma coisa jurássica. O sujeito chegava e dizia: “O que é isso? Não conheço esse tipo de câmera”. Porque só o Brasil e o Laos tinham PAL-M. Agora não me perguntem por que o Laos, porque até hoje eu não descobri ninguém capaz de me dizer porque o Laos adotou o sistema brasileiro.

Então, não estamos permitindo que esses erros ocorram novamente. E não precisamos ir tão longe. Ocorreu no ano passado, na Europa, quando da implantação do sistema europeu de TV Digital, uma coisa curiosa. A caixinha que foi inicialmente colocada para fazer a conversão dos dados para o sistema analógico só estava preparada para receber o SDTV, que é o *standard definition* TV, definição *standard*. Quando entraram com *high definition*, com a alta definição, as caixinhas não funcionavam. Todo mundo teve de jogar fora a caixinha e comprar outra. No Brasil não vamos permitir isso. Já estamos estabelecendo que esse *set up box*, ou essa caixinha, venha de três ou quatro modelos diferentes. Há uma que é o básico, só conversão, pura e simplesmente. A outra já vai fazer a conversão, mas vai fazer também a conversão do satélite, da *tevé* satélite. A terceira vai permitir inclusive o acesso à Internet banda larga pela televisão. Então você vai poder pagar R\$30, R\$40, R\$70, R\$150, de acordo com o produto que você quer na sua TV Digital, com o que você quer fazer com seu sistema em casa. E você vai estabelecer o quanto você quer gastar para poder fazer sua inclusão na TV Digital.

Essas coisas todas, Sr. Presidente, é que me levam a ter muita confiança em que iremos ter um sistema que não vai ser conforme eu fiz a comparação do PAL-M com o Laos. Vai ser um sistema brasileiro de TV Digital usando ferramentas conhecidas e aprovadas internacionalmente, mas que tem uma característica brasileira, seja na modulação, seja na compressão de áudio e vídeo, seja nos aplicativos. Isso é o sistema brasileiro de TV Digital.

As principais vantagens dessa digitalização proposta estão relacionadas à maior qualidade de sons e imagens, à interatividade e à mobilidade, à facilidade de recepção.

Os senhores viram nestes últimos dez dias um documentário que foi amplamente divulgado na televisão, mostrando que já estamos, na realidade, tão avançados nesse procedimento técnico que estamos fazendo experiência de transmissão de TV Digital, na cidade de São Paulo, usando a TVA do Instituto Mackenzie, onde você recebe, em qualquer lugar a cidade, no seu celular ou no seu aparelho móvel de televisão, as imagens da TV Digital.



Quando se quer falar mal de um processo, de um projeto ou de um Ministro dizemos que não vai acontecer coisa nenhuma, isso não tem jeito agora, se estiver com celular São Paulo pode acompanhar. Evidentemente, até junho deste ano, nós vamos ter sim as imagens transmitidas e, de preferência e se pudermos e se der tudo certo, vamos ter sim uma experiência feita durante a Copa do Mundo.

Essas, Sr. Presidente, são inicialmente as minhas considerações sobre a apresentação que tínhamos preparado, sabendo que ainda temos dois minutos e quero, na verdade, abrir um pouco mais o espaço para que possamos responder alguma pergunta que porventura seja feita dentro da observação que acabo de fazer. Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Gostaria de convidar para compor a Mesa o Dr. Evandro do Carmo Guimarães, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, e o Dr. Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira, Presidente da Telebrasil – Associação Brasileira de Telecomunicações.

Ministro Hélio Costa, talvez fosse desnecessário acrescentar, mas achei que é importante até para reconhecer a firmeza com que ele está agindo à frente do Ministério das Comunicações, firmeza, determinação, prazos curtos, o que nos faz crer que o sistema brasileiro de TV Digital já é uma realidade. O Ministro Hélio Costa é jornalista, repórter, publicitário, tradutor e redator, aprovado em concurso para trabalhar na rádio internacional A Voz da América, em Washington, passou por todos os postos até chegar ao de editor. Nessa mesma época, estudou Arts and Science, na universidade de Maryland, curso equivalente ao de filosofia no Brasil; mais tarde, o de correspondente internacional na Washington University. Quando se preparava para voltar ao Brasil, Hélio Costa foi contratado para implantar a sucursal da Rede Globo de Televisão nos Estados Unidos, sendo responsável pela montagem e introdução de toda a estrutura externa da empresa naquele País.

Como repórter internacional, visitou, trabalhando, 73 países nos quatro continentes; como correspondente de guerra cobriu conflitos em El Salvador, Nicarágua e no Oriente Médio. Foi deputado Federal na Constituinte, entre 1987 e 1991, por Minas Gerais; Deputado Federal, entre 1999 e 2003, também por Minas Gerais e eleito Senador, por Minas, para o período de 2003 a 2011.

Estão abertos os trabalhos da audiência pública no que se refere aos debates. Dr<sup>a</sup> Berenice Bezerra, que hoje exerce as funções de Vice-Presidente **ad hoc** no nosso Conselho de Comunicação Social.

#### **A SRA. BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA**

– Boa-tarde a todos.

Ministro gostaria de parabenizá-lo pela clareza da exposição, acho que o Sr. toma um tema que é bastante complexo e consegue, não apenas para essa platéia mas sobretudo para a que está nos assistindo, traduzir de uma forma simples, muito singela mesmo, o que vem a ser o sistema brasileiro de TV Digital. Acho que quando o senhor fala que nada mais é do que eletrônica e informática isso mostra para as pessoas que elas não têm que ter medo, que é uma nova tecnologia, que vem para auxiliar. Muito bem colocado.

Sr. Ministro, justamente quando o senhor coloca com tal simplicidade, com clareza de que se trata de algo novo, isso me recorda um tema que estamos debatendo aqui no Conselho há mais de ano, desde que o assunto entrou em voga, que é a questão de que ao não consistir em um *upgrade* da tevê analógica, mas sim num novo serviço, por que deveriam as concessões serem automáticas? Sei que lhe coloco numa situação de discutir a questão politicamente, mas como o senhor é um político, vem aqui da Casa, sei que o senhor não terá problema para falar um pouco sobre isso. E a questão se coloca, Ministro, porque sabemos todos, uma legislação antiga, uma matéria que está submetida à votação de quatro quintos desta Casa para sofrer qualquer tipo de alteração. Então, será que não seria o momento de se ordenar, de se permitir novos *players*, e como garantir que a sobra de espectro que daí virá fique sob o gerenciamento do Estado? Obrigada.

**O SR. HÉLIO COSTA** – Antes de mais nada, quero saudar a Berenice Isabel Mendes Bezerra, como representante da categoria dos profissionais dos artistas aqui no nosso Conselho, e agradecer muito a colocação que ela faz.

Na realidade, estamos diante de um produto novo que tem que conviver com o produto atual, e que vai ser velho eventualmente, durante algum tempo, razão pela qual o Governo, como disse anteriormente, insiste em que a convergência seja facilitada para todas as pessoas de todos os níveis. Agora, no que diz respeito à empresa de comunicação, o Governo não está concedendo canais de televisão sem passar pelo Congresso Nacional. O Governo não está simplesmente distribuindo canais digitais de televisão. O Governo está, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, do que ocorre na Europa, do que ocorre no Japão, o Governo está abrindo o espectro para que se possam fazer as transmissões digitais inicialmente do ponto de vista técnico atendendo a todas as exigências.

Temos de entrar um pouco na tecnicidade do problema para poder entender a posição do Governo



no que diz respeito a novos *players* e que maneira o Governo garante que estes novos canais serão eventualmente aprovados pelo Congresso Nacional.

Hoje, na realidade, os canais de televisão funcionam em seis megahertz. Com o advento da TV Digital, podemos subdividir esse canal em quatro canais de 1,5 megahertz ou então, dependendo do modelo que vamos ter na modulação da TV Digital até em oito canais. O que vamos fazer, o que o Governo pretende fazer a partir do ano que vem, no instante em que estivermos em condição de termos as transmissões em todas as principais redes de televisão, em todas as emissoras de televisão não-pertencentes à rede que queriam participar do processo, vão assumir o compromisso de receberem um canal paralelo de 6 megahertz que certamente não será em VHF, mas no espectro de UHF, para que ela possa dividir esse canal de seis megahertz em, no mínimo, quatro canais de 1,5, ou dependendo do processo de modulação dividir até em oito canais, ou se quiser fazer uma imagem de alta definição, mesmo com o canal dividido, usar dois canais de alta definição e dois canais para transmissão de dados. Enquanto estivermos no processo de convergência, Berenice, esses canais estarão à disposição das empresas. Lá na frente, a exemplo do que está previsto nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia, esses canais terão que ser evidentemente substituídos, ou seja, pego os quatro canais de 1,5 megahertz, junto em seis, que é o que vai permitir a transmissão em alta definição. Eu devolvo o canal analógico ao Governo, que vai licitá-lo novamente. Vou apenas substituir. Não vamos simplesmente sair distribuindo canais. Um canal de seis megahertz produz quatro canais na TV Digital. Esses canais vão poder transmitir a programação comum analógica da emissora. Um segundo canal vai poder ser destinado à educação à distância. Um outro canal vai ser destinado a informações úteis. Um quarto canal, evidentemente dentro desse complexo de quatro canais, vai se destinar a qualquer outro tipo de informação local. Agora, quando todo o processo estiver terminado, o canal analógico volta para o Governo para que ele possa ser licitado novamente. Então, não existe essa previsão.

Agora, sobretudo é importante lembrar que, na realidade, não temos legislação no Brasil prevendo nada disso. Por isso, digo que o produto é novo e, evidentemente, este Conselho pode ser o primeiro passo para indicar à Câmara dos Deputados e, eventualmente, ao Senado da República os caminhos que vamos ter que trilhar para podermos estabelecer os princípios básicos da legislação, o marco regulatório da TV Digital.

Em relação aos novos *players*, todas as vezes que o Governo pensa em fazer a implantação da TV

Digital, Sr<sup>a</sup> Berenice, ele pensa nos novos *players*, porque, na realidade, quando as emissoras de tevê geradora – apenas as geradoras, não estamos falando das retransmissoras – receberem os canais digitais, podemos até mesmo, sem ter nenhuma presença atual no quadro de tevês geradoras, ter um novo *player* que chega recebendo quatro canais digitais. Ele não recebe o analógico. Ele não tem o analógico. Ele já começa no processo digital. Aí já vai, evidentemente, por meio da licitação, porque ele é um novo *player*. Entendo que essa é a maneira como está sendo tratada a questão. Estamos absorvendo as experiências que ocorrem tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. Conforme eu disse, nos Estados Unidos, a coisa foi – eu diria – quase que brutal. Estive participando de um congresso, em julho deste ano, nos Estados Unidos, e a grande reclamação das emissoras de tevê por todo o interior do país é que elas receberam um ultimato: ou converte para o digital ou, simplesmente, elas não serão vistas. A partir de 2009, não existirá mais tevê analógica no país, por decreto do Presidente da República. A partir de julho deste ano, já não se produz mais tevê analógica em nenhuma fábrica nos Estados Unidos nem se exportará para lá. Todas essas coisas estão sendo feitas mediante decreto.

Não sei se o Presidente é um pouco impositivo, como parece ser, mas aqui estamos fazendo a coisa mais democrática, aberta, discutida. Tudo que diz respeito a essa canalização, a essa distribuição de sinais etc. passa pela Anatel. Ela tem que ver tecnicamente qual a possibilidade. Sabemos, até por experiência própria, que essa questão de dificuldades de canais está muito, Sr. Presidente, nas grandes capitais – São Paulo, principalmente, Rio de Janeiro, talvez, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba –, mas, na medida em que você vai para as cidades do interior e até mesmo as grandes cidades do interior, não há a menor dificuldade para se fazer a canalização. Estamos num procedimento que vai resguardar, sem dúvida nenhuma, a posição do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Niskier)** – Apenas alerta o Plenário que o Ministro tem um tempo limitado – às 15h30min, S. Ex<sup>a</sup> tem compromissos no Ministério –, assim, peço que as perguntas sejam feitas de forma objetiva, e o Ministro responderá como desejar.

Tem a palavra o Conselheiro Celso Augusto Schröder, representante da categoria dos profissionais de imprensa, os jornalistas.

**O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, ao saudar V. Ex<sup>a</sup>, quero reconhecer, neste Governo, o esforço louvável de trazer ao debate uma tecnologia que, como V. Ex<sup>a</sup> mesmo se refere,

formará não só a comunicação no Brasil, mas a transformar, na verdade em um patamar industrial; e reconhecer em V. Ex<sup>a</sup> uma franqueza que certamente lhe traz problemas e críticas. E algumas dessas críticas certamente são oriundas do espaço onde eu milito. E vou reproduzi-las aqui de alguma maneira. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> reconhecerá nelas uma fraternidade que eu lhe dedico.

Uma delas, Sr. Ministro, é que, ao se referir ao sistema brasileiro de TV Digital, V. Ex<sup>a</sup> não se referiu à estrutura da qual era composta. E nessa estrutura há um importante espaço político construído por decreto que é o Comitê Consultivo. O Comitê Consultivo da TV Digital é um espaço que deveria ser o local onde se daria o debate da sociedade civil. Entendemos sociedade civil não só empresários da área, trabalhadores ou pessoas envolvidas com a comunicação, mas, de uma maneira geral, o cidadão brasileiro que ali levaria as suas preocupações a respeito desse sistema.

Então, a primeira queixa e crítica que quero lhe fazer é que esse sistema, esse espaço político, que, aliás, deveria ter sido a origem do debate para, dali, sim, promover as audiências e as consultas públicas que se seguiram, tem sido sistematicamente subtraído da sua importância, chegando ao ponto agora na sua gestão em que é criado um comitê **ad hoc**, onde é privilegiada uma interlocução com outros atores que inclusive estão presentes neste Conselho. Eu cito os radiodifusores que, mais uma vez, vieram com a sua franqueza peculiar, e reafirma o privilégio que V. Ex<sup>a</sup> dedica a eles, observando e reconhecendo neles o papel importante a partir do financiamento, de um suposto financiamento do sistema, no qual...

**O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** – Eu vou fazer a crítica, Presidente, é um espaço importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Eu sei. Mas há outros.

**O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** – Está certo. Vou tentar ser o mais rápido possível. A primeira – atendendo ao nosso Presidente, Ministro – crítica é essa de tentarmos reconhecer nesse local um local político importante, onde o nosso ponto de vista não está.

A segunda questão é que mais uma vez V. Ex<sup>a</sup> reafirma reconhecer no sistema brasileiro de TV Digital simplesmente a digitalização da tevê; e mais, da TV Aberta, não identificando nessa possibilidade de digitalização no Brasil muito mais – e é a isso que eu me referia – por exemplo, o papel das teles, o papel, na verdade, de produção de semicondutores e de tantos outros componentes industriais que não incidem simplesmente sobre a TV Digital e que, sim, deveriam estar contidos em uma política de inter-relacionamento. Isso

não tem aparecido. Ao contrário, tem sido, pela pressa com que tem sido apresentado, e V. Ex<sup>a</sup> afirmou pela terceira vez, e quero lhe fazer esse reconhecimento, uma data, em dezembro, para assistirmos à televisão digital no Brasil, e que, certamente, seria impossível. Articular essas políticas a que me refiro, seja na TV Digital, com essas políticas decorrentes da indústria, que certamente será beneficiada – ou não – a partir da digitalização no Brasil.

Então, com a pressa que o Presidente me impôs...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Não, pressa não. V. Ex<sup>a</sup> dispunha de cinco minutos e já falou oito.

**O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** – Obrigado, Presidente, mas eu sei que o senhor é condescendente. Eu reconheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – É o meu papel.

**O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** – Eu reconheço.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Para deixar que todos participem.

**O SR. CELSO AUGUSTO SCHRÖDER** – Então, Ministro. Eu gostaria que o senhor, de alguma maneira, colocasse a sua posição a respeito desse espaço que existe. Inclusive, há vários componentes aqui dentro desse comitê, e qual é o papel que V. Ex<sup>a</sup> resguarda a esse espaço o futuro.

**O SR. HÉLIO COSTA** – Muito bem. Bom, em primeiro lugar, quero saudar as colocações feitas pelo Celso Augusto Schröder, muito embora não concorde, em parte, com elas. E vou até esclarecer o porquê da minha discordância.

O Decreto que estabelece o sistema brasileiro de TV Digital, de nº 4.901, assinado pelo Presidente da República, em novembro de 2003, cria o Comitê de Desenvolvimento, o Grupo Gestor e o Comitê Consultivo.

Eu não sei, Celso, se durante as administrações passadas esses conselhos se reuniram, ou se pelo menos se reuniram tanto quanto se reúnem agora. Eu mesmo, como Presidente do Conselho, na realidade, Consultivo, já fiz duas reuniões. E por incrível que pareça, neste momento, neste exato momento, tendo começado às 11h da manhã, o Conselho está reunido.

O que faz o Conselho Consultivo? Traz subsídios; faz um debate sobre as questões; coloca em pauta os problemas que a TV Digital, ao ser implantada, vai encontrar; as aberturas que certamente devem ser feitas para todos os setores da sociedade.

Eu não posso aceitar a afirmação de que o Comitê Consultivo não está produzindo, porque está. Na

realidade, ele está fazendo reuniões quase a cada duas semanas. E agora, nessa reta final, todo o sistema está se reunindo semanalmente, não só o Comitê Consultivo como o Comitê Grupo Gestor e o Comitê de Desenvolvimento.

Por quê? Porque esse é o momento da decisão. Nós estamos dois anos e meio nessa discussão, desde que iniciou o Governo Lula. Desde que foi, na realidade, instruído o processo do Sistema Brasileiro de TV Digital. Então, nós não podemos atrasar mais. Nós já estamos atrasados no processo, muito embora mais adiantados do que vários países. Mas nós não temos como esperar mais.

Isso não pode chegar ao nível de discussão prolongada, porque principalmente no que diz respeito às questões técnicas nós temos de decidir até janeiro. Se nós não o fizermos, não teremos condição de implantar a tevê em menos de doze meses, a partir de agora. Alguns desses produtos e dessas ferramentas devem ser feitos a critério, por indicação específica do sistema brasileiro.

Eu não o vejo. O Conselho está ali. Aliás, eu vou convidar você a participar. Se não participa, por favor, envolva-se diretamente no procedimento, porque lá você deve fazer essas observações. O Ministro é apenas o Presidente do Conselho Consultivo, mas o Ministro preside as reuniões. Democraticamente, todos os assuntos são levantados, discutidos e apontados.

Você fala sobre o papel das teles e o importante papel que eu indico para as teles e quer que eu ressalte o papel das empresas de telefonia. Nós – você sabe muito bem disso – estamos falando de duas questões totalmente diferentes e diferenciadas. Existe uma lei de radiodifusão que não tem previsão para a telecomunicação e nós sabemos precisamente que as telecomunicações telefônicas são outro produto diferenciado que não faz parte da mesma lei.

Nós podemos até, a partir do ano que vem, evidentemente, com a Lei Geral de Comunicação de Massa, fazer uma convergência das duas. Nós podemos encontrar caminhos onde a radiodifusão e a telecomunicação vão se entender e se encontrar, até porque estão se encontrando na TV Digital. Mas, estamos fazendo a TV Digital para o Brasil inteiro, não apenas para quem pode ter celular ou pagar no celular para assistir à TV Digital, porque senão estaríamos fazendo uma tevê exclusiva para as classes “a” e “b” deste País. Pois, quando falo em TV Aberta digo o seguinte: TV Aberta com conteúdo de graça. Enquanto que o senhor está se reportando às teles, que vão, sim, produzir a televisão na telinha do seu celular, mas, se você quiser vem um gol, se você quiser ver o seu programa especial, você vai ter que pagar por ele.

Estamos falando de suas coisas totalmente diferentes. Acho que o caminho que adotamos é um caminho que está sendo trilhado com muita dificuldade, mas, com a participação da comunidade. Esses três instrumentos, que criamos dentro do Decreto nº 4.901, o Comitê Gestor e os Comitês de Desenvolvimento e Consultivos, têm a plena representação da sociedade.

Eu mesmo, como Presidente da Comissão de Educação, várias vezes insisti em que o Congresso é que tinha de estar mais presente dentro desses Conselhos, dentro desse Comitê.

Mas como ele, na realidade, está preparando um instrumento legal, o processo legal será todo feito aqui no Congresso Nacional, conforme antecipei anteriormente. Até sugiro ao Conselho que force, na realidade, esse entendimento.

Agora, não tenho como não destacar evidentemente a participação da radiodifusão no processo da TV Digital, porque esse processo, Celso, vem em etapas. Queremos, na realidade, que a TV Digital seja um avanço social. Não queremos isolá-la apenas àqueles que possam pagar por ela. Queremos que todo e qualquer cidadão neste País que tiver R\$40,00 e que já tenha o seu televisor em casa, que possa estar com acesso à TV Digital. E, com ela, teremos evidentemente o acesso a uma incrível e extraordinária fronteira do conhecimento, que vai da Internet banda larga até a todos os instrumentos de comunicação, à interatividade, à participação do telespectador nos programas de decisão. Gostaria até que, no futuro, essas audiências do Conselho pudessem estar incluídas na TV Digital, para que, de casa, pudéssemos votar também, juntamente com os senhores aqui. Isso será perfeitamente possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Obrigado, Sr. Ministro.

O último debatedor é o Conselheiro Gilberto Carlos Leifert, que representa as empresas de televisão.

**O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT** – Sr. Presidente, Sr. Ministro, obrigado pela oportunidade de participar desta audiência.

Na verdade, inscrevi-me para destacar o papel da radiodifusão, mas acredito que os esclarecimentos que o senhor acabou de prestar, bem como os comentários que fez a respeito do papel da radiodifusão, me deixaram muito satisfeitos. Creio também que o Comitê de Desenvolvimento, o Comitê Gestor e o Comitê Consultivo têm legitimidade para evoluir nas definições técnicas, tecnológicas, na questão dos investimentos e, sobretudo, naquilo que é motivo de preocupação relevante da radiodifusão, Sr. Ministro: a preservação do imenso capital cultural, artístico, da cobertura de todo o

espaço brasileiro da identidade nacional e, sobretudo, do emprego da mão-de-obra do artista brasileiro, do técnico brasileiro, que fazem, como o senhor acabou de dizer, o que recebemos como um imenso elogio, uma das melhores televisões do mundo.

De modo que existe legitimidade no Executivo e nas comissões técnicas do Congresso Nacional e mesmo na colaboração que este Conselho pode emprestar para suprir as necessidades de oferecer aos órgãos técnicos instituídos pelo Decreto nº 4.901, a opinião da sociedade civil, dos telespectadores, daqueles que desejam continuar recebendo o sinal da televisão aberta.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Quero agradecer inicialmente ao Sr. Gilberto Leifert as suas colocações e, inclusive, fazer uma observação de caráter técnico, porque quando separamos o papel das teles das empresas de telefonia no Brasil, não estamos fazendo porque o Ministro quer. Esses são os arts. nº 220, 221 e 222 da Constituição Federal, onde se diz claramente que a comunicação de massa no Brasil só pode ser exercida e feita por cidadãos brasileiros.

O Ministro não é contra, o Presidente da República não é contra, o governo não é contra. Mas, se quiser fazer diferente, tem de mudar a Constituição; tem que mudar o art. 222, principalmente, que é o que diz especificamente qual é o papel das teles, qual é o papel da televisão.

Eventualmente, vamos até fazer isso. Agora, por outro lado, quando destacamos a posição da TV Aberta, é porque, na realidade, pouca gente sabe que hoje o negócio de comunicações no Brasil está em torno, dizem, de 35 bilhões/ano, mas chega a 40, 45 bilhões/ano, dos quais, se a pessoa não se preocupar, apenas 7% dos 40 bilhões são obtidos pelas empresas de radiodifusão – televisão e rádio. Sete por cento... O resto todo. Todo! Pertence às empresas de telefonia. Eu fico até feliz de ver o Ronaldo labrudi do lado de cá, Faça para ele todas essas perguntas, porque ele é o competente administrador de uma grande empresa brasileira e, diga-se de passagem, quero até fazer um elogio para ele, para vocês verem como são as coisas. Se a Telemar, que ele representa, amanhã, chegar na Espanha e quiser comprar 51% da empresa de telefone de Salamanca, ela está proibida por lei. Ela só pode comprar 20%. Se ela chegar nos Estados Unidos e quiser comprar as ações da BellSouth, ela está limitada a 20%. No entanto, a telefônica sai de Madri, compra toda a companhia telefônica de São Paulo, que é maior que a Espanha inteira – porque o número de assinantes da companhia telefônica em São Paulo é maior do que toda a Espanha junta –, e não existe nenhuma limitação. Nós estamos limitados.

Agora, vejam só: fala-se em transmitir programas de televisão pelo telefone. Tem de pagar. Tem de pagar para quem produz, tem de pagar para o profissional, tem de pagar para o jornalista. Não tem de pagar para a empresa só não, para a Rede Globo, para o SBT, para a Bandeirante, para a tevê. Não! Tem de pagar para o profissional. Por isso que tem de ser regulamentado. Aí, quando digo que temos de regulamentar essa questão, aparece um coleguinha jornalista, lá de São Paulo, que diz assim: “Esse cara é um louco”. Louco por quê? Por que eu estou pedindo que se façam leis que regulamentem uma questão que é, na verdade, o momento da telecomunicação no mundo inteiro? Nos Estados Unidos está sendo assim, na Europa está sendo assim, na Ásia está sendo assim. Leis. Só. Mais nada. O que não pode é ficar sem lei! Porque, sem lei, cada um faz o que quer. Eu não sou contra, sou totalmente a favor. Este é um grande mercado, sem dúvida alguma. Eu mesmo amanhã quero estar com o meu celularzinho de ponta e dizer: “Ah, gostei do gol do Romário! Repete para mim!” E aí pago R\$2,00 para ver o gol de novo. Agora...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – O senhor não tem ninguém do Flamengo, não, Ministro?

**O SR. HÉLIO COSTA** – Nós já estamos muito feliz, Presidente, só de saber que não está rebaixado. Já estou feliz da vida! Não posso dizer a mesma coisa do nosso Atlético de Minas Gerais, infelizmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Pois é.

**O SR. HÉLIO COSTA** – Mas eu acho que é uma situação que precisamos corrigir, sem dúvida nenhuma. O ano de 2006 tem de ser o ano em que todas essas questões das telecomunicações e da radiodifusão têm de ser, no mínimo, amplamente discutidas aqui no Congresso Nacional, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Exmº Sr. Hélio Costa, Ministro das Comunicações, tenho uma responsabilidade muito grande, porque coube a mim expressar a alegria e a felicidade deste Conselho pela sua presença entre nós. Democraticamente e de primeira, V. Exª aceitou o nosso convite. Veio aqui, falou dos seus inúmeros projetos – todos eles de altíssimo nível –, ouviu as colocações dos nossos conselheiros, respondeu também democraticamente, mostrou as dificuldades para a execução dos mesmos, mas também nos desafiou, o que é uma coisa muito boa. Nós aceitamos e topamos o desafio. Esse marco regulatório da TV Digital, que deve ser endereçado depois à Câmara e ao Senado, V. Exª pode ter certeza absoluta que contará com o empenho deste Conselho para que seja esta a melhor forma de demonstrar nossa solidariedade com o seu esforço, e, ao mesmo tempo, contar com a nossa experiência, que existe nessa área, como é do conhecimento de V. Exª.



Quero agradecer muito a sua presença aqui; V. Ex<sup>a</sup> sabe que está sendo transmitido pela TV Senado, já é uma primeira etapa da futura presença nossa na TV Digital, para a qual estamos nos preparando.. Mas saibam com toda simpatia, enfim, admiração que temos pela sua vida exemplar de homem público e também de homem das comunicações, que apreciamos bastante o que foi dito aqui e esperamos que tenhamos o privilégio, novamente, de poder ouvi-lo mais para adiante quando V. Ex<sup>a</sup> estiver acumulado mais alguns itens da sua Pasta, o que não é fácil, mas sempre encontrará da parte do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional a solidariedade devida.

Muito obrigado Ministro.

Interrompo a nossa sessão por cinco minutos para que possamos nos despedir do Ministro Hélio Costa. (Palmas.)

*(Suspende-se a reunião.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Vamos voltar à nossa reunião.

Peço que estejam conosco o Dr. Evandro do Carmo Guimarães, Dr. Ronaldo labrudi, a Conselheira Berenice Bezerra. Cada um dos oradores terá direito a vinte minutos. Vamos falar em seqüência, Dr. Evandro primeiro, Dr. labrudi em seguida, cada um tem vinte minutos e depois o debate será generalizado até às 17 horas, o nosso horário costumeiro.

Eu gostaria de informar ao Plenário que, infelizmente, consultado, o ex-conselheiro, ex-presidente, querido amigo Dr. José Paulo Cavalcanti disse que não tem condições de comparecer aqui no dia cinco, por compromissos já assumidos.

Então, aguardaremos uma outra oportunidade para homenageá-lo, conforme é o desejo da unanimidade desta Casa. Faça-se o registro.

Dr. Evandro Guimarães é formado em administração pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, na turma de 1970. Iniciou sua vida profissional na Cibba Geyse como gerente de produto; trabalhou por muitos anos nas Bicicletas Caloi como gerente de marketing; ingressou na TV Globo de São Paulo em 1980, onde desempenhou diversas funções voltadas para o mercado interno; dirigiu a Central Globo de afiliadas, expansão e sobre seu comando foram implantadas mais de cinquenta emissoras nas diversas regiões do País; em 1997 foi nomeado vice-presidente de relações institucionais das Organizações Globo.

Terá seus vinte minutos e o agradecimento, antecipado, pela sua presença aqui no Plenário do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

Com a palavra Dr. Evandro.

O tema, como sabem, é convergência tecnológica.

## **O SR. EVANDRO DO CARMO GUIMARÃES**

– Boa-tarde, muitos amigos aqui, alguns que não revia há algumas semanas, envolvido com temas menos divertidos, menos importantes como esse da convergência tecnológica nos meios de comunicação.

Agradeço o convite do conselho, do Presidente, certamente não vou usar os vinte minutos. Porque o que tenho a dizer o Ministro já disse, na sua maneira muito mais equipada, muito mais competente, tendo em vista a grande experiência que ele teve como repórter e como jornalista. O que tenho a dizer fundamentalmente é que o Ministro acentuou, em vários momentos, a palavra nas respostas e na exposição que fez.

Temos uma questão nova. Dizem que a sociologia das invenções sugere que uma invenção acontece quando há necessidade social do invento e, simultaneamente, capacidade técnica de inventar. Esse é o berço onde surgem as invenções. Há algumas ou há muitas décadas, o mundo tem tornado a vida das universidades, das empresas, dos centros de pesquisa, da inteligência, em todos os países, um processo de invenção continuada, de invenção sistemática. O mundo globalizado é uma usina de invenções. Algumas delas são absolutamente estruturadas; outras, como a tecnologia digital, são capazes de mudar todo o conjunto anterior à sua existência.

O que temos visto nos últimos dez anos, que foram os anos em que nos preocupamos em servir, em prestar o melhor serviço de televisão gratuita à população brasileira? A necessidade de estarmos próximos, a capacidade de inventar equipamentos que realmente melhorem o serviço da radiodifusão e que sejam robustos e capazes, digamos assim, de ter viabilidade econômica para os operadores, mas principalmente para os cidadãos, para os telespectadores. O que temos visto é que a TV Digital, a televisão digital terrestre – falo desse que é o tema central da convergência quando se fala de televisão aberta –, em alguns países, andou muito lentamente em relação à violentíssima velocidade com que as empresas de telecomunicação fizeram seu processo de digitalização.

Amigos, o único sistema, no setor geral de telecomunicação e radiodifusão que ainda não foi digitalizado no Brasil, é a televisão. A televisão aberta brasileira, embora muitos pensem que não, tanto que é muito comum pessoas com idéia de regulamentar a televisão criarem tal tipo de programação, imponem tal tipo de restrição, restringirem tal tipo de comportamento, etc., a televisão aberta brasileira, aliás, em todos os países do mundo, é um dos segmentos da atividade empresarial absolutamente mais regulamentados que existem.

O Conselheiro Roberto Wagner, que fica em Brasília defendendo freqüentemente questões de radiodifusores, sabe que todo dia temos problemas e questões que envolvem a Anvisa, o Ministério da Justiça, o Ministério das Comunicações, a Anatel, enfim, temos uma quantidade enorme de problemas. A Constituição brasileira, de forma inteligente, subdividiu níveis de contato dos radiodifusores com várias instâncias do Executivo e com várias instâncias do aparelho Judiciário, de tal sorte que, se todas as manhãs quisermos fazer uma lista do que faremos ao dia, encontraremos dez, doze, quinze instâncias diferentes, além do Parlamento, onde se fala, onde se trata, onde se oferece determinado tipo de necessária troca de calor para que a televisão cumpra seu papel.

A televisão aberta no Brasil ainda não tem definido, mas está definindo um horizonte para sua digitalização. Os operadores de televisão no Brasil, há muitos anos, há muito tempo, desde que existem, sofrem uma regulamentação por meio de dispositivos constitucionais e infraconstitucionais bastante rigorosos e, com certeza, conhecidos da maior parte dos senhores. No entanto, não fomos capazes ainda de receber novas facilidades, como se diz no jargão de telecomunicações, para migrarmos para a era digital com tranqüilidade, o que, aliás, deveria ser entendido até como um interesse daqueles operadores de televisão que receberam uma concessão para operar que regularmente a operam e que têm sua verdadeira concessão e a renovação das suas concessões ratificada pela Câmara e pelo Senado. Ou seja, se vocês foram imaginar do ponto de vista de diploma legal de autorização para funcionamento, nada é mais rigorosamente ordenado, nada é mais rigorosamente sólido, do ponto de vista de concessão, do que as empresas de televisão, porque somos submetidos a processos, recebemos a concessão do Executivo, mediante licitação ou, as anteriores, mediante processos de licitação não remunerada, mas somos submetidos à avaliação das comissões especializadas e do Plenário da Câmara, da Comissão especializada e do Plenário do Senado, para renovarmos qualquer período pelo qual, no regime privado, prestamos esse serviço que não é um serviço público, mas é um serviço de interesse público.

Quero dizer que é muito importante o assunto em face dessa invenção que é o sistema digital de transmissão terrestre; é muito importante que, antes de entrarmos em qualquer assunto, a gente fale um pouquinho, como o Gilberto começou a falar, como o Ministro já falou, da importância da televisão aberta no nosso País.

Primeiro, falando aqui um pouquinho, estamos na Casa da Federação. Nesta Casa estão presentes

três senadores eleitos diretamente por cada Estado do País. Na Casa da Federação, na Casa que, proporcionalmente, contempla os Estados de maneira igualitária, precisamos lembrar que somos um País de dimensões continentais, somos cercados por povos amigos que falam o espanhol, recebemos influência absolutamente majoritária do país hegemônico que produz audiovisual no mundo, que são os Estados Unidos da América do Norte. Todos aqui já consumiram desde o *Walt Disney*, na infância, desde o pica-pau, enfim, todos nós consumimos o cinema, a televisão, as séries americanas, preponderantemente. E somos um continente que fala português. Neste continente, só nós falamos o português, com uma população econômica bastante elevada, e temos um modelo de televisão aberta que fornece uma programação nacional que fornece informação, entretenimento gratuito de alta qualidade, e fornece educação para todos os Estados do Brasil, preservando o significado nacional da comunicação e preservando o significado de cada Estado da Federação.

Senão, vejamos: o modelo brasileiro de radiodifusão preserva a existência de redes nacionais que se encarregam de fazer a ligação, o fornecimento de produtos para a sua produção ou para aquisição de seus direitos que demandam um nível de investimento bastante elevado, mas nem por isso os estados e as televisões regionais deixam de ter o seu talento local, o seu jornalismo local, o seu serviço público local de informação ao eleitor, por exemplo, no seu domicílio eleitoral, na sua área onde vota, do horário gratuito partidário em cada Estado ou até em sub-regiões dos respectivos estados.

Não consigo, na Casa da Federação, pensar em outra coisa a não ser em ressaltar o papel da televisão e esse grande discurso entre a televisão aberta brasileira, em português, cobrindo – estou vendo aqui um amigo do Amazonas, o Moreira – uma unidade de fronteira do Exército brasileiro no Amapá ou em Roraima e cobrindo um campo de mineração no interior, no sul do Pará ou no interior da Amazônia, ou uma unidade de fronteira no Rio Grande do Sul, onde o meu amigo Tonet nasceu. Ou seja, o País tem essa fronteira não geográfica, não topográfica, imaterial, que é a fronteira da comunicação de um para muitos, de brasileiros para todos os brasileiros, em tempo real, sistematicamente, garantindo isso – e nós não conseguimos fazer conta de quanto isso vale – que é verdadeiro amálgama da Nação.

Então, na Casa da Federação, para pensar um pouquinho na convergência, precisamos pensar o seguinte: se a televisão aberta tem sido tão importante para este País enquanto soberania, enquanto Nação,

como ficam esses brasileiros, empresários e profissionais, que investem no desenvolvimento da televisão brasileira há tantos anos, no momento em que uma perturbadora invenção capaz de multiplicar as fontes de distribuição de sinais de áudio e de sons chega a outros operadores que não receberam o mesmo diploma que a radiodifusão teve de perseguir e lutar.

Começamos a ver, então, aquilo a que o Ministro se referiu, uma necessidade de regulamentação, ou, pelo menos, a necessidade de uma pergunta – e vou ser breve. A Constituição brasileira para quem quiser ler com boa vontade, diz claramente que comunicação de um para um é telecomunicação; de um ponto para outro ponto, de um assinante para outro assinante. Radiodifusão é comunicação social, está próximo a jornais, revistas, rádio e televisão. Comunicação social é aquilo que forma opinião pública, que forma opinião da nação, e, por isso, é absolutamente tão “reiteradamente regulamentada” ou “reiteradamente em processo de demanda por regulamentação”. Então, pergunto, e é só esta pergunta que importa: A Constituição está certa ou errada? O espírito da Constituição de reservar a brasileiros a propriedade e a gestão de empresas voltadas a seus concidadãos ou reservar a brasileiros a comunicação de brasileiros para brasileiros está errado? Bom, essa é uma bela pergunta que poderia ter estado no referendo que houve sobre o desarmamento.

Todos os países do mundo consideram politicamente correta essa insistência nacionalista, e, frequentemente, sou chamado de nacionalista, porque esse nacionalismo é absolutamente politicamente correto. Todos os países do mundo tratam a questão da comunicação social, a comunicação dos nacionais de cada respectivo país para os seus concidadãos como algo de absolutamente significativo quanto à soberania daquela nação. A Constituição brasileira reflete um pouco isso. Houve uma emenda constitucional em 2002, aprovada por unanimidade, praticamente, no Congresso, que permitiu uma abertura de 30% do capital total e de 30% do capital votante das empresas de comunicação no Brasil, reservada aos brasileiros a direção da programação e absolutamente reservada a brasileiros a gestão das atividades das empresas de rádio, televisão, jornais e revistas. A pergunta que faço, então, é sempre esta: Se não acreditamos nesse veio ou nessa salvaguarda da nacionalidade quanto a essa atividade, temos uma discussão muito mais fértil, certamente para os engenheiros, para os administradores, para os planejadores econômicos das empresas, e muito menos de natureza política e cultural, e muito menos quanto à questão da preservação dos empregos intelectuais, técnicos e artísticos da respectiva nação. Eu

poderia estar aqui falando por um grupo num Senado de outra nação, se tivesse ela com o mesmo contexto geográfico no qual estamos.

Então, vou-me ater nessa primeira parte, eventualmente, para responder a perguntas depois ou para dar a minha modesta opinião, dizendo o seguinte: existe realmente um grande problema, reconhecido desde o tempo do Sérgio Motta. Lembro-me do “Serjão” preocupado, dizendo que precisávamos realmente de ter capital intensivo no Brasil. Mas comunicação é outra coisa. Falou-se muito, tem muita gente aqui do tempo do Sérgio Motta, que ele pretendia falar a Anacom. Mas o “Serjão” tinha uma visão correta do nacionalismo necessário nessa área e sabia que isso não podia correr solto, porque o País tem nesse instrumento a visão que permite ao povo do Amapá ver imagens do Rio Grande do Sul e se sentir brasileiro, instrumento que dá aos brasileiros o senso comum de ser brasileiro; ele sabia que isso era muito importante para ser tratado como um problema de capital mais ou menos intensivo simplesmente.

Acho que todos que acompanharam a evolução da regulamentação, da legislação, as novas mídias no Brasil, especialmente as pagas, cabo, MMDS, TV a Cabo, têm em mente que a televisão aberta sempre foi, pela sua importância, algo ligado à soberania e menos ligado à questão de serviços ao telespectador, de serviços e resultados para os operadores ou de características tecnológicas econômicas ou econométricas para determinado segmento da sociedade.

Eu convocaria todas as pessoas de boa-fé a pensar que a radiodifusão nacional é essencial para qualquer país do mundo, para o nosso particularmente, porque é um País extremamente desigual do ponto de vista demográfico, do ponto de vista de diversidade cultural – felizmente, temos diversidade cultural – e que é um País que conseguiu chegar, até este momento, a um ponto de produção nacional mínima que nos orgulha, que faz com que produtos audiovisuais brasileiros de televisão estejam hoje em mais de cem países do mundo.

Discutir convergência para mim é discutir um princípio, é remontar a conveniência ou não do espírito constitucional, reservar aos nacionais a propriedade efetiva e a gestão dos negócios que provêm informação, entretenimento e cultura aos brasileiros de todos os Estados, de todas as fronteiras, de todos os municípios.

Por enquanto é só, Presidente. (*Palmas*)

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado ao Dr. Evandro pelas suas considerações, fruto da sua grande experiência.

Convoco o Dr. Alexandre Kieling à mesa, para compor a nossa discussão em torno do tema. Ele é o presidente, o coordenador da Câmara de Conteúdo do Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Televisão Digital. Certamente terá uma contribuição a dar.

Pediria a S. S<sup>a</sup> que tivesse a honra de sentar ao lado da Dr<sup>a</sup> Berenice.

Quero dizer também, antes de entregar a palavra ao Dr. Iabrudi, que nós aceitamos o desafio do Ministro. Penso que caberá à Comissão Permanente de Televisão Digital dar os primeiros passos para criar esse marco regulatório da TV Digital.

Eu peço aos membros da Comissão que ajam de tal forma que possamos ter alguns elementos para conversar sobre isso já na próxima reunião.

Ao mesmo tempo, convoco a Comissão de TV Digital para participar com o Ministro de uma conversa que ele solicitou para abreviar... Não, essa conversa é com a Anatel, com o Dr. Ara Minassian, para dar consequência ao que nós aprovamos hoje aqui em plenário.

Assim, estão liberados, inclusive os membros da Comissão – a Dr<sup>a</sup> Berenice é parte importante –, para que possam, durante o período, no interstício entre esta reunião e a do dia 5, vir a Brasília fazer uma reunião e, quem sabe, conversar um pouco sobre TV Digital.

O Dr. Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira é Presidente da Telebrasil. Ele é Presidente também do Grupo Telemar, que compreende as empresas Oi, Contax, Pegasus, Oi Internet e a operadora Telemar. Ingressou na organização, em dezembro de 1999, para atuação na direção de unidades regionais, tendo assumido, em 2001, a presidência da operadora Telemar e, em 2003, a presidência do grupo.

Anteriormente, atuou como presidente da Ferrovia Centro-Atlântico. Teve atuação ainda como membro do Comitê Executivo do Grupo Gerdau, onde exerceu, durante onze anos, várias funções executivas. Iniciou sua carreira na Acesita, em 1974.

Na área acadêmica, foi professor da Fundação Dom Cabral, em 1984.

Ronaldo Iabrudi tem formação em Psicologia pela PUC de Minas Gerais, e Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, com curso de Doutorado em Mudança Organizacional, e de Mestrado em Formação de Adultos e Administração de Mudanças pela Universidade de Paris. Com a palavra, para os seus vinte minutos.

**O SR. RONALDO IABRUDI** – Obrigado, Sr. Presidente, Arnaldo Niskier, ao qual saúdo, agradecendo a oportunidade de estar aqui presente para fazer essa apresentação aos senhores. Gostaria também de, por meio da Dr<sup>a</sup> Berenice, cumprimentar todos os membros do Conselho, colegas que estão aqui presentes, colegas da Mesa, profissionais da imprensa.

Queria, primeiro, Sr. Presidente, comentar que o Ministro, muito gentilmente, falou que vocês poderiam fazer perguntas à vontade, porque eu era um presidente, o presidente da Telemar, mas quero, com toda humildade, dizer que aceitei esse convite como o representante da Telebrasil, que tenho a satisfação de ter comigo aqui o vice-presidente da Telebrasil, José Fernandes Pauletti, que é também presidente da Abrafix, está aqui conosco também o Sr. Aloísio Birro, que é o vice-presidente da Siemens, que é um membro da diretoria da Telebrasil, estou vendo o Fernando Mouzinho, que é vice-presidente de relações institucionais da NET, que é também um membro dessa associação que é a Telebrasil. Temos vários outros membros da diretoria e associados, que, evidentemente, não puderam estar aqui presentes, mas a Telebrasil é a associação do setor que melhor o representa. Temos associações das empresas fixas, das empresas móveis, das empresas que produzem equipamentos, softwares, e a Telebrasil representa mais de 100 empresas e várias associações. Então, por decorrência, não estou vindo defender uma posição e vou, inclusive, fazer uma apresentação, porque o que vou trazer para os Senhores decorre de um trabalho que a Telebrasil encomendou a Century, uma grande empresa especializada no setor, e à Guerreiro Associados, que, na pessoa do Guerreiro, que já foi presidente da Anatel, que tinha o papel de analisar quais são as tendências da evolução do setor de Telecom no mundo para que a gente pudesse se inspirar no Brasil e avaliar e propor caminhos. Acho que não tem lugar melhor do que esse. A gente está inaugurando. Nós fizemos uma primeira apresentação desse tema na Futuricom, que se realizou em Florianópolis, e estou muito honrado em ter a oportunidade de aqui apresentar aos Senhores, porque acho que este é o melhor fórum para a gente trazer esse assunto. A minha apresentação vai... Tenho um material que estou disponibilizando aos Senhores, um material de poucas páginas, mas, quem tiver interesse em aprofundar-se no assunto, esse estudo tem mais de 800 páginas de pesquisa, e o material que vou deixar tem no máximo 20 páginas. Vou muito rapidamente passar o modelo



brasileiro de telecomunicações para a gente entender de onde saímos e até onde chegamos. São dois slides sobre inclusão na sociedade da informação e convergência e vou encerrar com uma proposta para aperfeiçoamento do modelo brasileiro. Os objetivos do trabalho são basicamente oferecer para as autoridades, ou seja, para este Conselho, argumentos e necessidades de aperfeiçoamento do modelo brasileiro de comunicações. Aqui merece a gente fazer um rápido comentário. O nosso colega Evandro falou do Serjão aqui. Ele, muito sabiamente, quando iniciou essa empreitada de aperfeiçoamento das telecomunicações no Brasil, definiu metas para os próximos dez anos. Estamos vivendo hoje um momento onde boa parte dessas metas foi alcançada e nós não conseguimos enxergar quais as metas para os próximos dez anos. Então, a nossa contribuição é no sentido de trazer à reflexão e ao Legislativo qual o caminho que queremos seguir para permitir que as empresas possam continuar investindo e fazendo a inclusão social. Inclusão social com melhoria na qualidade de vida, com foco, porque telecomunicações é a infra-estrutura das infra-estruturas, sobretudo nas áreas de educação, saúde, previdência e crescimento sustentado.

Esse trabalho, que foi liderado pela Telebrasil e Sinditelebrasil, antes de chegar a um cenário, pesquisamos basicamente oito países com realidades diferentes e momentos de desenvolvimento, desde os Estados Unidos, passando pelo Chile, fomos à Índia, Itália, Coréia, Austrália, Reino Unido e Espanha.

Depois que analisamos o que estava ocorrendo com cada um desses países do mundo do ponto de vista de convergência nas comunicações, consultamos mais de cem representantes de empresas de mídia, fabricantes, governo, falando com vários líderes de governo que estão ligados ao setor de Telecom e falamos também e ouvimos várias associações. Quando digo falamos e ouvimos estou falando das duas empresas: Century e a Guerreiro & Associados que fizeram essa pesquisa.

O primeiro ponto que ficou muito claro é que existem momentos diferentes de adequação do modelo na visão de cada setor. Por exemplo, no setor de Telecom tem um grande percentual de 40 e 30% que acham que as políticas públicas estão adequadas ao contexto da convergência, quando você passa por TV por Assinatura isso diminui um pouco. Quando se chega à área de pesquisa e desenvolvimento, o número se torna muito pequeno. Quais as principais prioridades

de aperfeiçoamento do setor quando ouvimos esses cem representantes? A primeira que aparece é a carga tributária. Há uma preocupação muito grande com a modernização da infra-estrutura, com a inclusão digital, passando por fortalecer o órgão regulador e até estimular o uso de desenvolvimento de tecnologias.

O Ministro comentou sobre a receita do setor de comunicações do Brasil, quando olhamos a da Coréia é muito próxima à nossa, 40 bilhões de dólares; Estados Unidos 400, dez vezes mais; o Brasil está próximo da Coréia, com 39 bilhões. E uma realidade é que o setor de Telecom tem 93%, foi o comentário que ele fez, e de radiodifusão tem 7%. Do lado direito vocês não estão vendo, mas mostra que o Brasil, apesar de ter a menor receita quando comparada com a desses diversos países, é um dos países onde mais o cidadão fica em frente à televisão. Ele fica, no Brasil, cinco horas, em média, por dia, em frente à televisão, enquanto países como a Coréia ficam 60 minutos. No Brasil estamos falando em 300 minutos/dia em média.

Ao mesmo tempo, observamos que há uma baixa penetração da TV por Assinatura no Brasil. Nos Estados Unidos, que é um caso diferente, se compararmos com Espanha, Reino Unido, os países da Europa que tem um modelo mais parecido com o nosso, estamos falando em 24 na Espanha, 40 no Reino Unido, enquanto que no Brasil a penetração de TV por Assinatura está em torno de 9%.

Ao mesmo tempo, tem um investimento significativo. Temos hoje 11 milhões de possibilidades de TV por Assinatura e, na realidade, conforme o Ministro comentou, temos apenas 4 milhões, 3,8 milhões de clientes, enquanto que na banda larga estamos falando em menos de 400 mil clientes.

O modelo que foi criado, que levou à privatização das empresas de Telecomunicações, permitiu um enorme crescimento da penetração do serviço, inclusive chegando à saturação em vários serviços. Por exemplo, o serviço de telefonia fixa saiu de uma penetração de 10% e estabilizaram-se, em 2002, em 22% e têm-se mantido em 22%. Enquanto que o celular, em 1997, tinha uma penetração de 3%, mais do que multiplicou por dez. Ele está com 36% hoje.

Quando olhamos os diversos lares, as famílias de classe “c”, “d” e “e”, eles saíram na classe “c” de 36% e chegaram a 72%. E nas classes “d” e “e” de 11% chegaram a 46% e estão caindo para 38%. Enquanto que na teledensidade, que é a quantidade de telefones de uso público por mil habitantes, saímos de três

telefones públicos por habitantes para 7,9%, mais do que duplicamos esses serviços.

A questão que se coloca agora é como continuar incluindo uma população e mantendo a rentabilidade das empresas. Quando olhamos nos investimentos que foram feitos nenhum setor investiu tanto nos últimos anos quanto o setor de telecomunicações. Os investimentos chegaram a 130 bilhões desde 1997, que foi o momento que começaram a venda das licenças. E se tirarmos as vendas das licenças e olharmos só para infra-estrutura estamos falando de quase de 100 bilhões de investimentos.

Penso que uma questão que se coloca é da competição. Quer dizer, no celular tem-se um grande nível de competição, com nenhuma empresa tendo mais do que 40% do mercado. Numa longa distância tem uma competição muito grande, com nenhuma empresa tendo mais do que 25%. Já na telefonia fixa a competição é baixa, quando olhamos a telefonia fixa com telefonia fixa.

Os senhores todos sabem que a grande competição da telefonia fixa é com a móvel, mas não estou considerando isso. Quando olhamos por esse lado também na voz local hoje, no Brasil, temos um nível muito grande de competição.

Então, um dos objetivos de trazer para a discussão esse tema que é, sobretudo, desejável que continuemos investindo nos volumes que investimos nos últimos dez anos, porque é a forma que temos de incluir cada vez mais os brasileiros na inclusão social, por meio da inclusão digital.

Este quadro é um quadro que preocupa sobremaneira, porque, apesar de o País ter feito esse volume de investimentos, quando olhamos o custo de capital do País versus o retorno, o Roic, o retorno do investimento, pegamos empresa como a Telstra na Austrália ou a SBC, a Telecom Itália, a British Telecom, estamos falando em retorno de investimento em torno de 10%, todos acima de 8%, enquanto que, no Brasil, quando pegamos as fixas e as móveis estamos falando num Roic de 7,7%.

Sempre que acompanhamos o Roic temos que olhar, evidentemente, o custo do capital. E em todos os países, sem exceção, temos custo de capital menor do que o retorno dos investimentos, com exceção do Brasil, onde o OC médio de 2000/2004 foi em torno de 15%, com um retorno de 7%, temos um retorno de investimento negativo de 7%. Esses são todos os dados de balanços das empresas que foram pesquisadas.

Quando olhamos a carga tributária no Brasil, o que se percebe é que o Brasil tem uma carga tributária altíssima. Estamos falando em torno de 40%. É a maior carga tributária de todos os oito países que pesquisamos, sendo a menor da Índia. Mas a segunda menor é a ainda metade da carga tributária brasileira, que é a da Itália, em torno de 20%.

E um fator que preocupa sobremaneira é o volume de tributos que o setor paga, tem sido constantemente o dobro do volume de investimentos que o setor consegue realizar. Pegamos um dado de 2004, onde se investiram 11 bilhões e foram recolhidos de tributos quase 24 bilhões.

Estou procurando ser bem sucinto. A constatação óbvia é que a imensa maioria da população brasileira não tem renda disponível, porque hoje esses serviços, depois desses investimentos de 130 bilhões, em qualquer localidade com mais de 300 habitantes você tem serviço individual de telefonia e em qualquer localidade com mais de 100 habitantes, em qualquer região do Brasil, conheço bem a Região Norte, conheço razoavelmente bem o Nordeste, um pouco menos o Centro-Oeste, mas em qualquer uma dessas regiões, qualquer localidade, seja uma aldeia indígena, seja um rincão qualquer, você, tendo mais de 100 habitantes, tem telecomunicações e você tem uma disponibilidade muito grande de serviços e que a população não consegue ter renda para comprar esse serviço.

E uma outra questão crítica é que temos que buscar uma solução institucional para o setor das telecomunicações convergentes que melhor contribua para a melhoria da qualidade de vida da imensa maioria da população brasileira, a curto e médio prazo, e foi isso que vimos. E não estou trazendo aqui para os senhores experiências que foram desenvolvidas, por exemplo, no Chile, na Austrália, em Portugal, na British Telecom, onde, por meio de políticas públicas, você consegue, nem fazendo percentualmente o volume de investimentos que o Brasil fez, a inclusão dessa população de uma forma muito mais rápida do que o que a gente consegue visualizar daqui para frente.

Encerro, com isso, essa introdução do modelo. Vou usar mais quatro eslaides para falar um pouco da inclusão na sociedade e depois da proposta.

A barreira, sempre que falamos no Brasil temos que pensar no mínimo em dois Brasis. Você tem o Brasil dessa camada de baixo do quadrante, onde você tem uma população relativamente pequena com uma renda **per capita** muito alta, no analfabetismo muito

baixa e uma mortalidade infantil muito pequena, onde todos esses cidadãos estão absolutamente atendidos, do ponto de vista das comunicações, inclusive com várias opções de operadoras para prestação de serviço. E você tem, lá no lado direito, no alto do quadrante, uma outra quantidade enorme da população, estamos falando em quase 30 milhões de cidadãos, com uma renda **per capita** que é quase um décimo da renda **per capita** desse quadrante. O analfabetismo é vinte vezes maior e a mortalidade infantil é mais de dez vezes maior.

Passa a próxima, por favor. Para todos esses quadrantes tem infra-estrutura de telecomunicações, seja nessa população, você tem várias redes e várias possibilidades de serviços. E, lá em cima, com o PGMU, que é Programa Geral de Metas de Universalização, você tem possibilidades de atender ao cidadão por meio de acesso individual ou por meio de TUP, mas, conforme eu comentei, temos ociosidade na maioria das empresas porque a população não tem renda que seja capaz de pagar o custo da manutenção desses serviços. Então, nesse quadrante em cima, do lado direito, conforme comentei, e olhando experiências de outros países, é preciso e tem necessidade de políticas públicas para o uso efetivo do serviço.

Quando a gente olha também os diversos países, observa-se que os Estados, de um modo geral, seja Austrália, Índia, para pegar alguns, Estados Unidos e Reino Unido, estão trabalhando muito fortemente. E temos aqui um representante da Anatel, que é o nosso colega Ara Minassian, no sentido de adequar o marco regulatório às necessidades do mercado, às necessidades dos clientes. Então, você tem a unificação de órgãos reguladores de Telecom, telecomunicações e mídia, radiodifusão no Reino Unido e na Austrália. Isso está em discussão na Coreia, tem uma proposta na Índia. Tem também um trabalho de simplificação das estruturas de licenças para prestação de serviços, para citar um país, Austrália e Índia, e você tem diferentes abordagens para defesa da competição e implantação de serviço universal. Tanto nos Estados Unidos quanto na Coreia isso está bem evoluído, sobretudo na banda larga.

E depois dessa rápida visão do modelo e uma visão muito sintética, mas que mostra os dois Brasis que vivemos, um que tem toda a convergência e que tem toda a competição e um outro onde você tem a infra-estrutura, mas não tem capacidade de renda para atender esse cidadão. A Telebrasil traz uma pro-

posta para discussão do aperfeiçoamento do modelo brasileiro.

Então, o desafio nosso é implementar soluções que acelerem o desenvolvimento social no Brasil, levando, conforme eu comentei, por meio de políticas públicas nessas regiões, nesses 27 milhões de habitantes, para viabilizar o uso dos serviços básicos e de nova geração. E expandir os benefícios da sociedade de informação para todos. Quer dizer, você pegar a experiência do Chile ou da Índia. O Governo, ele faz licitações e você, qualquer uma empresa pode participar e uma vez aprovada essas licitações, tem um fundo especial que subsidia a inclusão dessa população, porque elas não têm condições de bancar os serviços de Telecom.

E na parte debaixo, a preocupação e o que a gente viu em outros locais do mundo, é a expansão do serviço de nova geração com soluções convergentes. O cidadão hoje busca ter um único provedor de comunicações para atendê-lo na sua residência. Então, essa é uma tendência e nós entendemos que no Brasil nós temos que evoluir nas duas direções.

O setor de comunicações é um esplendoroso instrumento para alavancar o desenvolvimento econômico-social. Conforme eu comentei, por termos de infra-estrutura, nós temos capacidade em nível de desenvolvimento de serviços fazemos uma grande inclusão, trazer um benefício social muito grande, com a promoção do desenvolvimento socioeconômico muito grande. Você teria vários objetivos para 2015 e um deles seria contribuir para redução da pobreza extrema, promover a educação básica para todos. Quer dizer, hoje já temos experiências em vários Estados, onde você, por meio da banda larga e da inclusão, multiplica o conhecimento para localidades remotas que antes não tinham esse tipo de informação. Contribuir para redução da mortalidade interna e materna e contribuir para o desenvolvimento sustentado.

Em termos de uso do serviço, o que está muito claro e de tudo que nós víamos, é que há uma necessidade de universalizar o uso efetivo. Não adianta você ter o serviço. Você tem de ter a capacidade do cidadão de utilizar o serviço, inclusive para as populações mais carentes e de regiões mais remotas.

Do ponto de vista de oferta, também está muito entendido, do que nós vimos, que há uma necessidade de incluir as tecnologias de informação e de comunicação, as redes, as grandes redes de telecomunica-

ções, para que haja uma oferta muito mais integrada e de inclusão digital.

Do ponto de vista da indústria nacional, e eu estou encerrando, Presidente, nós achamos que o Brasil, por tudo que nós vimos, ele pode se constituir num grande centro mundial de produção de conteúdo. O Brasil tem de um lado o nível de conteúdo, conforme o próprio Ministro comentou com a gente aqui que “não deixa nada a perder de outras televisões e de outras empresas de desenvolvimento de conteúdo do mundo”. E tem de um outro lado, um investimento em infra-estrutura de R\$130 bilhões.

O desenho do trabalho que nós trouxemos é que nem um setor, que é o setor de Telecom tem capacidade para desenvolver conteúdo, porque desenvolver conteúdo é uma coisa que exige um nível completamente de gestão diferente de uma empresa Telecom. E também um setor que tem o conteúdo, ele não tem hoje, e o Brasil por ser um País pobre, como é, ele não pode se dar o direito de investir outros R\$130 bilhões numa rede, para oferecer para a população esse tipo de serviço.

Então, o que nós precisamos trazer efetivamente, e esta Casa é o melhor lugar, para que a gente possa refletir sobre a necessidade dessa regulamentação e trabalhar nesse sentido, porque são coisas conflitivas, a gente sabe disto, para o mais rapidamente possível o povo brasileiro possa usufruir desse potencial enorme que é o conteúdo que nós desenvolvemos e esse investimento de R\$130 bilhões que foi feito nos últimos anos.

Era essa a minha contribuição e eu fico à disposição para um eventual questionamento que eu possa responder. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Parabéns ao Dr. Ronaldo labrudi, Presidente da Telebrasil. Foi, enfim, a experiência de um homem que vive o dia inteiro em cima do assunto e, particularmente, eu fiquei contente porque V. S<sup>a</sup> entendeu o papel do nosso CCS. É, exatamente, um órgão de reflexão. Nós, por decreto, somos responsáveis por uma atividade auxiliar do Congresso Nacional. Então, parece-me que aqui é o fórum adequado para que essas coisas sejam debatidas e levado a quem de direito.

Muito obrigado pela sua contribuição.

O primeiro inscrito para o debate é o Conselheiro Roberto Wagner, a quem concedo a palavra.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, meu caro Evandro, Dr. Ronaldo labrudi,

este tema ficou muito claro na exposição do Sr. Ministro. Eu diria que se há um tema relevante hoje no nosso País, sem dúvida é este, da convergência tecnológica, porque envolve negócios de investimentos altíssimos e também o direito difuso do povo brasileiro à proteção da cultura nacional – o interesse do Brasil.

Deixo aqui uma indagação ao Dr. Ronaldo labrudi e também ao Dr. Evandro. Existe um nó jurídico, e o próprio Ministro admitiu a hipótese de haver a necessidade de uma Emenda Constitucional. Mas vejam os nossos dois palestrantes, por exemplo, no nosso serviço de tevê, a tevê por satélite não tem regulamentação; a TV a Cabo tem uma regulamentação onde 49% do capital votante pode ser adquirido por uma empresa não nacional e na TV Aberta a regulamentação se fixa em 70% do capital votante, que tem que ser de brasileiros. Já nos serviços de radiodifusão, 70% é do capital nacional – serviços de telecomunicações sem restrições e, também, os serviços de informática, sem restrições. E há um complicador: a Constituição fala que os meios de comunicações não podem ser objeto de monopólio ou oligopólio.

Nós estamos aqui na Anatel, já há algum tempo, examinando a possibilidade jurídica da fusão da Sky com a DIRECTV. Eu sempre tinha me posicionado, de alguma forma, com preocupação, mas, depois, Sr. Presidente, estudando melhor e ouvindo as partes interessadas, verifiquei que a operação da Sky com a DIRECTV, que poderia configurar um monopólio se fosse vista separadamente, observando-se dentro de um contexto de TV por Assinatura, iria representar 30% e, no mais, 35% da base de assinantes. Portanto, penso que a Anatel, quando de fato examinar, vai ficar mais a cavaleiro para aprovar essa operação.

Agora, as tevês abertas brasileiras estão nos preocupando, e também à sociedade civil, quanto à questão dos conteúdos porque, a meu ver, está claro na Constituição – e o Ministro também entendeu assim – que a produção de conteúdo – no Capítulo V, Comunicação Social – pertence às empresas de radiodifusão, que têm a limitação de 70% do capital votante de brasileiros. Mas há uma ausência flagrante de legislação, e penso que vai envolver uma reforma da nossa Constituição, o que é um complicador. De sorte que o que eu queria ...

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Falou. Exatamente. Ele admitiu essa hipótese.

Senhor Presidente, parabeno os dois palestrantes, que foram realmente exemplares, e V. S<sup>a</sup>, que tor-



nou possível esta audiência pública. Gostaria também de fazer uma sugestão para que o nosso Conselho, junto com os representantes dos setores envolvidos – radiodifusão, telecomunicações e de informática –, formássemos um grupo de trabalho para rapidamente tentarmos criar aquilo que para o Conselho seria a legislação necessária. Ficou muito claro nas palavras do Ministro um convite para que o Conselho se tornasse pró-ativo e trouxesse para cá essa discussão a fim de que pudéssemos elaborar, com certa brevidade – se for o caso de reforma da Constituição –, as alterações no texto constitucional e também para criarmos indicações de legislações ordinárias sobre esse tema.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Depois, darei a palavra ao Dr. Ronaldo Labrudi para as suas considerações finais.

Dr. Alexandre Kieling, coordenador da Câmara de Conteúdo do Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Televisão Digital.

Com a palavra e, sabendo que V. S<sup>a</sup> não tem comparecido sempre, nesta ocasião V. S<sup>a</sup> terá cinco minutos para expor o seu pensamento a respeito ou fazer alguma pergunta a um dos dois palestrantes.

**O SR. ALEXANDRE KIELING** – Sr. Presidente, gostaria de agradecer esta oportunidade e cumprimentar os demais Conselheiros e demais presentes para que possamos aproveitar estes cinco minutos e trazer algumas preocupações da Câmara de Conteúdo.

Não podemos aqui trazer preocupações gerais do Comitê Consultivo porque representamos apenas a Câmara de Conteúdo. Vou trazer algumas questões que já são consideradas gerais pela Câmara.

A Câmara entende que essa questão da TV Digital não pode ser tratada apenas no âmbito tecnológico ou no âmbito da administração do espectro de radiodifusão. Até pela sua própria natureza, por reunir todos os produtores de conteúdo e reunir também outras bases de distribuição desse conteúdo, por exemplo, Internet, cabodifusão, a Câmara acredita que esta é uma grande oportunidade para se discutir de uma maneira geral o que nós estamos chamando de economia do audiovisual brasileiro, entendendo não apenas o segmento de radiodifusão ou segmento de Telecom como segmentos que deveriam ter analisado o seu aspecto de modelo de negócio, o seu aspecto de sustentabilidade, mas tentar ver, em toda essa oportunidade de convergência, a perspectiva de uma produção de conteúdo numa visão de cadeia produtiva em que cada

ator vai cumprir um papel e haverá uma ação estratégica que passa por políticas públicas, por políticas de desenvolvimento que vai gerar outras oportunidades de negócio e que vai gerar uma ação estratégica do País para que possamos chegar a uma capacidade inclusive exportadora dessa produção de conteúdo e desse desenvolvimento de tecnologia.

A Câmara entende que esta é uma grande oportunidade para se discutir essas questões todas, tentar ampliar um pouco esta discussão. E nós acreditamos que os exemplos que foram aqui apresentados, sobretudo esses dados das Telecons, servem de elementos para ratificar essa nossa preocupação e mostrar o quanto é fundamental, o quanto seria prioritário que se olhasse como um todo isso que nós estamos chamando de economia do audiovisual, tentando olhar o papel de todos os produtores de conteúdo, tentando ver de uma maneira conjunta todas as bases de distribuição desse conteúdo e não apenas a radiodifusão, e não apenas a questão das Telecons.

Mas, quando se discute isso, discute-se também uma perspectiva de marco regulatório que envolva todas essas bases, porque já foi dito, e muito bem destacado, o quanto nós temos algumas condições de produção de conteúdo no País. E essa condição de produção de conteúdo não pode ser específica de uma base de distribuição desse conteúdo, mas ela deve estar presente em todas as formas de distribuição desse conteúdo.

Nessa perspectiva, entendemos que também deve acompanhar essa política de desenvolvimento econômico, essa constituição de uma cadeia produtiva do seguimento audiovisual, uma política industrial focada nesse segmento.

Enxergamos por toda essa experiência, até porque eu represento, dentro do Comitê a Associação Brasileira de Tevês Universitárias e, pela nossa natureza, temos vínculos com todas as instituições que, de alguma maneira, estão participando desse processo de pesquisa que mobiliza 90 instituições brasileiras, enxergamos que temos uma capacidade de geração de inovação, uma capacidade de desenvolvimento de tecnologia, que nos colocam na perspectiva de uma política industrial, que identifique, de alguma maneira, todas essas perspectivas.

De qualquer sorte, o que entendemos como fundamental, e este Conselho tem um papel importante nisso, é nos auxiliar nesse olhar macro para o problema e nesse olhar mais global para essa questão da

convergência e não apenas as questões pontuais, que são as questões que têm sido recorrentes nas nossas discussões.

Não tem como não ver a política de semicondutores, a política de microeletrônica, a política de desenvolvimento de *software* e *hardware* como uma perspectiva de inserção nossa num outro patamar no mercado internacional, principalmente porque houve, a partir das instituições brasileiras, um forte investimento na formação de recursos humanos, na formação de laboratórios, para que reunamos, hoje, uma capacidade instalada que tenha a perspectiva desse desenvolvimento.

Portanto, Sr. Presidente, representando aqui a Câmara de Conteúdo, representando aqui as instituições de ensino superior, que trabalham na produção de conteúdo audiovisual neste País, gostaríamos de trazer a este Conselho essa perspectiva de convidá-los a se somarem nessa questão que estamos trazendo, para que haja uma avaliação um pouco mais ampla e não tão restritiva do problema, quanto à pressa em definir o sistema de TV Digital tem-nos imposto.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado, Dr. Alexandre Kieling. V. S<sup>a</sup> é nosso convidado para, em uma próxima oportunidade, aprofundar ainda mais o tema que foi apresentado com uma síntese muita bem-feita.

Com a palavra, o Conselheiro Paulo Marinho.

**O SR. PAULO MARINHO** – Obrigado, Presidente. Quero apenas fazer um registro. Hoje, pela manhã, estava vendo num jornal uma reportagem sobre os aparelhos celulares e não faz muito tempo, o aparelho celular – e isso está descrito, hoje, no jornal, quando iniciamos aqui a telefonia móvel no Brasil e tem, inclusive, uma foto do aparelho – era uma mala que o sujeito carregava e tinha no carro um fio, em que se ficava conectado. Aliás, é uma reportagem muito interessante, para até revisitarmos esse período, que não é tão longínquo.

Enfim, recordo-me até que comprei por US\$2,5 mil na época um telefone celular que se colocava na mala do carro o aparelho e ficava com o fone dentro do automóvel.

Hoje, no Brasil, estamos dando os primeiros passos da telefonia de terceira geração, enquanto no mundo já estão se falando na quarta geração. E acho que é um pouco por questão do avanço da tecnologia que estamos aqui, neste momento, discutindo

justamente esse tema da convergência do conteúdo, os interesses do setor de telefonia e de radiodifusão, que são, como o Dr. Ronaldo disse, conflitantes, e nós todos sabemos.

O Dr. Evandro, numa apresentação exemplar, ao final da sua apresentação, deixou-nos a impressão de que a questão da radiodifusão no Brasil é uma questão até de soberania nacional, mais do que uma questão de negócio. E vejo que as empresas de telefonia justamente tentam levar isso para um outro caminho, o caminho do negócio, muito menos por essa discussão da soberania, se é uma questão de soberania cultural e tal.

Enfim, fiquei muito impressionado com a apresentação que o Dr. Ronaldo fez em relação à situação do mercado. Fiquei impressionado no sentido da falta de perspectiva do setor de telefonia. Tenho ações de uma companhia de telefonia e estou pensando em vendê-las hoje. Hoje não dará tempo, mas, talvez amanhã, dado o quadro apresentado do setor de telefonia no Brasil, sobretudo pelo investimento que foi feito no passado, com a taxa de retorno comparada com taxa de países da Europa, países de Primeiro Mundo. Enfim, tudo me deixou muito impressionado.

Se eu fosse da Accentury talvez nem tivesse cobrado por esse trabalho dada a situação do setor. Eu teria feito até um desconto pelo trabalho.

Esse registro é tão-somente para mostrar que está claro e está posto para todos nós a posição de dois setores que movem a economia brasileira e que detêm um poder extraordinário. Nós do Conselho teremos de dar a atenção que merece esta discussão. O meu registro é no sentido de ressaltar, primeiro, as grandes diferenças que separam os dois setores e os seus respectivos interesses e, de novo, a atenção que este Conselho deve dar à discussão deste tema.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Obrigado a V. S<sup>a</sup>.

O último debatedor é o Conselheiro Paulo Tonet Camargo.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Muito obrigado, Presidente.

Na verdade, vou colocar uma preocupação e fazer uma pergunta ao Ronaldo e ao Evandro, desde já cumprimentando ambos e também ao meu conterrâneo Alexandre Kieling pela exposição que fez aqui.

As duas colocações são impressionantes, mas vou me centrar nas colocações do Dr. Ronaldo por

uma questão muito simples. O gráfico que mostra o faturamento das empresas de telecomunicações e do faturamento das empresas de radiodifusão, ao contrário do que disse o Paulo Marnho, reflito que nós temos de mudar de emprego, Evandro, porque do jeito que está o faturamento de empresas de radiodifusão **vis-à-vis** às empresas de telecomunicações é um negócio incrível. Trata-se de um percentual de 93% para 7%.

Por outro lado, o incrível projeto apresentado aqui – o qual já conhecia e com o qual fiquei muito impressionado – parte do pressuposto de uma inclusão da informação para a sociedade e, para haver essa inclusão, é preciso que haja uma inclusão social antes de qualquer outra coisa. O projeto é meritório por isso. Mas, se não houver essa inclusão social, não há capacidade de pagamento. Se não há capacidade de pagamento, não há capacidade de pagamento de serviço tarifado e, conseqüentemente, essa idéia de inclusão, de universalização efetiva do serviço de telecomunicação, ficaria prejudicada. Mas vejam que temos uma forte capacidade de faturamento e uma forte capacidade de captação de recursos a baixo custo.

De outro lado, temos a difusão, como o Evandro colocou. Vou procurar me centrar – porque nas questões de conteúdo e soberania o Evandro foi muito feliz, e eu não preciso mais falar sobre isso – no ponto de vista empresarial. De outra parte, temos um setor, como o é o de radiodifusão, com grande capilaridade, com grande universalidade, com baixo faturamento; com um nível regulatório muito alto e com uma baixa ou quase nenhuma possibilidade de captação de dinheiro barato.

Essas são as duas realidades: de um lado, está a radiodifusão fazendo conteúdo com alta capilaridade, com alta universalização e baixa capacidade de faturamento. De outro lado, estão as televisões com alta capacidade de faturamento, de captação de dinheiro, mas com inferior capacidade de capilaridade e de universalização em relação à radiodifusão e tendo um anteparo, assim como o anteparo da radiodifusão é a participação do bolo publicitário no PIB – estou falando com um experto aqui, que é o Gilberto Leifert –, o anteparo para o desenvolvimento das teles é a condição social do País. Ou o País inclui, na sociedade de consumo, a imensa massa que hoje está fora ou, então, haverá uma barreira de crescimento. Vale dizer que os dois lados têm barreiras de crescimento e que ambos têm problemas para resolver: radiodifusão e telecomunicações.

Há uma diferença fundamental que ficou bem clara tanto na colocação do Evandro, quanto na apre-

sentação do Ronaldo – permita-me tirar os “doutores” – que é a questão da diversidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Só peço que o Conselheiro olhe o relógio.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Para concluir, Sr. Presidente.

Ambas as apresentações mostram a dificuldade que se tem em relação à necessidade de uma uniformização de regulamentação nos setores. Isso, propriamente, na apresentação do Ronaldo.

Partindo dessas premissas, a pergunta vai aos dois: não há aqui um momento, uma linha, um ponto de contato em que sejam convergentes os interesses no sentido de fazer a inclusão social, no sentido de trazer mais gente para dentro dessa inclusão social? Considerando os limites das teles e da radiodifusão, será que não há – aqui eu apelo para a criatividade – um início para vermos um ponto de convergência, um ponto de início?

Penso, sinceramente, Sr. Presidente, que talvez o Governo devesse iniciar nesse ponto de convergência. Se não iniciar, não há problema. O Conselho de Comunicação Social é um excelente fórum para isso.

Fica a pergunta: não existe um ponto de convergência, tendo sempre como pressuposto a inclusão social?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Obrigado a V. S<sup>a</sup> e a todos que participaram de uma das magníficas reuniões que tem realizado o CCS. Hoje foi um dia cheio. O auditório jamais deixou de estar cheio. É a prova do interesse pelo tema.

Com a palavra, para suas considerações finais, o Dr. Evandro Guimarães e, depois, o Dr. Ronaldo Labrudi.

**O SR. EVANDRO DO CARMO GUIMARÃES** – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade. Tentarei retomar com simplicidade, desculpando-me com o Ronaldo. Ronaldo, recebi essa apresentação do Graciosa e do Guerreiro antes. Sei que você a fez com brilhantismo. Desculpe-me por ter-me ausentado um pouco, mas conheço a apresentação em detalhes. Conheço esse trabalho que foi encomendado pela Telebrasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Depois, ele lhe telefona.

**O SR. EVANDRO DO CARMO GUIMARÃES** – Está bom.

Quero voltar a alguns conceitos muito simples e que são, na verdade, um pedido à reflexão. Eu não

chegaria ao extremo do Paulo Marinho, que falou em vender ações das companhias telefônicas. Eu não chegaria a isso, porque há outros vetores no desempenho das companhias que as preocupações e os planejadores estratégicos. Nós todos conhecemos consultores de planejamento estratégico que se enganaram redondamente. Tal é pujante a infra-estrutura e a infra-estrutura a desenvolver nas telecomunicações do Brasil que as companhias continuarão a dar um bom resultado. Não vejo nenhuma calamidade. Creio que o Paulo não deve vender suas ações.

Falando de ações, há algo muito importante: telecomunicações é infra-estrutura, é capital intensivo, é muito dinheiro, é empréstimo a 2% a 3% ao ano, senão não é viável. Infra-estrutura de telecomunicações é algo muito importante. Conheço um exemplo para falar da convergência que acompanho há 25 anos na TV Globo.

A Embratel, então estatal, lançou satélite com o BrasilSat e alugou para as empresas de radiodifusão – Bandeirantes, Record, SBT, Manchete – aquilo que se chama, em telefonia, facilidades, ou seja, alugou um *transponder* de 36 megahertz ou meio *transponder* aqueles que queriam ter uma área de iluminação menor. Infra-estrutura é infra-estrutura, é possuir um espaço enorme para desenvolvimento empresarial, para racionalidade, para produtividade, para aplicação de capital intensivo, para gerenciamento correto.

Radiodifusão está falando mais de alma, de conteúdo mesmo, do diploma legal, de falar de um para “n”. Quero crer que, embora isso possa ser aperfeiçoado, nós não devíamos mais, a esta época da nossa existência como democracia, nos preocupar com oligopólio ou com monopólio. Enquanto um companheiro falava aqui, eu me lembrei que em São Paulo, só em São Paulo, estão no ar hoje com televisão aberta a Rede TV!; a Bandeirantes; a Record; o SBT; a Gazeta; a MTV; aquela empresa MaxiMídia, antiga Jovem Pan do grupo Objetivo, do Di Gênio; a Globo; a CNT; a Cultura; a Rede Mulher; a Rede Vida; a Gospel, uma fundação ainda não instalada – Rádio Eldorado de São Paulo –; a Cable-Link, que é outra empresa de venda; a Fundação Evangélica Boas Novas, que é a Jesus Sat; a TV Carioba, que é a geradora de retrotransmissão; Canção Nova e Shop Tour. Quer dizer, não dá para falar muito de monopólio ou de oligopólio; não dá para falar muito de *in condent*, daquele que é o detentor dos dutos ou dos direitos de passagem nos postes, como é o caso das companhias de telefonia fixa, que assim adquiriram. Em radiodifusão não dá para falar em oligopólio

e monopólio. Dá para falar em diferenças de aplicação, diferenças de resultado no conteúdo produzido e ofertado, diferenças de qualidade na oferta técnica dos sinais. Mas no Brasil não há a menor chance de falarmos disso. Nesse sentido, quero encerrar saudando o comentário do companheiro gaúcho com relação a conteúdo. Eu acho que você tem toda a razão. Eu acho que a TV Digital nos remete, e cada vez mais vai nos remeter, a uma demanda por melhores conteúdos. Você vai gravar programas com mil linhas, as mulheres bonitas vão ficar menos bonitas, os cenários vão precisar ser mais bem elaborados, os programas têm que ser mais bem gravados, mais bem produzidos, mais bem pós-produzidos. Isso é complementar; não é exclusivo nem é interferente. Quer dizer, o Brasil já mostrou que tem diversidade cultural, literatura, capacidade artística, capacidade cultural e inventividade para produzir audiovisual. Nós já estamos com produtos em mais de 100 países do mundo de maneira muito sistemática. Apesar de estarmos gravando num sistema ultrapassado, apesar de falarmos português – se falássemos espanhol ou inglês, o mercado seria um pouquinho maior; português, se sabe, o mercado é um pouquinho menor. Então, temos que freqüentemente transcodificar; nós temos que fazer dublagem com uma certa dificuldade, mas já temos uma demonstração e vamos todos comemorar isso. Temos uma capacidade de mostrar mais a nossa cara, o nosso jeito, a nossa forma, o nosso senso comum de ser brasileiro lá fora. Então, cumprimento-o pela sua preocupação, embora isso seja uma atividade complementar à TV Digital, que, como se trata fundamentalmente de agilizar a seleção de um modelo útil para os operadores, adequado para os telespectadores, pode corrigir essa decisão que deve ser agilizada com relação à TV Digital terrestre, corrigir o fato de que há um único meio importante no setor de telecomunicações, como se fez. Eu costumo sempre separar e não concordo com essa idéia da OIT, da ITU, de que radiodifusão é telecomunicações. Não concordo. Comunicação social é diferente de telecomunicações. Mas, aceitando esse conglomerado de números, eu diria desse conglomerado o único grupo de negócios que não teve acesso ao mundo digital somos nós. Precisamos disso com pressa, senão corremos o risco realmente de naufragar. Isso é mais arriscado do que as notícias eventuais sobre crises no horizonte das empresas de telefonia fixa ou celular.

Agradeço mais uma vez, Presidente.

Muito obrigado. (Palmas.)



**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Muito bem. Parabéns ao Dr. Evandro pela participação de alta expressão e, agora, para o fecho, o Dr. Ronaldo Iabrudi.

**O SR. RONALDO IABRUDI** – Eu queria sugerir ao nosso Conselheiro Paulo Marinho que não vendesse as ações das teles, mas, se o senhor é um bom investidor – está no Globo de hoje –, compre da Net, que foi a que mais valorizaram nos últimos doze meses. Então, é uma oportunidade para o senhor...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Mas agora o dinheiro dele acabou.

**O SR. RONALDO IABRUDI** – Eu queria comentar também que o Dr. Evandro falou, que em Telecom a gente capta 2% ou 3% ao ano. Tudo que ele conseguir eu quero, porque nós captamos a Libor mais 4%, 4,5% e, quando se interna esse dinheiro no Brasil, tem-se de fazer um estudo da taxa de *juros*, que fica entre 110%, 115% ao ano. Essa é a realidade do setor que investiu 130 bilhões nos últimos 10 anos.

Mas eu queria me ater à questão do meu colega, do nosso conselheiro Paulo Ricardo Tonet, porque ele traz uma questão que considero fundamental, ele colocou o seguinte: não há nenhum ponto de convergência. Nós, na Telebrasil, entendemos que há. Vou repetir o final da minha apresentação: nós achamos que o Brasil é um dos países que mais evoluiu do ponto de vista de conteúdo nos últimos 15 anos, a exemplo da Índia. A Índia, há 15 anos, colocou a meta de ser um grande país de desenvolvimento de *software*, tem crescido 37% ao ano e é hoje um dos maiores sucessos de visão estratégica de um País, isso é um *case*. Acho que no Brasil nós temos tudo para ser um dos países de maior desenvolvimento de conteúdo. Sendo um país com essa característica e tendo feito investimento de 130 bilhões – como o setor de Telecom fez – eu acho que dá toda disposição e todo interesse em ter pontos de convergência.

O nosso conselheiro Roberto Wagner falou da necessidade de regulamentar, de fazer uma regulação do setor. Eu acho que é fundamental, Sr. Presidente, é fundamental, Srs. Conselheiros, porque, para a gente continuar investindo nos patamares que eu mostrei para os senhores, 10, 12, 15 bilhões por ano, nós precisamos ter clareza e o órgão regulador ter um papel fundamental e esta Casa ter um papel fundamental no sentido de orientar qual a direção do órgão.

Eu queria mais uma vez, Sr. Presidente, agradecer. É uma oportunidade ímpar estarmos aqui representando uma associação e não uma empresa, um agrupamento de empresas, ter oportunidade de apre-

sentar essa contribuição fundamental para podermos enxergar o Brasil nos próximos 10 anos e o setor continuar investindo.

Obrigado a todos.(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Meus amigos, quero agradecer a todos, particularmente ao meu amigo Evandro Guimarães, não menos amigo Ronaldo Iabrudi, à querida Berenice Bezerra, que me ajudou dando seus conselhos. Também ao Alexandre, que deixou a promessa de voltar para trabalhar conosco no assunto da sua preferência.

A 11ª Reunião será no dia 5 de dezembro, com a seguinte Ordem do Dia: **Item 1**, de manhã, Regimento Interno do Conselho, revisão, segunda parte. O assunto será tratado pelo Conselheiro Roberto Wagner, com a ajuda dos seus dois outros companheiros que estão trabalhando na matéria. **Item 2**, regulamentação de proteção e defesa dos direitos de defesa do consumidor de TV por Assinatura, prazo legal; Conselheiro Gilberto Leifert; **Item 3**, relatório sobre atribuição de classificação indicativa a programas jornalísticos ao vivo, Ofício nº 78, de 2004, do Diretor do Departamento de Justiça, classificação, títulos e qualificação do Ministério da Justiça, Conselheiro Paulo Tonet; à tarde, audiência pública Convergência Tecnológica, apresentação do Dr. Ruy Lima, Presidente da Vivo e um debate, que terá bastante tempo, sobre as Comissões Permanentes e o seu funcionamento.

A todos o meu muito obrigado.

DOCUMENTOS PERTINENTES À  
10ª REUNIÃO (ORDINÁRIA),  
DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL,  
REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 2005,  
A SEREM PUBLICADOS JUNTAMENTE  
COM A ATA, NO **DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**:

- Lista de Presença; (1 folha)
- Lista de Votação; (1 folha)
- Lista de Presença dos convidados; (1 folha)
- Alteração do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social. Alterações sugeridas pelo Conselheiro Roberto Wagner; (2 folhas)
- Relatório do Conselheiro Gilberto Carlos Leifert sobre Nota Técnica nº 7/2005, sobre “ABUSIVIDADE E ILEGALIDADE DA COBRANÇA POR PONTO ADICIONAL DE TV A CABO.” (8 folhas)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h34min.)

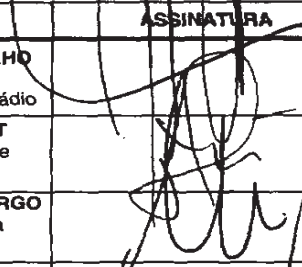

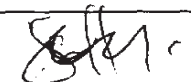
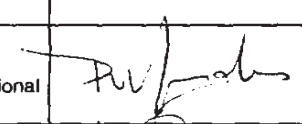



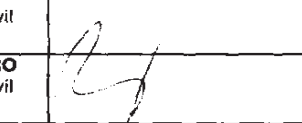
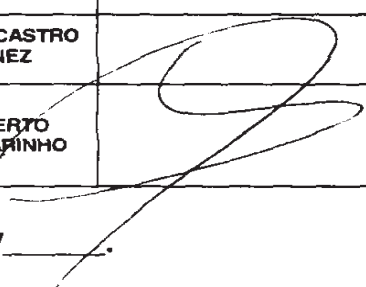
**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**10ª REUNIÃO DE 2005**  
**(ORDINÁRIA)**

**EM 7 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 10H30,  
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

**LISTA DE PRESENÇA**

**Presidente: ARNALDO NISKIER**  
**Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO**

	TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
I -	<b>PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO</b> Representante das empresas de rádio		<b>EMANUEL SOARES CARNEIRO</b>	
II -	<b>GILBERTO CARLOS LEIFERT</b> Representante das empresas de televisão		<b>ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO</b>	
III -	<b>PAULO RICARDO TONET CAMARGO</b> Representante de empresas da imprensa escrita		<b>SIDNEI BASILE</b>	
IV -	<b>FERNANDO BITTENCOURT</b> Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		<b>ROBERTO DIAS LIMA FRANCO</b>	
V -	<b>DANIEL KOSLOWSKY HERZ</b> Representante da categoria profissional dos jornalistas		<b>CELSO AUGUSTO SCHRÖDER</b>	
VI -	<b>EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO</b> Representante da categoria profissional dos radialistas		<b>MARCIO CÂMARA LEAL</b>	
VII -	<b>BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA</b> Representante da categoria profissional dos artistas		<b>STEPAN NERCESSIAN</b>	
VIII -	<b>GERALDO PEREIRA DOS SANTOS</b> Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		<b>ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO</b>	
IX -	<b>DOM ORANI JOÃO TEMPESTA</b> Representante da Sociedade Civil		<b>SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR</b>	
X -	<b>ARNALDO NISKIER</b> Representante da Sociedade Civil		<b>GABRIEL PRIOLLI NETO</b>	
XI -	<b>LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO</b> Representante da Sociedade Civil		<b>PHÉLIPPE DAOU</b>	
XII -	<b>ROBERTO WAGNER MONTEIRO</b> Representante da Sociedade Civil		<b>FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ</b>	
XIII -	<b>JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO</b> Representante da Sociedade Civil		<b>PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO</b>	

Visto: \_\_\_\_\_

Presidente

, em \_\_\_\_\_




**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**10ª REUNIÃO DE 2005**  
**(ORDINÁRIA)**

**EM 7 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 10H30,  
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

**LISTA DE PRESENÇA DOS CONVIDADOS**

**Presidente: ARNALDO NISKIER**  
**Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO**

	TITULARES	ASSINATURA	Observação
I -	<b>HÉLIO COSTA</b> - Ministro de Estado das Comunicações		
II -	<b>EVANDRO DO CARMO GUIMARÃES</b> - Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo		
III -	<b>RONALDO IABRUDI DOS SANTOS PEREIRA</b> - Presidente da Telebrasil - Associação Brasileira de Telecomunicações		
IV -			
V -			
VI -			
VII -			
VIII -			
IX -			
X -			
XI -			
XII -			
XIII -			

Visto:  , em 7/11/2005.  
Presidente

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**10ª REUNIÃO DE 2005**  
**(ORDINÁRIA)**

**EM 7 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 10H30,  
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

**LISTA DE VOTAÇÃO**

**Presidente: ARNALDO NISKIER**

**Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO**

Relatório do Conselheiro Gilberto Leifert sobre Nota Técnica 07/2005, expedida em conjunto pelo Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado de Minas Gerais, sobre a "ABUSIVIDADE E ILEGALIDADE DA COBRANÇA POR PONTO ADICIONAL DE TV A CABO."

	TITULARES	VOTO		SUPLENTE	VOTO
I -	<b>PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO</b> Representante das empresas de rádio	5	I -	<b>EMANUEL SOARES CARNEIRO</b>	
II -	<b>GILBERTO CARLOS LEIFERT</b> Representante das empresas de televisão	5	II -	<b>ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO</b>	
III -	<b>PAULO RICARDO TONET CAMARGO</b> Representante de empresas da imprensa escrita	5	III -	<b>SIDNEI BASILE</b>	
IV -	<b>FERNANDO BITTENCOURT</b> Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		IV -	<b>ROBERTO DIAS LIMA FRANCO</b>	
V -	<b>DANIEL KOSLOWSKY HERZ</b> Representante da categoria profissional dos jornalistas		V -	<b>CELSO AUGUSTO SCHRÖDER</b>	5
VI -	<b>EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO</b> Representante da categoria profissional dos radialistas		VI -	<b>MARCIO CÂMARA LEAL</b>	
VII -	<b>BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA</b> Representante da categoria profissional dos artistas	5	VII -	<b>STEPAN NERCESSIAN</b>	
VIII -	<b>GERALDO PEREIRA DOS SANTOS</b> Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	obtenção	VIII -	<b>ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO</b>	
IX -	<b>DOM ORANI JOÃO TEMPESTA</b> Representante da Sociedade Civil	5	IX -	<b>SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR</b>	
IX -	<b>ARNALDO NISKIER</b> Representante da Sociedade Civil	5	IX -	<b>GABRIEL PRIOLLI NETO</b>	
IX -	<b>LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO</b> Representante da Sociedade Civil		IX -	<b>PHELIPPE DAOU</b>	
IX -	<b>ROBERTO WAGNER MONTEIRO</b> Representante da Sociedade Civil	5	IX -	<b>FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ</b>	
IX -	<b>JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO</b> Representante da Sociedade Civil		IX -	<b>PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO</b>	5

VISTO: 



**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 11ª REUNIÃO DE 2005  
(ORDINÁRIA)**

**DIA 5 DE DEZEMBRO DE 2005,  
SEGUNDA-FEIRA, ÀS 10H30,  
NA SALA Nº 6 DA ALA SENADOR NILO COELHO**

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião de 2005 (Ordinária) do Conselho de Comunicação Social, realizada em 05 de dezembro de 2005, segunda-feira, às 10h30, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Conselheiro Arnaldo Niskier, destinada a: **“Convergência Tecnológica nos Meios de Comunicação”**. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros:

**ARNALDO NISKIER**  
Presidente

**PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO**  
Representante das empresas de rádio

**PAULO RICARDO TONET CAMARGO**  
Representante de empresas da imprensa escrita

**GILBERTO CARLOS LEIFERT**  
Representante das empresas de televisão

**EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO**  
Representante da categoria profissional  
dos radialistas

**GERALDO PEREIRA DOS SANTOS**  
Representante das categorias profissionais  
de cinema e vídeo

**ROBERTO WAGNER MONTEIRO**  
Representante da Sociedade Civil

**JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO**  
Representante da Sociedade Civil

**DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**  
Representante da Sociedade Civil

Estiveram presentes, também, os convidados: **JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO**, Advogado e ex-presidente do Conselho de Comunicação Social; e **LUIS AVELAR**, Vice-Presidente de marketing da Vivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Efusivamente. Já trocamos algumas idéias inclusive a respeito de algumas rimas impossíveis. Ele é especialista e também se encontra em plena produção de um livro que talvez o leve à Academia, que é uma interpretação

das múltiplas vidas de Fernando Pessoa – já encontrou 114 heterônimos, o que é raro. Confesso – sou leitor de Fernando Pessoa, de sua vida e tudo o mais, inclusive andei vendo coisas em Lisboa e em Coimbra sobre ele. O trabalho do Cavalcanti me parece inédito. Na época própria, merecerá todas as nossas homenagens.

O Conselheiro Paulo Tonet faz sua primeira observação e, portanto, gostaríamos de sua colaboração, pois o consideramos como membro desta Casa, com todas as honras a que faz jus o nosso grande ex-presidente.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Obrigado, Presidente.

Saúdo o sempre Presidente José Paulo Cavalcanti, com a licença do nosso Presidente Arnaldo Niskier, para lhe dizer que a sua colaboração como advogado, como jurista e como partícipe, enfim, da confecção do primeiro Regimento Interno do Conselho é valiosa para nós, neste momento em que discutimos a sua alteração.

O § 2º do art. 3º, que trata do encaminhamento das manifestações quando das solicitações do Poder Executivo ou de entidade da sociedade civil, diz o dispositivo em vigor que “terá sempre como referência o seu papel de órgão auxiliar do Congresso Nacional e será encaminhada pelo Presidente do Senado Federal”.

O objetivo da proposta, que pedi fosse remetido a todos os companheiros, era tão-somente tornar um pouco mais claro aquele dispositivo, levando em consideração aquilo que o dispositivo trazia. Na verdade, a situação de que o Conselho de Comunicação Social é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Ora, nesse sentido, ao dizer que as manifestações serão sempre encaminhadas pelo Presidente do Senado Federal, há, no texto, uma dubiedade: se as solicitações e o encaminhamento são, ambos, encaminhados pela Presidência do Senado ou se tão-somente a manifestação.

Assim, a sugestão de texto que coloquei à consideração de todos de “que as solicitações do Poder Executivo ou de entidades da sociedade civil, bem como as manifestações do Conselho serão sempre encaminhadas por intermédio do Presidente do Senado Federal” traz a idéia do princípio de que, sendo um órgão auxiliar, todo o expediente das manifestações do Conselho, quando externas ao Congresso Nacional, devem passar pela Presidência do Senado Federal e também a sua resposta. Isso, se os eminentes Companheiros e o Sr. Presidente se lembrarem, foi exatamente o objeto daquela preliminar por mim levantada e que – acho – hoje podemos superar perfeitamente e entrar no mérito – pelo menos esse é o meu propósito relativo aquele tema quanto à classificação indicativa – mas, fundamentalmente, o objetivo desta norma é

esclarecer a questão do encaminhamento. Aí, parece-me que, inclusive – agora que o Conselheiro Roberto Wagner chega – podemos sugerir que este tema talvez resolva a questão do encaminhamento, que preocupava o Conselheiro Roberto Wagner, com justa razão, que qualquer funcionário de qualquer escalão de um órgão público pudesse se dirigir ao Conselho solicitando a sua manifestação. Então, inclusive na proposta do Conselheiro Roberto Wagner, que está aqui para deliberação do Conselho, traz uma limitação daqueles que poderiam se manifestar perante o Conselho relativamente ao Poder Executivo. Ora, na medida em que todas as solicitações que chegarem ao Conselho vierem via Presidência do Senado, ainda que sejam de qualquer escalão ou de qualquer pessoa, quando chega a este Conselho, chega com a chancela da Presidência do Senado Federal. E, aí, não compete a nós discutirmos se devemos ou não, se temos competência ou não. Na medida em que vem da Presidência do Senado, está resolvido, nós temos de responder. Nós não podemos dizer ao Presidente do Senado que nós não vamos responder a S. Ex<sup>a</sup>. Então, o objetivo deste texto que apresento à consideração e à opinião de todos é de realmente afastarmos essa questão das possibilidades de preliminares sobre se devemos ou não responder qual é o escalão que mandou ou não, porque, na medida em que o Presidente do Senado encaminha para cá, S. Ex<sup>a</sup> está chancelando, e nós vamos responder a S. Ex<sup>a</sup> e S. Ex<sup>a</sup> responderá a quem de direito.

Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, esse é o objetivo da proposta que apresentei à consideração de todos, em auxílio à proposta que anteriormente tinha sido apresentada pelo Conselheiro Roberto Wagner, que estou integralmente de acordo, mas tenho a impressão que esta redação resolve definitivamente essa questão, evitando que percamos tempo na discussão preliminar aos méritos que temos de nos manifestar, se devemos ou não responder a esta ou àquela autoridade.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Gostaria que o Conselheiro Roberto Wagner, a quem saúdo, assumisse a coordenação dos trabalhos do processo de revisão. Em tempo oportuno, ouviremos também o Conselheiro ex-Presidente José Cavalcanti porque, com todo mérito, dirigiu os trabalhos do primeiro Conselho e deve ter noção do que precisa ser modificado.

Roberto Wagner já tem um primeiro desafio. Sobre a emenda, elaborada pelo Conselheiro Paulo Tonet, gostaria de saber se está de acordo e, como membro, agora como Relator do processo, a ele incumbirá também a redação final, que não sei se necessariamente ainda hoje teremos condições de fazer. Com a palavra o Conselheiro Roberto Wagner.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, eu estava viajando; essa é a razão pela qual cheguei um pouco atrasado. Peço escusa a V. Ex<sup>a</sup> e aos meus colegas conselheiros.

Dentro do espírito que norteou o nobre Conselheiro Paulo Tonet, fico em dúvida somente, e consultaria o Conselheiro, quanto às solicitações do Poder Executivo ou de entidades da sociedade civil. Penso que eu diria as solicitações do Poder Executivo e também do Poder Judiciário. Nada impede que amanhã um membro do Poder Judiciário, que não é uma entidade da sociedade civil, também possa se dirigir ao Presidente do Senado e encaminhar algum tipo de sugestão ou de indagação ao Conselho, porque todas as legislações que são originárias do Legislativo têm implicações jurídicas. Então, para não parecer que houve uma exclusão do Poder Judiciário, eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que examinasse a hipótese de a redação ficar a seguinte: “As solicitações do Poder Executivo e do Poder Judiciário ou de entidades da sociedade civil...” Fora isso, estou inteiramente de acordo com o que manifestou o nobre Conselheiro Paulo Tonet. Muito Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Conselheiro Paulo Tonet.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Eminente Conselheiro Sr. Presidente, Conselheiro Roberto Wagner, agradeço porque realmente isso passou batido. Já que estamos colocando o Poder Executivo, é importante que coloquemos também o Poder Judiciário. Concordo plenamente com a sugestão do Conselheiro Roberto Wagner.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Se ninguém mais deseja falar sobre essa emenda, coloco em votação.

Os que estiverem de acordo com a versão...

Com a palavra o Conselheiro José Cavalcanti; em seguida, o Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

**O SR. JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO** – Sr. Presidente, eu não ia falar porque a minha presença, de um lado, é o cumprimento de um dever de afeto, a chance de rever tantos amigos, especialmente prestar uma homenagem à figura do Presidente. Achava que bastaria vir aqui, mas, de qualquer forma, sendo advogado, a gente não consegue ficar calado.

Eu queria fazer duas observações rápidas. Não tenho observação alguma quanto à inclusão do Poder Judiciário, mas, a rigor, ao incluir o Poder Judiciário, em princípio, descumpre-se a Lei nº 8.389, que, no art. 2º, refere-se aos casos encaminhados pelo Congresso Nacional. De qualquer forma, já tomamos a liberdade de avançar em relação ao art. 2º, acrescentando que, além do Congresso Nacional, além do Poder Executivo, incluímos a sociedade civil. Nada a opor. Agora, a

minha leitura do § 2º, conselheiro, é diferente. Não é o que chegar por meio do presidente do Senado, mas o que sair pelo Senado.

Gostaria de dar uma colaboração. O § 2º não diz respeito ao que entra, ao que vem para o Conselho; diz respeito às manifestações do Conselho, que, segundo me indicou a assessoria, têm de sair, necessariamente, pelo presidente do Senado. Ao ouvir o Conselheiro Paulo Tonet, pareceu-me que ele leu o § 2º como se fossem os pedidos feitos ao Congresso, filtrados a partir do presidente do Senado. Se eu entendi mal, fica sem efeito o que eu disse. Não tenho o texto com a sugestão dele, mas o § 2º se refere ao contrário: ao que sai daqui, em resposta aos pedidos. O senhor tem o § 2º aí para... (Pausa.)

Não, é só suprimir... Essa é a sugestão dele?

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Essa é a do Conselheiro Tonet.

**O SR. JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO** – Então, não muda nada. Era melhor ter ficado calado. Ele apenas suprime, tendo como referência o papel de órgão auxiliar do... É isso? Ah! então, não mudou nada. Fiquei com a sensação de que era a chegada das comunicações por intermédio do Presidente do Senado.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Veja, mas é exatamente isso.

**O SR. JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO** – Mas o § 2º não trata disso.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Pois é, mas, na medida em que o § 2º deixa clara a questão de ser o Conselho de Comunicação Social um órgão auxiliar – diz que é um órgão auxiliar –, então, todas as manifestações deverão ser feitas via presidência do Senado.

**O SR. JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO** – Essa foi a informação do pessoal da assessoria técnica, que diz que órgão auxiliar tem até poder para receber, mas não pode comunicar-se com outros órgãos, senão por intermédio...

Eu não sei disso, não. Seria bom checar, porque dizem que só pode ser assim.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Esclarecendo a proposta, o objetivo é o seguinte: tivemos aqui uma consulta feita pelo departamento de classificação indicativa do Ministério da Justiça, de que fui Relator. Levantei, então, uma preliminar, baseado no que estabelece a lei, nas atribuições do Conselho de Comunicação Social, não o colocando como um órgão consultivo, porque, na verdade, havia uma consulta do Ministério da Justiça – claramente a palavra consulta – como órgão consultivo do Poder Executivo. Então, levanta-se a preliminar; quer dizer, não nos podemos

manifestar a respeito de uma consulta do Poder Executivo. Agora, se essa consulta do Poder Executivo ou de qualquer entidade da sociedade civil vier pelo presidente do Senado, desaparece o problema.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Claro.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Desaparece a preliminar. O objetivo é que não percamos tempo, se devemos ou não responder a essa ou aquela entidade; quem manifestou? O presidente da entidade? Onde está a prova de que ele é o presidente da entidade? Se vier pela presidência do Senado, resolve-se esse problema. O objetivo foi tão-somente este e que, sem dúvida alguma, vamos perder... E já nos atrasamos duas reuniões na apreciação daquela questão, em função da preliminar. Foi este o objetivo: não só a saída, como também a entrada por meio da presidência do Senado, e não há nenhuma dúvida de que será remetido para cá, mas, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, como está no dispositivo, resolveríamos o problema. Esse foi o objetivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Concedo a palavra ao Conselheiro Gilberto Leifert.

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Bom-dia, Sr. Presidente, bom-dia, Dr. Cavalcanti. Tenho muita satisfação em revê-lo.

Presidente, a vantagem da proposta que o Conselheiro Tonet acaba de enunciar reside exatamente no novo balizamento das atividades do Conselho, em conformidade com o art. 2º da Lei nº 8.389, que o instituiu. O art. 2º determina que o Conselho de Comunicação Social terá como atribuição a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito do Título VIII, Capítulo V, da Constituição Federal. Acredito, portanto, que o enunciado desse dispositivo, como proposto pelo Conselheiro Tonet, facilitará os nossos trabalhos pois o órgão que auxiliamos, o Congresso Nacional, é que direcionará as demandas e receberá as respostas da Casa.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Obrigado, Presidente. Saudações ao José Paulo, nosso colega da outra gestão, e um bom-dia a todos os demais.

Presidente, quero fazer um apelo a este Conselho em relação a essa questão da revisão do Regimento. Procede, é importante, é algo natural essa avaliação de tempos em tempos e, aliás, no nosso caso, desde as primeiras reuniões da segunda gestão, vimos debatendo e conversando sobre a eficiência ou alguns problemas oriundos do Regimento Interno deste Con-

selho, que foi aprovado na primeira gestão e também pela Mesa do Senado. Já foram feitas algumas análises, alguns estudos, é importante o trabalho do colega Roberto e do Tonet, entendo ser importante à inclusão do Poder Judiciário como colocou o Roberto, aliás, é imprescindível que se coloque isso.

No entanto, gostaria de solicitar, dado o pouco tempo que tem este Regimento – estamos na segunda gestão do Conselho –, que tivéssemos mais algum tempo, mais algumas reuniões específicas deste grupo antes de definirmos qualquer tipo de mudança, já que, até o momento, não tivemos algo que se consolidasse como prejuízo ao andamento dos trabalhos do Conselho por conta de uma palavra, parágrafo ou artigo do Regimento. A meu juízo, não houve prejuízo fatal para o andamento dos trabalhos do Conselho até o momento.

São necessárias mudanças, aprimoramento? Concorde, isso é necessário – colega Tonet e Roberto, digo isso com todo respeito e entendendo que as mudanças poderão até trazer benefícios para o Conselho –, mas que nos permitamos um tempo a mais de análise para, quem sabe, o resultado dessa mudança ser o melhor possível para o Conselho e para o Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Obrigado ao Conselheiro Geraldo.

Com a palavra o Conselheiro Dom Orani.

**O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** – Bom-dia a todos.

Creio que a questão de revisão é importante, é interessante e faz parte da atualização. Porém, o Título II fala das atribuições do Conselho, e o parágrafo 2º fala que “Quando em atendimento (...) será encaminhada pelo Presidente”, como disse o José Paulo. A nova redação coloca isso de outra maneira, fala das solicitações que serão encaminhadas. Há, portanto, uma diferença no enfoque que é dado. Então, seria interessante que contemplássemos isso para não colocar algo diferente, embora seja importante o esclarecimento; que a redação esteja em consonância com o título.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Antes de passar a palavra ao Conselheiro Wagner, queria apenas ponderar com o Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos o seguinte. Na sessão passada nós levantamos essa mesma questão, e o Plenário decidiu que haveria a discussão em torno do assunto. Eu poderia, democraticamente, abrir de novo a discussão sobre se devemos ou não prosseguir nessa discussão, mas vamos lembrar que seria realmente um prejuízo para o Conselho se, a cada sessão, nós fôssemos rever a anterior e submeter a votos o que já foi decidido.

V. Exª terá toda chance de, ao longo do processo, dizer a sua opinião e propor... Ano que vem poderemos muito bem reabrir o assunto. Não existem as PECs, por que não podemos ter emendas ao nosso Regimento?

Pondero isso e pergunto se V. Exª insiste em que coloque a votos a discussão em torno do Regimento.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Sr. Presidente, talvez a interpretação não esteja bem clara. Concorde com a necessidade de reavaliação do Regimento, apenas ponderei e fiz um apelo que, evidentemente, será ou não atendido, no sentido de que esta votação acerca de mudanças concretas no texto não fossem efetivadas nesta reunião de hoje, mas que houvesse mais uma ou duas reuniões de estudo específica desse grupo a fim de que tivéssemos mais condições. Por exemplo, há uma dúvida do colega Dom Orani João Tempesta.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Mas a reunião é para isso, para tirarmos as dúvidas.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – O ex-Presidente também levantou uma dúvida: se tudo o que chega tem que passar...

Longe de mim ser contrário a mudanças que venham a favorecer o Conselho. Sou a favor. Mas talvez não exatamente hoje estejam esgotadas as dúvidas para que possamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Mas também não temos nenhuma certeza de que vamos definir isso hoje. Se há necessidade de uma redação final, ela certamente não será aprovada hoje, mas em uma próxima reunião que prevejo seja em março.

Então, vamos prosseguir. Com a palavra o Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, penso que o grupo que estudou essas alterações – que, reputo, são necessárias e simples – na verdade, está tentando dar maior abrangência de acesso ao nosso Conselho. E essa maior abrangência depende, evidentemente, da vinda ao Conselho via Presidente do Senado.

E sobre essa alteração que sugeri e que o nobre Conselheiro Paulo Tonet Camargo entendeu que é procedente, isto é, a inclusão do Poder Judiciário, penso que deveríamos votá-la porque não é um assunto polêmico e estaremos aumentando, inclusive, o leque de acesso ao Conselho, regulamentando, entretanto, que esse acesso seja feito sempre por intermédio da figura do Presidente do Senado.

Não vejo, então, por que não votar, já tendo o grupo que ficou encarregado de estudar chegado a uma conclusão de que a redação feita pelo Conselheiro



ro Tonet, com aquele pequeno adendo que sugeri, é perfeita a que o Conselho pretende.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Vou colocar em votação.

Os que estiverem de acordo com a proposta do Conselheiro Paulo Tonet permaneçam como se encontram.

Está aprovado.

A proposta seguinte, penso, está a cargo do Conselheiro Gilberto Carlos Leifert. Houve uma sugestão sua também sobre a mudança.

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Sr. Presidente, na fase de estudos, convergi com a opinião do Conselheiro Tonet, de maneira que não tenho nada a acrescentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Devolvo a palavra ao Conselheiro Tonet, porque ele ainda tinha uma outra questão.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Sr. Presidente, a minha questão era simplesmente esta: sugeri esta redação cujo objetivo, na verdade, é esclarecer. As outras sugestões eram do Relator, Conselheiro Roberto Wagner.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Conselheiro Roberto Wagner.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, li e revi o antigo Regimento Interno que, de alguma forma, ajudei na sua redação, e cheguei à conclusão de que no art. 20 deveria ser incluído o inciso XVII para dar a V. Ex<sup>a</sup>, Presidente do Conselho, de uma forma muito específica, a competência para representar o Conselho junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais entidades públicas, porque no nosso Regimento não fica explícito isso e penso que a figura do Presidente do Conselho tem que ter o maior respaldo possível no nosso Regimento. Esta é a razão pela qual sugeri a inclusão do inciso XVII, dando ao Presidente do Conselho, de uma forma muito clara, autoridade para representar o Conselho junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais entidades públicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Conselheiros que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada a inclusão do inciso XVII.

Continua com a palavra o Relator.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, sugeri também uma alteração no art. 26, que passaria a ter a seguinte redação:

Art. 26. Por proposta de qualquer de seus membros, o Conselho de Comunicação Social poderá criar até cinco Comissões Temáticas com objeto e composições definidas na reunião do Conselho que as constituir. [Praticamente manteve a redação.]

O Presidente do Conselho, em caso de relevância ou urgência, poderá criar até 2 (duas) comissões especiais para tratar de temas específicos, com prazo para apresentação de relatório não superior a 30 (trinta) dias corridos, contados à data imediata da sua instalação.

É o caso, por exemplo, da convergência tecnológica, de alguma matéria que o Ministro das Comunicações resolva colocar em pauta, e o Conselho, estando com 5 (cinco) comissões já constituídas, não teria como tratar, em termos de comissão, assunto que entendêssemos relevante ou urgente.

Essa é a razão pela qual seria interessante se pudéssemos deixar essa possibilidade em nosso Regimento. Se o Presidente do Conselho e o Plenário achassem que o assunto de fato é relevante e urgente, poderiam criar por 30 (trinta) dias, com prazo improrrogável, uma comissão para tratar e definir a opinião do Conselho sobre o tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Em discussão.

Com a palavra o Conselheiro Leifert.

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Sr. Presidente, como o art. 26 confere ao próprio Conselho a criação das Comissões Temáticas, parece-me, sem demérito à atribuição do Presidente do Conselho, que o dispositivo deveria estabelecer que o Conselho poderá criar até 5 (cinco) Comissões Temáticas e, em razão de relevância ou urgência, poderá criar outras 2 (duas) comissões especiais. Acredito que essa proposta teria mais consonância com o que está estabelecido no atual art. 26.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Tem a palavra o Relator.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, a sugestão do Conselheiro Leifert é a minha, com uma redação diferente. Mantendo o espírito da possibilidade de se criar até duas Comissões Temáticas, pela relevância ou urgência de algum assunto, com esse prazo, para não se estender porque o assunto é urgente, não vejo como se possa discutir uma nova redação. Mantendo o espírito que eu imaginei, assunto relevante, urgente, o Conselho tem de ter condições legais para criar uma comissão temática para atender a urgência e a relevância daquele tema. Sendo isso, a redação para mim é o menos importan-

te; o mais importante é o espírito que norteou a minha sugestão, dar ao Conselho essa possibilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Até porque não podemos prever quais serão as solicitações que virão via Presidência do Senado. Se houver uma solicitação de urgência do Presidente do Senado, não temos mecanismo no Regimento para atender a esse pedido de urgência. Não será somente o nosso convencimento de que, depois de uma fala, por exemplo, do Ministro das Comunicações, devamos fazer uma ou outra comissão temática de prazo curto. O problema é a possibilidade de vir uma solicitação do alto e termos essa condição.

Com a palavra D. Orani.

**O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** – Sr. Presidente, creio que a proposta é interessante, mas talvez fosse importante acrescentar um § 2º, e não ali no texto do art. 26, porque o que vem no § 1º, com a redação anterior ou com a nova redação que proponho supõe que a Comissão terá prazo definido de seis meses. E, lá em cima, já se coloca prazo de 30 dias no próprio **caput**. Seria interessante, como é algo novo, que se colocasse como § 2º e não dentro do **caput** do artigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Tonet.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Concordo com os três. Vou tentar fazer uma síntese. O Conselheiro Roberto Wagner coloca como importante termos um dispositivo que assegure a criação, em caso de urgência, de uma comissão com prazo estabelecido. O Conselheiro Gilberto apenas coloca que a forma de estabelecimento dessa criação, a deliberação quanto à criação da comissão seja a mesma atual do **caput** do art. 26. Quer dizer que, em vez de o Presidente do Conselho criar e compor, o Conselho aprova, na mesma forma que está no art. 26. E o Dom Orani sugere que isso seja feito apenas em um parágrafo, o § 2º, que acho fica perfeito.

Então, tentei fazer uma síntese das três opiniões, com as quais não sei se o Conselheiro Wagner concorda.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – É isso. Está de acordo. Então, estamos em condições de votar. Os que estiverem de acordo com a síntese apresentada pelo Conselheiro Paulo Tonet queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Prossegue o Conselheiro Wagner.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, finalmente, não tenho aqui, mas a Assessoria talvez pudesse nos dar, cópias das nossas comissões temáticas, a grande maioria foi criada em

2002 e 2003. E, até hoje, estão inconclusas, o que é muito ruim porque engessa o Conselho.

Temos cinco comissões temáticas. Se essas comissões temáticas, já passados três anos, não realizarem um trabalho final, para que pudéssemos apresentar ao Congresso Nacional o relatório final, completo e conclusivo...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Se me permite um aparte, quero dizer que esse foi o maior desafio que encontrei na Presidência. Não tenho como responder ao que seria, até no meu caso, quase uma desídia. Não se fecham as Comissões se não apresentam seus relatórios finais. Então, isso merece realmente, agora, uma atenção especial do Plenário.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – De sorte que, em função disso, Sr. Presidente, sugeri a inclusão de um parágrafo primeiro no art. 26, dizendo que a comissão temática terá prazo definido pelo Presidente do Conselho não superior a seis meses, contados da data de sua instalação, admitida uma única prorrogação de trinta dias para apresentar seu relatório.

Penso que, em algum momento, de forma até justificada, o próprio Congresso oficialará V. Exª, solicitando que o Conselho de fato cumpra definitivamente seu papel, qual seja, estudar um assunto e apresentar um relatório final e conclusivo. Constrange-me ver comissões criadas em 2002 e 2003 que não têm ainda uma conclusão final. Essa é a razão pela qual tomei a liberdade de sugerir a V. Exª que coloque em votação essa minha alteração.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Conselheiro Gilberto; depois, o Conselheiro Geraldo.

**O SR. GILBERTO CARLOS LEIFERT** – Sr. Presidente, permito-me fazer uma leitura um pouco diferente do Regimento. As comissões de trabalho, as comissões permanentes, que são cinco, de Regionalização e Qualidade da Programação, de Tecnologia Digital, de Radiodifusão Comunitária, de TV por Assinatura e de Concentração na Mídia, parece-me que não estão em dívida com a Casa porque seus trabalhos têm sido desenvolvidos em plenário e fora dele, quando necessário. Entendo que a conveniência de constituir essas comissões existe em razão da matéria, para tornar mais fácil a discussão dos temas, de tal maneira que, diante do desafio intelectual e técnico da discussão de um tema, o Presidente possa contar com o grupo constituído por cada uma dessas comissões para dar tratamento técnico a um dos temas.

Portanto, não me parece que a existência da comissão constituída, mas a ausência de pauta específica de trabalho, ela deva produzir algum documento. Creio

que os trabalhos vêm sendo prestados, em auxílio à Presidência e aos demais Conselheiros, em plenário, e fora dele sempre que necessário. Entendo que essas comissões poderiam ser mantidas para favorecer a organização dos trabalhos e não com a necessidade, com a obrigatoriedade de produzir textos.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Para tentar complementar o que disse o Conselheiro Gilberto, até entendo a intenção, o mérito, o objetivo do Conselheiro Roberto em relação a limitar e dar prazos para as comissões, mas, como muito bem definiu o Conselheiro Gilberto, temos comissões com estudos e trabalhos, há mais de dez anos, com uma digitalização, nem havia o Conselho ainda, e ainda vai gerar muito trabalho. Com a de radiodifusão comunitária ocorre o mesmo, é uma situação que vem se arrastando e que ainda vai gerar muito trabalho, muita discussão e muita análise da parte do Pleno deste Conselho.

Algumas dessas comissões, como já foi discutido aqui, podem ser incorporadas, dependendo do assunto, a uma similar, próxima, que já exista. Entendo dessa maneira.

A extinção, talvez de forma açodada, de algumas dessas comissões, avaliando o valor e a complexidade de cada uma em particular, pode gerar problemas para este Conselho, e teríamos que retomar e recriar a mesma comissão. Acredito que, para determinados trabalhos, como os dessas comissões específicas que acabamos de aprovar, possa haver condições de trinta dias ou algo parecido, mas boa parte dessas... das cinco, por exemplo, a três certamente não teremos condições de dar esse pré-aviso de entrega de um relatório final, porque não teremos condição; é algo que está a cada dia tendo novos resultados, novos fatos, que vão se condensando. E, em um determinado momento, terá que ser apresentado um relatório final, parcial ou preliminar, da comissão específica. Mas não nos poderemos amarrar, e não poder cumprir com...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Amarrados estamos hoje.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Sim, mas, como disse o Conselheiro Gilberto, as comissões estão trabalhando, de alguma forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Disso não há dúvida. O problema nosso é prazo.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Estamos aguardando o relatório interministerial para tentar dar continuidade ao trabalho da Comissão de Radiodifusão Comunitária. A digitalização também tem outros componentes que são inerentes ao Conselho. Então, estamos sempre dependendo desta ou daque-

la situação para dar continuidade aos trabalhos. Era essa a contribuição.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Concedo a palavra ao Conselheiro Orani.

**O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** – Não sei se a questão seria definir o tempo da comissão temática ou do relatório de algum assunto específico de cada comissão. Creio que, nesse aspecto, está faltando uma resposta, está faltando uma definição que diga: a comissão que trata do assunto “x”, “y” – porque um assunto representa vários assuntos para uma comissão, muitas vezes... Poderíamos, então, estabelecer um prazo. E existem algumas comissões para as quais, às vezes, é necessário mais tempo. Não sei se poderia completar dessa forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Como estamos trabalhando de comum acordo, primeiro, eu queria dizer ao Conselheiro Geraldo que jamais pecaremos por açodamento. Disso não há perigo, porque as decisões são todas do Plenário, que é soberano e decide o que julgar que deve.

Outra questão. Estamos acompanhando pelo noticiário e pelas declarações do Ministro, feitas no mês passado que, no ano que vem, possivelmente no período da Copa do Mundo e no Estado de São Paulo, será dado início à experiência da TV Digital. O Governo está decidindo com que ferramenta vai trabalhar: se o modelo japonês, se o modelo europeu, se o modelo americano. Agora nós não temos uma opinião a respeito, porque, a Comissão de TV Digital já poderia ter abastecido a Casa de um trabalho – vamos chamar assim – de uma tese, de um conceito a respeito de um assunto que, inexoravelmente, está sendo tratado e vai ser concluído no ano de 2006. Não há nenhuma obrigação, não há nenhum prazo, não há nada que obrigue a Comissão a fazer isso. É claro que a Comissão não é um bloco fechado. Se alguém fora da Comissão tiver uma boa idéia e quiser dá-la, ela será bem-vinda, porque afinal tudo se decide no plenário.

Hoje, não tenho nenhuma condição de impor prazos ou encomendas às Comissões. Por outro lado, existem alguns conselheiros que eu respeito, como devo respeitar a todos, que não têm podido dar com frequência sua contribuição ao nosso Conselho. Eu lamento muito, porque todos eles, indistintamente, fazem falta. Agora, quando eles fazem parte de um Conselho que não pode ser mexido, não pode ser tocado, não deve ser tocado, isso tolhe ainda mais nossa ação, porque é uma pessoa que está ocupada, que não tem podido dar sua contribuição ao nosso Conselho como um todo e que eu não posso mexer, porque não há cláusula que enseje essa atitude do Presidente.

Então, na medida em que relatórios finais fossem sendo produzidos, a comissão poderá ser modificada, com a inclusão de outros nomes e com a substituição de uns. Isso é democrático. Isso acontece na Academia Brasileira de Letras, onde as comissões são muito poderosas, porque decidem sobre prêmios, prêmios vultosos. A cada ano, porque o mandato lá é anual, essas Comissões são modificadas. E a gente não tem podido fazer essa mexida. Existem assuntos em discussão que a gente não tem tido a contribuição da Comissão respectiva. Parece-me que ele não precisa de defesa, mas foi à gênese do trabalho Roberto Wagner, com a qual particularmente eu concordei, desde que ele me apresentou a sugestão para trazer aqui para o Plenário.

Devolvo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner, Relator.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, eu queria, então, fazer uma sugestão. Mantendo a Comissão de TV Digital, de fato esse assunto nem de longe está resolvido em nosso País. E também a radiodifusão comunitária é um assunto que continua em discussão. Eu, então, proporia, que a Comissão de Regionalização, TV por Assinatura e Concentração na Mídia se tornasse uma Comissão única. Porque, na Concentração na Mídia, já fizemos um estudo, trabalho realmente fantástico coordenado pelo nosso ex-Presidente, um trabalho realmente de peso.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Tem razão.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – A TV por Assinatura poderia incorporar-se à Regionalização, porque também fizemos um trabalho. Esse assunto, o Conselho já o redigiu, votou um parecer sobre o projeto, inicialmente a ilustre Deputada Jandira Feghali. A matéria está no Senado. De sorte, penso que, para que pudéssemos criar mais duas novas comissões na medida em que o Conselho achasse relevante, eu sugeriria que a Comissão 1, a Comissão 4 e a Comissão 5 se tornassem uma única comissão. Assim, abriríamos vaga para duas Comissões Temáticas de assuntos que são realmente importantes e que estão bloqueados pela existência de cinco comissões. As Comissões de Tecnologia Digital e de Radiodifusão Comunitária ficariam tais como estão. As outras três se fundiriam numa comissão só. É uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Está em discussão.

Com a palavra, o Conselheiro Gilberto Leifert.

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Em vista da formação prestada, muito oportuna, a respeito do trabalho de fôlego desenvolvido no mandato anterior do Conselho sobre concentração na mídia, entendo que

essa comissão que desenvolveu intensamente sua atividade poderia abrir vaga para um novo tema. Essa comissão é exatamente coordenada por mim. Mas, de outra forma, entendo que a comissão de TV por Assinatura, que freqüentemente é demandada pela Anatel, deve manter-se autônoma, para que haja exatamente agilidade no exame das matérias.

Minha proposta, Sr. Presidente, sem querer me alongar, é que o Conselho, no ano novo, diante da perspectiva de pauta que vai enfrentar, pudesse validar as Comissões Temáticas diante da minha proposta de a comissão nº 5 abrigar um novo tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – A comissão nº 5 trata da Concentração da Mídia.

V. S<sup>a</sup> teria uma sugestão?

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Eu diria a V. S<sup>a</sup> e aos conselheiros que o tema também da Comissão nº 1 já foi exaustivamente discutido aqui no Conselho, e geramos um documento, aprovado pelo Plenário. Na linha da idéia do Conselheiro Gilberto Carlos Leifert, eu proporia que fizéssemos um documento dando como encerrados os trabalhos da Comissão nº 1 e da Comissão nº 5. De forma oficial, se abririam duas vagas para o ano que vem. A Comissão nº 1 e a Comissão nº 5 deixariam de existir após, quem sabe, um relatório hoje mesmo aprovado declarando-as encerradas. Ficariam as Comissões nº 2, Tecnologia Digital; nº 3, Radiodifusão Comunitária; e nº 4, TV por Assinatura, que, de fato – o Conselheiro tem razão – aborda um tema, ainda muito polêmico, que vai demandar trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Concedo a palavra ao Conselheiro Geraldo.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Sr. Presidente, como o nosso colega Roberto lembrou, o tema Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação está em pleno momento de discussão ainda, inclusive está no Senado o projeto de lei que regulamenta o disposto na Constituição.

Creio que seria importante a primeira proposta feita pelo colega Roberto Wagner, que seria a manutenção desses três temas numa comissão, que deveriam ser tratados de acordo com a necessidade e relevância; e não pura e simplesmente a exclusão desses três temas.

Foi feito um trabalho em relação à Comissão de Concentração, é verdade. Há uma publicação editada, mas também – temos de reconhecer – não está esgotado esse tema. Esse tema está presente mais do que nunca e vai estar presente ainda mais na discussão da legislação que está por vir quanto às mudanças e transformações que a digitalização vai nos trazer.



**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Qual seria a fusão de comissões que V. S<sup>a</sup> propõe?

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Concordo com a proposta feita pelo relator, pelo Roberto, as Comissões nºs 1, 4 e 5 permaneceriam e teriam trabalho de acordo com a necessidade, sem que tirássemos, riscássemos do nosso escopo de comissões essas três. Assim, surgiriam mais duas possibilidades, sem eliminar esses três temas, que continuariam existindo, tendo provocações ou trabalhos específicos de acordo com a necessidade, porque, reitero, os três temas estão mais presentes do que nunca em nossa atividade de comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Fica claro que as comissões têm *numerus clausus*, não ficarão todos os representantes. Terá que haver também uma concentração no número de representantes. Assim sendo, se vitoriosa a proposta, restarão duas vagas para comissão que não necessariamente precisaríamos criar hoje. A necessidade pode se demonstrar no começo do ano que vem. Algum dos senhores pode perfeitamente sugerir a comissão tal ou qual. O fato de deliberarmos sobre isso hoje não significa que não teremos as cinco Comissões Temáticas em tempo hábil.

Concedo a palavra ao Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** – Sr. Presidente, meus amigos Conselheiros, meu ilustre e querido amigo José Paulo Cavalcanti, meu eterno Presidente, entendo, senhores, que a sugestão feita pelo Conselheiro Roberto Wagner neste segundo momento atende pelas seguintes razões: entendo que a Comissão de TV por Assinatura deve obrigatoriamente permanecer, até porque, por dispositivo legal, todos os assuntos que envolvem o tema carecem de parecer do Conselho de Comunicação Social. Então, efetivamente, esta deverá ser uma comissão permanente.

Quanto à Regionalização de Programação e Concentração na Mídia, entendo que são dois assuntos, pelo menos neste momento, esgotados. A Comissão de Concentração na Mídia promoveu um relatório magnífico, por sinal, já publicado. Então este seria um assunto superado.

A Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação também já se elaborou, por provocação deste Conselho, um relatório que foi devidamente encaminhado.

Então, até que haja fato novo, são duas comissões que poderiam ser suprimidas; elas já estão concluídas neste instante. Se, no futuro, em razão do desenvolvimento, neste mandato ou em outros, novos fatos surgirem, quiçá, então, se poderá rever essa situação.

Dessa forma, abríamos efetivamente espaço para duas novas comissões que vão atender à finalidade.

Um aspecto adicional: quando se fala na nova Lei da Comunicação Social, ela estará direta ou indiretamente ligada à tecnologia digital. E não sabemos nem em que tempo iremos ou não criar essa comissão, mas entendo que, já que, estatutariamente, existe a obrigatoriedade de cinco comissões sem espaço para a permanência, essas duas comissões podem ser suprimidas e consideradas concluídas.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Continua em discussão.

Conselheiro Roberto Wagner.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, então eu gostaria de sugerir para os colegas que a Comissão nº 1, de Regionalização, se fundiria com a Comissão nº 3, para que o Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos ficasse tranqüilo. Então a Comissão de Regionalização se fundiria com a Comissão de Radiodifusão Comunitária.

E a Comissão nº 5, como já bem disse o Conselheiro Gilberto Carlos Leifert, já teria se esgotado, então ela deixaria de existir.

Portanto, a 1 se funde com a 3; permanecem a 2 e a 4. Então, abríamos mão de duas comissões. A 5 acabaria, a 1 se fundiria com a 3, mantem-se a 2 e a 4. É a minha sugestão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Prevalence a sugestão do Relator para a votação.

Pergunto se podemos votar, até porque há outros itens na pauta. Seria a proposta do Conselheiro Roberto Wagner.

Se estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Meus amigos, muito obrigado.

Temos que seguir com o Item 2. O Conselheiro Gilberto Leifert terá a palavra.

Devo informar que os Conselheiros Fernando Bittencourt, Berenice Isabel Mendes Bezerra e Luiz Flávio Borges D'Urso informaram que não poderão participar da reunião, mas o fizeram praticamente em cima da hora, o que impediu que fizéssemos a convocação dos suplentes. Temos nove Conselheiros na nossa reunião.

Gostaria de informar também que as nossas reuniões são transmitidas pela TV Senado, às sextas-feiras à tarde e às segundas-feiras pela manhã. E estão sendo vistas, porque várias pessoas têm me falado a respeito.

As atas já aprovadas estão à disposição da sociedade civil na página eletrônica do Conselho e são publicadas no Diário do Senado Federal.

As notas taquigráficas relativas à 10ª Reunião do CCS, realizada no dia 7 de novembro, ainda não foram entregues ao Conselho pela Subsecretaria de Taquigrafia, o que impossibilitou a apreciação da ata circunstanciada pelo colegiado no presente momento.

Concedo a palavra ao Conselheiro Gilberto Leifert e peço que o Conselheiro Roberto Wagner, se possível, ainda hoje, faça a preparação da redação final. Quem sabe, à tarde, tenhamos tempo para aprovar a redação final dessas mudanças essenciais que foram feitas no Regimento do nosso Conselho.

Com a palavra o Conselheiro Gilberto Leifert.

Permita-me, Conselheiro, uma observação rápida.

O Conselheiro Paulo Machado de Carvalho tem em mãos a proposta de criação de uma medalha que só pode ser concedida se prevista no Regimento. Se o Conselho estiver de acordo, figurará num item a criação de uma medalha de reconhecimento que seria dada a pessoas que a merecessem, no ano respectivo.

Concedo a palavra ao Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.

#### **O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO**

– Sr. Presidente, entendo que isso vem a propósito neste instante, até porque essa é uma sugestão comum do nosso ilustre Conselheiro João Monteiro de Barros, juntamente com o Presidente e com a minha pessoa, o que certamente contará com o apoio dos demais companheiros, que seria criarmos a Medalha Rondon, na quantidade de três por ano, para que o Conselho homenageie figuras que tenham se destacado no âmbito da Comunicação Social, no ano em curso.

Entendo que tal sugestão vem em momento bastante oportuno. É uma forma, inclusive, de mostrarmos o nosso reconhecimento e prestarmos o nosso apoio àquelas três pessoas que de alguma forma, por consenso do Conselho, tenham efetivamente se destacado no âmbito da Comunicação Social.

Esta é a minha proposta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Em discussão. (Pausa)

Está aprovada.

Então rogo ao Conselho Roberto Wagner que insira um artigo ao final, prevendo a entrega da medalha, quem sabe, na última sessão do ano. Será uma sessão que terá uma parte solene, quando poderemos fazer essa homenagem.

Conselheiro Leifert, por favor.

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Obrigado, Sr. Presidente.

Item II da pauta: regulamento de proteção e defesa dos direitos dos assinantes dos serviços de televisão por assinatura.

Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de TV por Assinatura, Conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra, Coordenadora, hoje ausente, Conselheiros Paulo Machado de Carvalho Neto, Paulo Tonet Cargomo, Daniel Herz, hoje ausente, Roberto Wagner Monteiro e João Monteiro de Barros Filho, Srs. Conselheiros, em atenção ao respeitável despacho do Sr. Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, este Conselheiro recebeu, em 1º de agosto de 2005, para examinar e emitir parecer, a proposta de Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes do Serviço de Televisão por assinatura, originária da Anatel, que a encaminhara por meio do Ofício nº 167, de 2005, de 1º de agosto de 2005, firmado por seu ilustre Superintendente de Serviço de Comunicação de Massa, Dr. Ara Apkarian, envasada nos seguintes termos:

“Encaminho a V. Exª proposta de Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes do Serviço de Televisão por Assinatura, alterada e atualizada, conforme as contribuições à Consulta Pública nº 582, de 6 de dezembro de 2004, publicada no **Diário Oficial** da União do dia oito subsequente”.

O mencionado regulamento estabelece normas básicas de proteção e defesa dos assinantes do serviço de televisão por assinatura, que compreende os serviços de tevê a cabo, os serviços de distribuição de sinais multiponto ou multicanal, MMDS, os serviços de distribuição de sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite, DTH, o serviço especial de tevê por assinatura, TVA, e outros que vierem a ser criados pela Agência.

Referida consulta pública esteve franqueada no período de 8 de dezembro de 2004 até 21 de fevereiro de 2005 e dela resultou a elaboração, pela Anatel, de uma proposta de regulamento.

Como informa a nota prévia distribuída aos senhores membros da Comissão de TV por Assinatura, o Relator tomou a iniciativa de promover reuniões com a ABTA, Associação Brasileira de Telecomunicação por Assinatura, em 4 de outubro último, e, posteriormente, com a Anatel, em conjunto com a ABTA e com as empresas operadoras a ela associada, em 3 de novembro último.

Em 10 de novembro de 2005, antecipei aos meus ilustres pares da Comissão de TV por Assinatura deste

Conselho, bem como a Anatel e à ABTA, cópia do projeto de regulamento, que fica fazendo parte integrante do presente parecer.

Como já tive oportunidade de assinalar, o texto foi produzido a partir de original da Anatel e incluiu emendas proporcionadas pelas contribuições de conteúdo técnico e jurídico recebidas pelo Relator.

O texto ora submetido a Casa manteve a sistematização preconizada pela Anatel.

O primeiro capítulo, das Disposições Gerais, determina a finalidade do regulamento e estabelece definições básicas, em conformidade com a legislação aplicável aos serviços de tevê a cabo, MMDS, DTH e TVA, como, por exemplo, os significados de área de prestação de serviços, assinante, assinatura, centros de atendimento, interrupção do serviço, etc.

O capítulo segundo declara, em seus 21 incisos, de forma minuciosa, os direitos dos assinantes. Os capítulos terceiro e quarto estabelecem, respectivamente, os deveres dos assinantes e das operadoras. Já os capítulos quinto, sexto e sétimo versam sobre a forma de contratação dos serviços, sanções previstas contra as operadoras – advertência, multa, suspensão temporária, caducidade e cassação. Em suas Disposições Finais prevê-se a vigência do regulamento dentro de 180 (cento e oitenta) dias da sua publicação pela Anatel.

Em 3 de novembro último, os senhores membros presentes a décima reunião deste Conselho receberam cópia do texto do regulamento sob exame e em 10 de maio o Sr. Presidente do Conselho de Comunicação Social, nobre Conselheiro Arnaldo Niskier, deferiu novo encaminhamento do texto aos meus ilustres pares na Comissão de TV por Assinatura e a Anatel, tendo S. Ex<sup>a</sup> assinalado o prazo de 5 (cinco) dias para manifestações.

É o relatório, Sr. Presidente.

Se não houver dúvidas a respeito, peço licença ao Plenário para apresentar meu parecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Ainda com a palavra o Conselheiro Gilberto Leifert.

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Procedo, então, à leitura do parecer.

A Lei nº 8.977, de 1995, que dispõe sobre os serviços de tevê a cabo e dá outras providências, determina, em seu art. 4º, § 2º, que as normas e regulamentações, cuja elaboração é atribuída por esta lei ao Poder Executivo, só serão baixadas após serem ouvidos os respectivos pareceres do Conselho de Comunicação Social.

No mesmo sentido, preceituam o regulamento do serviço de tevê a cabo (art. 5º), anexo ao Decreto

nº 2.206/97 e o Regimento Interno deste Conselho de Comunicação Social, em seu art. 3º, inciso XII.

Este Conselho, portanto, examina matéria inserida no âmbito de suas atribuições legais, sendo, por sua vez, competente a Anatel para editar os instrumentos normativos que assegurem os direitos dos assinantes dos serviços de telecomunicações por meio do regulamento sob exame, em face do que determina a Lei Geral de Telecomunicações. Passo a ler os arts. 5º e 127 do referido diploma legal:

Art. 5º Na disciplina das relações econômicas no setor de telecomunicações observar-se-ão, em especial, os princípios constitucionais da soberania nacional, função social da propriedade, liberdade de iniciativa, livre concorrência, defesa do consumidor, redução das desigualdades regionais e sociais, repressão ao abuso do poder econômico e continuidade do serviço prestado no regime público.

(...) Art. 127. A disciplina da exploração dos serviços no regime privado terá por objetivo viabilizar o cumprimento das leis, em especial das relativas às telecomunicações, à ordem econômica e aos direitos dos consumidores, destinando-se a garantir:

III – o respeito aos direitos dos usuários

(...)

V – o equilíbrio das relações entre prestadoras e usuários dos serviços;

(...)

X – a permanente fiscalização

Ademais disso, determina o art. 19 do Decreto nº 2.338, de 1997, que a Anatel articulará sua atuação com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, organizado pelo Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, visando à eficácia da proteção e defesa do consumidor dos serviços de telecomunicações, observado o disposto no Código de Defesa do Consumidor e na lei geral de Telecomunicações.

Vale dizer que os serviços de televisão por assinatura são disciplinados em lei e fiscalizados pela Anatel. Os contratos submetem-se ao Código Civil e ao Código de Defesa do Consumidor e, em curto prazo, também o serão ao regulamento ora submetido ao exame.

O relator poderia limitar-se ao exame formal da proposta de regulamento elaborada pela Anatel, mas entendeu ser oportuno e conveniente somar esforços com a autoridade e com as empresas privadas que exploram o serviço no desempenho da tarefa, que diz respeito diretamente a milhões de brasileiros que contratam o serviço de televisão por assinatura. Este conselheiro

estabeleceu e orientou-se por algumas premissas que deseja expor agora aos Srs. Conselheiros.

Primeira premissa: o regulamento a ser baixado pela Anatel deverá estar em conformidade com a legislação federal específica.

Segunda premissa: o serviço de televisão por assinatura, como visto em nossa décima reunião, é prestado por empresas privadas, as operadoras, que recebem remuneração de seus assinantes consumidores.

Terceira premissa: os consumidores estão vinculados às operadoras por força de contratos de adesão, cujos termos de negócio variam em função das ofertas e formatos por elas praticados e da capacidade econômica dos assinantes. No entanto, a efetividade dos direitos do consumidor assinante poderá ser alcançada por meios de normas mais minuciosas e objetivas, tais como o direito de reclamar e ser ouvido, normas sobre cobrança, interrupção dos serviços e a forma de sua compensação etc.

Quarta premissa: os termos de negócio substanciados no contrato entre a operadora e seus assinantes estão submetidos ao Código de Defesa do Consumidor, sendo nulas de pleno direito quaisquer cláusulas abusivas. Dispõem assim o art. 6º do inciso IV, do Código de Defesa do Consumidor e o art. 51 do referido Código.

Como resultado do empenho de todos que contribuíram com o relator na elaboração do texto, foi possível orientar a elaboração do regulamento por tais premissas. Com efeito, os serviços prestados pelas operadoras a seus assinantes são regidos por legislação específica, sob fiscalização da Anatel.

Os contratos firmados entre operadoras e assinantes estão submetidos ao Código de Defesa do Consumidor e ao Código Civil, no que couber.

Para melhor configurar os contratos entre operadoras e seus assinantes, recorro ao Direito Positivo (Código de Defesa do Consumidor, art. 54):

Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos e serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar seu conteúdo.

Novo Código Civil, art. 423:

Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, deverá adotar a interpretação mais favorável ao aderente.

A despeito de contornos legais tão bem definidos, o projeto de regulamento de proteção e defesa

do consumidor de serviço de televisão por assinatura ora submetido a exame declara, de modo redundante, em seu penúltimo artigo, que os direitos e deveres dos assinantes serão exercidos em consonância com os princípios do Código de Proteção e Defesa do Consumidor e com a regulamentação aplicável.

A fim de bem encaminhar a matéria e em respeito ao precioso tempo dos senhores conselheiros, convém ter presente que o regulamento não vai estabelecer os direitos dos consumidores de TV por Assinatura nem tem o condão de ampliar ou limitar os deveres das operadoras. Cuida-se, por meio do novo diploma, de traduzir, materializar, tornar tangível a forma pela qual, na prática, podem os consumidores exercer direitos previamente definidos em leis e outros regulamentos e nos respectivos contratos.

Na tentativa de melhor traduzir a idéia, poder-se-ia dizer que o regulamento seria o manual do assinante. Diante da frustração de suas expectativas ou prejuízos efetivos, o consumidor, conhecedor de seus direitos e obrigações, saberá que pode reclamar diretamente à operadora ou representar à Anatel, na qualidade de órgão que atua em articulação com o sistema nacional de defesa do consumidor.

Em função do exposto, recomendo ao Conselho de Comunicação Social a aprovação do projeto de regulamento de proteção e defesa do consumidor de serviços de televisão por assinatura, anexo com 33 dispositivos, a ser oportunamente baixado por meio de resolução do egrégio Conselho Diretor da Anatel, na forma da legislação em vigor.

O Relator congratula-se com a Anatel na pessoa do Sr. Ara Apkarian Minassian, ilustre superintendente de serviço de comunicação de massa, pela iniciativa, que, uma vez implementada, estabelecerá novo patamar nas relações entre as operadoras e seus clientes assinantes.

De igual forma, o Relator agradece a ABTA e às empresas a ela associadas, na pessoa do seu ilustre Diretor Executivo, Dr. Alexandre Annenberg, pelo apoio à iniciativa da Anatel de assegurar adequada proteção e defesa aos direitos dos assinantes de TV por Assinatura.

Este é o meu parecer, salvo melhor juízo, que ora submeto à elevada consideração da Casa.

Brasília, 5 de dezembro de 2005.

Ressalvo, Sr. Presidente, que o conteúdo do regulamento ora em discussão foi previamente distribuído a todos, de modo que me dispense de sua leitura. Ele fará parte integrante do relatório do parecer.

Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Felicito o Conselheiro Gilberto Leifert pelo alentado e precioso parecer, que coloco em discussão.

Todos leram e tomaram conhecimento.

O Dr. José Paulo Cavalcanti deseja fazer uso da palavra?

Colocarei em votação o parecer do Relator, Gilberto Carlos Leifert. E, os que estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Meus amigos, nós temos ainda alguns minutos, mas não necessariamente deveremos ocupá-los. Gostaria apenas de expor um assunto que, talvez, à tarde, voltemos a discutir. Falou-se aqui muito em marco regulatório. Pergunto aos excelentíssimos conselheiros se não seria esta uma boa comissão para substituir a nº 5, porque o marco regulatório pode ser a marca deste Conselho no ano que vem. Fala-se muito nisso. As idéias não são ainda muito claras a respeito do que deve ser o marco regulatório.

Então, pergunto se não seria uma tarefa nobre para o Conselho ocupar-se do marco regulatório a partir– quem sabe – de hoje, com a designação do título da Comissão nº 5, que ficaria desfalcada se outra fosse a nossa decisão. Não vamos discutir agora. Espero que à tarde tenhamos a oportunidade de voltar ao assunto. Além, naturalmente, das conversas que são indispensáveis no almoço.

Para o almoço, nosso convidado de honra é o Dr. José Cavalcanti, que no ano passado e no outro, na primeira gestão deste Conselho, como pude observar por aquele livro azul que foi publicado, ele teve uma fecunda atuação. É claro que tem o seu estilo próprio, é um poeta. E nenhum poeta se dissocia dessa condição, mesmo que esteja às voltas com temas aparentemente mais duros e mais racionais, menos ficcionais, mas é um poeta de excelente qualidade, como eu sabia, e confirma isso a cada momento. Marcos Vilaça, que será o Presidente da Academia a partir do próximo dia 8, é um fã incondicional de José Cavalcanti, como intelectual e como advogado. Portanto, gostaria que ele sentisse, nestes momentos, pela palavra do Presidente, seu sucessor, que deixou aqui marca profunda. A cada momento se fala na gestão anterior, elogiando decisões tomadas sob a liderança de José Cavalcanti. Eu me sinto muito orgulhoso de tê-lo sucedido. Se outros quiserem falar estarão livres para isso, mas o sentimento deste Conselho é de orgulho de tê-lo tido como primeiro ocupante da Presidência. E faço apelo a Deus para que permita que ele venha aqui outras vezes mais para despachar, como ele fez, mas também para emprestar o brilho da sua inteligência e da sua competência ao Conselho que ele viu ser criado. Um

grande abraço, portanto, oficial nosso, a José Paulo Cavalcanti, a quem homenagearemos com o almoço daqui a pouco. (Palmas.)

Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO**

– Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, tive a oportunidade e a honra de poder conviver com José Paulo Cavalcanti durante todo o nosso primeiro mandato. José Paulo foi alguém que deu corpo e dimensão, criou as condições para que este Conselho funcionasse. Desde a elaboração do seu Regimento, que hoje aqui discutimos e conversamos, até toda a sua dedicação, sua presença constante, permanente, à frente do Conselho, com – usando a expressão correta – muito jogo de cintura, porque as condições eram bastante conturbadas sob determinadas circunstâncias, em determinados momentos. E o Presidente José Paulo Cavalcanti sempre teve a feliz competência e habilidade para poder nos conduzir a um porto seguro. Assim foi nesse mandato, e isso fez com que eu, particularmente, tenha por ele um grande apreço e uma grande amizade.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Muito bem. Tenho a impressão de que o Presidente disse aquilo que está no sentimento dele. Paulo Machado de Carvalho Neto falou em nome do Plenário. E homenagem mais bonita não poderia haver. Penso que talvez o Dr. José Paulo Cavalcanti queira dizer algumas palavras. E o momento é este.

**O SR. JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO** – Caro amigo Arnaldo Niskier, eminente Presidente, estou muito contente de estar aqui com os senhores porque é a sequência de um esforço. Mas, para além da dimensão pessoal ou humana, há, sobretudo, a compreensão de um momento muito especial que estamos vivendo e que vai exigir uma atitude ativa da sociedade civil, que é essa questão da informação que não apenas deve ser democrática, mas, sobretudo, soberana, e há questões importantes acontecendo, que vão exigir uma posição clara dos senhores tanto em relação à democratização, no sentido em que se refere às relações entre meios de comunicação e democracia, curiosamente uma relação que se opera com uma diferença qualitativa nítida quando se dá nos pequenos espaços e numa visão mais nacional, mas também há uma segunda dimensão, que ficou clara na outra gestão, que é a visão de soberania que os meios de comunicação devem ter.

Há uma mudança qualitativa no mundo visível. A ambiência da informação, que até a década de 90 era o País, sobretudo no fim da década passada e nesta década inteira, passa a ser o mundo. Isso muda toda a lógica e obriga uma nova atitude do País em relação aos meios de comunicação.

Escrevi um livro em 96 que era o livro certo na hora certa. Não assino embaixo uma linha do que disse em 96. Estava certo em 96, mas está errado – quando tiver tempo, Presidente, vou contar uma fábula que escrevi para a **Folha de S. Paulo** que acabou com duas conclusões, que são as seguintes: estar certo na hora errada é estar errado. Segunda moral daquela história: mais importante do que estar certo é estar certo na hora certa.

Então, o livro estava certo naquela hora, não está mais hoje. Há, nesse problema, uma multiplicidade de problemas. Por exemplo, a política de TV por Assinatura que tem o País corresponde ao interesse nacional? Esse é um problema central.

É possível o fato de uma parte dessas TV por Assinatura, submetidas a um conjunto de exigências legais, e outra parte absolutamente livre tecnicamente? Essa atitude está certa ou devemos rever isso? Atende à lei ou não atende? Quais são os limites legais da ação, no caso foi a Anatel, aliás não é a Anatel, para fazer justiça. Essa coisa começa com o Ministério das Comunicações e segue na Anatel. A lei está sendo atendida? Essa é uma questão central. Não há nenhum tipo de controle, não há nenhum tipo de limite, nem mesmo na participação social. Isso está certo? Isso corresponde ao interesse nacional? Como é que o País vai se inserir na competição mundial por comunicação?

Na Guerra do Golfo, as megaempresas americanas não estavam mais sozinhas, porque os árabes compreenderam e colocaram Al Jazira e Al Arabia informando ao mundo uma outra versão.

Como é que vamos ter essa atitude na América Latina? Qual é o papel que se desenvolve?

Quanto à TV Digital, vejo com uma certa apreensão, Presidente, que os debates todos se passem à margem do Conselho. Isso é uma questão central. Além dos três modelos, existe o modelo chinês, que é uma interrogação. A Austrália perdeu US\$10 bilhões no sistema, tentando inventar o sistema australiano, que não deu certo. Quer dizer, são problemas que exigem mais pessoas. Penso que o Conselho de Comunicação Social tem um papel ativo a desempenhar, fico muito contente que ele continue e, sobretudo, contente por ver que presente em cada um dos senhores está aquele espírito público, que é a única razão que dá sentido para que cada um de nós perca tanto tempo, tanto esforço em nossas vidas, para fazer algo gratuito, não remunerado, sem “mensalão”, em favor do Brasil e dos brasileiros.

Sinto-me muito honrado de ter sido presidente e muito satisfeito em ver que o trabalho continua, porque

isso é um pouco como um filho, e fica mos contente que ele possa seguir com suas próprias pernas.

Sobretudo, Presidente, renovo no meu mais íntimo a confiança irresponsável quase nos destinos do Brasil.

Muito obrigado. Sinto-me muito satisfeito de ver que o trabalho continua. Agradeço especialmente a V. Ex<sup>a</sup>. (Pausa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Com a palavra o Conselheiro Paulo Ricardo Tonet Camargo, para apresentar o relatório do projeto de classificação indicativa a programas jornalísticos ao vivo. Ofício nº 78, de 2004, do Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação do Ministério da Justiça.

Com a palavra, o Conselheiro Tonet.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Sr. Presidente, meus caros Conselheiros, iniciamos há duas reuniões o exame desta matéria, quando paramos na questão preliminar que tangia exatamente ao encaminhamento do tema, que foi feito diretamente pelo Departamento de Classificação Indicativa a este Conselho.

Considerando que esta matéria foi esgotada – penso que foi resolvida no Item 1 da nossa pauta –, passo imediatamente ao exame do mérito do encaminhamento feito pelo Ministério da Justiça, já em parecer distribuído a todos os senhores previamente a esta antepenúltima reunião.

No mérito, em primeiro lugar, há que se estabelecer o foco da pretensão do departamento oficiante, embora seja tarefa difícil pela forma com que vem vazado. Parece se querer saber a opinião deste colegiado sobre a possibilidade de classificação indicativa de programa jornalístico, que, aliás, vem confundido com programa ao vivo.

Os termos do ofício nos levam à consideração da necessidade, talvez, de esclarecimento sobre algumas peculiaridades da produção jornalística em meio eletrônico, tanto da evidência de que os programas noticiosos devem ser preferencialmente ao vivo, pois, se fossem gravados, perderia a instantaneidade, característica vital do gênero em relação à velocidade da produção de um noticiário na tevê e no rádio, que tornaria impossível sujeitar seu rápido ciclo a uma classificação indicativa. Ademais, não se sabe sequer se o que pretende o departamento consulente é a classificação dos textos do programa jornalístico ou das imagens que o ilustram.

Apenas para um exercício, partimos da premissa de que a classificação pretendida seria de imagens e de um mundo ideal em que o Departamento de Classificação Indicativa funcionasse 24 horas por dia, com uma gama enorme de servidores treinados, capazes

de, *on line*, classificar imagens. Um jornal que entrasse no ar às 19 horas e, às 18 horas e 30 minutos, a emissora recebesse imagens chocantes do último atentado em Bagdá antes de editá-las, mandaria as imagens pelo sistema *on line* de classificação para saber se podem ser mostradas, pois, afinal, encerrariam cenas de violência, tendo em vista tratar-se de uma guerra. Nem assim, nesse mundo ideal e irreal, seria viável pela rapidez necessária à produção. Impossível, pois, pensar em qualquer interferência do Estado quando se trata de reportar fatos.

O “vivo”, portanto, é característica do programa jornalístico noticioso informativo, não se confundindo com programa ao vivo sem caráter jornalístico. Jornalismo trata de informação e opinião, ao passo que outros programas ao vivo podem tratar de entretenimento. Informação tem base em fatos, enquanto entretenimento pode enveredar pelas alamedas do romance e da ficção, esses nem sempre de bom gosto. Todavia é bom ressaltar que nem sempre os programas jornalísticos são ao vivo. Há documentários e programas de entrevista que são gravados e não perdem a sua característica de jornalismo pois são alicerçados em fatos e opiniões.

Feita essa necessária distinção, cabe a análise de uma importante faceta conceitual de fato. Esses podem ser alegres ou tristes, suaves ou melancolicamente deprimentes, adjective-se ao talante de cada um, mas substantivamente continuam sendo fatos. Dourá-los porque feios ou omiti-los porque tristes ou até comprometedores é criminoso. Esses crimes eram usuais pelo Ministério da Propaganda de Goebbels ou pelo Departamento de Imprensa e Propaganda de Lourival Fontes, da mesma inspiração. Assim, não é o programa que é feio ou chocante. Feia e chocante é a realidade. O dever do bom jornalismo é retratá-lo e não mostrar ao público uma quimera inexistente. Será possível que alguém, seja pessoa pública ou privada, possa decidir como a sociedade deve perceber essa realidade? A resposta negativa exsurge da Constituição Federal.

Admitir a classificação indicativa de programas jornalísticos é aceitar que a realidade, o fato, tem a hora para entrar no ar, aqui decidido o departamento encarregado do Ministério da Justiça. Parece haver uma confusão acerca do que o departamento consulente entende por programa jornalístico. Talvez esteja aí o erro de atribuir caráter jornalístico a um programa que não o é. Discussão que não cabe aqui aprofundar, mas certamente deve merecer estudo acurado por aquele órgão.

Vamos à norma. Vale transcrever o disposto sobre o tema na Constituição Federal, no art. 220, §§ 1º e 2º:

Art. 220. (...)

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII, XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

A Constituição Federal de 1988, notadamente em suas regras estruturais, consagrou o princípio pelo qual fica vedada qualquer espécie de censura no País.

Fundamental esclarecer que, sempre que se pensar em interferir no conteúdo da programação ou impedir que um fato importante seja mostrado em tempo real, estamos inexoravelmente ante um ato de censura cujo conceito poderia ser a ação governamental de vedar, modificar ou criar embaraço à divulgação de informação, criação artística, pensamento ou expressão.

A citada Portaria nº 796, de 2000, do Ministério da Justiça foi controvertida desde o seu nascedouro quando tentou vedar a transmissão de programas em desacordo com a classificação indicativa ou sem ela. Sem qualquer sombra de dúvida, feriu sagrados princípios constitucionais que não comportam discussão ou relativização. Isso porque a portaria não poderia conter qualquer dispositivo de caráter impositivo, mas tão-somente estabelecendo critérios para classificação indicativa. E o nome já demonstra que é indicativo e não impositivo. Isso ficava bastante claro no art. 2º da portaria quando expressava vedação às emissoras de apresentarem a programação fora do horário permitido. Tal vedação foi suspensa e assim permanece por decisão do Superior Tribunal de Justiça no Mandado de Segurança nº 7.282, do Distrito Federal. Entendeu o Presidente da Corte, em 27 de dezembro de 2000, que a vedação feria de morte os já referidos princípios constitucionais.

Ademais, o texto constitucional é claro ao exigir lei para regulação desse tema, não podendo, portanto, ser disciplinado por portaria. Tal lei, aliás, até hoje, não existe.

As perguntas formuladas e acima transcritas, pela forma com que vêm vazadas, parecem buscar respaldo à opinião já pré-concebida. Algumas revelam perigoso maniqueísmo, que é incompatível com o exame de qualquer conteúdo seja artístico ou jornalístico. Isso leva à impossibilidade de resposta às

formulações. Se imprescindíveis, certamente seriam quase todas. Depende.

Para exemplificar, o que são cenas de sexo? Conjunção carnal explícita, induzida, ou ato libidinoso diverso dela? Considerando que um beijo é ato libidinoso diverso da conjunção carnal, pode-se ter uma idéia da amplitude do assunto em comento.

Cenas de drogas, por si só, é algo de difícil definição. Pode ir desde a imagem de uma plantação de maconha sendo destruída pela polícia ou de um carregamento de cocaína apreendida ou mesmo da triste “cracolândia” paulista, exemplo de miséria humana, assim como a desaconselhável demonstração chocante de um viciado fazendo uso de droga injetável.

A violência, então, tem espectro muito mais amplo segundo a concepção de quem vê a imagem. Quando a quesitação proposta refere violência, é bastante vaga e imprecisa. Imagens da miséria revelada por pessoas comendo em um lixão é violência. As ruas da grande cidade dominadas por marginais armados é violência. Uma triste imagem das guerras que andam pelo mundo é violência. A transmissão ao vivo do ataque às Torres Gêmeas foi uma violência. Alguns depoimentos nas CPI são uma violência.

Assim, a conclusão inequívoca é a de que as premissas lançadas na consulta são imprecisas para possibilitar um exame do tema proposto. Entretanto, merece resposta a última indagação: se devem os programas jornalísticos ser submetidos à classificação indicativa do Ministério da Justiça. E aqueles que se caracterizam pela predominância de cenas de sexo, violência e de drogas? Volto ao conceito e refiro a confusão do que seja programa jornalístico. As premissas são: fato, realidade e conseqüente informação e opinião. Sensacionalismo de mau gosto, que não se enquadra nessas premissas, não é problema jornalístico e não deve ser considerado como tal, por ser oportuna uma reflexão ante a possibilidade de embaraços à transmissão de fatos jornalísticos em tempo real. Todos nós temos um ideal de qualidade de programação de televisão, cuja média, se é que é possível fazer, deve ser perseguida. A qualidade de um produto televisivo ou radiofônico pode ter diferentes facetas segundo quem vê ou ouve. Será sempre discrepante o conceito de qualidade entre o pudico e o devasso, entre o socialista e o fascista, entre o idealista e o pessimista, entre o romântico e o frio e entre o temente e o materialista, enfim nunca haverá consenso. Ninguém pode dar a nenhum destes, por mais próximo que possa estar do seu pensamento, o direito de decidir se é próprio ou é impróprio o fato jornalístico, a verdade, a informação em tempo real, já que tais fatos não marcam hora para acontecer. Esta experiência o Brasil já viu em mais de uma

oportunidade, e nosso povo, em sua quase totalidade, não gostou. Vale a pena adaptar para a censura a frase célebre de Ulysses Guimarães quando se referiu à ditadura ao declarar promulgada a nossa Constituição de 88: “Temos ódio da censura; ódio e nojo”. Nesses termos, o voto é no sentido de que não deve haver classificação indicativa de programa jornalístico segundo os conceitos expressos acima.

Senado Federal em Brasília, 5 de dezembro de 2005.

À consideração.

Eu poderia apenas fazer uma reflexão, Presidente? Na última reunião do Conselho, quando iniciei a ler este parecer, e fiquei na preliminar, o Conselheiro Celso Augusto Schröder trazia – e me deu conhecimento disso – um voto em separado. Ele não está aqui presente, e eu gostaria de pedir à Presidência e os Conselheiros que sobrestasse a votação deste meu parecer, para uma oportunidade em que o Conselheiro Schröder pudesse apresentar o seu parecer e aí então os dois serem apreciados e, eventualmente, encaminhados em conjunto. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Bem, é uma questão de ordem que tenho de responder antes de dar a palavra ao Conselheiro Gilberto Carlos Leifert. O Conselheiro Schröder tem o direito de votar como entender. Eu, antes, tenho que submeter o parecer de V. Ex<sup>a</sup>, que já é pela segunda vez que começa a leitura e agora leu e deu para perceber toda a sua densidade, é uma reunião regularmente marcada, é uma reunião que temos maioria, podemos votar, com em nove conselheiros aqui. Um voto em separado não modifica nada, apenas ele terá oportunidade, que eu lhe darei, de ler o seu voto, mas é um voto em separado, ele vai seguir junto com o seu. Agora, não altera o resultado da votação. Portanto, peço a V. Ex<sup>a</sup> que entenda que devo fazer, vamos dizer assim, a matéria prosseguir, e darei a palavra ao Conselheiro Gilberto.

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de me congratular com o Conselheiro Tonet pelos subsídios e pela orientação que dá à matéria, que, de forma definitiva, precisa ser enfrentada pelo Conselho de Comunicação Social. A Constituição do País é bastante jovem, tem 17 anos apenas, mas o legislador constitucional fez o obséquio de declarar de forma minuciosa os direitos fundamentais do cidadão brasileiro e, no capítulo da comunicação social, enunciar também a respeito da liberdade de informação do cidadão, da liberdade de expressão e do banimento da censura. Eu me recordo com saudade de Borjalo, Mauro Borja Lopes, um cidadão, um ser humano fantástico, um intelectual de grandeza, que, no início dos anos 80, participando de um seminário promovido pelo Ministé-



rio da Justiça, com o propósito de estudar medidas de restrição à televisão – seminário esse promovido pelo então Ministro Abi-Ackel – Borjalo disse ao Ministro, numa situação parecida com essa que estamos aqui analisando: “Ministro, não vamos culpar a janela pela paisagem que ela mostra”.

No caso do noticiário veiculado em televisão, lamentavelmente, a situação pode ser a mesma. Frequentemente, o noticiário exhibe situações de violência, situações de quebra da dignidade de seres humanos, mas não o faz com o propósito de desservir a comunidade ou de cometer abusos de liberdade de expressão, faz no cumprimento do dever do jornalista de levar a informação, independentemente de censura. No caso da radiodifusão, esse dever ainda é qualificado pelo acesso, pelo direito de acesso do cidadão à informação livre, direta e gratuita.

Congratulo-me mais uma vez com o Conselheiro Tonet. Apelo, entretanto, aos jornalistas, para que, no exercício das suas atividades, pratiquem também seus próprios códigos deontológicos e levem em conta que a sociedade confia no discernimento desses profissionais para ser bem servida e para ver bem utilizada a liberdade de expressão.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Muito obrigado, Conselheiro Gilberto.

Conselheiro Geraldo.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Sr. Presidente, se não me falha a memória, a partir do dia 12 deste mês uma determinada emissora de televisão durante 30 dias uma hora de programação que irá responder aos ataques sistemáticos de um determinado programa que atentou contra a dignidade humana.

Não é, evidentemente, um programa jornalístico, é um programa de entretenimento. Mas uma decisão judicial que teve um longo tempo de negociação ficou fora do ar por algumas horas a emissora e o programa teve que ir para o horário determinado e indicado pela Justiça.

Eu coloco isso, Sr. Presidente, para exemplificar e ilustrar que, de fato, existem abusos de liberdade de expressão na televisão brasileira e não é um caso isolado. Temos que ter muito cuidado quando – com toda justiça e com toda clareza – defendemos a liberdade de expressão, que, de fato, tem que ser defendida. Mas não podemos, a pretexto disso, encobrir questões como essa, concreta e clara, de que a partir do dia 12, quem quiser assistir durante uma hora durante 30 dias programas independentes para responder a esses ataques sistemáticos da dignidade humana provocados por um determinado programa de televisão num determinado canal. Não cabe aqui, todos sabem que...

Louvo a iniciativa do Conselheiro Tonet em fazer referência ao trabalho elaborado pelo Schröder, também entendendo sua colocação de não prorrogar, não se sentir bem e não ser talvez o mais positivo prorrogar.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Seria, se me permite um segundo, quase inconstitucional esse pedido, porque ele não está aqui, ele não veio, ele não mandou nenhum recado. É claro que acredito na palavra do Conselheiro Tonet, mas aqui ajo diante de fatos concretos. Ele telefonou para a Secretaria dizendo que não vinha e não fez nenhuma referência a esse documento. Devo seguir com os elementos que tenho a mão.

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Sr. Presidente, parece que V. Ex<sup>a</sup> já admitiu que o Conselheiro ausente declare seu voto e fará constar, portanto dos Anais, dos registros desta sessão o voto sem separado declarado pelo Conselheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Está registrado.

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Estaria assim atendida a necessidade de ouvi-lo. Ele terá esse direito.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Até porque ele já falou sobre o voto. Ele já teve acesso ao microfone.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – O encaminhamento seria o seguinte, se for atendido pelo Relator, Conselheiro Tonet: As contribuições do Schröder são exatamente no intuito de colaborar, de somar com o trabalho já realizado pelo Tonet, brilhante trabalho, inclusive aqui os nossos parabéns. Que fosse passado pelo crivo de votação este relatório e que ficasse garantido não o voto em separado, porque vai transparecer, vai dar uma motivação de voto diferente ou voto contrário, mas que ficasse garantida a inserção daquilo que seja de fato contribuição no relatório original.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Uma boa idéia. Eu achava que poderíamos delegar ao Conselheiro Paulo Tonet a tarefa de incorporar ao seu relatório todo aquele pensamento que estiver no voto do Conselheiro Schröder, que é um homem combativo. Ele teria essa liberdade de incorporar aqueles elementos.

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Eu pediria licença para objetar, Presidente, que seria um precedente ruim para o funcionamento da Casa, em vista do Regimento, que item colocado em votação com **quorum** necessário para deliberação fosse de algum modo postergado ou prejudicado na deliberação em razão da ausência de um conselheiro, que poderia inclusive ter enviado o seu voto para a leitura de um de nós.

Então, sem conhecer o mérito da contribuição do Conselheiro Schröder, que sempre será valiosa,

insisto na idéia, Presidente, de que seja dado a ele, seja garantido a ele o direito de oferecer o seu voto em separado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Foi a primeira proposta, mas dou a palavra ao Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** – Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, faço minhas as palavras do Conselheiro Gilberto Leifert. Penso exatamente como o Conselheiro. Entendo que não seja um voto separado, mas uma manifestação de um conselheiro que, por razões diversas, não pôde estar conosco presente. Mas não entendo que o Conselheiro Relator deva buscar neste parecer aquilo que de alguma forma venha coincidir com aquele elaborado pelo Conselheiro. No meu ponto de vista, devemos votar o relatório do Conselheiro Tonet Camargo, e evidentemente que em momento oportuno já dado pela própria Presidência seja inserido, não no relatório do Conselheiro Tonet, mas em anexo o voto do Conselheiro Schröder.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Dom Orani.

**O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** – Acredito que esta matéria deva ser examinada um pouco mais amplamente. Porque aquilo que o Conselheiro Paulo Tonet disse é muito claro, não se pode ter censura à comunicação e também ao programa jornalístico que é apresentado, deva aparecer realmente aquilo que acontece na realidade. Se bem que sabemos que as janelas pelas quais vemos e que nos mostram nem sempre são as mesmas janelas, apenas com uma certa ótica muita coisa. Sabe que toda notícia é tratada e toda opção, não existe notícia neutra, cada um tem o seu modo de tratamento das coisas e cada um faz a sua maneira. Nem sempre a liberdade é tão assim respeitada, porque apenas se vê de uma ótica, não se vê de outras, que não têm como chegar até os meios de comunicação. Mas, em todo caso, creio que deva ser respeitada a questão da censura. O que se colocam aqui são programas em que se discute serem de jornalismo, “Cidade Alerta” ou coisa parecida, que tem um tratamento de uma notícia específica e apenas de um lado. E pergunta-se sobre a questão do horário. Acho que esse aspecto – e toda a sociedade reclama – é trabalhado na questão da ética na tevê por uma comissão na Câmara. Creio que é a questão com relação àquilo que é jornalismo, mesmo discutindo que nem sempre a liberdade é respeitada, porque há muitas maneiras de se chegar à mesma notícia, percebemos que são fatos específicos. Não sei se seria interessante apresentarmos um parecer genérico totalmente aberto, sem discutir os aspectos específicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Antes de passar novamente a palavra ao Relator para dar um fecho, concedo a palavra ao Conselheiro Roberto Wagner Monteiro. Registro que estamos em cima da hora.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, falarei rapidamente.

Tenho uma preocupação que está crescendo. O Procurador dos Direitos Humanos do Ministério Público no Estado de São Paulo – era a Dr<sup>a</sup> Eugênia Fávero, mas agora mudou – proferiu uma sentença que atingiu frontalmente a Rede TV de Televisão e que preocupa, e muito, o setor de radiodifusão aberta, por retirar do ar uma empresa ou determinar que, durante trinta dias, no horário nobre, essa empresa apresente programas a título de direito de resposta. Com essa sentença, há o risco de se inviabilizar uma empresa de radiodifusão aberta.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Ela foi alertada, mas insistiu.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, quero apenas terminar o meu raciocínio.

Eu gostaria de solicitar a V. S<sup>a</sup> que examinasse a hipótese de, na próxima reunião do Conselho, este assunto ser novamente discutido. Se fosse o caso, eu queria que o Conselho, numa comissão temática ou especial, criasse um grupo de trabalho para estudar o tema. Não é possível que as empresas de radiodifusão, por um motivo ou outro, possam ser vítimas de sentenças que vão inviabilizá-las eventualmente.

Há recursos e possibilidades de acordos. O Ministério Público de São Paulo, no meu entendimento, Sr. Presidente, pode estar criando uma situação muito difícil. Sei que a Rede Bandeirantes, o SBT, a Rede Record e a Rede TV têm os seus problemas relativos a questões de programas pontuais, mas nem por isso admitiremos que o Ministério Público da Bahia e sobretudo o do Estado de São Paulo, por um motivo ou outro, peçam e consigam sentenças, retirando emissoras do ar ou dando direito de respostas absurdamente impagáveis, qual seja, por exemplo, retirar de uma empresa de televisão aberta, durante trinta dias, o seu horário nobre.

Essa é a minha sugestão para V. S<sup>a</sup> pensar com calma.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Sugestão aceita.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Pode ser uma comissão especial para enfrentarmos esse problema de forma equilibrada e não de forma preconceituosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Concedo a palavra ao Conselheiro Paulo Machado de Carvalho

Neto, lembrando que já ultrapassamos a nossa hora e que haverá um segundo tempo.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO**

– Serei breve, Sr. Presidente.

Entendo que o que caracteriza fundamentalmente um programa jornalístico é ser elaborado por jornalistas, ter um jornalista responsável por esse programa e ter editores jornalistas responsáveis pela edição dessas matérias. Sendo assim, não há como confundir um programa jornalístico com um programa de entretenimento. Mesmo nos programas de entretenimento, evidentemente cabe o jornalismo, mas sempre feito por alguém responsável por isso. Razão pela qual, obrigatoriamente, por dispositivo legal, as empresas de radiodifusão são obrigadas a manter, em seus arquivos, os textos que teriam sido divulgados devidamente rubricados pelo jornalista responsável. Portanto, no meu entendimento, não há como confundir, razão pela qual defendo, na integridade, o relatório do Conselheiro Paulo Tonet Camargo.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Pergunto se podemos colocar em votação, porque a preferência é para discutir o seu relatório, tendo a Mesa acolhido a opinião do Conselheiro Wagner.

A próxima reunião será em 6 de março, em virtude do recesso parlamentar. Gostaria que anotassem. Vamos voltar ao tema “Liberdade de Expressão”, que poderemos discutir de manhã. De tarde, será “Marco Regulatório”. A programação da próxima reunião seria essa.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que estude a hipótese de, ainda hoje, na parte da tarde, se for o caso, criar essa Comissão Temática e nomear os seus membros para que possam começar a estudar. Haverá o intervalo nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro e esse assunto está ficando, em São Paulo, muito difícil. Solicito a V. Ex<sup>a</sup> que examine a hipótese de, ainda hoje, criar essa Comissão Temática.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Perfeito. Vamos pensar nesse assunto, sim.

Concedo a palavra, para concluir, ao Conselheiro Paulo Tonet.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Principalmente, quanto à ponderação dos Conselhos Geraldo e Dom Orani, gostaria apenas de ressaltar que procurei, Dom Orani, ficar, nesse parecer, adstrito a questões jurídicas, sendo o mais objetivo possível a fim de evitar que a questão, pura e simplesmente, de classificação de programa jornalístico pudesse tornar-se um parecer a respeito de qualidade da programação e de alguns programas especificamente, como citados na consulta.

Na verdade, eu tive a preocupação de fazer a referência e volto ao conceito, referindo-me à confusão do que é programa jornalístico. As premissas são fato, realidade e conseqüente informação e opinião. Sensacionalismo de mau gosto, que não se enquadra nessas premissas, não é programa jornalístico e não deve ser assim considerado.

Eu faço essa ressalva para que não se pense que estamos aqui, nesse parecer, dizendo que não deve ser classificado um programa ou outro. Quanto a esse tema, infelizmente, o Ministério da Justiça não tem claro no Departamento de Classificação Indicativa o que é jornalístico ou não – inclusive levando em consideração essas premissas explicitadas pelo Conselheiro Paulo Machado de Carvalho.

Então, na verdade, estamos pensando no programa jornalístico como tal, nas premissas que se colocam em relação a ele e se deve ou não haver classificação. Nesse sentido, entendemos que não deve haver.

Esta é apenas a ressalva que faço aos Conselhos Dom Orani e Geraldo no sentido de que não se está aqui discutindo qualidade da programação, mas simplesmente classificação indicativa de programa jornalístico assim considerado, segundo as premissas que expusemos aqui.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Em votação.

Os Conselheiros que aprovam o parecer, na íntegra, do Conselheiro Paulo Tonet Camargo, que terá um voto em separado, aguardando a conclusão da manifestação do Conselheiro Schröder, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Nomeio agora uma Comissão Especial de três membros para apresentar, no dia 6 de março, um trabalho a respeito de liberdade de expressão, levando em conta tudo o que se discutiu aqui.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Sr. Presidente, para somar a sua orientação, será relevante e com certeza contributivo para nós ouvir as pessoas: o Ministério Público de São Paulo, a Rede TV, enfim, todos os lados.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – E até trazer um deles aqui.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Perfeitamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Nós poderíamos pensar nisso.

Então, o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho ficaria como Coordenador.

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> para uma questão de ordem.

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Eu concordei com a extinção da Comissão Temática nº 5, mas gostaria de disputar a coordenação da Comissão de Liberdade de Expressão, que ficaria no lugar da temática que poderá ser extinta. Então, coordeno a número 5 e ficarei sem coordenação em razão desse fato.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – O amigo pediu demissão antes de ser nomeado, mas pode-se verificar essa possibilidade.

Há também os Conselheiros Gilberto Leifert e Dom Orani. São sugestões do nosso Vice-Presidente **ad hoc** – Dom Orani, Gilberto Leifert e Paulo Machado – para a Comissão que será batizada de “Liberdade de Expressão”

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Temática ou especial?

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Especial. Comissão especial de três membros.

Eu posso fazer cinco, não posso? Então, mais o Geraldo e o Wagner. E não aceito mais nenhuma sugestão, porque é prerrogativa minha fazer essa designação. O coordenador será Paulo Machado.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** – Sr. Presidente, tenho uma sugestão com referência à coordenação.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Sim.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO** – O Conselheiro Gilberto...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Está substituído pelo Gilberto Leifert. Será ele o coordenador. Fez o apelo. O Paulo será membro. Então, esta Comissão tem a tarefa, até o dia 6 de março, de apresentar sugestões, que poderá fazer no meio do caminho, e também de promover, com a ajuda da Dra. Amália, a vinda – quem sabe – de um membro do Ministério Público de São Paulo para participar conosco do debate, que será pela manhã, às 10 horas e 30 minutos. À tarde, estudaremos o marco regulatório. Obrigado a todos.

Está suspensa a reunião. Voltaremos às 14 horas e 30 minutos para ouvir o Vice-Presidente de assuntos institucionais da Vivo, Dr. Luiz Avelar. Obrigado.

*(Suspensa às 12h41min, a reunião é reaberta às 14h30min.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Meus amigos, boa-tarde!

Vamos dar início à reunião da tarde do Conselho de Comunicação Social, do Congresso Nacional, chamando para compor a Mesa o Dr. Luís Avelar, vice-presidente executivo de *marketing* da Vivo, engenhei-

ro de telecomunicações, formado na Universidade de Lisboa e pelo IST. Tem pós-graduação em marketing e em finanças. Trabalhou três anos na União Européia, cuidando de telecomunicações.

Ele está há oito anos no Brasil.

Terá vinte minutos regulamentares, após o que ficará à disposição do Plenário para as perguntas que forem suscitadas no espírito dos conselheiros.

Quero agradecer a presença de João Luís Barroso, que também é uma das figuras eminentes da Vivo.

Sem mais delonga, concedo a palavra ao Dr. Luis Avelar para suas considerações.

**O SR. LUÍS AVELAR** – Vamos fazer uma apresentação sobre convergência tecnológica. Tenho um pequeno *power point*, que vou apresentar aqui.

Começo por mostrar como o setor de telecomunicações vai desenvolver no mundo, sob este lema de que as pessoas estão cada vez mais próximas e o mundo é cada vez menor. A gente hoje está, praticamente, com dois bilhões de usuários em todo o mundo. A projeção para 2015 é a de que chegaremos a quatro bilhões de usuários no mundo. Como podem ver ali, a Internet e a comunicação celular vão de mão em mão enquanto a telefonia fixa está numa certa estagnação. Isso já é verdade hoje no Brasil. É verdade em todo o mundo. Esse fenômeno que vemos aqui leva a que acabemos este ano com cerca de noventa milhões de usuários e, rapidamente, para 2015, deveremos ter mais de duzentos milhões de usuários no Brasil, o que significa que vamos ter uma universalização da mobilidade por meio do celular e, portanto, seja possível, nessa altura, qualquer brasileiro ter um celular para seu dia-a-dia.

Realmente nosso ponto de partida, há seis anos, quando se começou a privatização do sistema Telebrás, era muito baixo. Houve uma explosão muito grande de procura, de demanda e nós fomos instalando, todos nós, operadores de celulares fomos instalando a capacidade de iniciar, mesmo assim, nós hoje ainda estamos com uma penetração baixa quando comparados com o resto do mundo e para a economia brasileira, que é uma das melhores do mundo, não faz sentido continuar com essa penetração baixa. Mesmo tendo em conta algum desequilíbrio na distribuição da renda no Brasil, nós estamos empenhados em fazer com que os nossos investimentos e a eficácia das novas tecnologias façam com que os preços dos serviços e os preços dos equipamentos cheguem a um nível suficientemente grande para que a penetração seja igual à dos outros grandes países.

Se olharmos para o Brasil, que começou em 1998 com 8% – hoje estamos com 43,37% –, acho



que chegar a 60% é moleza. Acho que, daí para frente, devemos ter de, em conjunto, nós operadoras, com o Poder Público, arranjar um novo modelo de negócio de forma que cada brasileiro possa ter um celular em suas mãos. Isso passa, sobretudo, por ver como podemos disponibilizar o espectro e de que forma nós, operadores, o pagamos de modo que seja possível estabelecer preços diferenciados, para que toda a gente neste país possa ter acesso ao celular.

Olhando para o Brasil hoje dia, vemos que a Vivo responde por cerca de 38% de todos os celulares do País, mas a TIM já tem 22%, a Claro tem 21%, a Oi tem 11%. Enfim, estamos olhando para um quadro equilibrado de concorrência. Ou seja, não há nenhum operador claramente dominante e estamos numa concorrência saudável que, além do mais, é uma concorrência que, ao contrário do que acontece, por exemplo, na Europa, onde todos concorrem com a mesma tecnologia, no Brasil, além da concorrência saudável de serviço, também existe uma concorrência em nível das tecnologias, o que faz com que a inovação seja um ponto muito importante de todos os operadores.

Hoje em dia, estamos com cerca de 81% do serviço na modalidade pré-paga e 19% na modalidade pós-paga. É exatamente o inverso do que acontecia há sete anos.

Em 1998, 90% dos celulares eram das classes A e B e 10% das classes C, D e E. Hoje em dia é praticamente o contrário: 70% são das classes C, D e E, de menor poder aquisitivo, e 30% das classes A e B. Por isso a predominância do sistema pré-pago, que, ao contrário do que muita gente pensa, é um sistema rentável. Não é pelo fato de os usuários serem do sistema pré-pago que vamos parar o nosso crescimento. Mas ele tem que ser feito com uma estratégia de custos diferente.

De qualquer modo, mostra-se por aqui que o sucesso na predileção do sistema Telebrás levou a uma grande expansão do número de usuários e à entrada definitiva das classes C, D e E no serviço. Tudo isso com um quadro que, na altura, era um quadro regulamentar, transparente e previsível, que permitia que os investidores estrangeiros soubessem onde estavam aplicando seu dinheiro e quais as chances de transformarem-no em um negócio rentável.

Esses investimentos foram muito grandes, chegando até, no fim do ano de 2001, a 24 milhões. Nesta faixa e hoje em dia o País é perfeitamente coberto, com mais de cinco mil municípios atendidos, uma grande porcentagem da população coberta. Nós, Vivo, oferecemos *roaming* em mais de 170 países e em todos os continentes aos nossos clientes.

Quando se fala de evolução tecnológica, estamos aqui falando um pouco de como é que o celular evoluiu do ponto de vista das redes. Até 1998 o Brasil apenas tinha comunicação analógica, o chamado padrão 1G. Em 1998, com a privatização, começou-se a investir nos padrões TDMA e CDMA. O padrão TDMA foi virtualmente abandonado, substituído por GSM, e essa é a tal luta entre as tecnologias que, eu mencionava há pouco, entre o CDMA e o GSM, e ambas evoluíram pelos seus caminhos respectivos para a terceira geração, seja em WCDMA ou em CDMA 2000. Essa “sopa de letras” é apenas entre engenheiros, pois para a população em geral significa, na prática, multimídia em movimento. A terceira geração é caracterizada pelo fato de se poder ter no celular, em movimento, vídeo e dados de alta qualidade.

Essa é a transparência em que gostaria de me ater um pouco mais de tempo. Prevemos de fato o que está por trás da questão da convergência. Em nível tecnológico, não estamos falando somente da evolução do celular. Estamos a falar da evolução da evolução da sílica.

A sílica, ou areia, é aquilo que está por trás dos microprocessadores e, de fato, as evoluções tecnológicas levaram a que seja possível colocar num centímetro quadrado de sílica cada vez mais microprocessadores. Isso faz com que os aparelhos sejam cada vez mais miniaturizados e também cada vez mais baratos. Com o custo menor dos aparelhos chega-se à universalização, uma vez que o preço vem por aí abaixo.

Ao mesmo tempo em que se nota essa evolução do lado dos microprocessadores, do lado da eletrônica, aparece aquilo que chamei de “evolução do ar”. Ou seja, as frequências, o espectro que está disponível é cada vez mais utilizado ou pode ser utilizado por cada vez mais usuários. De fato, quando avançamos para tecnologias da terceira geração, vamos conseguir colocar no mesmo espectro cada vez mais gente, utilizando a tecnologia, neste caso, da mobilidade.

Paralelamente, houve uma revolução no consumo, porque toda a produção intelectual – a escrita, a música, o cinema, todas as artes – é possível digitalizar. E o Brasil é um país realmente com uma grande vantagem, que tem um patrimônio digitalizado extraordinariamente grande e capaz de ombrear com todos os patrimônios existentes nos outros grandes países. Essa digitalização faz com que, com microprocessamento cada vez mais barato e por meio de redes celulares cada vez mais acessíveis em qualquer lugar, com todo esse patrimônio cultural – eu não gosto de chamar a isso conteúdo, gosto de chamar mais um patrimônio cultural – está acessível a todos, onde quer que essas pessoas estejam.

Depois, no final disso tudo, algo que se chama Internet. A revolução da Internet fez uma coisa. Enfim, a Internet é uma coisa que aconteceu por acaso, iniciou nos Estados Unidos, mas acabou por se revelar e ficar mais para um caos organizado do que propriamente por vontade de alguém. Mas fez algo que, se quiséssemos todos fazer, que era ter um único protocolo mundial entendível por toda a gente, que é o Protocolo IP. Portanto, com base nesse Protocolo IP, vamos conseguir ter em coisas muito diferentes, como televisão, telefonia, automóveis, geladeiras, o que pensarem, desde que tenha eletrônica lá dentro, começamos a ver que todos esses aparelhinhos podem ser controlados com o mesmo protocolo, o Protocolo IP, pela Internet, por meio do mesmo tipo de comunicação – neste caso, comunicação celular – e fazer com que esses aparelhos possam se combinar numa única interface. Isso faz com que, do ponto de vista do negócio, o negócio das telecomunicações não comunicações não possa ser considerado, não possa ser visto apenas como comunicação vocal de uma pessoa para outra. De fato, estamos falando de qualquer tipo de comunicação, de qualquer tipo de conteúdo entre pessoas.

Ao nível do entretenimento, já não estamos falando apenas de assistir passivamente à televisão ou ir passivamente a um cinema. Trata-se de ter uma interação entre o usuário e esse patrimônio cultural, seja ele teatro, música, cinema ou outra coisa qualquer.

E, finalmente, na eletrônica de consumo, começamos a ver uma completa misturada. Começamos a ver consoles e *games* que são celulares, mas que também podem ser controles remotos de televisão e também podem abrir a porta do automóvel, também podem controlar o ar-condicionado na minha empresa. Ou seja, de fato há uma convergência dos negócios que é proporcionada por essas coisas.

Do lado do consumo, o que é que se nota também? É que as pessoas, que já antes gostavam de ter tudo, hoje querem ter tudo, querem ter onde estiverem, querem ter como quiserem, desde que o preço seja razoável. Nas sociedades avançadas, hoje já se nota esse tipo de convergência, de revolução. Em países como, por exemplo, a Suécia ou a Finlândia, no norte da Europa, mas também como Portugal, que não é obviamente um país muito avançado, mas que está na União Européia, já se nota que toda a gente quer ter o máximo possível de acesso a esse patrimônio cultural, onde estiver, quando quiser e a um preço razoável.

Quando nós com o nível regulatório. Como é que se garante o direito da privacidade individual? A tecnologia celular leva que saibamos onde é que as pessoas estão, e é preciso proteger esse direito de a pessoa querer ou não querer que outros saibam onde

ela está. O direito à propriedade intelectual tem tudo a ver com o patrimônio cultural. Se nós não conseguirmos proteger o direito de propriedade intelectual, os artistas vão morrer de fome, porque não há quem lhes pague.

De fato, por meio de toda essa capacidade de controle, estamos numa posição ótima, de dizer aos artistas: produzam, porque aquilo que for consumido de vosso produto eu estou cá para vos pagar. A questão da justa concorrência e da regulamentação da posse dominante, portanto, criar um modo de que os concorrentes possam digladiar-se de uma forma justa e que ninguém possa abusar da sua posse dominante. E, finalmente, outro ponto muito importante é a igualdade de acesso, ou seja, não deixar que alguns sejam “inforricos” e outros sejam “infopobres”, e o serviço universal. Ou seja, que qualquer pessoa possa de fato aceder e, ao fazer isso, possa ter um nível de dispêndio que seja absolutamente igualitário na sociedade.

Isso para chegarmos aonde? A um conjunto de serviços nos quais eu gostaria de chamar atenção que o operador de telecomunicações, no caso a Vivo, é apenas um dos elos de uma extensa cadeia de valor. Na ponta dessa cadeia de valor estão, normalmente, empresas da sociedade – neste caso sociedade brasileira – com interesse em desenvolver negócios novos e levando em conta essa cadeia de valores, levando em conta coisas como, por exemplo, telemetria. Na ponta, temos a indústria de automóvel, que se pode beneficiar dos serviços de telemetria.

Do ponto de vista da informação, por meio da localização, dos guias de rotas, da administração de entregas, dos serviços de segurança, temos empresas de segurança. Não é a Vivo que vai fazer isso.

Do ponto de vista da comunicação, com e-mail, MMS e videoconferência, na prática, estamos tratando do *corbusiness* de todas as empresas que precisam comunicar-se entre si e com seus empregados.

Quando falamos de dinheiro eletrônico, de pagamento automático, não é a Vivo, não somos nós que somos o *corbusiness*. Nosso *corbusiness* não é o dinheiro. Esse *corbusiness* é dos bancos, que se vão beneficiar dessa cadeia de valor.

Enfim, no *eletronic banking* e nas compras *on line*, estamos falando de todo o comércio brasileiro. Nós somos apenas uma pequena peça de estudo na publicidade. Estamos aqui criando um *business* para as agências de publicidade.

Quando falamos de entretenimento, em geral, jogos interativos, cinema, concertos, rádio, videogames, *photo loading*, vídeo interativo portátil, vídeo sub-banda, estamos de fato dando ao consumidor individual

aquilo que ele hoje já pede: acesso a entretenimento onde quer que esteja.

E repito que o nosso *corbusiness* não é produzir esse conteúdo. O nosso *corbusiness* é saber onde as pessoas estão, saber cobrá-las, habilitar, fazer com que essa cobrança seja justamente retribuída aos produtores de conteúdo.

Eu não acredito – já o tenho dito várias vezes – que alguém consiga assistir a um programa de televisão de 20 minutos em um celular. Ninguém tem paciência para isso. Ninguém vai assistir algo em um celular durante horas. Não existe! O que existe é uma complementaridade que pode e deve ser aproveitada pelos produtores de conteúdo para enriquecer a sua oferta, ou seja, os eventos daquela novela, para as pessoas saberem o que vai acontecer no episódio seguinte. Há quem esteja disponível para pagar por isso. Há também os *digests* da semana anterior, notícias na altura em que as pessoas as querem, com a repetição que quiserem. É o tipo de coisa que, mais do que concorrer com os produtores de conteúdo de vídeo, complementa o negócio do produtor de conteúdo.

Portanto, quando observamos o mundo à nossa volta, nessa história da convergência dos canais, vemos que o mundo telecom, o mundo Internet e o mundo *broadcast* tendem de fato a convergir. Mas isso não significa que telecom, Internet e *broadcast* entrem numa concorrência desenfreada e maligna. Ao contrário, significa que o *corbusiness* de telecom, com o *corbusiness* de Internet, com o *corbusiness* de *broadcast*, podem construir uma cadeia de valor que dá muito mais vantagem ao usuário final do que como estamos hoje, com ilhas fragmentadas de conteúdo.

Do ponto de vista do dispositivo, portanto, daquilo que as pessoas têm na mão, tendemos a ter todas as funções reunidas. Obviamente, um instrumento para julgar um *game* para um adolescente não vai ser a mesma coisa que para uma pessoa de 50, 60 anos, mas, de fato, os tipos de funções que lá estão tendem a se reunir, as redes passam a ter funções integradas, do ponto de vista da gestão das redes, se elas podem ser de uma mesma maneira, fazendo com que os tempos, por exemplo, sejam muito menores. E do ponto de vista do conteúdo, como disse, com a revolução da digitalização, todo o patrimônio cultural brasileiro pode estar digitalizado e transitar por diferentes redes sob o comando do usuário.

Qual é a posição da Vivo, então, em relação à convergência? Primeiro, acreditamos que somos uma peça fundamental para a inclusão digital móvel no País porque conseguimos chegar mais rapidamente e com qualidade a praticamente todo o País. Coisa que outros prestadores de serviço terão mais dificul-

dade. Hoje, nossos lares têm câmera, Internet, MP3, localização GPS, *games*, relógios, tudo aquilo que a tecnologia permitir e que os clientes estiverem dispostos a pagar por.

Apoiamos a indústria nacional, 90% de nossos terminais já são feitos no País. Mas cerca de metade dos terminais da Vivo são feitos sob encomenda da Vivo. E foi com base em pesquisas feitas no Brasil, e não em outros locais. Continuamos nessa nossa política de universalização do serviço por meio dos subsídios e por meio de uma distribuição bem capilar. Temos mais de 6 mil pontos de distribuição no Brasil. Continuamos a subsidiar o preço final, de modo que continuamos a poder crescer no Brasil.

Vamos continuar a investir nas redes de telecomunicações mais avançadas do mundo. O Brasil não pode se dar ao luxo de ficar atrás. E se quiser ficar atrás, é um problema de alguns de meus concorrentes, não é nosso problema. Vamos continuar a investir nas tecnologias de ponta. Não estamos atrasados em relação ao mundo e, do lado da Vivo, não vamos ficar atrasados em relação ao mundo. Vamos continuar a investir mais de um bilhão por ano na rede de terceira geração.

Essas redes de terceira geração possibilitam, como já disse, que o usuário possa ter acesso a esse patrimônio cultural e fazer *download* – baixar esses conteúdos. Outra coisa: as redes de comunicações não realizam em *broadcasting*. A Vivo não está enviando conteúdo, entuchando conteúdo nos clientes em *broadcasting*. Todo o nosso conteúdo, que não é nosso, é de terceiros, é cedido aos usuários finais por meio de uma comunicação endereçada. O cliente tem que se mostrar interessado em receber esse conteúdo, e pagar por ele, obviamente.

O nosso foco não é produzir conteúdo. O nosso foco é distribuir, disponibilizar aos nossos usuários finais conteúdo digital que praticamente é de empresas terceiras, e essas empresas terceiras são esmagadoramente brasileiras. Estamos falando, por exemplo, da Trama, que é uma gravadora brasileira, da Band e da Globo, que são empresas de rádio e televisão brasileiras, e se examinarmos, por exemplo, o contrato que temos com a TV Globo, observaremos claramente o que estamos falando. A TV Globo tem conosco o compromisso de colocar resumos de novelas, futebol, enfim, coisas que podem complementar a sua programação normal.

Finalmente, nossos compromissos com a sociedade. Além de estarmos interessados em universalizar cada vez mais o serviço, na semana passada, concluímos a cobertura do Estado de São Paulo em 100%, já temos 100% Municípios, no Estado do Rio de Janeiro,

100%, o Rio Grande do Sul vai estar, muito em breve, com 100% dos Municípios cobertos, Paraná e Santa Catarina em seguida. Hoje, estamos interessados em que o nosso sinal esteja ao alcance de todos. Mas, para além disso, estamos dispostos a disponibilizar canais de interesse comunitário. Hoje em dia, a nossa plataforma tem uma restrição de apenas ter um canal de *streaming*, ela vai ser mudada dentro de um mês para poder ter mais de um canal ao mesmo tempo e, portanto, a TV Senado, a TV Câmara, a TV Justiça, todos os canais realmente comunitários que queiram beneficiar-se da nossa rede de distribuição são muito bem-vindos e nenhum custo, como acontece hoje com as distribuidoras.

Se falarmos de eleições, por exemplo, programas políticos e horários eleitorais gratuitos, não tem qualquer problema serem também recebidos por celular, desde que obviamente seja com as mesmas regras que existem na TV aberta ou na TV a cabo, ou seja, não é para ter um dia inteiro de programação política, mas certos horários terão programação política disponível.

Estamos lançando iniciativas que achamos muito importantes de teleeducação, de telemedicina e de *e-government*. O Brasil é o único país do mundo onde as eleições são feitas eletronicamente com sucesso, ou seja, não é preciso ser Estados Unidos para conseguir ter eleições absolutamente transparentes usando urnas eletrônicas.

Portanto, o povo em geral tem alguma apetência para poder usar meios avançados de telecomunicações para se comunicar com o Governo. Portanto, tudo que for iniciativa de *e-government* nós somos perfeitamente adeptos para fazer parcerias público-privadas e começar a disponibilizar no celular coisas que eventualmente as pessoas teriam que se deslocar para poder ter acesso à informação.

Telemedicina é a mesma coisa. Um país tão grande como o Brasil, obviamente que há coisas que se puderem ser resolvidas à distância com qualidade... e para ter qualidade precisa-se de banda larga, precisa-se de terceira geração. No meio da Amazônia, onde só existe um médico não-especialista em uma determinada doença que possa falar com um médico especialista dessa doença em São Paulo e mostrar o que está passando, acho que é um salto enorme em frente. E o Brasil tem hoje a possibilidade de, em nível de telemedicina, estar tão avançado com a maior parte dos países.

E, finalmente, a teleeducação. Em um país onde é difícil levar as crianças à escola, por causa das distâncias, o fato de podermos ter um instrumento barato, que é o celular, como maneira de levar a educação,

ou seja a escola, até a casa das crianças, parece-nos também ser uma iniciativa com muito interesse.

Se olharmos para fora, para o exterior, vemos que todos os países industrializados, hoje, disponibilizam serviços de vídeo *on demand*, vídeo *streaming*, sem qualquer problema, sem qualquer conflito com as produtoras *broadcast*. Cito, por exemplo, o caso em que, onde os *streaming* vídeos são produzidos para a ABC, para a CNN, para a CVS, para todos os produtores de conteúdo existentes na América.

O que nós esperamos aqui é exatamente o mesmo e podemos ter a nossa rede disponível para qualquer produtor de conteúdo nacional poder chegar ainda mais facilmente e de uma forma complementar aos usuários finais.

O jovem é obviamente o primeiro usuário da convergência. Queria ler reportagem que está escrito com a letra deles. Nós recebemos muitas crianças na sede da Vivo e normalmente fazemos a pergunta: "Se você pudesse montar seu celular, como seria?" Fazemos isso sistematicamente e temos um monte de respostas. Vou ler só uma que está aqui, de uma garota, que diz assim: "O meu celular seria rosa, brilhante, transparente, eu teria todos os jogos do mundo, Internet, fotos, TV, câmera e todo tipo de tecnologia do mundo." Isso é o que uma garota de dez anos espera ter já, não é daqui a dez anos.

Um outro garoto diz o seguinte: "Meu celular seria de terceira geração, moderno, bonito e teria rádio, câmera, jogos, *sites*, informações, *downloads* e muito mais."

Ou seja, as crianças deste País querem absolutamente tudo onde estiverem, quando puderem, e a um preço justo.

As tecnologias para inclusão digital estão cada vez mais presentes, o computador de US\$100.00, se não ocorrer nos próximos três ou quatro anos, vai ocorrer nos próximos cinco ou dez, mas vai ocorrer; os celulares com acesso à Internet em banda larga a US\$60 ou US\$70 já existem hoje, com o avanço da tecnologia, é capaz de o preço cair para US\$50, mas isso vai acontecer também, e entendemos que o fato de poder contar com a banda larga em todo lugar, sobretudo nas escolas poderá fazer o que, no Brasil, é o mais importante, no meu ponto de vista. Apesar de ter este sotaque estranho, como estou aqui há oito anos, já me considero brasileiro. De fato, a principal pecha deste País tem a ver com educação, telemedicina, e entendemos que a banda larga é um modo de contar com esses serviços para toda a população, em qualquer lugar.

Finalmente, a conquista da mobilidade. Como dizia, as crianças deste País querem tudo onde esti-



verem, como quiserem, e a um preço razoável. Está nas nossas mãos, como investidores, fazer com que isso aconteça.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Nossas felicitações ao Dr. Luís Avelar, que expôs o ponto de vista da sua empresa e, com a sua experiência internacional, como o mundo está vendo essa convergência tecnológica. Particularmente, fiquei muito feliz com a prioridade que ele acredita que deve ser dada, como é o nosso pensamento e o das pessoas envolvidas neste serviço público, à educação.

Agora vamos iniciar os nossos debates. A palavra está com quem primeiro a pediu, o Conselheiro Roberto Wagner.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, o Dr. Luís Avelar foi brilhante, numa apresentação espetacular.

Fico muito feliz ao ver uma empresa fazer, aqui no Conselho, uma demonstração de rara competência.

Dr. Luís, o Direito brasileiro... ao contrário da maioria dos países, a nossa Constituição é muito recente, mas é anterior a essa revolução tecnológica que ocorreu no mundo e se refletiu muito no nosso País.

Em 1988, praticamente não tínhamos TV a cabo nem por satélite; apenas as TVs abertas. E as telecomunicações pertenciam ao Estado. Hoje, isso não ocorre mais.

Evidentemente, os advogados que atendem às empresas de telecomunicações já alertaram para o nó constitucional que teremos que vencer de uma forma convergente.

Sou advogado de empresas de TV abertas e tenho dito que temos um problema de convergência, não de divergência. Enfim...

A Constituição separa nitidamente os serviços de telecomunicações dos serviços de radiodifusão e de tecnologia ou Internet. Para o constituinte de 1988, eram coisas diferentes. Mas a convergência veio para ficar e trouxe para o povo deste Planeta um bem incommensurável.

As empresas de telecomunicações do Brasil hoje não têm limites para o capital estrangeiro; as empresas de TV a Cabo devem observar o limite de 49%; as empresas de TV por satélite não têm limite, e as TVs abertas, 30%.

O senhor enfocou de uma forma brilhante a justiça concorrência. Várias vezes o senhor mencionou o assunto na sua exposição. De fato, foi isso que me fez consultá-lo sobre esse “embaraço” constitucional, como o senhor, que representa uma empresa de telecomunicações, imagina que, não a divergência, mas a convergência deva ser tratada? Vamos reformar nossa

Constituição, ou o senhor acha que é possível se construir uma lei geral que atendesse as telecomunicações, a radiodifusão, as empresas de *Internet*? Enfim, pela sua experiência, como a Vivo encara esse problema que, repito, é de convergência e não de divergência?

**O SR. LUIS AVELAR** – Muito obrigado por suas amáveis palavras, relativamente à apresentação, mas, mais do que uma apresentação bonita, eu acho que seria bom que os senhores ficassem conscientes de que a Vivo jamais fará o que quer que seja que conflite com as regras básicas da sociedade onde existe, apesar de ser uma empresa com capital estrangeiro.

Precisamente por isso, quando olhamos para a Constituição e vemos as restrições que existem à radiodifusão, nós não entramos, definitivamente, nesse tipo de transmissão, ou seja, por isso chamei a atenção de que, para nós, todo o nosso conteúdo é cedido por meio do controle do usuário e esse controle é dele próprio, usuário, até um servidor onde essa produção cultural está colocada. Ou seja, em momento nenhum, a Vivo faz uma transmissão extensiva de um para muitos. No nosso ponto de vista e no ponto de vista dos nossos advogados, nós não fazemos difusão, porque difusão é você pegar uma coisa e difundi-la para muitos, ou seja, uma transmissão de muitos para muitos ou de um para muitos. Nós não fazemos isso. Todo o conteúdo que disponibilizamos é sempre acessado por meio de uma vontade do usuário, numa comunicação de um para um. Não consideramos que isso seja radiodifusão e, portanto, não consideramos que isso tenha um problema colocado e regulamentado por trás.

Agora, o senhor pergunta o que vai acontecer no futuro, enfim. De fato, dessa limitação – e eu, aí, já falo em nome pessoal e não em nome da Vivo; falo em nome pessoal, porque trabalhei na comissão europeia exatamente nesse tema, há uns dez anos – o que se nota é uma tendência para haver licenças quase que, digamos, universais, ou seja, que essa justiça de concorrência tenha por trás a possibilidade de que os verdadeiros concorrentes possam-se digladiar com todas as armas. O que se vai começar a notar, quer na União Europeia, quer nos Estados Unidos, é essa licença universal de comunicação, porque a comunicação e as telecomunicações vão começar a se confundir em todo o mundo.

Precisamente o que sabemos é que essa limitação existe no Brasil. Nós não consideramos que fazemos radiodifusão e não pretendemos produzir conteúdo, porque são exatamente essas duas limitações que existem.

Os senhores poderiam me perguntar: se não existissem essas limitações, a Vivo estaria interessada em produzir conteúdo? A minha resposta seria

que dificilmente, uma vez que esse não é o nosso *core business*. Nós não sabemos fazer vídeos, nós não sabemos fazer reportagens, nós não sabemos fazer informação. Nós sabemos fazer outras coisas que são complementares a essas e, portanto, acho que mesmo com o quadro regulamentar existente é perfeitamente possível fazer o desenvolvimento desse setor, combinando as empresas de comunicação com as empresas de telecomunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Com a palavra, o Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos, que representa os profissionais de cinema e vídeo.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Obrigado, Presidente.

Quero agradecer a contribuição excelente do Dr. Luis Avelar, que, certamente, vai servir para os Anais e para os estudos deste Conselho no futuro.

Dr. Luis, foi-nos apresentado um gráfico comparativo da presença, no Brasil, e a sua evolução, do celular, o que foi ilustrado com países europeus: França, Itália, Alemanha, Inglaterra. O Brasil está nesse gráfico comparativo, em relação aos anos, em último lugar, vamos dizer assim, com a menor evolução de presença de aparelho celular, em comparação com a população.

O senhor teria, mesmo que não precisamente, alguns dados referentes à América Latina ou em outros locais do mundo em relação à presença do aparelho móvel na população?

A segunda pergunta tem a ver um pouco do que foi colocado pelo nosso colega Roberto Wagner: esta convergência, que é o caminho que todos nós desejamos, e não os problemas e os conflitos entre os serviços e as empresas que trabalham com essa atividade que, a cada vez mais estão se aproximando e se fundindo, será uma utopia ou realmente é factual que poderemos chegar a essa convergência sem maiores conflitos, sem maiores danos, principalmente a nós, usuários, que pagamos a conta?

**O SR. LUIS AVELAR** – Mais uma vez, muito obrigado pelas palavras amáveis.

Eu não trouxe os valores relativos à América Latina, mas, logo que chegue a São Paulo, vou enviá-los para o comitê da América Latina.

Acho que V. Ex<sup>as</sup> não vão gostar do que vão ver, porque os nossos amigos argentinos estão andando muito bem, e os chilenos estão nadando de braçada e os venezuelanos também, o que é estranho. Quem deveria liderar essas coisas na América Latina, obviamente, deveria ser o Brasil, até porque aqui se fala português e, lá, o espanhol, enfim, deveria ser o Brasil, mas, de fato não é. E, se às vezes não é, tem muito a ver com as limitações do que se fala, porque, se

pudessem ser limadas e melhoradas, seria realmente um grande passo – penso eu – para a sociedade brasileira como um todo.

Voltando um pouco a uma transparência aqui mostrada, entre as empresas brasileiras que listei, há uma empresa que se chama Wiz. A Wiz é uma empresa composta por uns indivíduos que saíram da PUC do Rio de Janeiro, e que têm idade média de 22 anos; o seu presidente tem 24 ou 25 anos. Então, eles começaram nisso porque nós os desafiamos, fomos lá buscá-los, e dissemos: “Vêm cá, que o pacto de *venture capital* – capital semente –, e vocês vão começar a fazer para mim uma coisa que (...) tinha pedido US\$10 milhões de dólares para fazer.” O que eles fizeram? Puseram no ar e começaram a fazer *games* e, hoje em dia, são um dos principais fornecedores de *games* da Vorazen, nos Estados Unidos. Meia dúzia de garotos, saídos dos bancos das escolas. Por favor, não matem essa capacidade criativa que os brasileiros têm.

Recentemente estive na Índia e não entendo o porquê de o Brasil não poder ser uma Índia, em termos de desenvolvimento de *software*. Porque, pelo que eu tenho visto – daí a minha experiência – no setor, e a Wiz não é a única, há mais três ou quatro. Não entendo por que esse capital de criatividade não é realmente utilizado no Brasil. Tem a ver com regras que são, enfim, artificialmente colocadas. Só que, hoje, a tecnologia é outra coisa, e tentar obstruir o seu caminho é o mesmo que construir uma barragem em um rio que não dá para represar.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Prossequimos com o Alexandre Annenberg, Presidente da Associação Brasileira de TV por Assinatura.

**O SR. ALEXANDRE ANNENBERG** – Sr. Presidente, agradeço a gentileza de permitir uma apresentação nossa. A intenção é contribuir para esta discussão, já que ela é muito importante para todas as áreas envolvidas. A convergência suscita uma série de novos problemas e novas discussões que exigem a total abertura de disponibilidades para que se definam marcos regulatórios adequados para essa nova realidade. Nesse sentido, gostaria de fazer uma observação, Dr. Avelar. Na sua exposição ficou muito claro que não há conflito nenhum entre o serviço oferecido pela Celular e a TV Broadcast. Isso é evidente. Sem dúvida nenhuma essa colocação é clara. Mas, sem dúvida nenhuma, onde a colocação não é clara e onde nos parece que há um conflito importante, diz respeito justamente à televisão por assinatura. Então, quando se fala, por exemplo, de um vídeo *on demand*, produto típico de televisão por assinatura, praticamente a jóia da coroa da televisão por assinatura, aí há um conflito inescapável e com uma diferença muito grande entre

os direitos e deveres das operadoras de TV por Assinatura e aquelas que agora entram nesse mercado como celulares. Enquanto operações de TV por Assinatura têm todas as suas limitações de capital, suas obrigações de cobertura diária, uma série de exigências impostas pelas suas próprias concessões, celulares, ao entrarem nesse segmento e nesse mercado sem nenhuma dessas restrições, acabam assumindo uma concorrência que, no mínimo, poderíamos rotular como desbalanceada.

Gostaria muito de ouvir seus comentários sobre isso.

**O SR. LUIS AVELAR** – Muito obrigado.

Começamos pela questão do vídeo *on demand*. Quando o produto começou há uns 10 anos, nenhuma empresa fazia, pelo simples fato de que não existia tecnologia para fazê-lo. Portanto, a partir de determinada altura, essa tecnologia passou a existir e começaram a aproveitá-la para entrar nesse negócio, ou seja, a tecnologia permitiu fazer, com determinado meio que lhes foi concedido, uma coisa que, no início da sua exploração, não estava regulamentação, sequer se pensava porque a tecnologia não o permitia. Pensamos que é um pouco isso que se passa conosco. Realmente, dez anos atrás ninguém pensava em vídeo em mobilidade, só que a tecnologia evoluiu e passou a permitir. Admito que exista algum nível de fricção, eu não diria de desconforto, de fricção entre aquilo que são as obrigações de TV a Cabo e aquilo que são as nossas, que também são bastante pisadas.

Essa fricção deverá ser perfeitamente resolvida pelos senhores, não penalizando as TV a Cabo nem os celulares, uma vez que, como disse, essa tecnologia é, a partir de determinada altura, permitir fazer alguma coisa.

Se é permitido fazer essa coisa, e o público quer, e não estamos beneficiando de modo algum do nosso poder, da presença no mercado para fazer com que os usuários não tenham poder de escolha, porque eles têm poder de escolha para fazer *on demand* na TV a Cabo ou *on demand* no celular. Ainda por cima, coisas que são tão distintas do ponto de vista da utilização final, porque ninguém vai baixar *Star Wars* num celular para vê-lo inteiro, não tem como, não existe.

Penso que essa fricção é mais uma questão semântica do que prática, porque, na realidade, o *on demand* que você fala não é o *on demand* que podemos fazer e não é aquele que o usuário quer. O que o usuário quer, do nosso lado, são pequenas coisas que eventualmente até podem ser complementares com o seu *on demand*. Por exemplo, um triland num celular pode ser uma ótima maneira de você vender o seu *download* de vídeo completo na TV a Cabo.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Temos 12 minutos para terminar às 15h30min. Foi uma promessa feita ao Presidente da Vivo, Roberto Lima, que só não está aqui porque neste exato momento lança um produto em São Paulo e não dava para conciliar. Mas à sua altura temos o Dr. Luis Avelar e estamos muito satisfeitos com o andamento dos nossos trabalhos.

Com a palavra Paulo Tonet, depois Gilberto Leifert, em seguida o Paulo Machado e, após, encerramos.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Cumprimento o Dr. Luis Avelar por sua brilhante exposição que, apesar do sotaque em português, nós, que falamos a língua de Camões neste Continente de Cervantes, ficamos muito felizes quando falamos o português.

Na sua apresentação, Dr. Avelar, que me impressionou muito, observei os ícones de seus provedores de conteúdo. Lá entre a Globo, a Bandeirantes e outros provedores, vi um logo da CBF. Gostaria de entender bem como é essa relação de uma companhia de celular com a CBF, até porque os brasileiros detestam futebol... (Risos.) Daí, talvez, venha a minha pergunta.

**O SR. LUIS AVELAR** – Aliás, viu dois diferentes do que normalmente veria: um é a CBF e outro é o Pão de Açúcar, que também estava lá. Também se pode perguntar o que o Pão de Açúcar estaria fazendo ali. Vou explicar.

Em relação à CBF, como sabem, somos os patrocinadores da seleção brasileira de futebol nos próximos dez anos. Isso começou no ano passado, e temos um contrato com eles de dez anos. Foi o primeiro contrato que a CBF fez com um patrocinador, em que existe uma parte variável que tem a ver com a remuneração de conteúdos. De que conteúdos estamos falando? Daqueles que a CBF não vendeu a ninguém, ou seja, os treinos da seleção, que não estão vendidos a ninguém. Enfim, eles têm a captação de imagem e a colocam no celular; a captação de imagem é feita pela CBF, por uma empresa com quem eles trabalham. Do mesmo modo, as entrevistas com os jogadores. Eventualmente, uma se passa no *backstage*, nos camarins, desde que se elimine a grande quantidade de palavrões ditos, mas que são bom Português também. Temos esse tipo de coisa para fornecer no celular. Agora, o conteúdo é de exclusiva responsabilidade da CBF. E, realmente, eles têm muito interesse em fazê-lo, porque é talvez a primeira seleção mundial que tem um contrato com uma empresa de alta tecnologia e que, portanto, não seja só de cerveja, cigarros e outras coisas. Estamos muito contentes com esse compromisso que firmamos com eles, para desenvolver um mercado que, até aqui, não existia. Seleção nenhuma de futebol pensa em desenvolver conteúdos para vender...; isso é algo que, tipicamente, venderia para as cadeias de televi-

são. No entanto, trata-se apenas de coisas que estão sob exclusiva responsabilidade da CBF, como são, por exemplo, os treinos ou as concentrações.

Vou explicar, agora, sobre o Pão de Açúcar, que também é outra das coisas que está fora. O Pão de Açúcar é das primeiras empresas que pensa no celular como um meio de demonstrar aos seus consumidores produtos específicos. Neste momento, estão com um enólogo, explicando vinhos –colheitas, qual é o tipo recomendado para cada tipo de comida. Obviamente, são coisas muito elitizadas, mas como podemos pensar em coisas assim, também podemos pensar nos agricultores brasileiros que possam ter alguma dificuldade para escolher entre uma semente e outra, e ter algum especialista que faça esse apoio. Assim, surgem os empreendedores para fazer esse tipo de negócio.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Muito bem. Gilberto Leifert.

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Boa-tarde, Dr. Avelar. Meus cumprimentos pela apresentação. Serei rápido. Farei duas indagações. Primeiro, em quais países a sua organização produz conteúdo e se pretende, no Brasil, aguardar a adequação da legislação para, então, oferecer o serviço.

**O SR. LUIS AVELAR** – Olha, se a pergunta é feita relativamente à organização Vivo, não produz conteúdo em lugar nenhum. Ou seja, nós, Vivo, não produzimos conteúdo em lugar algum. Se está falando das *parand companies*, as respectivas *parand companies* celulares, ou seja, a telefônica móvel Movistar e a TMN em Portugal também não produzem conteúdo, nem uma nem outra. Eventualmente, haverá braços de Internet de ambas as empresas que tenham alguma produção de conteúdo? Sim. Não vou dizer que não. Se isso poderá tornar-se um *business* aqui ou não. Vou ter de remeter para a Terra e para a Uol, que são as duas entidades que existem no Brasil produzindo conteúdo e perguntar-lhes quais são os planos deles. O que lhe posso dizer é que isso não está nos nossos planos.

Se fosse alterada a legislação...

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Qual é a atitude da organização? Ela vai oferecer os serviços quando julgar conveniente ou vai esperar que a legislação seja alterada?

**O SR. O SR. LUÍS AVELAR** – Do ponto de vista da organização celular, continuamos a considerar que nosso *core business* não é produção de conteúdo. Ou seja, que teremos sempre associação com terceiros cujo *core business* seja esse para ter um produto de alta qualidade para oferecer aos nossos clientes. Nós não vamos – não sei se essa expressão existe no Brasil – mandar sapateiro tocar rabecão. Não sei se existe aqui essa expressão, mas, na prática, os sapateiros

não devem fazer violinos, e é isso que a gente não fará. Nós vamos concentrar-nos naquilo em que realmente somos bons, que é comunicação móvel, localização e, a partir daí, construir nosso *business plan*.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Muito bem.

Com a palavra Paulo Machado de Carvalho Neto.

**O SR. PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO** – Boa-tarde meus companheiros. Dr. Avelar, é desnecessário salientar a grandeza de sua apresentação.

De uma forma bastante sucinta, vou perguntar-lhe o seguinte. Na composição acionária da Vivo, parece-me, existe uma participação grande da Telefônica de Espanha ou de uma empresa ligada à Telefônica de Espanha. É do meu conhecimento, não sei se ainda permanece assim ou não, que a Telefônica de Espanha fez investimentos em televisões e rádios abertas em outros países do mundo – a Argentina é um dos exemplos. Eu lhe perguntaria: é do seu conhecimento se a Telefônica continua militando na área de radiodifusão e se, de alguma forma, isso poderia se transformar num *core business* da Vivo aqui no Brasil?

**O SR. LUÍS AVELAR** – Minha resposta vai ser um pouco semelhante à anterior. Não tenho mandato para falar pela Telefônica nem pela Portugal Telecom – são sócios que detêm, cada um, 50% da Vivo –, no entanto, a partir do que tenho observado das movimentações nesse setor, há um desinvestimento nesse tipo de coisas. A Portugal Telecom, por exemplo, desinvestiu muito fortemente no Brasil no domínio da *Internet* – hoje em dia tem uma participação apenas financeira na UOL; saiu completamente da operação. A Telefônica abandonou até coisas como empresas que tinha na Holanda, abandonou. Portanto, todos os movimentos são no sentido contrário, mas, de qualquer modo, as minhas palavras não podem ser entendidas como um posicionamento da Telefônica ou da Portugal Telecom – não tenho mandato para isso –, são apenas observações que faço do que se passa nesse meio. Há desinvestimento e não o contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Temos ainda dois minutos. Vou conceder a palavra ao Dr. Francisco Aguiar.

**O SR. FRANCISCO AGUIAR** – Muito obrigado, Presidente.

Eu queria parabenizá-lo pela excelência da apresentação, que foi realmente muito didática.

Antes de fazer uma pergunta objetiva, gostaria de fazer uma pequena correção em relação ao fato de que, no Brasil, o *video on demand* curiosamente nasceu com a legislação do cabo. Quer dizer, aqui no Brasil, quando legislamos, em 1995 – foi o primeiro ato, a pri-



meira lei, a primeira norma assinada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso –, já existia o serviço, já era de conhecimento notório em quase todos os países do Primeiro Mundo. Inclusive, curiosamente, a nossa lei do cabo fala não só em *vídeo on demand* como uma atividade, uma prerrogativa e uma faculdade da TV a cabo, fala também da interação necessária com o servidor. Quer dizer, foi daí que surgiu a possibilidade de a Anatel regular o acesso à *Internet* via cabo sem precisar de uma lei específica.

**O SR. LUÍS AVELAR** – Como dizem os esgrimitas, *touché*.

**O SR. FRANCISCO AGUIAR** – A minha pergunta específica, Sr. Luís Avelar, é a seguinte. Nós temos hoje um parque expressivo de telefonia celular e, é claro, o domina pré-pago. Portanto, o povo, a classe C – a D e a E, principalmente – não poderia ter um pós-pago, mesmo que fosse uma assinatura muito baixa.

Por isso é que me interessa muito em saber qual é a posição das operadoras de celular em relação a se apóiam ou não o desenvolvimento de terminais dotados da capacidade de recepção de sinal de televisão digital e móvel, como será o Brasil, como hoje já fazem com o FM. No meu Motorola, por exemplo, já há algum tempo que ligo um fone e começo a controlar as estações no próprio visor.

A Vivo, por exemplo, apóia um desenvolvimento de terminais dotados para garantir àqueles que querem receber a televisão aberta, enfim, ao povo, que sempre terá o pré-pago, visto que não tem dinheiro para pagar *downloads* de televisão, poder assistir, de forma livre e gratuita como a Constituição assegura?

**O SR. LUÍS AVELAR** – Deixe-me dizer o seguinte: hoje em dia, é verdade, a maior parte dos celulares já tem a parte de FM, só que a tecnologia de recepção de FM evoluiu de tal modo que se está falando de um custo adicional para ter FM em nosso lar muito baixo. Estamos falando de alguns dólares. O que não é propriamente o que vai acontecer com a necessidade de incluir um captador de UHF mais a respectiva tela com qualidade suficiente para poder a reprodução de boa qualidade. Agora já não estamos mais falando de alguns dólares, mas de muitos dólares. Portanto, afeta diretamente o nosso *business plan* e não estamos prevendo isso nos tempos mais próximos, mas daqui a alguns anos.

Hoje em dia, ter um celular que tenha essas capacidades significa uma diferença de custo muito grande, e não estamos dispostos a pagá-la. Por outro lado, isso iria beneficiar não as classes C, D e E, mas as classes A e B, que já têm televisão em casa. Esse é o nosso posicionamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Segunda inscrição, não. Infelizmente, chegamos ao limite e pediria a compreensão de todos. Em primeiro lugar, quero agradecer a vinda do Dr. Luís Avelar, que é Presidente Executivo de Marketing da Vivo, responsável também por sua parte institucional. Foi muito bonita a sua apresentação e o debate, bastante democrático. Com os nossos agradecimentos, vamos interromper a reunião por cinco minutos para que V. S<sup>a</sup>, entendendo assim, possa cumprimentar os membros do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

Pediria ao nosso Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto, que o acompanhasse até a saída, representando, assim, o nosso respeito e a gratidão ao Dr. Avelar.

Muito obrigado. Está interrompida a reunião.

(*Suspende-se a reunião.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Meus amigos, vamos retornando a nossa reunião, a 11<sup>a</sup> do ano, a última, em que devo deixar o registro da nossa melhor saudação não apenas aos Conselheiros, mas às suas respectivas famílias e também aos que nos prestigiam sempre aqui no plenário.

Não poderia deixar de falar no grande número de telespectadores que temos conseguido por meio da nossa eficiente TV Senado, que praticamente está com imagem em todo o País e nos tem dado uma cobertura extraordinária às sextas-feiras à tarde e às segundas-feiras pela manhã. Com isso, temos conquistado um público cativo. Sinto, pelas pessoas que dizem que assistiram a este ou aquele programa, que já estamos formando um público e devemos isso não apenas ao esforço que aqui se faz – um esforço patriótico, todos sabem e reconhecem –, mas também a própria decisão da TV Senado de marchar conosco.

Aos nossos telespectadores, aos dirigentes da TV Senado, ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, os nossos melhores votos de gratidão, de boas festas e que tenhamos todos um ano de 2006 feliz, com saúde, com o Brasil alcançando seu destino de grandeza que todos sabemos ser inexorável.

Neste momento, devemos discutir o item 4 sobre comissões técnicas, porém tenho a sensação de que isso foi feito durante o andamento dos trabalhos pela manhã, razão pela qual submeto ao Plenário duas novas comissões, porque a quinta foi suprimida e a um e a três foram juntadas. Então, criaríamos uma comissão de trabalho com o título de Marco Regulatório e outra com o nome de Liberdade de Expressão.

Se V. Ex<sup>as</sup> estão de acordo, designo como coordenador para o Marco Regulatório o Conselheiro Roberto Wagner e como membros: Paulo Machado, Paulo Tonet, Eurípedes Corrêa e Fernando Bittencourt.

Na Comissão da Liberdade de Expressão, indico para coordenador Gilberto Leifert e como membros: Dom Orani Tempesta, Geraldo Pereira dos Santos, Paulo Tonet e Roberto Wagner.

Pergunto se os citados que estão presentes aceitam a indicação nas comissões. Procurei fazer o equilíbrio possível.

Concedo a palavra ao Gilberto Leifert.

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Sr. Presidente, gostaria de sugerir, diante do fato de terem sido extintas duas comissões, que seus membros fossem remanejados. Vejo, por exemplo, se bem entendi, o Conselheiro Paulo Machado de Carvalho Neto, que estava na Comissão de Concentração na Mídia, não estará na Liberdade de Expressão. Seria muito importante que o rádio estivesse também representado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que sugira em nome de quem.

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – É a ponderação que faço porque, de outra maneira, não sei se ele estará presente em outras comissões. Ele perdeu uma posição na Comissão nº 5.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Ele está no Marco Regulatório.

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Há mais alguma observação?

Os Srs. Conselheiros que estiverem de acordo permaneçam sentados. (Pausa.) Aprovado.

As duas novas comissões de trabalho, compostas por cinco membros cada uma, são Marco Regulatório e Liberdade de Expressão.

Tenho a impressão de que ganhamos algo novo para o ano que vem. Essas discussões serão fundamentais.

É preciso que eu leia o expediente recebido, porque há elementos de bastante relevo:

Em 1º de novembro de 2005, Ofício nº 393 – Senad DPT, do Sr. General Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa, Secretário Nacional Antidrogas e Secretário Executivo do Conselho Nacional Antidrogas, informa o recebimento do ofício do CCS, datado de 1º de agosto, relacionado aos trabalhos da câmara especial de políticas públicas sobre o álcool no Conselho Nacional Antidrogas – Senad. Solicita que o Conselho remeta, tão logo formule parecer sobre a matéria, cópia para aquela Secretaria.

Informo ainda que estão propondo à plenária do Conade a inclusão do Conselho de Comunicação Social na qualidade de observador da referida câmara.

A impressão que tenho é a de que não emitimos nenhum parecer conclusivo a respeito da matéria. V. Ex<sup>a</sup>, Gilberto Leifert, é o coordenador.

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Com licença, Sr. Presidente. O senhor me incumbiu de relatar os projetos de lei em andamento no Congresso sobre a matéria, e esse assunto ainda não foi pautado. Espero poder fazê-lo em uma de nossas próximas reuniões.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Perfeito. Aí, responderemos, então, ao diretor do Conselho Antidrogas.

Recebido em 4 de novembro de 2005, Ofício tal, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, em resposta ao Ofício CCS nº 108, o qual solicita que os debates a serem conduzidos pela Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 4.846, de 1994, que estabelece medidas destinadas a restringir o consumo de bebidas alcóolicas, aguarde a conclusão dos estudos em andamento sobre a matéria.

O Presidente da Câmara informa que encaminhou o documento em apreço àquela Comissão Especial para as providências que julgar pertinentes.

É mesmo assunto e aguardaremos o parecer do Conselheiro Leifert.

Recebido na secretaria do Conselho no dia 8 de novembro de 2005 o Ofício SF tal, do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, datado de 1º de novembro, que encaminha o processado no Projeto de Lei nº 5.040, de 2001, da Câmara dos Deputados, para manifestação do Conselho, por solicitação da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

Aqui há uma comunicação; outra, recebida em 23 de novembro, correspondência do Presidente da Abetelmim, Associação Brasileira de Empresas de Telecomunicações e Melhoramento de Imagens e Atividades Afins, Sr. Gilvan da Silveira, que esteve aqui conosco, que encaminha ao Conselho carta do Vice-Presidente da Associação de Moradores do Bairro da Glória e Adjacências do Município de Queimados – deve ser no Rio de Janeiro –, que relata fato ocorrido com a empresa Anisat Telecomunicações Ltda., empresa que presta serviços de antena coletiva na região há dez anos, e solicita aos órgãos competentes providências.

Não nos parece que seja nossa atribuição.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, só para uma indagação.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Pois não.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – O senhor leu um ofício encaminhado pela Presidência da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Foi, do Deputado Aldo Rebelo, sobre bebidas alcoólicas.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Então, Sr. Presidente, ocorreu-me de dar a V. Ex<sup>a</sup> a seguinte sugestão. Colocamos no art. 3º, § 2º, que somente o Presidente do Senado poderia encaminhar ao Conselho. Como o Conselho é órgão auxiliador do Congresso Nacional, não seria prudente também que colocássemos que o Presidente da Câmara poderia remeter ao Conselho expedientes?

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Faz sentido. O Conselho é do Congresso Nacional...

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Que abrange Câmara e Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – E, fisicamente, estamos no Senado, mas, na verdade...

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – V. Ex<sup>a</sup> acaba de... Muito bem fez em relatar o ofício chegado aqui do Presidente da Câmara. Então, estaríamos aqui restringindo...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Como vou dizer que não posso responder ao Presidente da Câmara?

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Quero sugerir a V. Ex<sup>a</sup> que, já está redigida aqui aquela alteração do Regimento, mas penso que seria melhor se pudéssemos, por intermédio do Presidente do Senado e do Presidente da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – O problema é só ver a lei. A lei contempla essa hipótese?

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Mais do que a lei, seria a Constituição. Se estamos auxiliando o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado, que fazem parte do Congresso, não tem sentido restringirmos onde a lei não restringe. Penso que seria prudente que pudéssemos colocar...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Há mais um detalhe a ser discutido. Nós nos dirigimos ao Presidente do Senado porque ele é o Presidente do Congresso Nacional.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – V. Ex<sup>a</sup> acaba, e fez bem, em ler um expediente encaminhado pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Foi.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Estamos dizendo aqui que não pode, só pode por meio do Presidente do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Não, creio que não.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Perdão, Sr. Presidente. Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um pequeno aparte? Só para tentar auxiliar.

Na verdade, estamos colocando o Presidente do Congresso Nacional, o Presidente do Senado apenas para aquelas manifestações que vêm externamente, ou seja, do Poder Executivo ou da sociedade civil. Quanto a qualquer consulta vinda de dentro do Congresso Nacional, seja da Presidência da Câmara, do Senado, ou até de Parlamentares, individualmente, não há regra alguma de que venha via Presidência do Senado.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Digamos que o Ministro da Justiça, por exemplo, não sabendo dessa diferença, encaminhe ao Presidente da Câmara um ofício solicitando que ele diga algo ao Conselho, faça alguma consulta ao Conselho.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Ele fará o que foi feito. Ele mandará para o Senador Renan Calheiros, por intermédio de quem nós recebemos o ofício.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – E se ele mandasse para o Presidente da Câmara?

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – O Presidente da Câmara mandará para o Presidente Renan Calheiros, como fez nesse caso.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Nesse caso, veio. O Presidente Aldo Rebelo mandou para o Presidente do Senado?

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Mandou, exatamente.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Se fez assim, está bem feito. Imaginei que tivéssemos recebido diretamente do Presidente da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Não. Aqui está claro: “Encaminho a V. S<sup>a</sup>, para os efeitos do disposto no artigo ‘tal’, projeto de lei da Câmara dos Deputados para manifestação por solicitação da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara”. Quem nos envia é o Senador Renan Calheiros.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Então, ele foi provocado pelo Presidente da Câmara?

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Foi, exatamente.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Então, está bem assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Estabelecida a lei, se o Ministro da Justiça não conhecer a lei, estamos fritos. Se a ninguém é lícito desconhecer a lei, imagine ao Ministro da Justiça.

Está franqueada a palavra.  
Conselheiro Dom Orani.

**O SR. ORANI JOÃO TEMPESTA** – Com relação àquilo que o Conselheiro Paulo Tonet acabou de falar, sobre o papel de auxiliar do Congresso Nacional, esse texto foi tirado da Emenda, não existe mais. Isso não tornaria essa questão mais complexa?

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Não. Veja, Dom Orani, aquele dispositivo a que me referi diz respeito somente aos expedientes que vêm de fora. Não é o caso, por exemplo, neste caso em tela, que se trata de uma comissão da Casa, o Presidente Aldo Rebelo ou qualquer Deputado pode se dirigir diretamente ao Conselho. Essa regra sugerida e aprovada de manhã refere-se simplesmente aos expedientes que vêm de fora do Congresso Nacional.

Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – V. S<sup>a</sup> está com a palavra.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Obrigado.

Tenho a satisfação de trazer a V. Ex<sup>a</sup> e aos meus pares do Conselho – peço à Secretaria que me ajude na distribuição – um documento lançado na quinta-feira passada, na cidade de São Paulo, na Assembléia Geral Anual da Associação Nacional dos Jornais. Trata-se do Relatório de Responsabilidade Social dos Jornais Brasileiros, envolvendo os anos de 2004 e 2005, que traz um relato, do Oiapoque ao Chuí, de ações sociais dos mais diversos jornais brasileiros em todos os cantos do Brasil, chegando a um número de R\$85 milhões neste ano – entre 2004 e 2005, nos últimos 12 meses, de novembro a novembro, houve R\$85 milhões de aplicação dos jornais brasileiros em responsabilidade social com a sociedade, com o meio ambiente, enfim, com seus compromettimentos sociais. Este documento traz muito orgulho a nós que representamos aqui a mídia impressa.

Tenho muita satisfação de trazer ao Presidente e aos demais Conselheiros um exemplar desse documento lançado na quinta-feira passada, chamado Relatório de Responsabilidade Social dos Jornais Brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Felicito a Associação Nacional de Jornais pela iniciativa – já li o relatório – e pela oferta que nos faz o sempre atento Conselheiro Paulo Tonet.

Recebemos, na Secretaria – foi dito aqui – um ofício do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, encaminhando o Projeto de Lei nº 5.040. Temos que nomear um relator para examinar esse assunto. Por uma questão de justiça, eu gostaria que o Plenário aceitasse a sugestão do nome da Dr<sup>a</sup> Berenice Bezerra para estudar o assunto e trazer aqui o seu parecer.

Aprovado.

É uma solicitação da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática da Câmara dos Deputados. Olhan-

do o conteúdo, posso dizer que “tipifica como crime a exibição de uma emissora de televisão de cenas de nudismo e de relações sexuais”.

Não vamos entrar no mérito. Acho que a Conselheira Berenice, sendo mulher e muito atenta, vai saber interpretar o nosso sentimento e trazer aqui o relatório na primeira reunião do ano.

Ainda a palavra está fraqueada ao Conselheiro Geraldo Pereira dos Santos.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> havia pedido que fossem batidas as alterações do Regimento – e já foram batidas pela nossa assessoria – para fazer a leitura final, como V. Ex<sup>a</sup> pediu, e eventualmente aprovar.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Se V. Ex<sup>a</sup> está com a mesma disposição com que chegou aqui, a leitura.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – É lauda e meia.

Redação final.

O § 2º do art. 3º passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º .....

§ 2º As solicitações do Poder Executivo, do Poder Judiciário ou de entidades da sociedade civil, bem como as manifestações do Conselho, serão sempre encaminhadas por meio do Presidente do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – V. Ex<sup>a</sup> quer fazer uma leitura...?

Quem tiver uma observação, depois discute.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Inclusão do Inciso XVII ao art. 20:

XVII – É competência do Presidente representar o Conselho junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais entidades públicas.

O terceiro é a alteração do texto do art. 26, em seu § 1º, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 26. Por proposta de qualquer de seus membros, o Conselho de Comunicação Social poderá criar até cinco Comissões Temáticas, com objeto e composição definidos na reunião do Conselho que as constituir. O Presidente do Conselho, relevância ou urgência, poderá criar até duas comissões especiais para tratar de temas específicos.

§ 1º As Comissões Temáticas terão prazos definidos pelo Presidente do Conselho, ouvido o Plenário para apresentar o seu relatório. As comissões especiais terão prazos,



também definidos pelo Presidente do Conselho, não superiores a 30 dias corridos, contados à data imediata da sua instalação.

O quarto é incluir o § 4º ao art. 3º. Essa sugestão foi da própria assessoria do Senado.

Art. 3º .....

§ 4º O Conselho de Comunicação poderá criar um prêmio, denominado Prêmio Marechal Cândido Rondon, a ser outorgado, no limite de três por ano, a personalidades que tenham se destacado na defesa dos princípios constitucionais da Comunicação Social.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Cândido Rondon é o patrono das comunicações brasileiras.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Essa redação foi aprovada pelo Conselheiro Paulito, que foi o pai da sugestão. E a redação veio da assessoria técnica do Senado.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Presidente, um aparte para contribuir?

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Um aparte? Sim.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Eu tenho dúvidas – e talvez a Secretaria pudesse verificar isso junto ao Cerimonial do Senador e talvez mesmo junto ao Itamaraty – se já não existe esse prêmio com o nome de Cândido Rondon em algum órgão do Legislativo ou do Executivo. Apenas isso, para que não corramos esse risco.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – É prudente e vamos fazer uma verificação em tempo hábil. Mas há uma palavra devida ao Conselheiro Geraldo.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – O Conselheiro Roberto Wagner talvez compreenda, até pela nossa estrutura do Legislativo, que o Presidente do Senado é, por conseguinte, Presidente do Congresso Nacional. Então, talvez a expressão melhor utilizada deva ser “Presidente do Congresso Nacional” e não “Presidente do Senado Federal”. Estamos submetidos ao Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Está de acordo?

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Tem procedência.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Geraldo.

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Sr. Presidente, com a sua autorização, e aí tenho que dar satisfação, participamos da audiência pública na quinta-feira, sobre radiodifusão comunitária, promovida pela Comissão Especial de Participação Legislativa da Câmara dos Deputados. Foram dois dias de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Primeiro de dezembro?

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Foi 1º e 2. A audiência, propriamente, foi no dia 1º, e as reuniões seguintes ocorreram no dia 2. Já tínhamos conhecimento desse fato, mas ficou evidente no dia 1º, durante a audiência pública. Inclusive, conversávamos há pouco tempo com o Dr. Ara e com o Paulito – que pena que ele não está mais aqui – sobre essas questões envolvendo o rádio digital e outras questões.

Uma delas, que não é uma notícia muito agradável, fato que a gente, em alguns momentos, na primeira gestão e nessa, também discutiu e debateu aqui, o conflito entre a radiodifusão comercial e a comunitária, um enfrentamento natural, problemático, tenso, que às vezes exagera e exacerba os limites, como neste caso específico de uma cidadã, uma senhora do Estado do Piauí que veio a falecer acometida por uma ação muito brusca, violenta e desproporcional da polícia federal dentro de uma rádio comunitária. Esta senhora nunca havia tido problema cardíaco e, assustada, diante de uma situação jamais vivida, apenas olhando esses fatos em televisão, de guerra, em filme policial, pessoas com metralhadoras, com armas, adentrando no recinto para fechar e apreender os equipamentos. Passou mal, desmaiou e veio a falecer por conta do choque...

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – É lamentável, não é?

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – É lamentável. Uma família. Quem é o culpado? A justiça, que fez o mandado, o policial, a Anatel, a Abert? Quem é o culpado? O conjunto no qual estamos envolvidos, inclusive o Conselho de Comunicação Social, neste contexto, onde o que podemos fazer e o que podemos tomar de ações concretas a respeito disso. Esses atos de tensão vêm se avolumando e aumentando em número e qualificação no Brasil a ponto de ocorrer este caso específico, uma fatalidade, com a morte de uma cidadã, uma brasileira, uma senhora que estava apenas tentando exercer o seu direito de comunicar dentro de uma cidade, de um bairro no Piauí.

E aí, preocupado com a junção das duas comissões de regionalização e radiodifusão comunitária, até na composição de como ficarão os membros dessa comissão única com dois temas, gostaríamos de sugerir – e conversávamos com o Dr. Ara – uma audiência, um encontro, no qual pudéssemos receber inclusive o próprio Dr. Ara para falar a respeito das

questões técnicas da rádio digital, que está sendo diferente da TV, que teve inúmeros estudos, audiência, consulta pública, o que não está havendo com o rádio digital. Estão sendo feitos testes iniciais e não está definido de um determinado modelo americano. Houve nessa audiência pública preocupações colocadas pelos palestrantes, inclusive do ministério da Casa Civil, representantes da Casa Civil acerca desses testes, que são iniciais, mas, se não tivermos cuidado e abrir a discussão e termos a participação inclusive de outros atores, técnicos, o que está acontecendo no caso da TV digital, poderemos ter talvez prejuízos inclusive para a radiodifusão comunitária. Também sobre essa questão que culminou com a morte dessa senhora no Piauí, Maria da Conceição, que veio a falecer mediante o susto que teve por essa ação. O que podemos fazer de ações concretas de consenso e de sensibilidade porque parece que se iria buscar ou se procurar um grande arsenal de armamentos, uma grande quantidade de entorpecente. Parece que a ação é similar a essas questões. E é um local onde apenas se comunica, você faz um trabalho comunitário, rádio comunitária, estamos falando de rádio comunitária de verdade, realmente rádio comunitária, embora não tenha conseguido ainda, pelos trâmites, pelos desembaraços de dificuldades estruturais hoje do Ministério das Comunicações, a sua regularização, a sua autorização definitiva. Mas são de fato rádios comunitárias. Esta preocupação eu coloco, aproveitando este espaço, da necessidade dessa audiência, desse encontro para nos debruçarmos e conversar sobre isso. São fatos lamentáveis. Inclusive o rádio digital, que poderá acarretar prejuízos para a radiodifusão comunitária principalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Eurípedes Correia Conceição.

**O SR. EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO** – Sr. Presidente, precisamos discutir essa questão da abordagem feita pela Polícia Federal. Em uma reunião aqui o próprio delegado se colocou de uma forma diferenciada em não criminalizar os radiodifusores comunitários. O ano que vem é um ano eleitoral. Sabemos que existe monopólio político com relação à radiodifusão comunitária, e há, por parte de vários políticos, indução a várias pessoas inclusive para montar rádio comunitária, pessoas que não têm condições de entender claramente a legislação presente para a radiodifusão comunitária. Acho que haverá outros problemas como esse que houve no Piauí. Por quê? A abordagem é ex-

tremamente truculenta e assustadora. Eu já presenciei abordagem com armamentos extremamente pesados como se as pessoas estivessem num *bunker* de guerra. Já conversei com o doutor Aras aqui para fazermos uma reunião e tentar minimizar essa abordagem porque esse fato ocorrido no Piauí eu penso que, no ano que vem, será rotina porque o que vai aparecer de radiodifusão comunitária em virtude da indução por parte dos candidatos a cargos eletivos político-partidárias será extremamente forte. Portanto, o papel do Conselho é estar tentando orientar as autoridades competentes com relação a essa abordagem que é extremamente truculenta.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Conselheiro Paulo Tonet Camargo.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Sr. Presidente, eu normalmente não trato deste tema, mas me esforço, meu caro Geraldo, a falar deste assunto porque é necessário. É claro que nós temos que lamentar a perda de uma vida humana, dessa senhora, que se deu por uma ação talvez atabalhoada, não sei, não posso julgar porque não conheço os fatos da Polícia, mas não seria o primeiro caso de ação complicada da polícia no nosso País. Esse é um problema que se vê a todo momento, não vamos particularizar. A atuação da Polícia é um assunto complicado.

Mas tem um ponto aqui que nós precisamos deixar muito claro. Se nós estivéssemos diante de uma rádio comunitária, prevista em lei, de acordo com os trâmites da lei e a Polícia Federal invadissem uma emissora de rádio comunitária que está de acordo com a lei, com a sua autorização dada pelo Poder Executivo, pelo Congresso Nacional e estar transmitindo na potência devida, estar de acordo com a lei, e entrar lá a Polícia Federal, eu digo daqui desta tribuna do Conselho de Comunicação Social que isso é abuso de autoridade porque está entrando dentro de uma emissora legal. É abuso de autoridade. E o policial que faz isso tem que ser processado. Agora, se a emissora não estava legalizada, e eu não entro aqui no mérito de as pessoas terem ou não uma boa intenção. Quero afirmar a você, Geraldo, que sou um sujeito de enorme boa intenção, mas não boto rádio no ar porque senão a coisa complica para o meu lado. O que eu quero dizer é o seguinte: se ele não estava devidamente autorizado, a polícia cumpriu o seu dever, porque tem de reprimir esse tipo de atividade. Ela o fez mal, tanto é que se perdeu uma vida humana. Com isso, não vamos compactuar de maneira nenhuma.

Acho que, definitivamente – quero chamar a atenção dos companheiros –, sob pena de cometermos uma injustiça com a radiodifusão comunitária, prevista em lei, temos de deixar bem claro o que é radiodifusão comunitária e o que é radiodifusão sem autorização legal e, portanto, pirata. São coisas diferentes.

Então me permita, Geraldo, esta afirmação: existe a radiodifusão comunitária, prevista em lei, quanto à qual não existe nenhuma restrição, mas existe também a emissão clandestina. Essa está à margem da lei, e com aquilo que está à margem da lei, não podemos concordar. Nós temos de fazer essa diferenciação.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Mas não vai ser matando que se vai resolver.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Claro que não.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Isso precisa...

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Eu quero deixar bem claro que a questão da truculência policial eu ressalvei de início, não está...

**O SR. GERALDO PEREIRA DOS SANTOS** – Sr. Presidente, ele me permitiu um aparte – é um minuto –, porque eu esqueci. Foi enviada uma comunicação pelo Ministério. O endereço da emissora é 130, o número foi 30. Então a emissora não pôde responder a uma determinada exigência, e, por conta disso, houve essa ação, ou seja, foi enviado um documento com o endereço equivocado – não foi entrar em juízo por que –, a empresa não recebeu e, portanto, não respondeu. O processo está no Ministério.

Meu caro Tonet, não é porque está nesse mandato agora, mas os milhares de processos que estão lá e a morosidade, os problemas existentes do Ministério, por várias razões, estão acarretando parte desses problemas. As pessoas não estão regularizadas porque não querem, mas porque não estão podendo, não estão tendo chance. Em outros casos, a rapidez no processo é impressionante, como me foi denunciado, em alguns lugares, como em Barretos, por exemplo. No momento oportuno, isto será documentado: há pessoas de forte envolvimento político muito próximo à Presidência anterior deste país. É uma coisa complicadíssima, Conselheiro! Estão as pessoas não estão regulares, não estão legalizadas porque elas querem ou porque não querem, mas porque os processos não andam por causa de problemas, de burocracia. O documento

foi com número errado, a emissora não respondeu. Aí houve essa ação. Estou dizendo isso só para esclarecer, porque esqueci de dar esse dado.

**O SR. PAULO TONET CAMARGO** – Muito obrigado, Geraldo.

Para concluir eu apenas acho que temos de fazer essa distinção entre o que é radiodifusão comunitária, que é legal, e aquela que está emitindo clandestinamente porque não tem autorização estatal para isso.

Essa, a questão que eu ressaltar, lamentando, mais um a vez, a perda da vida dessa cidadã, mais uma vítima no Brasil, talvez em virtude da má preparação de nossas autoridades.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Obrigando, Conselheiro Paulo Tonet.

Com a palavra o Conselheiro Gilberto Leifert

**O SR. GILBERTO LEIFERT** – Sr. Presidente, a notícia trazida pelo Conselheiro Geraldo é consternadora. Nosso companheiro indaga se o problema é da Justiça, se é da Polícia Federal, se é da Anatel, se é da Abert ou se é do Conselho de Comunicação Social.

Entendo, Sr. Presidente, ressaltando que o fato em si é lamentável, que são situações regidas pela legislação em vigor. Tanto a Justiça quanto a Polícia Federal quanto a Anatel não podem fazer vistas grossas ao descumprimento da legislação em vigor. Então, enquanto a legislação estabelecer pré-requisitos para operação da radiodifusão, os operadores terão de cumpri-la. Não há outra forma de transmitir rádio no Brasil a não ser cumprindo a legislação. As exigências são para as emissoras e para aqueles que desejam, de alguma maneira, se inserir no éter para se comunicar. O meu apelo é no sentido de que o Conselho de Comunicação Social também apóie os esforços das autoridades para que a lei seja cumprida.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Bem, disso nós já tratamos aqui em outra ocasião. Numa das primeiras reuniões que tivemos – se não me engano, na terceira –, o assunto foi aventado. Até trouxemos pessoas que estão dirigindo entidades ligadas ao assunto. O que se nota, que, a meu ver, não é produtivo, é que há uma excitação um pouco exagerada, que, na verdade, não vai resolver o problema. Não vou explicitar coisa alguma, mas o Conselheiro Geraldo me contou que houve alguns excessos cometidos, inclusive algumas referências injustas feitas a este Conselho, que ele rebateu na medida das possibilidades.

Não vai ser fazendo a guerra que vamos alcançar o desenvolvimento. Temos que tentar pacificar os espíritos e exercer aqui esse nosso papel moderador. Talvez seja o papel mais importante do Conselho de Comunicação Social exercer e exercitar o seu papel moderador.

Acolhi a proposta do Conselheiro Geraldo. No dia 6 de março, quando voltarmos, vamos dar um espaço ao Dr. Ara Minassian, a quem consulto se aceita – e recebo a resposta de que já aceitou –, para que diga o atual estágio em que se encontra a rádio digital e talvez nos aponte, ele que conhece o assunto, o porquê de a rádio tal, se é que é rádio, foi invadida no Piauí, para que, enfim, tenhamos um norte em relação a um assunto que é delicado e que tira um pouco do sono de cada um de nós. Acho que desse jeito vai continuar a violência, que, se tiver uma origem, será condenada tacitamente aqui neste plenário, porque não faltará quem fale sobre isso, inclusive o próprio Presidente,.

Vamos levar este assunto tentando fazer com que as partes compreendam que existe uma lei, que foi feita para ser cumprida. À margem da lei facilita-se uma ação de violência, inconcebível, porque não vai ser no tapa que se vai resolver isso.

Então, quero dizer que na sessão do dia 6, às 11 horas e 30 minutos, o Conselheiro Ara Minassian terá sua chance de nos dar uma explicação e haverá o debate natural por parte do Plenário.

Com a palavra o Conselheiro Dom Orani.

**O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** – Creio que, com relação a isso, o enfoque dado não é tanto a questão da legitimidade ou não da rádio, mas, sim, da maneira como a coisa foi realizada.

Todos sabemos que temos que observar a lei, mas, com tanta violência que temos no País e tantas situações mais complexas para justamente trabalharmos e melhorarmos ainda mais o nosso País, pessoas simples que estão fazendo rádios clandestinas sem autorização, a maneira bélica de ir... Isso é realmente complicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – É uma guerra.

**O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Isso não conduz a nada.

**O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** – Não justifica. É a mesma coisa que, numa emissora que

está transmitindo com regularidade mas que tem alguma irregularidade que aparece, chegar lá um aparato bélico. É a maneira como é feito.

Em segundo lugar, as pessoas que fazem isso, grande parte... Já escutei, porque na CNBB chegam muitas reclamações disso, que tal parlamentar prometeu para uma pessoa que ela poderia fazer que ele garantiria. Quando morre alguém, ele garantiu o quê? Exatamente. As pessoas, depois, estão com boa fé. Estão erradas, irregulares, mas foram enganadas também. Agora, não são tão perigosas para esse aparato bélico como acontece. Isso já aconteceu outras vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Exato. Enquanto não há nenhuma ação com determinadas emissoras que dão, descaradamente, o resultado diário do jogo-do-bicho, vai se pegar...

**O SR. DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** – Lá em Belém as rádios autorizadas também dão o resultado do jogo-do-bicho.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – E não há nenhuma providência de quem de direito para evitar que se esteja fazendo apologia de uma contravenção. Nós temos que protestar contra isso e estar vigilantes também.

Conselheiro Wagner. Depois, o Dr. Ara.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – O assunto realmente é interessante. Falou-se que a maioria das rádios comunitárias “piratas” têm uma ligação direta ou indireta com políticos – e é verdade – e vai se acentuar no ano que vem, sem dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Não tenho dúvida.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – A próxima reunião nossa é em março. Eu penso que essas rádios todas já estarão montadas porque os políticos vão começar a preparar o seu arsenal de propaganda já em fevereiro. Eu penso que, em algum momento, o Conselho talvez teria que ser reportar ao Presidente do TSE, até para que ficasse clara ao Tribunal Superior Eleitoral a possibilidade dessas fraudes, e o Tribunal baixar talvez um provimento, dizendo que será considerado também um crime eleitoral a indução à criação de rádios comunitárias com esses fins políticos. Eu penso que vai se acirrar. Certamente, no interior, o que vai acontecer de rádios comunitárias com fins à eleição de 2006 vai ser uma tragédia. A Polícia Federal não pode prevaricar. Quer dizer, ela toma conhecimento, é um



crime federal, eu sou policial federal, delegado, e recebo a comunicação de um crime federal. O que é que eu vou fazer?

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – O que se discute aqui é a violência.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Pois é. Mas aí é que está. Talvez V. Ex<sup>a</sup> poderia construir um ofício ao Ministro da Justiça, ao Dr. Paulo Lacerda, dizendo que esse assunto foi discutido aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Aí é ao Presidente do Senado, rogando que ele comunique a nossa preocupação ao TSE.

**O SR. ROBERTO WAGNER MONTEIRO** – Então, ao Presidente do Senado, dizendo que o assunto foi discutido, um assunto que o Conselho reputa importante e que os ânimos serão acirrados, sem dúvida, no ano que vem.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Isso. Este é um ofício que deve ser feito ainda este ano. E será. Vamos fazê-lo, isso é certo.

Com a palavra o Dr. Ara e, depois, o Conselheiro Paulo Machado.

Eu só queria avisar que o lanche está servido na sala ao lado e que está esfriando. De maneira que vocês podem falar à vontade. Agora, quem quiser comer sanduíche frio...

**O SR. ARA APKAR MINASSIAN** – Sr. Presidente, em relação a nossa participação para falar sobre a rádio digital, falaremos com todo prazer, porque acho que tem muito mal-entendido por aí sobre o que é rádio digital. Então, nos predisposmos a falar.

O segundo ponto eu já conversei com o nosso Conselheiro Eurípedes, eu vou procurar abrir um canal de contato com a Anatel, para que tratemos, antes do dia 6 de março, essa questão. Porém o que eu quero aqui afirmar é que, em muitas ocasiões, quando os nossos agentes vão lá, são impedidos de entrar. Então, quando são impedidos, imediatamente há uma ocorrência policial porque a Agência está sendo impedida de exercer o seu papel de fiscalizar. Isso não quer dizer que vai lacrar a emissora. Então, daí decorrem também todas as ações complementares. Cada um olha só um lado e fala aquilo que quer falar ou quer que o outro lado entenda. No caso, por exemplo, do Piauí, o endereço foi errado, mas a emissora, caso tivesse interesse de entrar no ar, tinha que acompanhar, como está lá no processo. Isso não lhe dá o direito de entrar em qualquer frequência. Então, ao entrar em qualquer frequência, nós mostramos aqui, isso é fato, uma frequência usada indevidamente pode fazer um batimento com relação à outra frequência

e de repente, não estou dizendo no caso do Piauí, mas se lá realmente a operação estava irregular de novo, então não vamos discutir o que aconteceu. Eu acho que a pessoa se afobou de graça. Lamentamos também. O que ocorre é que, se estou perto de um aeroporto, eu posso derrubar um avião. Aí eu pergunto: nós estamos discutindo uma vida e depois seremos responsabilizados pelo desaparecimento de 130 vidas? É preciso observar os dois lados. Mas, de qualquer forma, eu me comprometi com o Conselheiro Eurípedes e vamos abrir esse canal de comunicação na Anatel para que esclareçamos e ouçamos também um pouco o que aconteceu. Pode ser que se estabeleça um novo procedimento só do ponto de vista da agência, porque, na realidade, quando ela comunica à autoridade policial, simplesmente acompanha para que a Polícia tenha certeza de que está sendo lacrada a emissora correta, o transmissor correto. É só essa a nossa ação. De qualquer forma, vamos fazer esse tipo de trabalho, com o qual eu me comprometi.

Então, quem sabe na reunião do dia 6 só trazemos um comunicado sobre esse assunto. Eu me comprometo aqui a usar o tempo que o Conselho me der para falar sobre rádio digital de uma forma bem objetiva.

No mais, como esta é a última reunião, gostaria de agradecer toda a atenção e todo o carinho que a Agência tem recebido por parte de todos os Conselheiros, sem exceção.

Novamente me coloco à disposição, em 2006, para que possamos construir um novo meio de fazer essa comunicação social. Nós respeitamos bastante este Conselho, as decisões que são emanadas aqui. Espero trabalharmos juntos novamente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Arnaldo Niskier) – Agradecemos as palavras do Dr. Ara Minassian e a sua colaboração. Mas nada garante o mesmo tratamento em 2006.

Pergunto se podemos, com os nossos votos de boas-festas para todos, de feliz Natal e feliz Ano Novo, encerrar a reunião de hoje, que foi muito proveitosa, porque muitos temas foram abordados, anunciando a reunião do dia 6 de março, segunda-feira, com a seguinte Ordem do Dia:

10h30min – Instalação da Comissão de Estudos do Marco Regulatório. O Conselheiro Roberto Wagner fará um primeiro apanhado sobre como se desenvolverá esse trabalho;

11h30min – Rádio digital, com o Dr. Ara Minassian. Agradeço muito ao meu amigo Geraldo a bonita lembrança;

14h30min – Instalação da Comissão de Trabalho sobre Liberdade de Expressão, com o Conselheiro Gilberto Leifert;

16 horas – Bebidas Alcoólicas nos Meios de Comunicação, também com o Conselheiro Leifert.

Alguma dúvida?

Senhores, está encerrada a reunião, com os meus melhores cumprimentos. Obrigado a todos.

DOCUMENTOS PERTINENTES À  
11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA),  
DO CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL,  
REALIZADA EM 5 DE DEZEMBRO DE 2005,  
A SEREM PUBLICADOS JUNTAMENTE COM A ATA,  
NO DIÁRIO DO SENADO FEDERAL:

- Lista de Presença; (1 folha)
- Lista de Presença dos convidados; (1 folha)
- Listas de Votação; ( 7 folhas)

– Ofício Senado Federal nº 2.600/2005, do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros,; (1 folha)

– Ofício nº 393-GSIPR/SENAD/DPT, do Secretário Nacional Antidrogas e Secretário-Executivo do Conselho Nacional Antidrogas, Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa; (1 folha)

– Ofício CCS nº 061/2005, ao General Jorge Armando Felix; (2 folhas)

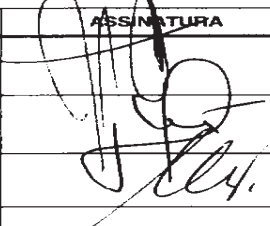

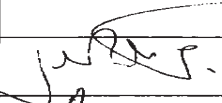

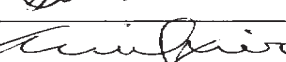
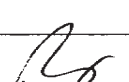

– Ofício nº 2004/2005/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, ao Presidente do Conselho de Comunicação Social, Arnaldo Niskier, relativo ao Ofício CCS nº 108/2005; (2 folhas)

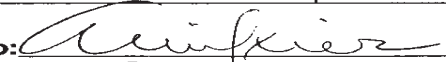
– Correspondência datada de 17.11.2005 do Presidente da ABETELMIM (Associação Brasileira de Empresas de Telecomunicações e Melhoramentos de Imagens e Atividades Afins), Sr. GIOVANDER SILVEIRA. (2 folhas)

(Levanta-se a reunião às 16h27min.)

#### LISTA DE PRESENÇA

Presidente: ARNALDO NISKIER  
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO

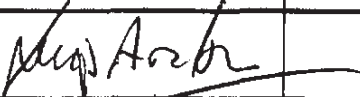

	TITULARES	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio		EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão		ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO	
III -	PAULO RICARDO TONET CAMARGO Representante de empresas da imprensa escrita		SIDNEI BASILE	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social		ROBERTO DIAS LIMA FRANCO	
V -	DANIEL KOSLOWSKY HERZ Representante da categoria profissional dos jornalistas		CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	
VI -	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO Representante da categoria profissional dos radialistas		MARCIO CÂMARA LEAL	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas		STEPAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo		ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil		SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR	
X -	ARNALDO NISKIER Representante da Sociedade Civil		GABRIEL PRIOLLI NETO	
XI -	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO Representante da Sociedade Civil		PHELIPPE DAOU	
XII -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante da Sociedade Civil		FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
XIII -	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da Sociedade Civil		PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO	

Visto:  , em 5/12/05.

Presidente

**LISTA DE PRESENÇA DOS CONVIDADOS**

**Presidente:** ARNALDO NISKIER  
**Vice-Presidente:** LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO

	TITULARES	ASSINATURA	Observação
I -	<b>LUIS AVELAR</b> – Vice-Presidente Executivo de Marketing da Vivo		
II -	<b>JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO</b> – Advogado		
III -			
IV -			
V -			
VI -			
VII -			
VIII -			
IX -			
X -			
XI -			
XII -			
XIII -			

Visto:  , em 5/12/2005  
Presidente

**LISTA DE VOTAÇÃO****Presidente:** ARNALDO NISKIER**Vice-Presidente:** LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO

*Proposta Roberto Wagner Comissão*  
*Aprovada*

	TITULARES	VOTO		SUPLENTE	VOTO
I -	<b>PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO</b> Representante das empresas de rádio	S	I -	<b>EMANUEL SOARES CARNEIRO</b>	
II -	<b>GILBERTO CARLOS LEIFERT</b> Representante das empresas de televisão	S	II -	<b>ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO</b>	
III -	<b>PAULO RICARDO TONET CAMARGO</b> Representante de empresas da imprensa escrita	S	III -	<b>SIDNEI BASILE</b>	
IV -	<b>FERNANDO BITTENCOURT</b> Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	—	IV -	<b>ROBERTO DIAS LIMA FRANCO</b>	
V -	<b>DANIEL KOSLOWSKY HERZ</b> Representante da categoria profissional dos jornalistas	—	V -	<b>CELSO AUGUSTO SCHRÖDER</b>	
VI -	<b>EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO</b> Representante da categoria profissional dos radialistas	S	VI -	<b>MARCIO CÂMARA LEAL</b>	
VII -	<b>BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA</b> Representante da categoria profissional dos artistas	—	VII -	<b>STEPAN NERCESSIAN</b>	
VIII -	<b>GERALDO PEREIRA DOS SANTOS</b> Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	S	VIII -	<b>ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO</b>	
IX -	<b>DOM ORANI</b> <b>JOÃO TEMPESTA</b> Representante da Sociedade Civil	S	IX -	<b>SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR</b>	
IX -	<b>ARNALDO NISKIER</b> Representante da Sociedade Civil	S	IX -	<b>GABRIEL PRIOLLI NETO</b>	
IX -	<b>LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO</b> Representante da Sociedade Civil	—	IX -	<b>PHELIPPE DAOU</b>	
IX -	<b>ROBERTO WAGNER MONTEIRO</b> Representante da Sociedade Civil	S	IX -	<b>FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ</b>	
IX -	<b>JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO</b> Representante da Sociedade Civil	S	IX -	<b>PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO</b>	

**VISTO:** *Arnaldo Niskier*

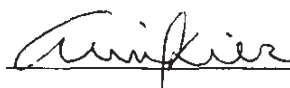


**LISTA DE VOTAÇÃO****Presidente:** ARNALDO NISKIER**Vice-Presidente:** LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO

*Proposta do Conselheiro Paulo Machado  
de criação da "Medalha Bourdau" (3 p/ano)  
Aprovada.*

	TITULARES	VOTO		SUPLENTE	VOTO
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio	S	I -	EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão	S	II -	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO	
III -	PAULO RICARDO TONET CAMARGO Representante de empresas da imprensa escrita	S	III -	SIDNEI BASILE	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	—	IV -	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO	
V -	DANIEL KOSLOWSKY HERZ Representante da categoria profissional dos jornalistas	—	V -	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	
VI -	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO Representante da categoria profissional dos radialistas	S	VI -	MARCIO CÂMARA LEAL	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas	—	VII -	STEPAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	S	VIII -	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil	S	IX -	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR	
IX -	ARNALDO NISKIER Representante da Sociedade Civil	S	IX -	GABRIEL PRIOLLI NETO	
IX -	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO Representante da Sociedade Civil	—	IX -	PHÉLIPPE DAOU	
IX -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
IX -	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO	

VISTO:

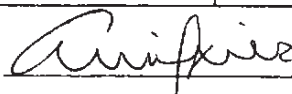


**LISTA DE VOTAÇÃO****Presidente:** ARNALDO NISKIER**Vice-Presidente:** LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO

*Parceria do Conselheiro Gilberto Leifert.*  
*Aprovado - (na íntegra)*

	TITULARES	VOTO		SUPLENTE	VOTO
I -	<b>PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO</b> Representante das empresas de rádio	S	I -	<b>EMANUEL SOARES CARNEIRO</b>	
II -	<b>GILBERTO CARLOS LEIFERT</b> Representante das empresas de televisão	S	II -	<b>ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO</b>	
III -	<b>PAULO RICARDO TONET CAMARGO</b> Representante de empresas da imprensa escrita	S	III -	<b>SIDNEI BASILE</b>	
IV -	<b>FERNANDO BITTENCOURT</b> Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	—	IV -	<b>ROBERTO DIAS LIMA FRANCO</b>	
V -	<b>DANIEL KOSLOWSKY HERZ</b> Representante da categoria profissional dos jornalistas	—	V -	<b>CELSO AUGUSTO SCHRÖDER</b>	
VI -	<b>EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO</b> Representante da categoria profissional dos radialistas	S	VI -	<b>MARCIO CÂMARA LEAL</b>	
VII -	<b>BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA</b> Representante da categoria profissional dos artistas	—	VII -	<b>STEPAN NERCESSIAN</b>	
VIII -	<b>GERALDO PEREIRA DOS SANTOS</b> Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	S	VIII -	<b>ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO</b>	
IX -	<b>DOM ORANI JOÃO TEMPESTA</b> Representante da Sociedade Civil	S	IX -	<b>SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR</b>	
IX -	<b>ARNALDO NISKIER</b> Representante da Sociedade Civil	S	IX -	<b>GABRIEL PRIOLLI NETO</b>	
IX -	<b>LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO</b> Representante da Sociedade Civil	—	IX -	<b>PHÉLIPPE DAOU</b>	
IX -	<b>ROBERTO WAGNER MONTEIRO</b> Representante da Sociedade Civil	S	IX -	<b>FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ</b>	
IX -	<b>JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO</b> Representante da Sociedade Civil	S	IX -	<b>PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO</b>	

VISTO:

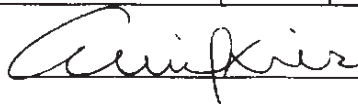


**LISTA DE VOTAÇÃO****Presidente:** ARNALDO NISKIER**Vice-Presidente:** LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO

*Proposta do Conselheiro Paulo  
Tonet (maioria) - aprovada*

	TITULARES	VOTO		SUPLENTE	VOTO
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio	S	I -	EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão	S	II -	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO	
III -	PAULO RICARDO TONET CAMARGO Representante de empresas da imprensa escrita	S	III -	SIDNEI BASILE	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	-	IV -	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO	
V -	DANIEL KOSLOWSKY HERZ Representante da categoria profissional dos jornalistas	-	V -	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	
VI -	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO Representante da categoria profissional dos radialistas	S	VI -	MARCIO CÂMARA LEAL	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas	-	VII -	STEPAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e video	S	VIII -	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil	S	IX -	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR	
IX -	ARNALDO NISKIER Representante da Sociedade Civil	S	IX -	GABRIEL PRIOLLI NETO	
IX -	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO Representante da Sociedade Civil	-	IX -	PHÉLIPPE DAOU	
IX -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
IX -	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO	

VISTO:



**LISTA DE VOTAÇÃO**

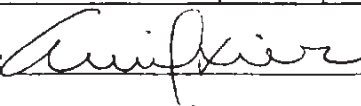
Presidente: ARNALDO NISKIER

Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO

*Proposta de Conselho Paulo  
Tonet - art. 26 (sentença) - aprovada*

	TITULARES	VOTO		SUPLENTE	VOTO
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio	S	I -	EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão	S	II -	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO	
III -	PAULO RICARDO TONET CAMARGO Representante de empresas da imprensa escrita	S	III -	SIDNEI BASILE	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	-	IV -	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO	
V -	DANIEL KOSLOWSKY HERZ Representante da categoria profissional dos jornalistas	-	V -	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	
VI -	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO Representante da categoria profissional dos radialistas	S	VI -	MARCIO CÂMARA LEAL	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas	-	VII -	STEPAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	S	VIII -	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil	S	IX -	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR	
IX -	ARNALDO NISKIER Representante da Sociedade Civil	S	IX -	GABRIEL PRIOLLI NETO	
IX -	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO Representante da Sociedade Civil	-	IX -	PHÉLIPPE DAOU	
IX -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
IX -	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO	

VISTO:






**LISTA DE VOTAÇÃO**

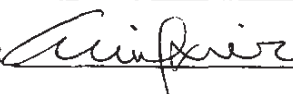
Presidente: ARNALDO NISKIER

Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO

*Proposta do Conselheiro Roberto  
Wagner - RI - art. 20 - Cuiabá de  
item XVII - Aprovado*

	TITULARES	VOTO		SUPLENTE	VOTO
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio	S	I -	EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão	S	II -	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO	
III -	PAULO RICARDO TONET CAMARGO Representante de empresas da imprensa escrita	S	III -	SIDNEI BASILE	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	—	IV -	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO	
V -	DANIEL KOSLOWSKY HERZ Representante da categoria profissional dos jornalistas	—	V -	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	
VI -	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO Representante da categoria profissional dos radialistas	S	VI -	MARCIO CÂMARA LEAL	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas	—	VII -	STEPAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e video	S	VIII -	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil	S	IX -	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR	
IX -	ARNALDO NISKIER Representante da Sociedade Civil	S	IX -	GABRIEL PRIOLLI NETO	
IX -	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO Representante da Sociedade Civil	—	IX -	PHÉLIPPE DAOU	
IX -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
IX -	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO	

VISTO:



**LISTA DE VOTAÇÃO**

Presidente: ARNALDO NISKIER

Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO

§ 2º art. 3º

	TITULARES	VOTO		SUPLENTES	VOTO
I -	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO Representante das empresas de rádio	S	I -	EMANUEL SOARES CARNEIRO	
II -	GILBERTO CARLOS LEIFERT Representante das empresas de televisão	S	II -	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO	
III -	PAULO RICARDO TONET CAMARGO Representante de empresas da imprensa escrita	S	III -	SIDNEI BASILE	
IV -	FERNANDO BITTENCOURT Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social	—	IV -	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO	
V -	DANIEL KOSLOWSKY HERZ Representante da categoria profissional dos jornalistas	—	V -	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	
VI -	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO Representante da categoria profissional dos radialistas	S	VI -	MARCIO CÂMARA LEAL	
VII -	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA Representante da categoria profissional dos artistas	—	VII -	STEPAN NERCESSIAN	
VIII -	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo	S	VIII -	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO	
IX -	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA Representante da Sociedade Civil	S	IX -	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR	
IX -	ARNALDO NISKIER Representante da Sociedade Civil	S	IX -	GABRIEL PRIOLLI NETO	
IX -	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO Representante da Sociedade Civil	—	IX -	PHÉLIPPE DAOU	
IX -	ROBERTO WAGNER MONTEIRO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ	
IX -	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO Representante da Sociedade Civil	S	IX -	PAULO ROBERTO FRANCO MARINHO	

VISTO:

*Arnaldo Niskier*

Brasília, 13 de outubro de 2005

**Ao Conselho de Comunicação Social**

**Assunto:** Regimento Interno do CCS. Alterações sugeridas pelo Conselheiro Roberto Wagner Monteiro.

Alterações sugeridas:

**1) Alteração do § 2º do artigo 3º, que passaria a ter a seguinte redação:**

§ 2º Quando em atendimento a solicitações do Poder Executivo, formuladas por agentes públicos integrantes do primeiro, segundo e terceiro escalão de cada órgão, ou de entidades da sociedade civil, encaminhadas unicamente pelo Presidente da entidade, a manifestação do Conselho terá sempre como referência seu papel de órgão a auxiliar do Congresso Nacional e será encaminhada pelo Presidente do Senado Federal.

**2) Inclusão do Inciso XVII ao artigo 20:**

“XVII – Representar o Conselho junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e demais entidades públicas.”

**3) Alteração do artigo 26, que passaria a ter a seguinte redação:**

“Artigo 26 – Por proposta de qualquer de seus membros, o Conselho de Comunicação Social poderá criar até 5 (cinco) Comissões Temáticas, com objeto e composições definidas na reunião do Conselho que as constituir.

O Presidente do Conselho, em caso de relevância ou urgência, poderá criar até duas Comissões Especiais para tratar de temas específicos, com prazo para apresentação de relatório não superior a 30 (trinta) dias corridos; contados à data imediata da sua instalação.”

**4) Alteração do § 1º do artigo 26, que passaria a ter a seguinte redação:**

§ 1º A Comissão Temática terá prazo definida pelo Presidente do Conselho, não superior a 6 (seis) meses contados da data da sua instalação, admitida uma única prorrogação de 30 (trinta) dias, para apresentar seu relatório.”

Atenciosamente, – **Roberto Wagner Monteiro**, Conselheiro.

OF. SF Nº 2.600/2005

Brasília, 1º de novembro de 2005

Ilmº Sr.

Arnaldo Niskier

Presidente do Conselho de Comunicação Social  
Senado Federal

Nesta

Sr. Presidente,

Encaminho a V. Sª, para os efeitos do disposto no art. 3º do Regimento Interno desse Conselho, o processado do Projeto de Lei nº 5.040, de 2001, da Câmara dos Deputados, para manifestação, por solicitação da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

Cordialmente, – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Ofício nº393 – GSIPR/SENAD/DPT

Brasília, 22 de setembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor

Arnaldo Niskier

Presidente do Conselho de Comunicação Social do  
Congresso Nacional

Brasília – DF

Senhor Presidente,

1. Incumbiu-me o Presidente do Conselho Nacional Antidrogas, Ministro Jorge Armando Felix, de acusar o recebimento de sua correspondência datada de 1º de agosto de 2005, que versa sobre os trabalhos da Câmara Especial de Políticas Públicas sobre o Alcool do Conselho Nacional Antidrogas – CONAD.

2. A Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD, como Secretaria-Executiva do CONAD, recebe com grande satisfação a proposta de Vossa Excelência de disponibilizar os importantes resultados obtidos das audiências públicas relacionadas à publicidade de bebidas alcoólicas, levadas a efeito em fevereiro e maio do corrente ano.

3. Por oportuno, solicito, tão logo esse Conselho haja emitido parecer sobre a matéria, remeter cópia para esta Secretaria, ou diretamente à Câmara Especial de Políticas Públicas sobre o Alcool, ao mesmo tempo em que informo a Vossa Excelência que estaremos propondo à Plenária do CONAD, a inclusão desse Conselho na qualidade de “Observador” da referida Câmara.

4. Finalmente, cumprimento Vossa Excelência pelo valioso trabalho que desenvolve na presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional e ressalto o compromisso demonstrado por esse órgão com as prioridades de Governo que visam ampliar o

alcance das ações, otimizar o emprego dos recursos públicos e maximizar os resultados para a sociedade.

Respeitosamente, – **Paulo Roberto Yog de Miranda Uchoa**, Secretário Nacional Antidrogas e Secretário-Executivo do Conselho Nacional Antidrogas.

OF. CCS Nº 61/2005

Brasília, 1º de agosto de 2005

Exmº Sr.

General Jorge Armando Felix

Presidente do Conselho Nacional Antidrogas

Senhor Ministro,

Este Conselho de Comunicação Social tomou conhecimento da instalação, no dia 7 de julho último, da Câmara Especial de Políticas Públicas sobre o Álcool, vinculada ao Conselho Nacional Antidrogas – CONAD, colegiado de natureza normativa que integra a estrutura do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Na mesma ocasião, foram constituídos quatro Grupos de Trabalho, estando o de nº 1 incumbido de estudar o tema “Legislação e Propaganda”.

Considerando o fato de que V. Exª preside o Conselho Nacional Antidrogas, entendemos oportuno, tendo em vista a coincidência do tema, informar que o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, cumprindo suas atribuições estabelecidas pelo art. 224 da Constituição Federal e, de modo específico, pelo art. 2º, alínea **b**, da lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, desde 2004 empreende significativos esforços para contribuir com o Congresso Nacional nos debates relacionados à publicidade de bebidas alcoólicas. Neste sentido, já foram realizadas audiências públicas em 21 de fevereiro e 2 de maio do corrente ano, devendo o Conselho ainda emitir parecer sobre a matéria, que tem como relator o Conselheiro Gilberto Carlos Leifert.

Deste modo, solicitamos a V. Exª que os trabalhos empreendidos por nosso Conselho seja informado aos membros da Câmara Especial de Políticas Públicas sobre o Álcool, em especial aos integrantes do referido Grupo de Trabalho nº 1, para unirmos nossos esforços neste tema.

Atenciosamente, – **Arnaldo Niskier**, Presidente.

Of. nº 2004/2005/SGM/P

Brasília, 4 de novembro de 2005

A Sua Senhoria o Senhor

Arnaldo Niskier

Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional

Nesta

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício CCS nº 108/2005, solicitando que os debates a serem conduzidos pela Comissão

Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.846, de 1994, que “Estabelece medidas destinadas a restringir o consumo de bebidas alcoólicas” aguardem a conclusão dos estudos em andamento nesse Conselho, informo que determinei o encaminhamento do documento em apreço àquela Comissão Especial, para as providências que julgar pertinentes.

Atenciosamente, **Aldo Rebelo** Presidente.

OF. CCS Nº 108/2005

Brasília, 19 de outubro de 2005

Exmº Sr.

Deputado Aldo Rebelo

Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, cumprindo suas atribuições estabelecidas pelo art. 224 da Constituição Federal e, de modo específico, pelo art. 2º, alínea **b**, da Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991, desde novembro de 2004 empreende esforços para contribuir com o Congresso Nacional nos debates relacionados à publicidade de bebidas alcoólicas.

Concretamente, o tema foi tratado na 11ª e na 12ª Reuniões de 2004 do Conselho, nas quais foi definida a necessidade de um amplo debate sobre o tema. Em decorrência, recentemente foram realizadas pelo Conselho de Comunicação Social audiências públicas sobre o álcool nos meios de comunicação, em 21 de fevereiro e em 3 de maio do corrente ano, nas quais foram ouvidos o Dr. Milton Seligman, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Cerveja – SINDICERV; o Dr. José Inácio Pizani, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; o Dr. Edney Narchi, Diretor-Executivo do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária – CONAR; e o Prof. Dr. Ronaldo Laranjeiras, professor de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo, coordenador da unidade de pesquisa em álcool e drogas e Ph.D. em dependência química pela Universidade de Londres.

Tivemos notícia, através do Conselheiro Gilberto Carlos Leifert, relator da matéria no Conselho, que foi instituída na Câmara dos Deputados Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.846, de 1994, que “estabelece medidas destinadas a restringir o consumo de bebidas alcoólicas e dá outras providências”. Igualmente, fomos informados de que, na 1ª reunião daquela Comissão Especial, ocorrida no dia 15 de junho último, foram eleitos Presidente a Deputada Marinha Haupp. e relator o Deputado Sandes Júnior.





Associação Brasileira de Empresas de Telecomunicações e Melhoramentos de Imagens e  
Atividades Afins & Grupo de Estudos da ABETELMIM do Rio de Janeiro  
C.N.P.J.: 03.154.406/0001-17

Sede: Estrada Rodrigues Caldas nº 2055/03, Taquara – Jacarepaguá/RJ  
CEP 22713-371 Tel.: (021) 3347-3473 / 2446-6168

Rio de Janeiro, 17 de Novembro de 2005.

SENADO FEDERAL

Conselho de Comunicação Social

Ao membro da Comissão de TV por Assinatura


Sr. Daniel Hertz


Venho através desta encaminhar a V. Exc<sup>a</sup> esta carta que recebi do vice-presidente da Associação de Moradores do bairro Glória e adjacências do Município de Queimados, relatando fato ocorrido com a empresa **Anisat Telecomunicações Ltda** que presta serviço de antena coletiva na mesma há 10 anos e solicitando que a Abetelmim a entregue aos "Órgãos competentes".

Aproveito a oportunidade para convidá-lo a conhecer a Associação Abetelmim e o serviço prestado pelos antenistas na Baixada Fluminense e interior do Rio de Janeiro para amadurecer um projeto que faça o serviço de TV por Assinatura atender estas localidades. Será uma honra tê-lo aqui presente.

Certo de que temos sempre seu apoio, segue em anexo o documento. Peço o favor de nos confirmar o recebimento.

Respeitosamente

  
Giovander Silveira  
Presidente da Abetelmim

Visto.  
  
s/12



**Associação de Moradores do Bairro Nossa Senhora da Glória.**

**Fundada em 16 de Outubro de 1983.**

**CNPJ.: 30.196.976/0001-42.**

Eu, JOSÉ CARLOS BARROS RODRIGUES, vice-presidente da Associação de Moradores do bairro Glória e adjacências no Município de Queimados gostaria de parabenizar os antenistas pelo serviço de antenas coletivas prestados em várias localidades no estado do Rio de Janeiro e a Abetelmim pelo seu esforço incansável em tentativas de solucionar os problemas de regulamentação deste serviço para garantir a nossa comunidade a prestação deste serviço.

Venho através desta relatar o fato ocorrido na nossa comunidade informado por alguns moradores.

Há 10 anos a empresa ANISAT TELECOMUNICAÇÕES LTDA, presta serviço de antena coletiva com melhoramento de imagem aqui em nossa comunidade, o que é a única forma de termos sinal de tv aberta com qualidade. Porém no dia 02 de Setembro de 2005, aproximadamente às 16:00h, esta empresa recebeu a visita de dois agentes da Anatel com o intuito de lacrar o equipamento da nossa central de antena, segundo alguns moradores até fotos foram tiradas das antenas, e como o sócio-gerente João Gabriel não autorizou o lacre, os mesmos ficaram de retornar com mandato para efetuar o procedimento.

Ressalto aqui que este procedimento afetará diretamente os moradores da comunidade, que ficarão sem o serviço, fonte de informação e, alguns, sem emprego, o que é muito difícil de se conseguir aqui na Baixada Fluminense, pois seus funcionários são moradores da comunidade.

Conhecendo a luta da Abetelmim através dos jornais que foram distribuídos na comunidade que até tinha fotos de pessoas importantes da Anatel e também no mural de informações da empresa, peço encarecidamente que encaminhe esta carta aos Órgãos competentes, para que possam encontrar uma solução que não prejudique a nós moradores da comunidade.

Assim sendo, queremos solicitar urgentemente às autoridades que olhem com muito carinho para esse lado, pois neste local não existe lazer (teatro, cinema, parque de diversão). Por isso torna-se vital, que pelo menos tenhamos acesso à informação através da nossa antena coletiva com boa qualidade de imagem como a que temos hoje fornecida pela ANISAT TELECOMUNICAÇÕES. Porque sem este serviço, assistiríamos apenas a três emissoras com sinal de baixíssima qualidade (chuveiros).

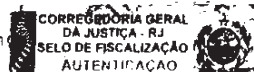
Obrigado pela atenção.

*João Carlos Barros Rodrigues*  
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES  
DO B. N. SRA. DA GLÓRIA  
QUEIMADOS  
CNPJ 30 196 976/0001-42

239 Ofício de Notas - JACAREPAGUA - Notário: GUIDO MACIEL  
Estrada dos Bandeirantes, 299 L3 C/62 - Tel.: 244-2933  
AUTENTICAÇÃO Nº 00001048875

Autentico esta, que é copia fiel do original que se foi exibido para conferência do que dou fe.

Rua do Arco, 99 - JACAREPAGUA - RJ



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

### Bahia

**PFL** – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
**PFL** – Antonio Carlos Magalhães\*\*  
**PFL** – César Borges\*\*

### Rio de Janeiro

**BLOCO-PT** – Roberto Saturnino\*  
**PMR** – Marcelo Crivella\*\*  
**PMDB** – Sérgio Cabral\*\*

### Maranhão

**PMDB** – João Alberto Souza\*  
**PFL** – Edison Lobão\*\*  
**PFL** – Roseana Sarney\*\*

### Pará

**PMDB** – Luiz Otávio\*  
**BLOCO-PT** – Ana Júlia Carepa\*\*  
**PSDB** – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

### Pernambuco

**PFL** – José Jorge\*  
**PFL** – Marco Maciel\*\*  
**PSDB** – Sérgio Guerra\*\*

### São Paulo

**BLOCO-PT** – Eduardo Suplicy\*  
**BLOCO-PT** – Aloizio Mercadante\*\*  
**PFL** – Romeu Tuma\*\*

### Minas Gerais

**BLOCO-PL** – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
**PSDB** – Eduardo Azeredo\*\*  
**PMDB** – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

### Goiás

**PMDB** – Maguito Vilela\*  
**PFL** – Demóstenes Torres\*\*  
**PSDB** – Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

**PSDB** – Antero Paes de Barros\*  
**PFL** – Jonas Pinheiro\*\*  
**BLOCO-PT** – Serys Slhessarenko\*\*

### Rio Grande do Sul

**PMDB** – Pedro Simon\*  
**BLOCO-PT** – Paulo Paim\*\*  
**PTB** – Sérgio Zambiasi\*\*

### Ceará

**PSDB** – Reginaldo Duarte\*<sup>S</sup>  
**BLOCO-PSB** – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
**PSDB** – Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

**PMDB** – Ney Suassuna\*  
**PFL** – Efraim Morais\*\*  
**PMDB** – José Maranhão\*\*

### Espírito Santo

**PSDB** – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
**PMDB** – Gerson Camata\*\*  
**BLOCO-PL** – Magno Malta\*\*

### Piauí

**PMDB** – Alberto Silva\*  
**PFL** – Heráclito Fortes\*\*  
**PMDB** – Mão Santa\*\*

### Rio Grande do Norte

**PTB** – Fernando Bezerra\*  
**PMDB** – Garibaldi Alves Filho\*\*  
**PFL** – José Agripino\*\*

### Santa Catarina

**PFL** – Jorge Bornhausen\*  
**BLOCO-PT** – Ideli Salvatti\*\*  
**PSDB** – Leonel Pavan\*\*

### Alagoas

**P-SOL** – Heloísa Helena\*  
**PMDB** – Renan Calheiros\*\*  
**PSDB** – Teotônio Vilela Filho\*\*

### Sergipe

**PFL** – Maria do Carmo Alves\*  
**PMDB** – Almeida Lima\*\*  
**BLOCO-PSB** – Antônio Carlos Valadares\*\*

### Amazonas

**PMDB** – Gilberto Mestrinho\*  
**PSDB** – Arthur Virgílio\*\*  
**PDT** – Jefferson Péres\*\*

### Paraná

**PSDB** – Alvaro Dias\*  
**BLOCO-PT** – Flávio Arns\*\*  
**PDT** – Osmar Dias\*\*

### Acre

**BLOCO-PT** – Tião Viana\*  
**Sem partido** – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
**BLOCO-PT** – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

### Mato Grosso do Sul

**PSDB** – Juvêncio da Fonseca\*  
**BLOCO-PT** – Delcídio Amaral\*\*  
**PMDB** – Ramez Tebet\*\*

### Distrito Federal

**PTB** – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
**PDT** – Cristovam Buarque\*\*  
**PFL** – Paulo Octávio\*\*

### Tocantins

**PSDB** – Eduardo Siqueira Campos\*  
**BLOCO-PL** – João Ribeiro\*\*  
**PC do B** – Leomar Quintanilha\*\*

### Amapá

**PMDB** – José Sarney\*  
**PMDB** – Gilvam Borges\*\*  
**PSDB** – Papaléo Paes\*\*

### Rondônia

**PMDB** – Amir Lando\*  
**BLOCO-PT** – Fátima Cleide\*\*  
**PMDB** – Valdir Raupp\*\*

### Roraima

**PTB** – Mozarildo Cavalcanti\*  
**PDT** – Augusto Botelho\*\*  
**PMDB** – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\* : Período 2003/2011

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)



## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Shessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Slhessarenko – PT
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

# **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
(21 titulares e 21 suplentes)

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)



**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(12 titulares e 12 suplentes)

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**

**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1)</sup> <sup>(5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2)</sup> <sup>(6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT**  
**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).



**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)



**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)



**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**5ª Eleição Geral:** 23.11.2005

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**Presidente: Senador João Alberto Souza** <sup>(3)</sup>

**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres** <sup>(4)</sup>

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) <sup>(1)</sup>	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M <sup>o</sup> doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) <sup>(5)</sup>		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) <sup>(2)</sup>		
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

<sup>(1)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

<sup>(3)</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>(4)</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>(5)</sup> O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)



## **CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

(Resolução nº 17, de 1993)

### **COMPOSIÇÃO**<sup>1</sup>

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## **PROCURADORIA PARLAMENTAR**

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**1ª Designação:** 16.11.1995

**2ª Designação:** 30.06.1999

**3ª Designação:** 27.06.2001

**4ª Designação:** 25.09.2003

**5ª Designação:** 22.03.2005

**6ª Designação:** 20.04.2005

**7ª Designação:** 16.05.2005

**8ª Designação:** 16.05.2005

### **COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## **CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### **COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko  
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador José Jorge (PFL-PE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



## CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier  
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, Art. 4º	TITULARE	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002  
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)





## CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

### 01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>1</sup>

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### 02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

### 03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

### 04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

### 05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

---

<sup>1</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

## **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

### **COMPOSIÇÃO**

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### **MEMBROS NATOS**

<b>Senador ROBERTO SATURNINO (PT)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL)</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

### **SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
------------------	------------------

#### **BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)**

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

#### **PMDB**

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

#### **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)**

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

#### **PDT**

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

#### **PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)**

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)	1. (vago)
--	-----------

### **DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
------------------	------------------

#### **PT**

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

#### **PMDB**

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

#### **Bloco PFL/Prona**

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

#### **PSDB**

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

#### **PP**

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

#### **PTB**

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

#### **PL**

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

#### **PPS**

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  HENRIQUE FONTANA PT-RS	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b>  JOSÉ JORGE PFL-PE
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b>  ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 311-4561 e 311- 5258  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY**  
**RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

**Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>**

<b>Deputados</b>	<b>Senadores</b>
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 24.2.2005

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



## SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

### DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 31,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 96,60</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 127,60</b>

### PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 62,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 193,20</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 255,20</b>

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

### NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	<b>R\$ 0,30</b>
Porte avulso	<b>R\$ 0,80</b>

### ORDEM BANCÁRIA

<b>UG - 020055</b>	<b>GESTÃO 00001</b>
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: [http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru\\_simples.asp](http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp), código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450  
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 230 PÁGINAS